



ATIVISMO POLÍTICO EM TEMPOS DE INTERNET

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Organizadores

PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

**ATIVISMO POLÍTICO
EM TEMPOS DE INTERNET**

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, dedicada ao fortalecimento das instituições democrática e da cultura na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Coleção: O Estado da Democracia na América Latina

Dirigida por Bernardo Sorj (Centro Edelstein de Pesquisas Sociais) e Sergio Fausto (Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso)

Ativismo político em tempos de internet

Revisão: Isadora Feitoza de Carvalho

Tradução: Fabio Storino

Capa: Brian Solis e Lincon Justo

Projeto Gráfico: Lisia Lemes

© Plataforma Democrática

© Bernardo Sorj y Sergio Fausto

São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2016

ISBN: 978-85-92661-00-7

A realização deste livro foi possível graças ao apoio do National Endowment for Democracy e da Fundação Open Society, aos quais somos imensamente gratos. Ressaltamos que essas instituições não têm nenhuma responsabilidade pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seus autores.

ATIVISMO POLÍTICO EM TEMPOS DE INTERNET

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Organizadores

Sumário

- 09 Prefácio
Bernardo Sorj e Sergio Fausto
- 11 Introdução: Online/off-line: o novo tecido do ativismo político
Bernardo Sorj
- 39 Argentina
Rocío Annunziata, Emilia Arpini, Tomás Gold e Bárbara Zeifer
- 115 Brasil
Rodrigo Savazoni e Kalinca Copello
- 173 Chile
Rayén Condeza, Marcelo dos Santos, Alonso Lizama e Paz Vásquez
- 241 Colômbia
María Paula Martínez e Estefanía Avella
- 293 Equador
Orazio Belletini e Adriana Arellano
- 357 Venezuela
Francine Jácome

Prefácio

Neste livro damos continuidade ao esforço da Plataforma Democrática de contribuir para o debate sobre os rumos da democracia na América Latina e no mundo, tendo como foco o uso que os ativistas políticos fazem dos novos meios de comunicação e como estes influenciam, por sua vez, as formas de se fazer política.

As democracias contemporâneas enfrentam enormes desafios: partidos políticos fragilizados, processos globais que redefinem as possibilidades de ação do Estado nacional, desigualdade social e desconfiança em relação aos políticos. Todos esses temas, e outros não mencionados, são perpassados e influenciados pelos novos meios de comunicação.

Este livro contém 19 estudos de caso em seis países sul-americanos, apresentando uma ampla gama de experiências inovadoras e seus impactos nas formas de organização e de atuação da sociedade civil, partidos políticos e governos. Os casos analisados de ciberativismo indicam que nenhuma delas representa uma “bala de prata” — uma experiência capaz de resolver os múltiplos desafios enfrentados pela construção de instituições democráticas mais sólidas e de maior qualidade. Mas todos indicam novas possibilidades e desafios ao desenvolvimento de relações virtuosas entre as formas tradicionais de participação (tanto nas organizações da sociedade civil como nos partidos políticos) e o ativismo no espaço virtual.

Estamos no início de uma nova era e há muito o que aprender, acompanhar e analisar. Sem deixar de reconhecer que todo esforço de síntese é parcial

e temporário, esperamos que esse livro contribua para o debate de um tema crucial para o futuro da democracia. Por fim, queremos agradecer a importante contribuição dada pelos participantes dos workshops em que foram apresentadas as versões preliminares dos textos sobre os diversos países estudados.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores - Plataforma Democrática

Online/off-line: o novo tecido do ativismo político

Bernardo Sorj¹

Este livro dedica-se a compreender e analisar as transformações do ativismo político na América Latina produzidas pelo uso dos novos meios de comunicação. Os textos têm como referência as premissas desenvolvidas em trabalho anterior,² onde argumentamos que:

1. Podemos distinguir três grandes ondas na formação da sociedade civil. A primeira onda foi formada por organizações que representavam amplos setores sociais, geralmente agrupados em torno de interesses socioeconômicos ou profissionais, e cujos líderes, em regimes democráticos, eram escolhidos por seus membros. A segunda onda, cujo formato típico é o das ONG, é formada por uma miríade de organizações, em geral pequenas, cuja legitimidade se sustenta no valor moral

1 Professor titular de Sociologia, UFRJ (ap), Diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e do projeto Plataforma Democrática.

2 Bernardo Sorj e Sergio Fausto (Org.), *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Internet_e_Mobilizacoes_Sociais_Transformacoes_do_Espaco_Publico_e_da_Sociedade_Civil.pdf>.

da causa defendida (como direitos humanos, identidades de gênero, raça, orientação sexual, meio ambiente etc.) e não em um mandato concedido por um público determinado. Por fim, a terceira onda constituiu-se dentro do mundo virtual, formada por cidadãos que emitem opiniões, geralmente pessoais, nas redes sociais. Cada uma dessas ondas não elimina a anterior; elas se sobrepõem e se influenciam mutuamente, sendo que cada nova onda tende a ocupar espaços das anteriores, tanto em relação ao formato organizacional como o conteúdo das mensagens que veiculam.

2. O impacto do novo mundo virtual não pode ser dissociado dos processos sociais mais amplos na sociedade e no sistema político, que, por sua vez, são afetados pelas novas formas de comunicação. Por exemplo, as transformações sociais — no mundo do trabalho e do consumo, os processos de individualização, a crise dos marcos ideológicos que estruturaram a vida política no século XX, o enfraquecimento dos partidos políticos — são anteriores ao surgimento da comunicação via Internet, que é influenciada por essas tendências preexistentes, ao mesmo tempo em que as modifica.
3. A bibliografia sobre os efeitos do mundo virtual tente a contrapor “otimistas” a “pessimistas”. Estes, os otimistas, enfatizam que as tecnologias de comunicação abrem novas possibilidades de comunicação horizontal entre os cidadãos, diminuem os custos de transação da comunicação no espaço público, acelera a velocidade da comunicação e elimina a distância física, permitindo que pessoas e grupos emitam opiniões e estabeleçam diálogos em uma escala sem precedentes, reduzindo a importância relativa dos antigos meios de comunicação e abrindo novos canais alternativos de informação para

a cidadania. Os pessimistas consideram que os impactos da Internet são o empobrecimento e a polarização da cultura e do debate político, a destruição da privacidade — dando ao Estado e a empresas acesso a bancos de dados que permitem a manipulação e controle dos indivíduos —, e a ilusão do clique-ativismo, que seria uma forma de catarse sem grandes consequências. Também afirmam que as estruturas básicas de poder, seja aquelas localizadas no mundo off-line seja dentro do mundo online, continuam as mesmas do passado, dominadas pelas grandes empresas e pelo poder político. Consideramos que ambas as posições apontam para fenômenos reais e que o ciberativismo é influenciado por ambas as tendências.

4. Os mundos online e off-line não podem ser dissociados. O mundo off-line possui um papel central no espaço virtual, seja na capacidade de intervir diretamente nas redes sociais seja apropriando-se dos movimentos de opinião e mobilizações geradas e/ou promovidas pelo mundo virtual. Assim, o mundo virtual e o mundo off-line estão profundamente interligados. A análise de como eles se relacionam, seja via atores off-line que deflagram movimentos virtuais ou intervêm na comunicação virtual, seja nos momentos posteriores, quando a dinâmica política se desloca para outros espaços, ocupa um lugar central nos trabalhos incluídos na obra.
5. De certa forma, o espaço público virtual aprofundou, mas também modificou certas tendências que já se encontravam presentes na segunda onda da sociedade civil, de fragmentação política e do afastamento da sociedade da vida política partidária. As novas formas de comunicação tendem a eliminar a separação entre o público e o privado, fundindo o subjetivo e o público, o pessoal e o coletivo, e valorizando mensagens onde prevalece o mal-estar pessoal e a denúncia. Se a

primeira onda da sociedade civil foi construída a partir de ideologias políticas com visões do conjunto da sociedade, e a segunda, em torno da defesa dos mais diversos direitos, ambas se sustentavam em esforços argumentativos e “visões de mundo” de uma sociedade desejável. No novo formato de comunicação dominante no mundo virtual, predominam mensagens curtas (ou imagens) relacionadas a situações contextuais, que mobilizam sentimentos e atitudes reativas.

6. Um dos grandes desafios da Internet enquanto espaço público baseado em normas de civilidade é seu caráter anônimo, ou seja, a dificuldade ou impossibilidade de identificar a identidade dos autores das mensagens. Na Internet circulam, cada vez mais, mensagens produzidas por robôs e agentes provocadores profissionais, que não se apresentam como tais, especializados em produzir “informações” distorcidas, que são apresentadas como tendo sido escritas por um “cidadão comum”. Estas mensagens são altamente eficazes, pois são elaboradas levando em consideração os preconceitos, afinidades e sensibilidades dos leitores.

Nas pesquisas apresentadas neste livro, confrontamos criticamente essas hipóteses por meio da análise de casos específicos, de forma a desenvolvê-las e modificá-las à luz de novas experiências.

Os textos analisam 19 estudos de caso em seis países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Venezuela):

País	Estudos de caso
Argentina	<ul style="list-style-type: none">• Ni Una Menos• Change.org• Partido de la Red

Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Marco Civil da Internet • Avaaz • Manifestações de junho 2013 • Mídia Ninja
Chile	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento estudantil • Nueva constitución • Alto Maipo
Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> • Marcha camponesa • Marcha pela vida • Marcha das Putas
Equador	<ul style="list-style-type: none"> • YASunidos • Quito, YO me Apunto • 30-S
Venezuela	<ul style="list-style-type: none"> • Protestos de 2014 • #SOSVenezuela • Efecto Cocuyo e Crónica Uno

A seguir, apresentamos algumas conclusões gerais, a partir de uma análise comparativa, não sendo o objetivo sintetizar nem substituir a leitura dos capítulos deste livro, que possuem uma grande riqueza de informação. Os estudos de caso foram usados para ilustrar temas específicos, embora cada um deles extrapole o campo dentro do qual são discutidos: manifestações de rua, plataformas de consulta nas quais os cidadãos são chamados a opinar, campanhas de pedido de apoio ou abaixo-assinados online, mudanças nas formas tradicionais de organização da sociedade civil e dos partidos políticos, e o lugar dos meios tradicionais de comunicação.

É importante lembrar que o processo pelos quais se tece a nova realidade off-line/online encontra-se em um campo de experimentação ainda em sua infância. Os atores sociais estão aprendendo a usar esses novos instrumentos,

de forma que todo esforço de generalização, como o que estamos apresentando, requer revisão e atualização constantes.

Participação direta v. delegação

Um dos estudos de caso particularmente interessante é o do Partido de la Red (Partido da Rede) na Argentina. Organizado em 2012 a partir de um pequeno grupo de pessoas — tecnólogos e das ciências humanas —, a proposta do partido era a promoção da rede como instrumento de deliberação e tomada de decisões, às quais deveriam se submeter seus representantes eleitos para mandados legislativos. O partido não possui um programa com propostas substantivas, com exceção da promoção do uso da rede para que os cidadãos deliberem e decidam. Portanto, o Partido de la Red pode ser considerado tanto uma organização que tem como missão a reforma do sistema político por meio da promoção de uma democracia com características plebiscitárias (embora seu website fale de um “híbrido entre democracia direta e democracia representativa”) quanto um partido político que busca ocupar posições de poder, e cujos representantes definirão suas posições *ad hoc*, de acordo com as decisões da maioria de seus membros, caso a caso.

Como mostra o artigo, o Partido de la Red está descobrindo o mundo off-line e as realidades locais, onde problemas concretos e conhecidos pelos cidadãos podem despertar interesse e mobilizar respostas mais imediatas, bem como a importância da convivência cara a cara. Como menciona a autora do estudo, a citar um dos membros do partido: “online e off-line são universos que estão cruzados”. O partido está passando por um processo interno de reflexão sobre os limites da experiência. Porém, ainda está longe de tirar todas as conclusões: a representação política não se dá pela coleta de preferências individuais dos representados e sua transmissão, sem intermediários, ao sistema político; a tomada de decisões e, mais ainda, a elaboração de programas, exige um processo deliberativo que passa por vários níveis de representação, motivo

pelo qual não é possível eliminar as instituições intermediárias de representação, sob o risco de sofrer manipulações autoritárias.

Junto com o partido, que se pautaria por decisões tomadas através de consultas virtuais, mais recentemente foi criada por seus idealizadores uma fundação independente, com direção e estrutura profissionais, que desenvolve recursos tecnológicos (software) que promovem a participação cidadã. Esses recursos são colocados à disposição de todos os partidos e políticos interessados.

O Partido de la Red reúne um baixo número de filiados e só participou de uma eleição, na cidade de Buenos Aires, não elegendo representantes. Talvez o fato de não ter eleito representantes tenha sido algo positivo, pois conferiu mais tempo para amadurecer sua proposta e aprimorar, por meio de sua fundação, o desenvolvimento de instrumentos tecnológicos alinhados à sua missão.

As novas tecnologias podem ser ferramentas importantes para democratizar e fortalecer os partidos políticos, e não só para contorná-los. O Partido de la Red é um caso interessante porque buscou radicalizar a ideia de democracia direta e logo deparou-se com os limites impostos pela vida política em sociedades complexas. Do ponto de vista prático, a proposta do partido, enquanto organização que busca ocupar posições de poder institucional, continua deixando dúvidas sobre como se daria seu funcionamento na prática. Pode ser considerado viável ou desejável, para os eleitores, um partido que não possua um programa substantivo, a não ser o processo de consulta aos cidadãos? (De acordo com o Partido de la Red, a consulta seria feita com todos os cidadãos, não apenas os afiliados ao partido.) Qual é a margem de discricionariedade que os representantes do partido teriam no momento de elaboração e negociação das leis? O que aconteceria nos casos em que a participação nas consultas online fosse muito baixa? Mesmo que, em dado momento, seja decidido que o partido deva ter uma plataforma substantiva, poderia esta ser elaborada pelo agrupamento das propostas mais votadas online, sem preocupação com a coerência interna e viabilidade prática do resultado obtido? E no caso de membros do partido assumirem posições executivas no governo, o que fazer quando pre-

cisarem tomar decisões que não contem com o apoio da maioria dos cidadãos, mas que sejam fundamentais para assegurar a governança ou a proteção dos direitos de minorias? É possível organizar um partido de massas sem instituições intermediárias que possuam poder de decisão? É viável, ao menos no estado atual da tecnologia, organizar um partido sem instâncias deliberativas off-line? Como garantir a formação de líderes partidários? Existe o risco de que os fundadores acabem constituindo uma oligarquia e que, de forma direta ou indireta, se transformem nos controladores do partido?

Compor uma forma “híbrida”, com elementos de participação direta e de representação, é o grande desafio do mundo virtual em sua relação com o mundo da política. Ao não reconhecer o problema, corre-se o risco de que formas de participação direta escondam mecanismos poucos transparentes de tomada de decisão. A falta de respostas às perguntas acima não diminui a relevância da experiência do Partido de la Red, que se coloca como um experimento e não como um projeto acabado, que alguns de seus dirigentes, inclusive, reconhecem suas limitações. Soma-se a isso a contribuição dada por sua fundação para o desenvolvimento de ferramentas que possam ser usadas por todos os partidos e políticos.

Na medida em que a política se afasta das palavras de ordem ou das denúncias que podem catalisar consensos amplos, faz-se necessário combinar a participação virtual com a presencial, gerando formatos dinâmicos que permitam mecanismos efetivos de deliberação, negociação e elaboração de propostas, em particular em temas que impliquem algum nível de complexidade, conhecimento técnico, e negociação de interesses e conflito de valores. Superar a idealização de um mundo virtual, visto como um espaço da democracia cidadã frente a um mundo off-line desigual e hierárquico, é o primeiro passo para desenvolver respostas que permitam consolidar um novo tecido democrático online/off-line.

Campanhas de apoio online

As campanhas online de apoio a determinadas causas dão seguimento a uma longa tradição democrática de apoio a manifestos ou de abaixo-assinados pedindo mudanças na legislação. Em todos os países da região, ainda não é legalmente reconhecido o uso de assinaturas coletadas online. Portanto, trata-se de buscar formas alternativas de utilizar esse meio de participação online para obter resultados efetivos. Neste livro, apresentamos três estudos de caso, da Avaaz no Brasil, do Change.org na Argentina e YASunidos no Equador. O caso da Avaaz no Brasil e o do Change.org na Argentina possuem a característica de serem organizações globais, com vários anos de existência, surgidas no exterior, mas que possuem nos respectivos países o maior número de seguidores (pessoas que assinaram pelo menos uma petição), no caso do Brasil em números absolutos e, no da Argentina, em números relativos. A YASunidos é uma experiência pontual em torno de uma problemática específica.

A Avaaz tem como missão criar “um mundo melhor” e propõe temas como o combate à corrupção, à pobreza, ao conflito armado e à mudança climática.³ Dirigida no Brasil por uma pequena equipe de profissionais, seu principal método de atuação é a busca do maior número de apoiadores para suas causas e posterior envio das petições às autoridades públicas. Em geral, predominam na página inicial de seu website temas de alcance global ou relacionados a eventos internacionais. As petições, escritas em forma de argumentos de defesa de uma causa, podem ser propostas pelos membros da comunidade, mas a equipe tem poder de decisão sobre as causas prioritárias e, sobretudo, sobre o uso da base de dados de e-mails para promovê-las, que não é aberto ao público.

A Avaaz também tem sido alvo de controvérsias. É criticada por alguns pelo “clique-ativismo” (uma forma preguiçosa de fazer política) e por estar mais preocupada em obter um grande número de apoios do que resultados práticos. O estudo do caso brasileiro indica que essas críticas são parciais. Embora, para

3 Ver <<http://www.avaaz.org/po/about.php>>.

algumas pessoas, apoiar uma causa na Avaaz possa produzir um sentimento catártico de dever cumprido, para outros é uma forma de tomar contato e de sensibilização com temas da atualidade e, para muitos ativistas, outro campo de atuação em relação a temas de interesse público. O caso brasileiro mostra que, em momentos de grande mobilização, como foi o caso das manifestações de rua de junho de 2013, o Avaaz participou como mais um recurso disponível na Internet e, em outro caso, relacionado à Lei da Ficha Limpa, que conseguiu reunir assinaturas off-line para enviar ao Congresso um projeto de lei de iniciativa popular (que excluía dos pleitos eleitorais pessoas processadas judicialmente por atos ilegais), a Avaaz foi um importante fator de apoio na mobilização a favor da aprovação da lei.

A análise do Change.org na Argentina mostra um modelo de atuação bastante diferente da Avaaz, embora possuam em comum uma equipe profissional com capacidade de decidir a prioridade dada a cada petição em seu website e o controle e uso de sua lista de e-mails para promover causas. O Change.org não se propõe a avançar uma agenda específica. Nele podem ser encontradas petições sobre um mesmo assunto até mesmo contrárias entre si. No lugar de assuntos relacionados a grandes causas de repercussão global, as petições do Change.org tratam de problemas locais enfrentados pelas pessoas ou grupos que a apoiam e são apresentadas em forma de testemunhos sobre a experiência ou acontecimento vivido. Outra diferença importante é o processamento do apoio recebido. No lugar do envio da petição ao final do processo de coleta de assinaturas, como faz a Avaaz, cada apoio recebido gera um e-mail que é enviado diretamente à pessoa responsável pela possível solução do problema, muitas vezes um funcionário de nível intermediário, e não uma autoridade do alto escalão.

O grande número de campanhas bem-sucedidas do Change.org pode ser atribuído a vários fatores, como a concretude de suas demandas, o formato de suas petições, que inclui experiências reais de quem vive o problema, e a efetividade na forma de pressionar diretamente, através dos e-mails, os respon-

sáveis diretos por oferecer uma solução. Embora, em certa medida, lidem com públicos variados, uma vez que o Change.org não se propõe a promover uma agenda de valores específicos, a eficácia de seu modelo é indiscutível. Ao tratar os temas a partir do drama cotidiano das pessoas, a identificação se dá por vínculos emocionais mais do que por princípios e valores universais. Mas esse também pode ser o ponto mais frágil do Change.org. Ao promover a solução de situações que, muitas vezes, tratam de casos pessoais, o sucesso de uma petição pode significar nem sempre a solução de um problema para o conjunto das pessoas atingidas, mas a priorização de um caso individual em detrimento dos demais, favorecendo indevidamente, assim, indivíduos em vez da coletividade.

Ambos os casos também apontam uma característica ou problemática da cultura política do mundo virtual. À semelhança do que fazem empresas privadas e o marketing político, as grandes organizações de campanhas online trabalham com a construção de perfis (*profiling*). Ou seja, para não sobrecarregar seus seguidores com uma quantidade excessiva de e-mails sobre os mais variados temas, essas organizações buscam respeitar afinidades temáticas demonstradas por apoios anteriores. O uso desses perfis resulta, assim como no mundo comercial ou do marketing político, no fechamento cognitivo dos internautas, que recebem informação (ou propaganda) baseada em suas preferências, limitando o contato com outros temas.

Por fim, o coletivo YASunidos é uma experiência no Equador de mobilização em torno da proibição da exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní. Apoiada inicialmente pelo presidente Correa, sob a condição de que o sistema internacional compensasse financeiramente o país pela não exploração, quando e posteriormente se mostrou inviável o presidente passou a se posicionar a favor da exploração dos recursos naturais na região. Assim, quando o YASunidos realizou uma ampla campanha online e off-line para a coleta de assinaturas apoiando uma consulta popular sobre o tema, passou a enfrentar a oposição da Presidência da República e dos parlamentares governistas. O Conselho Nacional Eleitoral acabou invalidando um grande número de assinaturas

coletadas de maneira presencial, não permitindo a realização da consulta popular.

As petições online buscam de certa forma suprir o déficit de legitimidade das ONG de segunda onda, que não possuíam mandato nem apoio explícito de um público determinado. Nesse sentido, possuem um papel complementar. O desafio é potencializar as sinergias entre ambos os formatos, apesar de suas lógicas serem diferentes: a do trabalho contínuo e de longo prazo das ONG, dedicadas a temas específicos e o impacto quantitativo e abordagem de temas variados em forma e efêmera das plataformas online de apoio a causas. Essas plataformas, como veremos de maneira similar às plataformas de consulta, devem enfrentar o problema do “déficit democrático”: em geral, os “fundadores” de uma plataforma, website ou comunidade virtual possuem um controle sobre seu funcionamento — a informação acumulada, a forma em que é apresentada etc. — que nem sempre são transparentes.

Plataformas de consulta

As plataformas de consulta são dedicadas a promover o debate e propostas sobre temas específicos. Neste livro, apresentamos duas experiências: a brasileira, referente à elaboração de uma legislação para a Internet, e a chilena, relacionada à nova constituição do país.

A proposta de um parlamentar do Congresso brasileiro para regular a Internet desencadeou uma reação negativa de usuários e organizações da sociedade civil, que a consideraram repressiva e a serviço de grupos econômicos. O Ministério da Justiça pediu, em 2009, que um centro de pesquisa de uma universidade elaborasse uma plataforma para receber subsídios dos cidadãos, das

organizações da sociedade civil e de empresários. O número de participantes na plataforma foi de alguns milhares. A nova proposta, elaborada pelo Ministério da Justiça a partir das contribuições recebidas, denominada “Marco Civil da Internet”, foi aprovada pelo parlamento brasileiro em 2014 e atualmente aguarda regulamentação.

No contexto da discussão de uma nova constituição para o Chile, sob o atual governo da presidente Bachelet, foram criadas várias plataformas para informar, educar, incentivar a mobilização e o debate público e apoiar diversas causas. Nenhuma delas tem como objetivo elaborar uma proposta constitucional. Essas atividades são complementadas por ações off-line, como seminários e atividades no sistema escolar. Governo, universidades, *think tanks*, fundações e setores da sociedade civil estão entre os responsáveis pelas diversas plataformas. O impacto desses esforços não é claramente mensurável e, se tomarmos por referência uma das principais iniciativas, #TuConstitución, promovida pela Fundação Democracia y Desarrollo, do ex-presidente Ricardo Lagos, a quantidade de pessoas envolvidas é limitada. Outra dimensão que produz uma fragmentação de esforços é a diversidade de iniciativas que, até certo ponto, possuem objetivos comuns.

As limitações apresentadas pelas plataformas não diminuem seu papel de divulgação e de experimentação — cada uma delas apresenta arquiteturas que utilizam novos formatos que buscam facilitar a participação em espaços virtuais. Também é importante lembrar que o processo de elaboração da constituição chilena encontra-se em seu início e que possivelmente surgirão novas modalidades de participação e de consulta à população usando os novos meios de comunicação.

O caso do Marco Civil da Internet representa um exemplo de colaboração frutífera entre o governo e a sociedade civil. Foi um mecanismo eficaz para diminuir o peso dos lobbies que atuam diretamente junto ao poder Executivo e os parlamentares na formulação de políticas

públicas. Contudo, seria exagero afirmar que o documento representa a “opinião da sociedade”. A consulta serviu para redistribuir o poder de influência entre os grupos de elite pois, diante da mobilização de grupos alternativos, o governo ampliou sua margem de manobra, elaborando uma proposta com maior legitimidade. O debate sobre a elaboração de uma nova constituição chilena segue um modelo diferente, no qual as diversas iniciativas perseguem objetivos variados e não existe um espaço unificado, uma única plataforma responsável por receber propostas e transmiti-las a um determinado órgão público.

Manifestações de rua

As manifestações de rua que aconteceram nos últimos anos, nos Estados Unidos e na Espanha, no Oriente Médio e no Brasil, deram lugar a uma ampla bibliografia sobre uma nova geração de “indignados” que, graças aos novos meios de comunicação, comunicam-se de forma livre, em forma horizontal e instantânea e produzem por vezes manifestações que levam milhares de pessoas às ruas.

A Internet certamente permite uma comunicação horizontal massiva e instantânea. Palavras de ordem via *hashtags* e mensagens e imagens virais disseminam-se em tempo real. Contudo, não podemos nos esquecer que explosões sociais perpassam a história humana e sua principal característica é a imprevisibilidade. Somente a posteriori encontram-se explicações para suas possíveis causas. No caso das manifestações de rua dos últimos anos, a novidade, o uso da Internet, dificultou ou impediu muitos analistas, em parte por falta de um horizonte de tempo histórico maior, de compreender as dinâmicas dos processos que antecedem e, sobretudo, que seguem as manifestações. Assim, cabe destacar, e isso vale para o tema em seu conjunto, que os historiadores do presente, ou seja, os sociólogos e cientistas políticos, certamente devem estar

sempre atentos para o novo, mas sem esquecer lições do passado. A surpresa de muitos analistas sobre os desdobramentos da Primavera Árabe, ou as limitadas consequências imediatas do Occupy Wall Street, que foram saudados por alguns como o início de uma nova era de participação democrática e que hoje outros banalizam como movimentos incapazes de mudar a história, é produto de uma visão que deixou de se alimentar da experiência histórica. Explosões sociais são recorrentes em todas as sociedades e seus desdobramentos sempre foram controlados por organizações que souberam tirar proveito ou neutralizar a nova situação.

Os casos analisados neste livro destacam a variedade de fatores que antecederam as manifestações, seu transcurso e, quando possível, suas consequências. O caso do movimento estudantil chileno mostra a existência de um grupo que realizou um forte trabalho de organizações off-line antes de partir para as ruas. As demandas do movimento foram incorporadas pelo programa da candidata à presidência da Concertação, e vários dos líderes do movimento, que sofreu uma forte queda após as eleições, integraram-se ao sistema político, como candidatos de partidos políticos nas eleições ou na composição do governo.

No Brasil, a dinâmica das manifestações de junho de 2013 foi bastante diferente. Iniciadas por um coletivo organizado off-line, o Movimento Passe Livre, formado em grande parte por estudantes, deu seus primeiros passos em 2005, lutando pela melhoria da mobilidade urbana e por tarifa zero no transporte público. As manifestações de junho de 2013 em São Paulo rapidamente se expandiram pelo país e, no processo, também foram se transformando as principais bandeiras defendidas pelos manifestantes. Denúncias contra a corrupção, o desperdício de recursos para a realização da Copa do Mundo de futebol e a baixa qualidade dos serviços públicos passaram a ser as principais bandeiras dos manifestantes, realizadas à margem dos partidos políticos e frequentemente com frases de efeito contra os políticos. Embora o texto aqui incluído se concentre nos eventos de 2013, eles podem ser considerados uma primeira

fase, que continuou com as manifestações de março e abril de 2015, dirigidas fundamentalmente contra a presidente Dilma Rousseff e a favor do processo de impeachment. Nessa nova fase, passam a ocupar um espaço maior núcleos organizados off-line, com uma identificação política, em geral conservadora e/ou pró-mercado, que se apresentam como os principais promotores das manifestações e buscam se apresentar como seus porta-vozes.

Na Venezuela, as manifestações de 2014 estão associadas a um contexto político extremamente polarizado. Impulsionadas pelo crescente mal-estar em relação ao governo bolivariano, os protestos foram convocados pelas redes sociais de maneira descentralizada. Sem a participação das ONG estabelecidas e num contexto de forte repressão por parte do governo e de divisões internas no campo da oposição, acabaram perdendo seu ímpeto. A polarização política e as manifestações de rua atingiram a diáspora venezuelana, possibilitando o surgimento de um website e uma página de Facebook denominados SOS Venezuela. Uma iniciativa de ativistas venezuelanos, muitos dos quais se encontram no exterior, visava chamar a atenção internacional para os desmandos do governo. Ao fim das manifestações vê sua atividade declinar, mas a marca SOS Venezuela permanece ativa nas redes sociais.

Os casos analisados mostram formas muito variadas de articulação entre o sistema político, os grupos off-line e as manifestações de rua, nas quais os novos meios de comunicação desempenham um papel central nas convocações para as manifestações. No Chile, o sistema político-partidário se mostrou capaz de absorver as demandas e lideranças geradas pelo movimento estudantil. Liderados por militantes geralmente de partidos menores de esquerda, conseguiram marcar a identidade do programa de governo da candidata vencedora das eleições presidenciais e deslocar o eixo da política chilena. O caso brasileiro aponta a existência de um mal-estar em setores sociais

muito variados (que se encaixariam numa definição muito ampla de classe média), insatisfeitos com o sistema político e com os partidos. Seu impacto foi o de marcar um novo momento da política brasileira, na qual a rua foi tomada por setores insatisfeitos com o governo do PT, mas não apenas com ele. Somente o futuro será capaz de mostrar a importância desse movimento, se foi o ponto de partida efetiva de mudanças maiores no sistema político ou uma explosão social da qual se aproveitaram atores políticos e sociais. Por fim, na Venezuela temos uma polarização política, na qual desempenham um papel central o governo e os vários setores da oposição, que buscam reprimir, capturar ou apaziguar as manifestações de rua. Foi um capítulo de um drama político mais amplo, produto e reflexo da radicalização por parte da oposição e que foi integrado na dinâmica de enfrentamento com o governo.

Estamos, em certos casos de manifestações de rua, diante de novos movimentos sociais ou são “explosões de opinião pública”, que não chegam a se consolidar, o que não significa que não deixem marcas na sociedade e nos participantes?

Novas formas da sociedade civil

Não existe um formato único de relação entre a primeira e a segunda ondas e a nova que se configura no ciberespaço. Podemos identificar, de maneira simplificada, diversos modelos:

Em alguns casos apresentados neste livro, como o movimento estudantil e o de Alto Maipo no Chile, o movimento camponês na Colômbia, os protestos na Venezuela e as várias plataformas relacionadas à elaboração da nova constituição chilena, trata-se de organizações da primeira e da segunda ondas que utilizam os meios virtuais para alcançar um público mais amplo.

Um formato diferente de combinação da “velha” com a “nova” política é a Marcha pela Vida, promovida pelo político colombiano Antanas Mockus, realizada através de um chamado pelas redes sociais para participar de um evento que se definia como suprapartidário. Esse chamamento, feito por um político para a população e também para outros líderes partidários, obteve um sucesso relativo pois, apesar de sua ressonância nas redes sociais, não conseguiu diferenciar totalmente o campo dos interesses pessoais político-partidários de uma mensagem que se pretendia ecumênica.

Muitos dos estudos de caso mostram uma certa incapacidade por parte das ONG tradicionais e/ou um esforço ativo de não as envolver. No caso da Marcha das Putas na Colômbia e Ni Una Menos na Argentina, vemos o surgimento de uma mobilização feminista que se realiza à margem das organizações consagradas dedicadas a essa causa. Decerto um produto de um século de lutas pelos direitos das mulheres, as novas ativistas saem às ruas para defender seus “direitos humanos” dentro de uma visão que já não é parte de um discurso “feminista”, mas de indivíduos (deveríamos dizer indivíduos?) que exigem respeito enquanto seres humanos autônomos.

No caso da marcha Ni Una Menos, na Argentina, a mobilização se deu a partir de mulheres jornalistas contra o feminicídio e a violência contra as mulheres e recebeu o apoio de pessoas famosas no campo da comunicação, da cultura e também da política, mas as ONG enquanto instituições não desempenharam um papel relevante. Seu sucesso fez com que políticos buscassem capitalizar em benefício próprio o evento, associando-se através de declarações e imagens de apoio.

A Marcha das Putas na Colômbia possui uma origem mais inédita. Promovida por uma militante dos direitos humanos pouco conhecida, inspirada em uma manifestação realizada no Canadá, desencadeia um movimento nas redes sociais que obtém uma ampla adesão e promove uma manifestação na qual os slogans mais variados falam sobre a liberdade das pessoas. Realizada sem o apoio das organizações feministas, apenas em uma segunda marcha

conta com a adesão de uma ONG que inclui temas de seu interesse (o tratamento das prostitutas), mas a adesão é menor. Por fim, a promotora das marchas cria sua própria ONG para garantir a continuidade da iniciativa após a diminuição da sua visibilidade pública.

Por fim, Quito, Yo me Apunto apresenta a experiência de um espaço virtual criado nas redes sociais, posteriormente incluindo encontros off-line, voltado ao desenvolvimento de propostas para melhorar a qualidade de vida da capital equatoriana e que, através de contatos com as autoridades da cidade, obtém resultados efetivos. A iniciativa chega ao fim após a mudança no comando do governo local e a ação disruptiva sistemática de *trolls* (provocadores) em sua página do Facebook, possivelmente associados a interesses políticos.

As novas formas de organização apresentam pontos fortes e fracos. No caso de Quito, Yo me Apunto e da Marcha das Putas, destacam-se o papel de uma única pessoa, seu poder sobre a iniciativa, e a dependência desta em relação àquela. Na marcha camponesa ou a de Alto Maipo, o apoio recebido da sociedade civil é importante, mas, em boa medida, dilui-se rapidamente.

Se não possuem os vícios da burocratização, já que não têm como objetivo a autorreprodução, os novos formatos de sociedade civil apresentam fragilidades que dificultam sua permanência ao longo do tempo e a acumulação de conhecimentos. Nesse novo cenário temos coletivos substituindo as organizações, nos quais as tomadas de decisão aparecem como produto de consultas abertas, mas que também permitem que líderes, geralmente os promotores originais da iniciativa, possuam uma ampla margem de poder discricionário. No caso das ONG que surgem orientadas desde sua criação para atuar no mundo virtual arregimentando apoio para causas, como Avaaz e Change.org, elas tratam dos mais diferentes assuntos, não sendo seu objetivo a dedicação constante à defesa, incluindo a análise e a reflexão, a causas específicas.

No geral, observamos que o formato de ONG vem sendo até certo ponto questionado pela cultura política e pelas formas de participação promovidas pelo mundo virtual. A nova figura social dos movimentos promovidos pela Internet é o dos “indignados”, e os “coletivos” substituem as organizações. Os indignados se referem a uma categoria ampla, que reflete uma cultura política sustentada por valores democráticos, mas formada por indivíduos sem uma identidade política consistente, o que não permite criar laços para além do momento crítico de ação, nem desenvolve uma agenda em relação ao que seria desejável, dando as costas ou desconfiando (para usar de um eufemismo) dos políticos e da política institucional. Os coletivos enfatizam o caráter democrático e fluido desse novo tipo de organização, onde não existem hierarquias ou líderes, o que, como vimos, não se confirma na prática.

O papel dos meios tradicionais de comunicação

Os estudos de caso mostram que os ciberativistas esforçam-se para que suas causas encontrem eco nos meios tradicionais de comunicação, embora muitos deles sejam às vezes extremamente críticos em relação à imprensa comercial. De certa forma, os meios tradicionais mantêm a capacidade de legitimar (ou não) as informações que circulam pelas redes sociais e/ou as mobilizações sociais por elas desencadeadas. Ao menos dois fatores explicam a contínua importância desses meios: (1) Os meios tradicionais continuam sendo, para boa parte da população, a fonte mais confiável de informação; (2) A comunicação no ciberespaço, por mais amplo que seja seu alcance, ainda chega a um público limitado.

O novo espaço virtual e os meios tradicionais às vezes possuem uma relação tensa, em alguns casos há polinização cruzada e, em outros, eles se de-

sencontram. Neste livro apresentamos três estudos de caso onde os meios tradicionais são atropelados pelos eventos e a insatisfação com eles abre espaço para novos formatos de jornalismo profissional. Na Venezuela, a repressão do governo aos meios de comunicação fez com que grupos de jornalistas profissionais criassem veículos digitais de notícia: Efecto Cocuyo e Crónica Uno. No Brasil, a Mídia Ninja, formada por um grupo que promove o jornalismo alternativo, transformou-se durante as manifestações de junho de 2013 em um canal de transmissão de imagens, em particular da repressão policial, influenciando amplos setores da população, em particular os jovens. Por fim, a análise dos eventos do 30 de setembro de 2010 no Equador, durante um levante policial, mostra como os cidadãos passaram a utilizar as redes sociais, em particular o Twitter, para se informar em tempo real sobre o desenrolar dos acontecimentos, após a queda dos sites dos veículos tradicionais, num primeiro momento, e posterior ação do governo de controle da mídia.

Dependência de redes sociais comerciais

Todos os estudos de caso indicam que o ciberativismo acontece fundamentalmente nas redes sociais, em particular no Facebook e no Twitter, e por meio da transmissão de imagens, sobretudo via YouTube.⁴ Até mesmo os críticos mais ardentes dessas redes as usam sistematicamente. O Facebook é o principal meio para disseminar mensagens e conteúdos um pouco mais elaborados, e o Twitter é particularmente útil para a transmissão de informações específicas sobre acontecimentos e disseminar palavras de ordem.

A crítica tradicional aos meios de comunicação era que a comunicação de massa estava monopolizada por seus proprietários, o que afetava suas agendas. Por outro lado, a comunicação cara a cara desempenhava um papel importante, muitas vezes contrapondo-se aos meios tradicionais.

4 É possível que futuros estudos de caso apontem a importância de ferramentas como o WhatsApp.

Na medida em que grande parte da comunicação se realiza no mundo das redes virtuais, surge uma nova conformação do espaço público. Grande parte da comunicação, inclusive a que anteriormente era realizada de maneira presencial, se dá através de redes sociais que não controlam o conteúdo das mensagens, mas que definem o formato por meio do qual as informações são organizadas e posteriormente usadas para fins comerciais. Assim, o formato das redes está diretamente relacionado com o objetivo comercial de obter a maior quantidade possível de informações sobre as pessoas e suas preferências, construindo perfis de usuários com grande valor comercial. No caso do Facebook, por exemplo, isso significa que a “linha de tempo” é um mosaico composto pelas mais diversas mensagens, que mudam de tema a cada instante e que, no melhor dos casos, dão geralmente lugar a comentários banais e “curtidas”. O Twitter, por sua vez, com suas mensagens curtas, está longe de ser um espaço de debate público.

Em resumo, se por um lado as redes sociais permitem uma comunicação horizontal, por outro, estruturam-se de tal maneira que não favorecem um debate argumentativo, predominando a simplificação e a polarização. Como temos visto, plataformas que buscam desenvolver uma troca mais profunda ainda estão dando seus primeiros passos e ainda não alcançaram um público amplo.

Conclusões: novas tecnologias e o futuro da democracia

Os diferentes textos deste livro indicam que a estreita ligação entre o online e o off-line tende a se aprofundar de maneira crescente e, para os internautas, em especial os mais jovens, a passagem de um para o outro é constante, e ambos os espaços chegam a ser vividos como um só. Ao mesmo tempo em que a separação entre o online e o off-line se torna cada vez mais incerta, um processo similar se dá no processo de construção de ambas as esferas: os atores tradicionais off-line se transferem e interferem cada vez mais no universo da

comunicação política, em particular nas redes sociais. Embora se reconheçam as especificidades e potencialidades da comunicação virtual, fica claro em todos os estudos de caso que ela não pode ser compreendida sem considerarmos a dinâmica conjunta com os atores no mundo off-line.⁵

Talvez, mais do que criar novos conceitos para caracterizar essa situação na qual as duas dimensões encontram-se interligadas, trata-se de observar que, quando se fala do mundo online e do off-line, não nos referimos a realidades isoladas, onde atuariam atores sociais diferentes. Por outro lado, essas realidades não podem ser confundidas. É uma distinção por vezes tênue, mas real e, em determinados momentos, decisiva, entre o ato de clicar e o de estar presente nas ruas, entre ser um simples usuário e possuir recursos materiais para investir na programação e produção de conteúdo em grande escala, entre o poder de enviar mensagens e o de dispor de meios legais e repressivos para interferir. Na medida em que avança a “Internet das coisas”, a fusão entre ambos os universos exigirá novas conceituações. Vivemos em um período histórico no qual convivem um mundo que está chegando e outro que está deixando de ser, mas sua marca continua (muito) presente.

Os estudos de caso indicam que, em regimes com tendências autoritárias (como a Venezuela do presidente Maduro ou o Equador do presidente Correa), o Estado interfere diretamente no mundo virtual, usando tanto instrumentos legais como discricionários, limitando a liberdade de expressão e mobilizando meios escusos (como *bots* e equipes de profissionais da comunicação que se dedicam a tumultuar websites, blogs e páginas de redes sociais de opositores). É também em situações autoritárias que o potencial libertário da rede possui um papel ainda mais decisivo.

Contudo, não é apenas em regimes autoritários que o Estado tenta controlar e interferir no mundo virtual. Governos democráticos também estão

5 A necessidade de estudar a relação online/off-line se dá de maneira similar nos mais diversos campos, como em relação à ação de grupos terroristas, e também na educação, onde se esperava que a distribuição de computadores, independentemente do ambiente educativo (em particular a formação de professores), faria milagres, o que, de maneira geral, não ocorreu.

presentes no espaço público virtual. O financiamento com recursos públicos de veículos de notícia online e blogueiros “amigos”, o acompanhamento do que acontece na rede e o uso de *bots* para aumentar o número de seguidores dos tuítes dos presidentes e disseminar mensagens de apoio passaram a ser práticas amplamente utilizadas.

A expectativa de que o mundo online constituísse um espaço no qual cidadãos empoderados pela possibilidade de acessar diretamente o espaço público e se comunicar em redes horizontais estariam mais motivados a participar não se confirma. Certamente, em momentos de “explosão social”, eventos que mobilizam toda a sociedade, a comunicação online direta, horizontal e de massa alcança um público amplo e produz efeitos políticos importantes. Mas, em geral, a comunicação política continua sendo um tema de interesse de uma minoria. Nas redes sociais não apenas predominam as mensagens pessoais, como os “formadores de opinião” são os *pop stars*. Nos temas políticos poucos se relacionam e comentam sobre assuntos mais complexos, e em geral as reações se resumem a “curtidas” e comentários curtos, na maioria em tom de denúncia. Por sua vez plataformas de consulta dedicadas a temas específicos atingem segmentos muito limitados da sociedade, sem falar na exclusão digital, que continua sendo expressiva na região, apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos.

A afirmação anterior não nega que o universo virtual tenha características próprias, que transformam profundamente as formas tradicionais de comunicação e de sociabilidade. Também cria novas oportunidades de comunicação cidadã, particularmente atraentes para os jovens, e abre espaço para uma nova geração de comunicadores, transformando a dinâmica do espaço público e permitindo novas formas de ativismo e de cultura política. Para assegurar o caráter democrático das novas formas de participação é necessário que esses instrumentos sejam transparentes, minimizando os efeitos do anonimato pelo aumento da capacidade crítica e de discernimento dos cidadãos.

A Internet foi considerada, e para muitos ainda é, a possibilidade de substituir a representação pela participação direta ou, em outras palavras, a

possibilidade de eliminar os intermediários entre os cidadãos e as decisões de governo. Os estudos de caso apresentados, seja de novos formatos de partidos políticos, de plataformas de consulta ou de campanhas online, evidenciam as potencialidades e os limites dos novos sistemas de consulta ou de comunicação direta e mobilização da sociedade. As redes sociais são extremamente eficazes no que se refere ao envio de mensagens claras e simples em momentos de mobilização ou quando se trata de temas pontuais que supõem uma resposta binária. Mas, até o momento, não se conseguiu desenvolver plataformas que permitam a deliberação por parte de um grande número de participantes sobre temas complexos, que exigem esforços de negociação e de síntese.

Em certas visões de democracia virtual, a vida política seria uma consulta permanente junto aos cidadãos. Isso implica supor que a política é o agregado de opiniões pessoais, e não uma construção coletiva, produto de um esforço argumentativo e de negociações que permitem não apenas criar consensos como propostas e visões sobre a sociedade possível e desejável, o que requer organizações estáveis capazes de processar os debates e assegurar uma continuidade no tempo de correntes de opinião pública.

A comunicação política virtual, em grande medida, teve até agora um papel mais de “contrademocracia”,⁶ de expressão do mal-estar com problemas centrais que perpassam as sociedades democráticas, como a desigualdade social. Para deixar de ser fundamentalmente um instrumento de catarse social, deve ser capaz de transformar as instituições democráticas e as políticas dos governos. O grande desafio é articular as possibilidades de participação virtual e de manifestações de rua com formas representativas, as manifestações efêmeras com organizações que se sustentem ao longo do tempo. Uma relação virtuosa entre as diferentes formas de comunicação e organização é o caminho

6 Caracterizada por Pierre Rosanvallon como mecanismos complementares aos eleitorais, de crítica e denúncia a partir de uma desconfiança saudável dos políticos e das instituições, que podem resultar num distanciamento do sistema político, expresso em um cidadão “apolítico” ou “impolítico”, levando à estigmatização do sistema representativo e, por fim, ao populismo destrutivo. Pierre Rosanvallon, *La Contre-Démocratie: La Politique à l'âge de la Défiance*. Paris: Seuil, 2006.

para enfrentar as distorções na cultura política que atualmente predominam no mundo virtual. Isso exige inovações organizacionais por parte dos partidos políticos e das ONG, que permitem integrar a comunicação virtual às formas de organização, participação e mobilização interna e contato com os cidadãos. E, por parte dos cidadãos, uma aprendizagem sobre o uso crítico da Internet, que deve começar nas escolas, como instrumento de informação e participação política.

Cada onda da sociedade civil transformou a institucionalidade política e as formas de participação social. A primeira onda promoveu os direitos dos trabalhadores e o acesso a bens e serviços públicos (como saúde, educação e aposentadoria), levando à diminuição da desigualdade social e ao Estado de bem-estar social. A segunda onda foi bem-sucedida ao avançar temas até certo ponto esquecidos pela primeira, como as relações de gênero, a situação de minorias raciais e indígenas, a violência do Estado e a consciência sobre o meio ambiente. Ao mesmo tempo em que ampliou e aprofundou as expectativas igualitárias e a busca do reconhecimento e dignidade de cada pessoa, também se mostrou impotente diante do aumento da desigualdade social.

A terceira onda, como não podemos deixar de insistir, ainda se encontra em sua infância. A rede – cada vez mais permeia todas as atividades humanas e uma de suas consequências, à criação de um novo formato de espaço público, resulta em novas formas de comunicação e organização das relações sociais que afetam os diversos tipos de ativismo político e seu conteúdo. Este livro é um esforço de mapear alguns aspectos dessas transformações, mostrando a diversidade, as contradições e as possibilidades virtuosas e riscos que se apresentam para a democracia no século XXI.

O mundo virtual é certamente mais democrático, na medida em que criou um espaço mais amplo de expressão e circulação de opiniões, reduzindo os custos de transação comunicacional, facilitando a comunicação e mobilização dos cidadãos. Ao fundir a comunicação

política com a comunicação pessoal subjetiva, deu lugar à profusão de mensagens curtas, onde predominam estados emocionais individuais, o mal-estar e a denúncia, marginalizando o debate informado e construtivo de uma agenda positiva. Se diminuiu o peso relativo dos meios tradicionais, também surgiram no mundo virtual influências de poder real mais nocivas, protegidas pelo anonimato, pela dependência de estruturas de redes sociais orientadas por interesses econômicos privados e pela capacidade do Estado (e de empresas) de obter um volume de informação sobre seus cidadãos que causaria inveja em qualquer regime totalitário.

Em resumo, o que temos com os novos meios de comunicação é uma enorme expansão do espaço público ao mesmo tempo em que se perde em substância e especificidade. Ambas as tendências convivem e competem entre si. Construir um espaço público virtual capaz de neutralizar os usos nocivos e potencializar seu lado virtuoso é o grande desafio do ciberativismo que, como mostramos aqui, depende de um esforço de criar soluções que reúnam o mundo online e o off-line, a representação e a participação direta.

Argentina

Rocío Annunziata

Emilia Arpini

Tomás Gold

Bárbara Zeifer¹

1. Introdução: o contexto da participação cidadã na Argentina
2. Acesso, uso e marco jurídico da Internet na Argentina
3. Estudos de caso
 - Caso 1: #NiUnaMenos, os corpos nas ruas
 - Caso 2: Partido de la Red, experimentalismo democrático
 - Caso 3: Change.org, o grito digital
4. Conclusões: convergências online/off-line
5. Referências

¹ Rocío Annunziata é professora da Universidade de Buenos Aires e Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET); Tomás Gold é bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas (CONICET); Emilia Arpini é bolsista de doutorado da Universidade de Buenos Aires e Bárbara Zeifer é bolsista de mestrado da Universidade de Buenos Aires.

1. Introdução: o contexto da participação cidadã na Argentina

A participação cidadã na Argentina foi marcada, da redemocratização até a virada do século, por dois grandes conjuntos de atores. Em primeiro lugar, os movimentos ligados aos direitos humanos apresentaram uma configuração inovadora em seu formato e suas reivindicações em relação a atores mais tradicionais da sociedade civil que também tiveram grande protagonismo nos anos 1980: sindicatos e partidos políticos. Como consequência do desemprego produzido pelas políticas neoliberais nos anos 1990, emergiram atores que foram fundamentais no cenário público argentino por muitos anos e que ficaram conhecidos precisamente por sua forma de aparecer em público: os chamados “piqueteiros”. Este segundo grupo de atores era constituído por desempregados ligados a sindicatos, partidos políticos de esquerda e coletivos autônomos, e suas ações de bloqueio de estradas buscavam exigir recursos do Estado (programas sociais) num contexto de severa crise econômica, pobreza e indigência (enquanto se organizavam no país práticas de subsistência como comedorias públicas e restaurantes populares e locais para a distribuição de roupas).

A união de movimentos piqueteiros e de cidadãos não organizados que viram sua condição de vida piorar significativamente eclodiu na virada do século com o famoso “panelaço” de dezembro de 2001. Essa massiva mobilização foi interpretada como uma reação ao anúncio do confisco dos depósitos bancários, mas também constituiu uma reação popular à declaração do estado de sítio pelo então presidente. Batendo em suas panelas, milhares de argentinos se reuniram na Praça de Maio e em muitas cidades do país durante as manifestações de 19 e 20 de dezembro de 2001, sob o grito de “*que se vayan todos, que no quede ni uno solo*” (fora todos [os políticos], que não fique nenhum), tendo como efeito imediato a renúncia do ministro da Economia e do presidente Fernando de la Rúa, além de um saldo de mortos e feridos pela repressão policial. O profundo repúdio a todos os políticos foi o ápice da crise de representação na

Argentina, seguido por uma efervescência social que deu continuidade à explosão emergente por meio de assembleias de bairro durante grande parte do ano 2002. O “panelaço” de dezembro de 2001 constituiu de certa maneira o último dos movimentos do século XX e o primeiro do século XXI. Foi o último do século XX porque seus protagonistas eram, em parte, atores organizados da sociedade civil, marcados pelos rastros das formas organizativas do passado, como sindicatos e partidos de esquerda; e a reação à declaração do estado de sítio pode ser vista como herdeira dos movimentos em defesa dos direitos humanos; foi também o primeiro do século XXI porque seus demais protagonistas eram cidadãos independentes que saíram espontaneamente para protestar à medida que os meios de comunicação transmitiam as imagens da manifestação. Em dezembro de 2001, a televisão cumpria um papel similar ao das redes sociais anos depois, tanto na Argentina quanto no resto do mundo, como difusoras ou até mesmo geradoras de massivas mobilizações sociais.

Com a chegada à presidência de Néstor Kirchner, após a transição de Eduardo Duhalde, ocorreram diversas mudanças em relação ao cenário encontrado ao final do ano 2001. Por um lado, a recuperação econômica e o desgaste fizeram minguar as assembleias de bairro, e a política de inclusão e não repressão transformou muitos dos movimentos piqueteiros em movimentos sociais governistas. Por outro lado, a política de direitos humanos implementada desde o início pelo novo governo levou à conquista do apoio dos movimentos como o das Mães e o das Avós da Praça de Maio, que se tornaram aliados-chave na configuração kirchnerista nascente. Durante a segunda presidência do kirchnerismo, com Cristina Fernández de Kirchner à frente do governo, surgiram novas organizações de apoio ao governo em conjunturas críticas, como o conflito com os setores agropecuários em 2008 (o grupo de intelectuais reunidos na Carta Aberta, por exemplo) ou a morte de Néstor Kirchner em 2010 (o movimento jovem “La Cámpora”, sob a liderança de seu filho Máximo).

Paralelamente, no nível local, após a crise de 2001 surgiram — e logo se expandiram — instrumentos participativos no qual autoridades locais con-

vidavam moradores de bairro a discutir e decidir sobre questões de seu território. O exemplo paradigmático foi o do orçamento participativo, que surgiu pela primeira vez em 2002 em Rosário e na capital Buenos Aires e, em 2006, passou a ser adotado também pelo município de Morón da província de Buenos Aires, chegando a atingir, nos anos seguintes, mais de 50 municipalidades das 14 províncias argentinas. O governo nacional deu forte impulso a essa política através da criação, em 2008, da Rede Argentina de Orçamento Participativo, mas a implementação desse mecanismo de participação aconteceu de maneira transversal no país, independente de coloração política ou bandeira partidária dos governos locais. O alcance de instrumentos como os orçamentos participativos (e outras como conselhos de bairro, conselhos consultivos temáticos, planejamento estratégico participativo etc.) nunca deixou de ser limitado em seus efeitos sobre as condições de vida da população, dados os poucos recursos com que geralmente contava e o foco das assembleias de OP em problemas pontuais do bairro ou da vizinhança que seu desenho institucional fomentava (Annunziata, 2013).

A essa forma de participação “concedida” pelas autoridades mais do que “conquistada” pela sociedade, e orientada principalmente à gestão do entorno imediato, se acrescentariam, em meados da primeira década do novo século novos ciclos de protestos que apelavam à figura dos autoconvocados e reuniam diferentes expressões de mal-estar e de repúdio em relação a situações e, em particular, decisões ou medidas dos governantes. Uma das primeiras mobilizações de massa convocadas por um “cidadão comum” sem a presença de slogans, bandeiras e organizações políticas havia sido o ciclo de marchas pela segurança pública organizado por Juan Carlos Blumberg em 2004, logo após o sequestro e assassinato de seu filho Axel. Mas posteriores mobilizações, contra determinadas decisões do governo, foram interpretadas mais claramente como de oposição ao governo, questionando sua legitimidade enquanto manifestações “espontâneas”. Foi o que aconteceu com o ciclo de “panelaços” ocorrido entre 2012 e 2013, que constituíram as primeiras manifestações cujo nome remetia à

data em que ocorreram, reforçando seu caráter fugaz e episódico: 13S (setembro de 2012), 8N (novembro de 2012), 18A (abril de 2013) e 8A (agosto de 2013). Também foram as primeiras a serem convocadas e impulsionadas diretamente pelas redes sociais e a evidenciar algumas das características mais salientes dos movimentos sociais contemporâneos: a ausência — ao menos aparente — de atores organizados e de porta-vozes oficiais, a multiplicação de slogans individuais e a reunião de grupos heterogêneos na expressão de repúdio, a elaboração artesanal de cartazes no lugar de bandeiras etc.

Em 2015 começava um ano eleitoral crucial na Argentina, não apenas porque em outubro seriam realizadas as eleições presidenciais e legislativas, além das eleições para governador das províncias ao longo do ano, mas também porque tanto governistas quanto opositores concordavam que uma nova etapa do país começaria com a posse do novo presidente, devido à impossibilidade de reeleição e consequente fim dos doze anos de governo da família Kirchner, com a presidência de Néstor Kirchner (2003-2007) e de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011 e 2011-2015). A morte do promotor que investigava o atentado à Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), Alberto Nisman, no começo de 2015, deu origem a uma nova manifestação similar aos painéis de 2012-2013, convocada através das redes sociais por meio da *hashtag* #YoSoyNisman.

A participação social online havia acontecido de maneira concomitante ao rápido crescimento do acesso e uso das novas tecnologias. Parece-se configurar como uma ferramenta crescentemente à disposição dos atores cidadãos, tanto opositores quanto governistas, como se observou mais recentemente durante a última etapa da campanha eleitoral, quando proliferaram os chamamentos aos cidadãos para apoiar o candidato kirchnerista Daniel Scioli contra seu rival Mauricio Macri. Na verdade, a participação cidadã online não produziu apenas manifestações de repúdio ou facilmente associáveis a clivagens políticas conjunturais. Tal é o caso da mobilização #NiUnaMenos, ocorrida em 3 de junho de 2015 (3) em resposta à violência contra as mulheres. Tampouco a participação cidadã online reduziu-se ao chamamento para manifestações,

tendo também construído plataformas para a participação da sociedade com o objetivo de deliberar e decidir sobre projetos de lei, como o Partido de la Red, ou de pressionar os governantes para alcançar transformações sociais, como a Change.org.

Nas páginas seguintes, exploraremos essas três experiências inovadoras com o objetivo de analisar quais são os novos atores da participação cidadã. Eles parecem emergir da convergência entre o online e o off-line, destacando-se não apenas segundo uma visão centrada exclusivamente nas virtudes ou potencial das novas tecnologias de informação e comunicação, como também pela magnitude das mudanças que as mesmas introduziram nos atores cidadãos e nas formas de participação. É preciso destacar que o contexto eleitoral de 2015 influenciou de diversas maneiras nos três casos que analisamos: revelou a tensão entre a agenda eleitoral e a agenda cidadã com a manifestação #NiUnMenos, evidenciando a ausência da questão do combate à violência contra as mulheres nas propostas de quase todos os partidos políticos; obrigou o Partido de la Red a desenvolver ações para sua inclusão num cenário político em que não pode competir eleitoralmente; e potencializou os abaixo-assinados da plataforma Change.org relacionados às questões institucionais e eleitorais e retomadas por líderes da oposição. Essa conjuntura específica já terá passado após a publicação deste trabalho, mas permanecerá a emergência de novos atores da participação cidadã na interseção dos universos online e off-line e os desafios da teoria para conceituar com precisão seu caráter inovador.

2. Acesso, uso e marco jurídico da Internet na Argentina

O último relatório do Latinobarômetro revelou um crescimento muito significativo da participação cidadã informal na região latino-americana, à margem dos canais institucionais, o que constitui um terreno propício para o

impacto da Internet e das redes sociais na participação. De acordo com o relatório, 1 em cada 3 cidadãos da região estima que participar das redes sociais é uma forma de participação política. Do total de entrevistados na Argentina, 22% acredita que as redes sociais permitem participar da política; 27% afirmaram que as redes sociais criam a ilusão de estar participando; e apenas 12% pensam que as redes não servem para participar da política (Latinobarômetro, 2015). O que esses dados parecem mostrar é que as redes sociais estão se constituindo cada vez mais em uma ferramenta de participação, ainda que, para muitos, permaneça o ceticismo em relação a seu alcance político.

Porém, é preciso considerar a magnitude do acesso e do uso da Internet para se ter uma visão adequada de quem são os cidadãos que podem estar incluídos nas formas de participação que as redes sociais e plataformas online oferecem. O relatório do Latinobarômetro recém-mencionado indica que houve uma redução de 15% na quantidade de pessoas que afirmavam nunca terem usado a Internet; em 2015, enquanto a média regional era de 46%, na Argentina esse valor era de 38%, situando-a entre os países latino-americanos menos afetados pela chamada “exclusão digital”.² No entanto, esses dados também podem oferecer um indicador distorcido da distribuição do acesso a novas tecnologias no país. Segundo a Pesquisa Nacional sobre Acesso e Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação, entre 2011 e 2015 aumentaram significativamente tanto o acesso a computadores quanto o acesso à internet nos domicílios (passando de 56,4% para 67% e de 41% para 61,8%, respectivamente) para o total de 31 aglomerações urbanas consideradas na pesquisa (INDEC, 2015). Não obstante, a concentração geográfica nas áreas urbanas e províncias mais populosas segue sendo um fator a ser levado em conta: em setembro de 2014, por exemplo, foram registrados 13.366.561 acessos residenciais à Internet,

2 O Facebook é a rede social mais usada na região, e a Argentina está à frente dessa lista de países com 59% de uso dessa rede. A Argentina constitui a terceira maior audiência online da região, depois de Brasil e México, com 18,6 milhões de usuários únicos (ComScore, 2014). De acordo com o Observatório da Internet na Argentina (OIA, 2015), o Facebook possui 16 milhões de usuários ativos por dia, e o Twitter, 4,7 milhões de usuários ativos por mês.

dos quais 77,7% se concentravam na cidade de Buenos Aires e nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé e Mendoza (INDEC, 2014).

Para combater a exclusão digital, foram lançados na Argentina dois programas nacionais específicos. Por um lado, o Programa Conectar Igualdade, criado em abril de 2010 por meio do Decreto n. 459/2010, com o objetivo de alfabetizar a sociedade nas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), ampliando o acesso a recursos tecnológicos e informação sem distinção de grupo social, econômico ou geográfico. O Conectar Igualdade corre o país distribuindo netbooks³ a alunos e professores das escolas públicas secundárias, de educação especial e de formação de docentes, contemplando seu uso tanto na escola como nas residências dos alunos e dos professores; busca-se, assim, impactar a vida diária de todas as famílias e melhorar a inclusão digital em todo o território. Por outro lado, o Plano Nacional de Telecomunicações Argentina Conectada, lançado também em 2010, foi apresentado como uma estratégia integral de conectividade para melhorar a comunicação de todos os habitantes do país, com foco em particular nas localidades mais distantes dos grandes centros urbanos, que são consideradas “não lucrativas” pelas empresas de telecomunicações; para isso, propõe-se a construção da infraestrutura necessária e a provisão de equipamentos, configurando uma rede de fibra ótica segura, estratégica e soberana. O impacto de ambas as políticas ainda não foi mensurado, mas, como mencionamos anteriormente, o acesso a computadores e à Internet nos domicílios vem crescendo nos últimos quatro anos de maneira significativa.

O marco normativo relacionado especificamente às novas tecnologias ainda é recente no caso argentino. Faltam aspectos a regular e o impacto das regulações existentes ainda precisa ser avaliado. Em 18 de dezembro de 2014 foi aprovada a lei 27.087 (“Argentina Digital”), que declarou de interesse público o desenvolvimento das TIC, as telecomunicações e seus recursos associados, visando também garantir a neutralidade das redes. Um de seus dispositivos mais

3 Até novembro de 2015, esse programa já havia entregue 5.314.950 netbooks em todo o país.

importantes é o reconhecimento legal da neutralidade da rede: “É garantido a todo usuário o direito de acessar, utilizar, enviar, receber ou oferecer qualquer conteúdo, aplicação, serviço ou protocolo através da Internet sem nenhum tipo de restrição, discriminação, distinção, bloqueio, interferência, redução de velocidade ou degradação do serviço” (art. 56). Da mesma forma, a lei considera que as comunicações e telecomunicações são “direitos humanos” e declara as TIC um “serviço público essencial e estratégico”. A lei dedica-se em grande parte a regulamentar a prestação desses serviços, estabelecendo como responsável por isso a Autoridade Federal de Tecnologias da Informação e Comunicações (AFTIC), um órgão descentralizado e autárquico no âmbito do Poder Executivo (art. 77), bem como o Conselho Federal de Tecnologias de Telecomunicações e Digitalização (art. 85), um órgão de assessoramento da AFTIC em relação ao desenho da política pública de telecomunicações. Entre as principais funções da AFTIC estão: regular e promover a concorrência e o desenvolvimento eficiente das TIC; decidir sobre a concessão, prorrogação, revogação de licenças, registros, permissões e autorizações a empresas; promover e regular o acesso às TIC e aos serviços de telecomunicações, incluindo o de banda larga de Internet, em condições de concorrência efetiva.

A liberdade de expressão na Internet e a proteção dos dados pessoais dos usuários estão contemplados por normas anteriores, adaptadas, mas que não foram elaboradas especificamente para o uso das novas tecnologias e a circulação online da informação. Quanto à proteção dos dados pessoais, encontra-se em vigor a lei 25.326/2000, que criou a Direção Nacional de Proteção de Dados Pessoais e que trata da ação de *habeas data* garantida pelo artigo 43 da Constituição Nacional de 1994. A finalidade dessa lei era de proteger os dados de caráter pessoal que se encontrassem em bancos de dados, garantindo o direito à honra e à intimidade das pessoas, bem como o direito de controlar as informações coletadas sobre as mesmas. Por outro lado, a lei 26.032, sancionada em 18 de maio de 2005, estabelecia que “a busca, recebimento e difusão de informação e ideias de todo tipo, através de serviços de Internet, é considera-

da coberta pela garantia constitucional que ampara a liberdade de expressão”. No entanto, é preciso reconhecer que as empresas privadas (Facebook, Twitter, Youtube etc.) podem ter muita relevância em relação à liberdade de expressão de seus usuários, na medida em que detêm o poder de retirar conteúdos publicados por eles, por exemplo, no caso de mensagens discriminatórias ou de violência explícita. Mas não existe regulação ou norma específica em relação a seus critérios para julgar tal conteúdo. O Estado não pode censurar nenhum conteúdo na rede, mas, ao mesmo tempo, e pelo mesmo motivo, tampouco dispõe de ferramentas para lutar contra a censura de terceiros. Em 2010, o Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI), ligada ao Poder Executivo, criou um Observatório de Redes Sociais para combater o assédio na rede. Sem o poder de excluir páginas ou grupos do Facebook, propôs entrar em contato com as redes sociais nacionais e as internacionais que operam na Argentina para atuar como um usuário com poderes especiais de denunciar conteúdo discriminatório ou comentários em conflito com a lei.

Em todo caso, os desafios evidenciados pela regulação mostram que não existe uma separação entre um mundo “virtual” e um “real” em termos de direitos dos cidadãos e de participação democrática; entre os mundos online e off-line há uma conexão permanente e problemáticas comuns. Reconhecendo que, diferentemente do espaço público tradicional, o mundo online, as novas tecnologias de informação e comunicação e, em particular, as redes sociais permitem aos internautas uma maior capacidade de criação de conteúdo, ao mesmo tempo que expõem mais facilmente seus dados pessoais e sua intimidade, o novo espaço público compartilha e intensifica a mesma necessidade de garantias para a sociedade civil e os cidadãos. Censura, discriminação, liberdade de expressão, vigilância dos governos ou das corporações e acesso equitativo aos serviços constituem problemáticas antigas que se apresentam atualmente sob novos formatos, em maior número e em rápida transformação.

3. Estudos de caso

Caso 1: #NiUnaMenos, os corpos nas ruas

Em 3 de junho de 2015 houve uma concentração em massa em frente ao Congresso Nacional (entre 150 mil e 200 mil pessoas), e manifestações similares em mais de 120 cidades do país, com o slogan #NiUnaMenos, contra o feminicídio⁴ e a violência contra as mulheres. O chamamento surgiu após um debate nas redes sociais entre as jornalistas Marcela Ojeda, Florencia Etcheves, Ingrid Beck, Hinde Pomeranec e Soledad Vallejos diante do aumento do número de casos de feminicídio. A principal manifestação em termos de público foi marcada pela presença de familiares de vítimas de feminicídio e outras violências de gênero, organizações feministas e de mulheres e organizações políticas. Essa manifestação demonstrou a relevância de atores organizados, cidadãos e políticos, no mundo off-line, mas também a visibilidade e inclusão na agenda pública que um evento surgido no mundo online foi capaz de produzir, o que não havia sido possível por meio dos canais tradicionais. Da mesma forma, a mobilização revelou que o sentido público dos eventos com essas características foge da intenção de seus proponentes iniciais, colocando em dúvida a própria categoria de “organizadores”.

Os dias que precederam a enorme mobilização que assumiu o nome da *hashtag* #NiUnaMenos havia sido marcada por notícias de feminicídios que se somavam a outras dezenas já publicadas durante o ano de 2015. No dia 11 de maio a imprensa anunciou a morte de Suhene Carvalhaes Muñoz, uma jovem espancada até a morte por seu namorado, o que também coincidiu com o descobrimento da morte de Chiara Páez — uma jovem grávida de 14 anos enterada viva —, que havia causado grande comoção social. Ao receber a notícia, a jornalista Marcela Ojeda questionou em sua conta do Twitter: “Atrizes, políti-

4 O termo “feminicídio” refere-se ao assassinato de mulheres em decorrência de seu gênero. O termo começou a aparecer muito recentemente nos meios de comunicação, em substituição à expressão mais comum “crime passional”. Ver lavaca.org (2015).

cas, artistas, empresárias, referências sociais... mulheres, todas, bah. Não vamos levantar a voz? ESTÃO NOS MATANDO”. Essa foi a origem do chamamento para a manifestação que aconteceria no dia 3 de junho com o slogan #NiUnaMenos, ao qual se uniram outras jornalistas por meio de suas contas do Twitter, e no próprio dia 11 de maio se multiplicou pela rede de maneira viral.⁵

As impulsionadoras iniciais da mobilização não formavam um grupo organizado. A maioria delas não se conhecia pessoalmente antes do chamamento. De fato, havia um grupo do Facebook que havia se originado em uma maratona de leitura no 26 de março daquele ano chamado “*Ni Una Menos*” (nenhuma a menos), mas apenas algumas jornalistas desse grupo que se formou a partir do novo chamamento via Twitter havia feito parte desse grupo ou participado de suas atividades. Desse grupo haviam participado escritoras, jornalistas e familiares de vítimas da violência de gênero (como a mãe de Lola Chomnalez e o pai de Wanda Taddei, outras duas jovens vítimas). O motivo por trás da realização dessa maratona de leitura seria imediatamente relacionado também aos casos de feminicídio de Daiana García e Andrea Castagna, o primeiro dos quais suscitou o debate nas redes sociais após certos comentários terem feito alusão à roupa “provocante” que a garota vestia no momento do crime. A *hashtag* #NiUnaMenos⁶ foi inicialmente usada nesse grupo do Facebook. Mas o caráter viral do grupo e da mobilização foi produzido sobretudo via Twitter. Como alerta a jornalista Paula Rodríguez, o grupo do Twitter se formou “à vista de todos” e deu-se quase por “acaso”, uma vez que dependeu do número de pessoas que estava conectada no momento em que a jornalista Marcela Ojeda postou o co-

5 Como observaram outras das jornalistas à frente da mobilização, a ideia surgiu a partir da co-moção social gerada pelos casos de feminicídio, especialmente potencializados pela brutalidade do crime contra Chiara Páez (ver artigo de Hinde Pomeraniec na *Página/12* de 15 maio 2015), o que gerou um sentimento “visceral” de que algo precisava ser feito (ver artigo de Ingrid Beck na *Página/12* de 15 maio 2015).

6 Também é possível remontar o uso do slogan “Ni una menos” ao assassinato, em 2011, de Susana Chávez Castillo, uma poeta e ativista mexicana supostamente calada devido a denúncias de crimes e feminicídio em seu país. A frase inicial que se tornou viral naquele momento nas redes sociais mexicanas, tirada de um poema seu de 1995, dizia: “Ni una muerta más” (chega de mulheres mortas).

mentário em sua conta pessoal. Mas muitas das articuladoras iniciais “só chegaram a se conhecer pessoalmente após o evento”.⁷ O fato de serem jornalistas se somou ao potencial da rede social Twitter: algumas das articuladoras possuíam muitos seguidores, e outras possuíam seguidores bastante influentes.⁸

Em 12 de maio os principais jornais coletaram rapidamente números e depoimentos da organização La Casa del Encuentro, uma organização civil em defesa das mulheres que, diante da falta de números oficiais, mantinha estatísticas dos feminicídios cometidos nos últimos anos: 1.808 mulheres assassinadas por questões de gênero desde 2008. O relatório anual revelava que, somente em 2014, 277 mulheres haviam sido assassinadas e, na maioria dos casos, tanto as vítimas quanto os agressores eram adolescentes. A cada trinta horas, uma mulher era assassinada na Argentina pelo simples fato de ser mulher.

Rapidamente se tornaram virais nas redes sociais fotos e *selfies* de artistas famosos, jornalistas de renome, ativistas políticos e algumas legisladoras que apoiaram a causa desde o começo, como Gabriela Cerruti (deputada da capital Buenos Aires pela FPV), Victoria Donda e Margarita Stolbizer (deputadas nacionais pela FAP), trazendo a *hashtag* ou palavras de ordem. Além disso, três cartazes se tornaram os mais utilizados nas manifestações sobre o tema, entre eles o oficial com a legenda #NiUnaMenos. Ao longo do mês de maio, centenas de personalidades, instituições e organizações aderiram à causa por meio da publicação de uma *selfie* promovendo a *hashtag* e o movimento.

Nos dias seguintes, os meios de comunicação passaram a divulgar diversas notícias e serviços relacionados à problemática: desde aplicativos para o celular que ajudavam a prevenir feminicídios até entrevistas com diretoras de ONG. Começaram a investigar casos prévios de assassinato de mulheres, dando visibilidade a atividades anteriores relacionadas com a temática (como a Maratona de Leitura já mencionada, as ações de organizações militantes em defesa de uma lei contra o feminicídio etc.), ao mesmo

7 Entrevista com Paula Rodríguez (14 set. 2015).

8 Entrevista com Hinde Pomeraniec (18 ago. 2015).

tempo em que se multiplicavam as figuras públicas comprometidas com a causa.

A imprensa também passou a discutir um dos pontos centrais do chamamento à manifestação, que se baseava principalmente na implementação efetiva da lei 26.485 de proteção integral às mulheres. A lei define a violência como “toda conduta, ação ou omissão que, de maneira direta ou indireta, tanto no âmbito público como no privado, com origem em uma relação desigual de poder, afete sua vida, liberdade, dignidade, integridade física, psicológica, sexual, econômica ou patrimonial, bem como sua segurança pessoal”. No entanto, embora a lei tenha sido aprovada por ampla maioria em 1º de abril de 2009, não se encontrava totalmente regulamentada, especialmente no que se refere ao Plano Nacional de Ação para a Prevenção, Assistência e Erradicação da Violência contra as Mulheres. A falta de regulamentação de um plano nacional levava à paralisia estatal, já que existia uma “lacuna legal” quanto à distinção do feminicídio em relação a outros tipos de crimes. Nesse sentido, em 15 de maio foi realizada uma reunião entre as quatro escritoras e jornalistas iniciais e Fabiana Túñez, da organização La Casa del Encuentro, para definir o documento “oficial” que seria lido no dia da manifestação. Os meios de comunicação também começaram a trabalhar em conjunto com aquela organização que, pouco a pouco, transformou-se em um ator fundamental para a transmissão de informações sobre feminicídios. Desde o começo do processo de chamamento ficou clara a importância de vários aspectos do mundo off-line que potencializaram o alcance da iniciativa, como o reconhecimento social das jornalistas, o tratamento que começaram a receber por parte da imprensa tradicional e a atuação de organizações da sociedade civil.

A rápida viralização da *hashtag* e do chamamento à mobilização produziu discussões nas redes sociais e nos meios de comunicação sobre a legitimidade de certos atores para promover a causa e assumi-la como sua. Questionava-se, por exemplo, que algumas mulheres do mundo artístico, que haviam proferido durante sua carreira discursos que aprofundavam a desigualdade

de gênero, apoiaram a causa, bem como apresentadores de programas de televisão considerados sexistas. Nas redes sociais se multiplicaram *memes* com legendas como: “Para dizer ‘*Ni una menos*’, tem que parar de assistir ao Tinelli”, “... tem que parar de chamar assédio de rua de ‘cantada’”, “... tem que parar de ‘procurar putas’, alimentando o tráfico de mulheres”, “... tem que parar de criar princesas indefesas e machinhos violentos”, “... tem que legalizar o aborto”, “... tem que parar de perguntar porque o vestido da Melina era tão curto”. O que estava em jogo era uma tensão inerente a muitas das mobilizações contemporâneas que se difundem e se multiplicam pela Internet: até que ponto os indivíduos podem se apropriar de maneira “online” de um tema no qual nunca militaram de maneira “off-line”? Mas, sobretudo: quem são os atores “legítimos” para se apropriar de um tema que não parece pertencer a ninguém?

Com o passar dos dias, foram se intensificando as manifestações de apoio à mobilização. Os atores institucionais e políticos se manifestaram publicamente à medida que se aproximava o dia 3 de junho.⁹ Mas eram sobretudo os líderes políticos de diversos partidos que publicavam *selfies* sob a *hashtag* #NiUnaMenos. Em geral, todo o espectro político aderiu à mobilização, com maior ou menor empenho: Daniel Scioli (governador da província de Buenos Aires e posterior candidato à presidência pela FPV), Ernesto Sanz (presidente do partido UCR e senador nacional), Mauricio Macri (chefe de governo da cidade de Buenos Aires e posterior candidato à presidência pela coalizão PRO), Elisa Carrió (deputada nacional pela frente UNEN), Nicolás del Caño e Myriam Bregman (deputados nacionais pelo PTS), Jorge Altamira (ex-deputado da capital Buenos Aires e líder da frente de esquerda) etc. Sergio Massa (deputado nacional e posterior candidato à presidência pela Frente Renovadora) reuniu-se com

9 Na semana anterior ao 3 de junho manifestaram sua adesão, por exemplo, o Senado Nacional, o Conselho Interuniversitário Nacional, o Conselho Federal de Educação e o Conselho Federal de Saúde. Por sua vez, os meios de comunicação também intensificaram a cobertura do tema à véspera da manifestação; levaram ao ar entrevistas ou depoimentos de mulheres agredidas/violentadas, incluindo Mirta Tundis, jornalista e deputada nacional pela Frente Renovadora. Essa entrevista em particular causou grande impacto na opinião pública, devido ao formato de confissão em relação ao maltrato e à violência cometidos por seu ex-marido.

18 prefeitos da província de Buenos Aires e no dia anterior postou em sua conta do Twitter uma foto com Mirta Tundis e outras mulheres legisladoras e militantes de seu partido. Outros atores institucionais como, por exemplo, a Igreja Católica, também aderiram à mobilização. Por meio da Comissão Episcopal de Apostolado Laico e Pastoral Familiar (CELAF) e da Ação Católica Argentina, a Igreja chamou a atenção para a necessidade de seguir os discursos e ações do novo papa Francisco. Os juizes da Suprema Corte Elena Highton de Nolasco e Ricardo Lorenzetti postaram uma *selfie* com a *hashtag*, e a juíza Highton gravou um vídeo transmitido pelo Centro de Informação Judicial (CIF) no qual elencava todos os canais judiciais e centros de apoio disponíveis para mulheres ameaçadas.

Os sentidos que o chamamento ia adquirindo, reapropriado pelos diversos atores e personalidades, não estavam sobre o controle de suas articuladoras iniciais. Como afirmava uma delas: “Quando se lança às ruas uma campanha como essa, você chuta a bola para frente e ela já não lhe pertence”.¹⁰ A seleção de “5 pontos” da demanda oficial buscava dar à mobilização um sentido preciso, mas, ao mesmo tempo, suficientemente abrangente para poder atrair um público amplo. O documento com os cinco pontos demandava:

- Implementar com todos os recursos necessários e monitorar o Plano Nacional de Ação para a Prevenção, Assistência e Erradicação da Violência contra as Mulheres, tal como determina a lei 26.485
- Garantir o acesso das vítimas à Justiça. Toda promotoria e delegacia de polícia deve dispor de profissionais capacitados e idôneos para receber as denúncias. As causas dos fóruns civil e penal devem ser unificadas; as vítimas devem ter acesso a uma defensoria pública gratuita durante todo o processo judicial.
- Elaborar um boletim de ocorrência único para vítimas de violência contra as mulheres. Realizar estatísticas oficiais e atualizadas sobre

10 Entrevista com Hinde Pomeraniec (18 ago. 2015).

feminicídios. É preciso conhecer o problema para poder desenhar e implementar políticas públicas efetivas.

- Garantir e aprofundar a educação sexual integral em todos os níveis escolares, para promover a igualdade e uma vida livre de discriminação e violência machista. Sensibilizar e capacitar o corpo docente e diretores.
- Garantir a proteção das vítimas de violência. Implementar o monitoramento eletrônico dos agressores para assegurar que não violem as medidas protetivas cautelares de aproximação determinadas pela Justiça.

Para as articuladoras, os objetivos eram não deixar nada de fora e que o tema pudesse ser inserido na agenda pública; isso pressupunha adiar alguns problemas para “batalhas futuras”, como o da descriminalização do aborto — que, embora houvesse consenso entre as articuladoras, teria alienado grande parte da sociedade, em especial os familiares das vítimas de feminicídio. Foi o amplo escopo¹¹ que permitiu que, pela primeira vez em uma mobilização sobre questões de gênero, grupos em defesa da descriminalização do aborto se vissem ao lado de jovens de escolas católicas.¹²

Sabendo que o sentido buscado não poderia ser controlado ou apropriado por elas, as articuladoras achavam que ao menos poderiam imprimi-lo de maneira relativa. De maneira consciente, trabalharam no sentido de que a mobilização não tomasse certos sentidos que queriam de fato evitar: “que não

11 Algumas organizações de mulheres e feministas vinham há muito propondo em suas ações uma leitura mais radical da problemática da violência contra as mulheres, mas, de todo modo, viram o chamamento como uma oportunidade para aumentar a visibilidade do problema e inseri-lo na agenda pública. De acordo com a diretora da Pan y Rosas, por exemplo, a organização optou por apoiar a causa e agregar a ela uma mensagem própria: “se mexerem com uma, nos organizaremos aos milhares” (entrevista com Cecilia Mancuso, 27 out. 2015).

12 Entrevista com Hinde Pomeraniec (18 ago. 2015).

fosse uma marcha por segurança, que não fosse uma marcha de indignados, que não fosse uma marcha de vítimas”.¹³ Tratou-se de encaminhar o sentido da mobilização “para uma problemática de direitos humanos, e não de segurança”.¹⁴ Do ponto de vista dos atores políticos que se somavam à mobilização, procurou-se evitar que ela pudesse ser vista como um ato da oposição ou de governistas, tal como vinha acontecendo com as mobilizações anteriores. Buscou-se também evitar que fosse uma marcha antipolítica e, por isso, não foi exigido de candidatos que deixassem de lado suas bandeiras políticas. Como defendeu uma das articuladoras, poder associar-se a uma mobilização de direitos humanos “é possível graças à política. Não queríamos que fosse [uma mobilização] apolítica”.¹⁵ Enquanto comunicadoras sociais, dispunham de ferramentas para destacar alguns sentidos em detrimento de outros com bastante sucesso e assumiram a responsabilidade de comunicar suas mensagens de maneira pedagógica.¹⁶ No entanto, a proliferação de reapropriações da *hashtag* e do chamamento revelava a limitação que uma categoria como a de “organizadores” pode ter para descrever papéis nas mobilizações cidadãs contemporâneas. “Muitos diziam: ‘dão cartazes a qualquer pessoa!’, como se elas pudessem controlar quem sai nas fotos”, observou uma jornalista próxima do grupo das articuladoras iniciais.¹⁷

Por isso, o documento dos “5 pontos” foi também uma resposta ou reação à grande quantidade de líderes políticos que “saíam na foto”, com o objetivo de comprometê-los de maneira concreta e pública com políticas pontuais, aproveitando que todos queriam demonstrar seu apoio à causa. Assim surgiu o cartaz com os cinco pontos e a *hashtag* #DeLaFotoALaFirma (da foto ao compro-

13 Entrevista com Paula Rodríguez (14 set. 2015).

14 Entrevista com Micaela Libson (17 set. 2015).

15 Entrevista com Micaela Libson (17 set. 2015).

16 Entrevista com Paula Rodríguez (14 set. 2015).

17 Entrevista com Paula Rodríguez (14 set. 2015).

misso). Nos dias anteriores à mobilização, as articuladoras reuniram-se com líderes de distintas forças políticas, em particular para obter o compromisso dos candidatos a diversos cargos em um ano eleitoral, como foi 2015 na Argentina. Nesse sentido, os vínculos no mundo off-line relacionados às profissões das articuladoras foram determinantes.¹⁸

Às vésperas da mobilização, a presidente Cristina Fernández de Kirchner utilizou sua conta do Twitter para expressar seu apoio à mobilização. No entanto, parte da mídia destacou que a mandatária se encontrava numa posição incômoda, já que a responsabilidade pela falta de regulamentação da lei basicamente recaía sobre o poder executivo nacional. Sem fazer alusão à lei, a presidente aderiu à mobilização. Prevvia-se um grande público,¹⁹ mas a magnitude que adquiriu o 3 de junho foi uma surpresa para todos.

No dia 3 de junho, as entradas das estações do metrô da cidade de Buenos Aires traziam a mensagem “*Ni Una Menos*” em seu display luminoso, e todos os jornais dedicaram ao menos cinco ou seis matérias sobre o tema naquele dia. Havia 129 pontos de encontro previstos ao longo do país.²⁰ As redes sociais chamavam a atenção durante todo o dia para os “5 pontos” demandados pela

18 Assim como seu conhecimento profissional lhes permitiu desenvolver rapidamente uma estratégia em torno da mobilização surgida de maneira espontânea, todas possuíam muita experiência em comunicação nos distintos meios, como observou uma das articuladoras (entrevista com Hinde Pomeranic, 18 ago. 2015). Paula Rodríguez também ressalta a importância do “ofício incorporado”, que incluía tanto a agenda de contatos como a gestão das *hashtags* e de técnicas de publicidade. Todas eram editoras, jornalistas e comunicadoras de massa. Os *memes* compartilhados foram meticulosamente criados por profissionais (entrevista com Paula Rodríguez, 14 set. 2015).

19 No mesmo dia da mobilização, a revista *Página/12* publicou uma pesquisa realizada pela agência Ibarómetro sobre os níveis de conhecimento da *hashtag* e da mobilização: 75% sabiam da mobilização, 51% pretendiam participar dela e 61% dos entrevistados conheciam o significado da palavra “feminicídio”.

20 Ver <www.lanacion.com.ar/1798115-niunamenos-los-puntos-de-encuentro-para-la-manifestacion-contra-los-femicidios>. Em todas as províncias ocorreram encontros online para a mobilização. A metodologia estabelecida para unificar as demandas e as mobilizações havia funcionado da seguinte maneira: os convites eram enviados a niunamenos@gmail.com, que as articuladoras acessavam para publicar uma lista atualizada dos pontos de encontro nas contas oficiais do Twitter (@niunamenos) e Facebook (Ni Una Menos), divulgando para quem quisesse participar.

mobilização, e a *hashtag* #DeLaFotoALaFirma novamente se viralizou. Às 14 horas as pessoas começaram a chegar à Praça dos Congressos, o lugar escolhido como epicentro da manifestação, embora o horário previsto fosse às 17 horas. A Polícia Federal Argentina (PFA) enviou apenas policiais mulheres para fazer a segurança do local e a *hashtag* #NiUnaMenos invadiu as redes, viralizando-se entre organizações que não queriam deixar de expressar seu apoio (clubes de futebol, redações de revistas, escolas etc.).

Um aspecto dessa mobilização que chama a atenção em comparação com outras mobilizações recentes no país e na região geradas a partir das redes sociais foi a presença de organizações políticas e grupos da sociedade civil que se fizeram visíveis com suas bandeiras enquanto atores organizados. Quanto aos partidos políticos, fizeram-se presentes e visíveis grupos governistas (como Unidos e Organizados, La Cámpora, Novo Encontro, Unidade Socialista para a Vitória) e opositores, sobretudo de esquerda (como o Partido dos Trabalhadores Socialistas, Partido Operário, Movimento Socialista dos Trabalhadores, Esquerda Socialista, Novo Movimento ao Socialismo, Frente de Esquerda, Autodeterminação e Liberdade). Movimentos sociais organizados como o Movimento Livres do Sul ou o Movimento Evita também se fizeram presentes. Dentro de muitos partidos políticos predominaram organizações de mulheres ou comissões de gênero (como Pan y Rosas ou Las Rojas, associadas a partidos de esquerda). O mesmo aconteceu com os sindicatos, cuja presença foi bastante significativa.²¹ Os grupos políticos governistas decidiram marchar também até o Palácio da Justiça, para mostrar que a responsabilidade é compartilhada pelo Judiciário. Junto com organizações políticas de esquerda, foram as organizações mais visíveis na mobilização; o restante dos líderes se apresentou de maneira individual e não como parte de um coletivo, tirando *selfies* durante o evento e postando-as imediatamente no Twitter para marcar sua presença.²²

21 Entrevista com Cecilia Mancuso, 27 out. 2015.

22 Vários ministros e congressistas nacionais da FPV, Frente Renovadora e UCR assistiram à manifestação. Os vários candidatos à presidência e muitos legisladores de renome postaram fotos diante de faixas com as palavras de ordem, ou o fizeram nos dias que antecederam o evento.

Mas os partidos políticos, sindicatos e a Igreja Católica não foram os únicos atores organizados que se mostraram como tais na mobilização. Grandes organizações da sociedade civil, como La Casa del Encuentro ou a Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito, estiveram ao lado de um vasto número de organizações da sociedade civil menores, algumas em defesa de vítimas de feminicídio, outras em defesa de causas LGBT, grupos como centros de estudantes, a Federação Universitária de Buenos Aires (FUBA), centros culturais, grupos de atores de teatro, coletivos de mulheres de diversas localidades etc. Os coletivos de defesa de vítimas de feminicídio, portando cartazes com fotografias e nomes das mulheres assassinadas, tiveram um protagonismo na mobilização, o que também foi orientado pelas articuladoras.

Ainda que fosse visível a presença de bandeiras e símbolos de partidos políticos, o sentido da mobilização não foi totalmente captado por eles. Sem dúvida prevaleceu a participação espontânea e independente,²³ e cidadãos que se apresentavam com gestos performáticos: cartazes que faziam alusão à *hashtag* ou frases criativas, grupos de artistas que realizavam uma performance no local, mulheres nuas com o corpo pintado, grupos de percussão, bonecos alegóricos gigantes etc. Algumas frases recorrentes e interessantes que podiam ser observadas nos cartazes produzidos de maneira artesanal foram: “É violento que não me deixes caminhar tranquila pela rua”, “Se ele bate em você é porque não te ama”, “Marcho por elas. Nenhuma a menos!”, “Saibam que não sou de ninguém”, “Dizem que os que se batem se amam. MENTIRA!”, “Chega de feminicídios, o Estado é responsável”, “Basta de travesticídios”, “Estamos vivas”, “Chega de hipocrisia, o sistema educa e forma feminicidas!”, “Aborto ilegal

Algumas delas podem ser vistas em <www.lanacion.com.ar/1798454-los-tuits-de-los-politicos-por-el-niunamenos>. A consultoria El Viral coletou estatísticas online: 687 políticos publicaram fotos com um cartaz com a *hashtag* #NiUnaMenos: 99 deputados, 34 senadores, 180 prefeitos, 11 governadores. Também participaram 834 organizações da sociedade civil (como clubes, sindicatos e ONG), 2.137 personalidades da Argentina, 280 personalidades internacionais (Chile, Uruguai, Bolívia, Equador, Venezuela, Colômbia) e 67 artistas e desenhistas.

23 A forte presença de homens na manifestação foi destacada e descrita como “inesperada” pelos meios de comunicação nos dias que se seguiram.

é violência de gênero”, “Sem clientes não há tráfico de mulheres”, “O machismo institucional não é indiferença, é cumplicidade”, “Patriarcado: ainda que me estupre e me mate, eu voltarei”, “O controle não é amor”, “Não é não”, “Quero parar de me perguntar se serei a próxima”, “Nem santa nem puta”, entre outras. Espontaneamente, performances artísticas aconteciam em diferentes lugares da Praça dos Congressos. Por exemplo: a cooperativa lavaca confeccionou uma larga faixa com o nome de cada uma das mulheres assassinadas, na qual todo participante da manifestação tinha a possibilidade de pintar a mão e deixar sua impressão sobre cada nome.²⁴

O ponto alto da manifestação foi o ato oficial às 17 horas, durante o qual os atores famosos Juan Minujín e Érica Rivas e a cartunista Maitena Burundarena leram o manifesto e as cinco demandas acordadas previamente entre as articuladoras e La Casa del Encuentro, em um palco montado especialmente para esse fim.²⁵ O governo nacional iluminou todos os edifícios oficiais e marcos da cidade com uma luz violeta. As articuladoras haviam decidido que subiriam ao palco personalidades da cultura no lugar de atores políticos, do mesmo modo que os familiares de vítimas de feminicídio teriam um lugar privilegiado. A existência de um ato oficial, epicentro da mobilização, também revela que as articuladoras tiveram que assumir um papel de organizadoras: a disposição do palco, o som, a iluminação das estações de metrô e dos edifícios públicos, a seleção dos oradores e das pessoas que subiriam ao palco, bem como a segurança, envolveram ações prévias e coordenadas com diferentes órgãos e autoridades,²⁶ mostrando novamente a relevância dos processos convergentes que se deram no âmbito off-line.

24 Entrevista com Claudia Acuña (19 ago. 2015). Outro exemplo foi a performance da “mulher lixo”, que também havia acontecido durante a “Marcha das Vadias”, na qual os participantes eram completamente “ensacados” e forçados a ficar parados no chão para experimentar em primeira mão a violência de gênero ligada aos feminicídios (ver <<https://www.youtube.com/watch?v=d-ZrEyCeh5nE>>).

25 Ver <<https://www.youtube.com/watch?v=XLQSyS8FtBc>>.

26 Entrevista com Hinde Pomeranec (18 ago. 2015).

Diversas consultorias estimaram que o público participante do ato ficou entre 150 mil e 200 mil pessoas, ocupando por completo a Praça dos Congressos, bem como as principais vias do entorno.²⁷ Em outras cidades do país a presença também foi maciça e, em algumas localidades, ocorreram até mesmo mais de uma manifestação de forma simultânea. O desenvolvimento das manifestações foi similar ao da cidade de Buenos Aires, com as particularidades de cada província e os casos de feminicídio conhecidos regionalmente. Nas cidades menores e vilarejos, onde não existia uma militância organizada, as redes sociais tiveram muita importância: foram criadas páginas do Facebook para chamar à mobilização. Nas cidades maiores, as redes foram uma ferramenta entre muitas, mas as organizações feministas existentes, que já vinham trabalhando em conjunto, colaboraram muito na disseminação.²⁸ Após o 3 de junho, ficou clara a magnitude da mobilização, que havia se espalhado por diversos pontos do território do país.²⁹ Além do impacto da mobilização na cidade de Buenos Aires, o fato de a mobilização ter ocorrido também em muitos vilarejos superou as expectativas; frente ao anonimato de uma grande cidade, em povoados de muitas províncias participar implicava assumir um risco muito maior: “Em um povoado, você é puro corpo, não é uma estatística”.³⁰ Considerando o país como um todo, a mobilização havia envolvido um milhão de pessoas.³¹

27 Na manifestação em Buenos Aires, algo digno de nota foi a presença de muitas mulheres da periferia portenha, para quem esse acontecimento representava sua primeira visita à capital (entrevista com Cecilia Mancuso, 27 out. 2015). Muitas vezes, manifestações similares em alguns aspectos com a do 3] — em particular, sua origem nas redes sociais —, como os “panelaços” do ciclo 2012-2013 ou a mobilização #YoSoyNisman de fevereiro de 2015, foram interpretadas como fenômenos puramente urbanos e de classe média; nesse sentido, #NiUnaMenos marcou claramente sua diferença.

28 Entrevista com Paula Rodríguez (14 set. 2015).

29 O impacto em todo o país se fez sentir durante o 30º Encontro Nacional de Mulheres, realizado em Mar del Plata em outubro de 2015, com a participação de 60 mil pessoas (entrevista com Cecilia Mancuso, 27 out. 2015).

30 Entrevista com Paula Rodríguez (14 set. 2015).

31 Entrevista com Hinde Pomeraniec (18 ago. 2015).

A repercussão internacional também foi enorme: o assunto foi alvo de reportagem da imprensa de diversos países, situando a iniciativa argentina no conjunto de ativismos online em defesa das mulheres, como #FirstHarassed, #EverydaySexism ou #YesAllWomen; houve manifestações simultâneas no Chile e no Uruguai e forte repercussão nas redes sociais da Colômbia, México e Espanha.³² Houve mais de 958 mil menções no Twitter à hashtag #NiUnaMenos, informou Agustín Giménez, representante da plataforma na região.³³ No dia da manifestação, as menções superaram 600 mil, e às 20 horas a hashtag havia se tornado um “*trending topic*” global, com mais de 13.400 menções por minuto.

O efeito mais imediato da mobilização foi o aumento de denúncias de violência na sociedade. O telefone 144, do serviço nacional de assistência às vítimas de violência de gênero, passou de mil consultas diárias para 13.700, e a linha gratuita da cidade de Buenos Aires viu a quantidade de chamados triplicar. O Escritório de Violência Doméstica da Suprema Corte também apresentou um aumento no número de chamados com pedidos de informação, incluindo de instâncias judiciais das províncias, que não estavam conseguindo acesso a certos casos de feminicídio ou informações sobre antecedentes penais. O impacto da mobilização no aumento do controle social sobre casos de violência contra mulheres e a possibilidade de falar de um problema até então invisível,³⁴

32 Em 7 nov. 2015 aconteceu em Madri uma mobilização maciça em resposta à violência contra as mulheres, que também fez uso da hashtag #NiUnaMenos.

33 Diferentemente de outros acontecimentos que dividiram o Twitter (como a mobilização #YoSoyNisman), sobretudo entre governistas e opositores (Calvo, 2015), em #NiUnaMenos não se constatou uma polarização. Como destaca Analía Gómez Vidal (2015): “Em uma amostra de 993.578 tuítes publicados entre 31 de maio e 6 de junho de 2015, é possível ver como a tuitosfera acompanhou aqueles que se mobilizaram pelo #NiUnaMenos, somando forças em lugar de dividi-las, integrando mais do que confrontando narrativas”.

34 Muitas mulheres se sentiram encorajadas para contar suas histórias e romper o silêncio no dia da manifestação. Conforme relata Ada Rico, presidente da organização La Casa del Encuentro: “Uma mulher se aproximou de mim, do outro lado da cerca. Perguntou se podia entrar. Expliquei que ali só estavam familiares, e perguntei: ‘você está enfrentando alguma situação de violência?’. Ela me respondeu que sim. Encontrei-a novamente há pouco em um grupo de apoio. Ela disse: ‘Lembra-se de mim? Estive com você na praça, no dia 3’. Nesse dia ela teve coragem” (Rodríguez, 2015, p. 168).

bem como os debates que começaram a acontecer no âmbito educacional, em escolas primárias e secundárias,³⁵ foram talvez o maior sucesso do 3J³⁶ e, provavelmente, seu efeito mais duradouro.

A mobilização também desencadeou rápidas reações de organizações e atores políticos, que anunciaram medidas cujo resultado ainda é incerto: a Suprema Corte anunciou a criação do Registro Nacional de Femicídios (um dos pontos demandados pelas organizadoras da manifestação) em coordenação com os tribunais das províncias, que consiste num sistema online de registro sistemático de casos facilmente acessível; tornou-se conhecida uma unidade do governo nacional que já funcionava havia dois meses mas ainda não havia sido tornada pública: a Unidade de Registro, Sistematização e Acompanhamento de Femicídios e de Homicídios Agravados por Gênero, ligada à Secretaria Nacional de Direitos Humanos; foi enviado um projeto de lei para o Legislativo da província de Buenos Aires para a realização de um curso obrigatório sobre violência de gênero antes dos casamentos civis; o Legislativo da cidade de Buenos Aires aprovou a criação de delegacias especializadas em violência doméstica e a “semana do fim da violência contra as mulheres” (de 25 de novembro a 1º de dezembro); o Ministério da Saúde atualizou e publicou uma nova versão do “protocolo para a atenção integral às pessoas com direito à interrupção legal da gravidez”, que obriga os sistemas de saúde público e privado a realizar aborto no caso de mulheres vítimas de estupro ou cuja vida ou saúde esteja em risco; a Procuradora Geral da Nação criou a Delegacia Especializada em Violência Contra as Mulheres (UFEM) com o objetivo de potencializar as estratégias de investigação e instauração de processo em casos de delitos específicos contra as mulheres; várias províncias anunciaram a criação de bancos de dados sobre violência de gênero, assistência jurídica gratuita para a vítima, centros de apoio

35 Entrevista com Paula Rodríguez (14 set. 2015). A jornalista ressalta que o maior impacto do 3J é nas novas gerações.

36 Assim também pensavam as articuladoras (ver manifesto político sobre o #NiUnaMenos publicado pela revista *Anfibia* em <www.revistaanfibia.com/cronica/un-nuevo-nunca-mas>).

e casas transitórias e programas de conscientização; a Universidade de Buenos Aires aprovou a criação de um protocolo contra a violência de gênero.

Até o momento, a Lei Nacional n. 26.485 ainda não foi regulamentada pelo Poder Executivo e tampouco existem documentos públicos de consulta sobre sua aplicação.³⁷ Um efeito institucional significativo cinco meses após a mobilização foi a conversão em lei do projeto para a criação de um corpo de advogados para prestar assistência jurídica gratuita para vítimas de violência contra as mulheres, apresentado pelo senador Juan Manuel Abal Medina.³⁸

É possível que a mobilização tenha produzido efeitos eleitorais, ainda que indiretos e menores. Onze dias após o 3], a concorrida eleição provincial em Santa Fé, disputada entre Miguel Lifschitz (Partido Socialista) e Miguel Del Sel (PRO), terminou em favor do primeiro por uma pequena margem, contrariando os prognósticos feitos pelas pesquisas eleitorais. Del Sel havia sido criticado semanas antes pelas expressões machistas contidas em seu principal spot de campanha. A consultoria El Viral analisou os comentários sobre o candidato nas redes, mostrando que 98% deles foram negativos, caracterizando-o como misógino e exigindo a coerência de quem foi na mobilização de não lhe dar seu voto.

Em um ano eleitoral bastante significativo para o país, ficou evidente a distância entre a agenda cidadã e a agenda de campanha dos diversos candidatos. Em 3 de agosto, pouco antes das eleições primárias, as administradoras das contas oficiais de #NiUnaMenos pediram via Twitter aos pré-candidatos presidenciais que mostrassem em seus projetos a intenção de lidar com a problemática da violência de gênero, publicando-os em sua página e colocando-os à disposição da imprensa. A maioria deles postou um link direto para suas próprias plataformas de campanha online (nas páginas oficiais dos candidatos); outros se limitaram a apoiar os cinco pontos da demanda das articuladoras

37 As províncias do país que não haviam aderido à lei 26.485 continuam sem fazê-lo: Córdoba, Salta, San Juan e Misiones.

38 Ver <infojusnoticias.gov.ar/nacionales/es-ley-el-proyecto-para-que-victimas-de-violencia-tengan-abogados-gratis-10423.html>.

da mobilização.³⁹ Algumas forças políticas, como a Frente de Esquerda, buscaram diferenciar-se nesse ponto dos candidatos presidenciais que lideravam as pesquisas: “Para Scioli, Macri e Massa, o #NiUnaMenos é um slogan; para nós, uma bandeira inalienável”.⁴⁰ Ao se aproximar a data do debate presidencial, as articuladoras da mobilização se reuniram com representantes dos diversos partidos para que o problema da violência contra as mulheres fosse incluído na agenda.⁴¹ Ainda que os efeitos político-institucionais e eleitorais tenham sido até o momento exíguos, e logo após o 3J tenha havido novos casos de feminicídio, o maior impacto foi social e cultural e o próprio evento pode ser interpretado como “um novo ‘nunca mais’”.⁴²

Não há dúvidas sobre o papel que as redes sociais desempenharam na criação e ampliação da mobilização. As articuladoras reconheciam que o Twitter teve um impacto muito maior do que o Facebook nesse sentido. De fato, já existia um grupo do Facebook que organizava atividades, mas não conseguiram produzir a mesma viralização imediata que acontecia no Twitter. Segundo uma das jornalistas, o Facebook possuía uma dinâmica mais assembleísta, enquanto o Twitter combina o poder de massificação de uma *hashtag* à incapacidade de se controlar o significado atribuído a ela: “ao ser publicada, já não te pertence”.⁴³ Pode-se opor, assim, uma lógica de argumentação e discussão a uma lógica de liderança social. Nesse sentido, outra jornalista também observou que,

39 As jornalistas solicitaram a mesma coisa aos principais candidatos à prefeitura da cidade de Buenos Aires, que também responderam ao pedido.

40 *La izquierda diario*, 6 ago. 2015.

41 Para o dia do pleito, as articuladoras conseguiram fazer um acordo com a Direção Nacional Eleitoral para que houvesse em todas as mesas de votação cartazes informativos com os números telefônicos para denúncias. “Votar é nosso direito. Viver sem violência também. #NiUnaMenos”, diziam os cartazes.

42 Ver manifesto político sobre o #NiUnaMenos publicado pela revista *Anfibia* em <www.revis-taanfibia.com/cronica/un-nuevo-nunca-mas>. Além de se tratar de um evento transversal em termos de direitos humanos, era a primeira vez que as mulheres ocupavam o espaço público como *mulheres* e não como *mães* (entrevista com Paula Rodríguez, 14 set. 2015).

43 Entrevista com Hinde Pomeraniec (18 ago. 2015).

enquanto o Facebook supõe um círculo mais próximo e de maior confiança, o Twitter é público. Mas também é preciso que a voz que ali se expressa seja pessoal e não institucional para que se consiga mobilizar: no Twitter, trata-se de uma “voz pessoal que fala em voz alta em uma festa alheia”.⁴⁴

Mas o mundo online não foi o terreno exclusivo do evento, por diversas razões. Em primeiro lugar, houve condições off-line que tornaram possível a grande repercussão do chamamento e o modo com que se desenvolveu a mobilização. As articuladoras iniciais eram jornalistas e comunicadoras sociais reconhecidas dentro e fora das redes; isso lhes proporcionou também os conhecimentos específicos e profissionais para conduzir uma estratégia adequada de disseminação e os contatos com atores políticos e sociais para organizar o ato e pressionar pelas mudanças almejadas. Também os meios de comunicação tradicionais, tanto o impresso quanto o televisivo, informavam sobre o que acontecia no espaço online, dando à mobilização uma amplificação sem a qual não seria concebível que tivesse chegado onde chegou. Em segundo lugar, muitas organizações de mulheres e feministas, dentro de partidos políticos, de sindicatos e na sociedade civil, vinham realizando há muito tempo um “trabalho de formiga” no território para combater a violência contra as mulheres.⁴⁵

Sem todo esse trabalho diário, a *hashtag* lançada no Twitter não teria conseguido mobilizar tão rapidamente atores organizados como o fez;⁴⁶ mas, por sua vez, apenas o evento criado dessa forma nas redes sociais foi capaz de produzir a primeira reação dessa magnitude e sua inclusão na agenda pública. Por outro lado, as articuladoras se viram de maneira inesperada diante da

44 Entrevista com Claudia Acuña (19 ago. 2015).

45 Entrevista com Cecilia Mancuso, 27 out. 2015), com Claudia Acuña (19 ago. 2015) e com Paula Rodríguez (14 set. 2015). Embora, nesse sentido, Paula Rodríguez também destaque que as redes sociais já vinham funcionando anteriormente como espaços de circulação de contradiscursos, em particular em relação à cobertura dada pelos meios tradicionais aos casos de feminicídio, imputando culpa às vítimas.

46 A interpretação de Claudia Acuña ia nesse sentido: “O que emerge é o resultado, [...] nunca começa aí, aí termina, aí se consagra” (entrevista com Claudia Acuña, 19 ago. 2015).

necessidade de assumir um papel de responsabilidade e representação social. Os atores políticos as procuravam, deram palestras em escolas e, sobretudo, começaram a receber, elas mesmas, denúncias, testemunhos e pedidos de ajuda, aos quais tiveram que dar resposta.⁴⁷ De todo modo, a relação entre os mundos online e off-line foi de convergência e potencialização mútua. O importante é que a mobilização exigiu colocar o corpo na linha. Uma jornalista próxima das articuladoras iniciais enfatiza que o objetivo foi, desde o início, gerar um evento não virtual, mas nas ruas: “o objetivo não era virar um *trending topic*”.⁴⁸ E, como observa outra das ativistas: “Em um mundo corporativo são precisos corpos, e as mudanças acontecem com os corpos nas ruas”.⁴⁹

Caso 2: Partido de la Red, experimentalismo democrático

O Partido de la Red foi originalmente constituído com o objetivo de disputar as eleições legislativas de 2013 da cidade de Buenos Aires, mas não obteve votação suficiente para conseguir eleger candidatos. Sua proposta partidária era completamente inovadora: afirmavam que seus legisladores votariam sobre cada projeto em pauta de acordo com os resultados dos processos de deliberação e votação obtidos por meio de uma plataforma web criada para este fim. Ao não obterem assentos legislativos, o partido reorientou a estratégia para criar outras plataformas participativas, como a *Demos* (com o objetivo de discutir e votar projetos que já estavam em discussão no legislativo da capital argentina) e *Qué proponen* [o que propõem] (um site para conhecer as propostas de todos os candidatos das eleições de 2015 e uma enquete para descobrir com

47 Nesse sentido, as redes sociais também desempenharam um papel fundamental. Como relata Paula Rodríguez: “As contas do Facebook e do Twitter não eram apenas lugares de emissão; também recebiam coisas, apoios, pedidos de ajuda, desenhos, fotos” (entrevista com Paula Rodríguez, 14 set. 2015).

48 Entrevista com Paula Rodríguez (14 set. 2015).

49 Entrevista com Claudia Acuña (19 ago. 2015).

qual candidato os cidadãos têm maior afinidade). Ao mesmo tempo, começou a ser desenvolvida uma estratégia de implementação territorial com assembleias nos bairros da cidade de Buenos Aires, mantendo o espírito horizontal promovido pela rede. O caso do Partido de la Red pode nos mostrar o potencial e os limites dos partidos políticos surgidos no mundo online.

O Partido de la Red surgiu como iniciativa de um grupo de empreendedores, cientistas políticos, publicitários, sociólogos e programadores web com a ideia de aproveitar os enormes avanços da tecnologia para fortalecer a democracia. Esse grupo de amigos, conhecidos e colegas buscava “criar um software com o potencial de hackear o sistema político-partidário atual e transformá-lo”.⁵⁰ Havia cinco pessoas na primeira reunião; na segunda, cada um dos participantes levou mais uma pessoa.⁵¹ Seus laços prévios, pessoais ou profissionais, foram determinantes para a formação do partido. Desde o início existiu uma tensão que, mais tarde, constituiria sua proposta: por um lado, a visão dos empreendedores “tecnólogos”, mais otimistas em relação às possibilidades oferecidas pela tecnologia para produzir mudanças no sistema político; por outro, a visão dos membros vindos das ciências sociais, ou que vinham de uma experiência de trabalho ou militância em outros partidos políticos, que era mais cética em relação às virtudes exclusivas da tecnologia. Em fevereiro de 2013 chegaram a um acordo em relação ao manifesto de fundação, baseado em um conjunto de conceitos interconectados: #DemocraciaEstancada (democracia estagnada); #Red (rede); #Pares (pares); #DemocraciaEnRed (democracia em rede); #PartidoDeLaRed (partido da rede). Seus princípios supunham que: a democracia não está atualmente estagnada, mas a tecnologia avançou e transformou radicalmente a vida cotidiana, o que ainda não aconteceu na esfera política; é preciso, portanto, pensar em uma democracia em rede, na qual todos os cidadãos são e atuam como pares. Desde o início, o conceito de “rede” tinha duas acepções para os membros do partido. Por um lado, fazia referência à Internet

⁵⁰ Ver <partidodelared.org>.

⁵¹ Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

e a uma organização que utilizaria essa ferramenta para permitir a participação cidadã. Mas, por outro lado, “rede” remetia ao tipo de organização partidária que propunham, horizontal e aberta, em contraste com os partidos tradicionais, hierárquicos e elitistas. Os membros referem-se a si mesmos como “pares”, buscando evitar os personalismos, e às equipes de trabalho, como os “nós” da rede.

Em princípio, a ideia era criar, por meio da Internet, espaços para a participação cidadã na tomada de decisões no âmbito da cidade de Buenos Aires e oferece-los a todos os partidos políticos e organizações que também se interessassem. No entanto, logo constataram que a iniciativa não era bem recebida pelos partidos tradicionais: “são grupos que já se acostumaram a um processo de tomada de decisões pelas costas da sociedade, com uma lógica de poder verticalizada, personalista e concentrada” (Siri, 2015, p. 95). Optaram, portanto, por construir um novo partido político para disputar as eleições legislativas de 2013 da cidade de Buenos Aires.

A proposta do Partido de la Red era inédita: por meio de um aplicativo criado com o software *DemocracyOS*, desenvolvido pelos membros do partido, propunham listar todos os projetos de lei tratados pela legislatura portenha em suas sessões, para que todos os cidadãos registrados pudessem se informar, opinar e votar; assim, o legislador eleito pelo Partido de la Red votaria de acordo com os resultados da votação na plataforma. Desse modo, o legislador seria um representante transparente, cuja única função seria transmitir o resultado das votações; segundo essa proposta, não faria diferença se o legislador fosse um robô ou uma pessoa.⁵² Em todo caso, a ideia de representação, tal como é compreendida pelas democracias contemporâneas, seria colocada em questão com essa proposta. Como argumentam os membros do partido: “essas ferramentas permitem que os indivíduos sejam seus próprios representantes, acabando com as tutelas”.⁵³

52 Esta possibilidade era um tipo de provocação dos mais tecnólogos, repudiada pelos membros das ciências sociais, que nunca seria de fato usada na campanha de 2013.

53 Ver <partidodelared.org>.

Talvez o aspecto que mais tenha chamado a atenção na proposta do Partido de la Red seja o fato de se apresentar como um partido sem orientação ideológica definida. Embora partidos políticos e líderes atuais possam fazer uso de discurso semelhante, de “transideológico” ou “para além das ideologias”, no caso do Partido de la Red a questão era mais profunda, já que, eleitos os candidatos, estariam comprometidos a atuar de acordo com o que a sociedade decidisse na plataforma. Em sua crônica, Sebastián Zírpolo descrevia o Partido de la Red como “um partido de método mais do que um partido de ideologia”, já que não debatia com base em posições ideológicas. Gastón Silberman, outro de seus membros fundadores, respondeu àquele autor que “a ideologia é que decidimos melhor coletivamente” (Zírpolo, 2013). Mas essa definição apontava dois problemas. Primeiro, o partido não se caracterizaria por suas iniciativas próprias. De fato, é possível conceber a experiência do Partido de la Red como uma experiência “meta-democrática”: suas propostas dizem respeito mais ao funcionamento da própria democracia do que a políticas concretas. Seu diferencial em relação a outras forças políticas residia na importância atribuída à participação da sociedade. De acordo com o diagnóstico de seus membros, o atual estado dos laços políticos fez com que melhorar a relação entre representantes e cidadãos já não constituísse uma opção, mas uma obrigação; mas o que estava em crise no presente era, sobretudo, “a resposta à participação cidadã”.⁵⁴ O diferencial específico do Partido de la Red não era simplesmente o emprego de novas tecnologias na política, mas o fato de que, graças a elas, podia se apresentar como o partido que levaria a sério a decisão da sociedade: “um representante hoje pode dizer que representa a sociedade, mas depois fica só na memória do legislador; o Partido de la Red propõe usar o *input* real da sociedade”.⁵⁵ Desse modo, ainda que para os membros houvesse “muito da essência nas formas”,⁵⁶ a

54 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

55 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

56 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

definição ideológica ou política se concentrava nas formas. As únicas questões para as quais o partido defendia possuir uma agenda substantiva eram aquelas relacionadas às condições de sua própria existência, como o acesso à informação pública ou a disseminação da tecnologia.⁵⁷ O segundo problema era hipotético, mas não deixava de ser um desafio para a forma habitual de compreender a representação: caso algum legislador fosse eleito e os cidadãos registrados na plataforma votassem majoritariamente de modo contrário à sua visão ou à dos dirigentes do partido, qual seria o caminho? Os cabeças de chapa do Partido de la Red nas eleições de 2013 asseguravam que não seria um problema ter que votar contra sua própria posição na legislatura, desde que lhes fossem reservado o direito de expressar que sua opinião pessoal não correspondia ao voto.⁵⁸ Ao longo de seus dois anos de existência, a questão da ideologia do Partido de la Red gerou debates entre seus membros, matizando algumas de suas posições, como veremos mais adiante. No entanto, os membros continuam enfatizando essa postura como predominante e, em particular, uma postura aberta em relação às experiências que poderiam ser testadas no futuro. Como eles mesmos destacavam: “o Partido de la Red parecia fazer acender todos os alertas, o que não acontecia com os partidos tradicionais, e isso dificulta a possibilidade de testá-lo e de experimentar coisas novas”.⁵⁹

De todo modo, aparentemente a proposta parecia levar a uma representação totalmente transparente, que colocava em questão a própria ideia de representação,⁶⁰ mas isso não contradizia seu diagnóstico e posição sobre a política contemporânea: “quando se delega a um representante formal, par-

57 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

58 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015). No entanto, é preciso destacar que esse cenário hipotético evitava considerar a representatividade dos usuários votantes da plataforma e a avaliação de diversos graus de compromisso ativo: assim, uma maioria que houvesse discutido somente um projeto específico e desaparecesse da cena teria um peso mais efetivo que os militantes regulares do partido.

59 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

60 Em particular, da representação política moderna, apoiada no repúdio ao mandato imperativo.

te da comunicação fica prejudicada”, afirmava um de seus membros.⁶¹ Isso era particularmente importante ao se considerar um aspecto menos destacado, mas que fazia parte da proposta em seu conjunto: a possibilidade que teriam os usuários de delegar seu voto⁶² a outros usuários da plataforma para decidir sobre problemáticas específicas (seria possível delegar um voto particular ou todos os votos relacionados a determinada temática a outro cidadão considerado mais capacitado para isso). Isso significaria reabrir as portas da delegação do voto à representação e à liderança, mas a partir de virtudes epistêmicas, de conhecimentos de especialistas, e não políticas? Para os membros do partido, seria preciso enxergar o usuário que podia votar em nome de outros mais como um delegado do que como um representante, sobretudo porque essa prerrogativa poderia lhe ser retirada a qualquer momento.⁶³ Para eles, a diferenciação⁶⁴ não se baseava necessariamente na *expertise* sobre o tema,⁶⁵ mas na confiança, que podia ter origem “tanto técnica quanto moral”;⁶⁶ também entendiam que os saberes poderiam ter diversas origens, nem todas ligadas à *expertise*: o “saber da experiência” do vizinho em relação à praça de sua esquina às vezes é mais

61 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

62 Essa ideia é inspirada na experiência do Partido Pirata de Berlim, cuja plataforma previa os “supereleitores”, atores que, de acordo com os membros do Partido de la Red, têm atuado de maneira responsável, informando “seus representados” sobre o voto que realizarão (entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli, 4 ago. 2015).

63 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

64 Que também colocava em questão a máxima das democracias modernas: “uma pessoa, um voto”.

65 No entanto, é preciso destacar que os membros do partido reconhecem uma função pedagógica em sua proposta. Um de seus fundadores, Martín Galanternik, questionava-se: “Que tipo de educação cívica estamos propondo, se deixamos que as pessoas sintam que já participaram pelo simples fato de terem se logado à plataforma?” (Sebastián Zírpolo, “Partido de la Red: Los hackers de la política”, *Revista Brando*, 29 jul. 2013). Outro fundador argumentava, por sua vez: “Para a missão do Partido de la Red, a política é pedagogia, formar cidadãos mais conscientes de seus direitos e dos efeitos das decisões coletivas” (Agustín Frizzera, “Por qué votar al Partido de la Red”, *Bastión Digital*, 23 out. 2013).

66 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

valioso do que o saber técnico ou do legislador que decide sobre a praça.⁶⁷ De todo modo, o delegado nunca deveria “deixar de ser um par”. A mesma discussão sobre a relação entre os “pares” se dava no interior do partido, mas sem a delegação do voto. Um de seus membros argumentava: “Não fugimos da liderança. Viemos para debater sobre a representação e sobre que tipo de liderança se deseja. O que não há é a figura do líder inconteste”.⁶⁸

Com essa proposta disruptiva — participação online vinculante e representação transparente — foi dado início à criação de um partido político formal, que teria o desafio de conseguir quatro mil adesões para poder obter um registro provisório e participar das eleições. Simultaneamente, deram início a uma campanha para que suas ideias se tornassem rapidamente conhecida pelos cidadãos da cidade de Buenos Aires. A coleta de assinaturas foi conseguida pouco antes das eleições, em setembro de 2013. A campanha eleitoral foi muito característica de um partido jovem e surgido nas redes sociais. Como não dispunham de grande orçamento,⁶⁹ realizaram um “Comunicatón”, uma maratona de comunicação para definir sua estratégia,⁷⁰ duas jornadas abertas que reuniram 45 pessoas, pensaram as ideias e desenvolveram os temas, cartazes e spots. Entre os slogans de campanha se destacaram: “Entremos todos”, “Que a rede acorde” e “Oferecem-se representantes que representam”. Com o intuito de construir um símbolo que chamasse a atenção em qualquer lugar, viralizando não apenas nas redes sociais como também no espaço público off-line, foi criado o “Cava-

67 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

68 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015). Para o entrevistado, as situações nas quais o líder é inconteste são aquelas nas quais se debate nas assembleias, mas, depois, o que importa na hora de tomar decisões coletivas é a posição do líder.

69 O orçamento que dispunham provinha de fundos que o governo da cidade de Buenos Aires disponibiliza aos partidos para a impressão de cédulas de votação, além de recursos pessoais dos fundadores do partido e uma campanha de *crowdfunding*.

70 Inspirado nos “hackathons”, encontros nos quais muitos programadores se reúnem durante 48 horas para trabalhar em equipes reduzidas e desenvolver sistemas de informação (Siri, 2015, p. 214).

lo de Troia”,⁷¹ que percorreria todos os bairros portenhos anunciando por meio de um megafone: “Assim como os gregos penetraram na fortaleza, saíram do cavalo e abriram as portas da cidade, viemos apresentar a estratégia para que nós portenhos penetremos numa legislatura fortificada. Não queremos que todos [os políticos] vão embora, queremos que todos [os cidadãos] entrem”.⁷² Outro desafio do Partido de la Red foi a arrecadação de fundos para imprimir a quantidade de cédulas de votação exigidas pela legislação eleitoral argentina. Para isso, realizaram uma campanha de financiamento coletivo (*crowdfunding*). Em dez dias, conseguiram arrecadar 100% dos 35 mil pesos pedidos, por meio de 280 doadores (Siri, 2015, p. 215). A seleção dos candidatos foi outra questão que teve que ser resolvida no meio do processo; a decisão de quem encabeçaria a lista foi feita por consenso dentro do partido e os candidatos “naturais” foram seus fundadores.

O fim da campanha consistiu na apresentação da plataforma de deliberação e votação online do Partido de la Red. Durante a semana anterior às eleições, a plataforma foi levada ao ar e simulou o processo que ocorreria caso algum de seus candidatos fosse eleito. Como descreve um dos membros: “Nossa proposta não é feita de promessas, mas de ações. Para cada pessoa que nos procurava, no lugar de falar sobre uma ferramenta hipotética, mostrávamos a ela o *DemocracyOS* em funcionamento com as leis em pauta. Isso desmistificava que as leis tratavam de temas complexos que requerem especialização ou que usar uma aplicação online fosse algo complicado” (Siri, 2015, p. 216).

Ao decidir construir um partido político para disputar eleições, os membros do Partido de la Red foram se deparando com vários desafios do mundo off-line: obter um registro provisório em poucos meses, selecionar candidatos,

71 A alusão ao Cavalo de Troia também deriva da expressão em informática que se refere a um programa que se apresenta de determinada maneira mas executa outras tarefas em segundo plano (Siri, 2015, p. 214).

72 Página do Facebook do Partido de la Red, 28 dez. 2013. Esse slogan fazia alusão à frase que ficou conhecida durante a crise política de dezembro de 2001 na Argentina, que dizia: “*que se vayan todos, que no quede ni uno solo*” (fora todos [os políticos], que não fique nenhum).

arrecadar fundos de campanha etc. Todos esses desafios os obrigavam a testar soluções e experimentar caminhos alinhados a seus princípios. Por fim, nas eleições legislativas de 27 de outubro de 2013, o Partido de la Red obteve 21.943 votos, conseguindo a nona maior votação entre 27 alternativas,⁷³ mas nenhum de seus candidatos conseguiu se eleger.

Durante 2014, o Partido de la Red manteve aberta e atualizada sua plataforma de deliberação. A cada semana eram inseridos os projetos de lei que seriam debatidos na legislatura e proposto que os cidadãos discutissem e expressassem seu voto, numa tentativa de mostrar como funcionaria o partido caso houvesse eleito representantes. Uma análise das discussões acontecidas na plataforma durante 2014⁷⁴ sugere que a maioria das mensagens não se limitava a emitir uma opinião a favor ou contra o projeto, mas propunha sugestões ou modificações, algo que não estava previsto originalmente na plataforma. Os membros do Partido de la Red participaram ativamente desses debates. Outras mensagens, em menor número, cumpriam a função de fornecer informações. Em alguns casos, os dados provinham de especialistas no tema, mas, no geral, predominavam as experiências pessoais de cidadãos afetados pelos temas abordados por cada projeto de lei. Também havia mensagens que questionavam a pertinência dos temas abordados pela legislatura, ao invés de concentrarem seu tempo e recursos em questões que os usuários da ferramenta consideravam prioritárias. O questionamento e manifestação de repúdio à legislatura enquanto instituição estavam muito presentes. O fato é que a deliberação online (uma das reivindicações mais constitutivas do partido) continua sendo um problema técnico, conceitual e prático: as mensagens que demonstravam ter levado em conta as anteriores eram raras, outras indicavam terem votado antes de participar da discussão, e muitas, ainda, eram provenientes dos próprios membros do partido. Rastrear tópicos de conversação

73 Página do Facebook do Partido de la Red, 31 dez. 2013.

74 O estudo foi exploratório. Foram consideradas apenas as mensagens relativas aos projetos de lei nos quais haviam participado mais de 300 pessoas (11 projetos no total).

entre as mensagens não era uma tarefa fácil e quase ninguém postava mais de uma mensagem.

Mas, durante 2014, o mais significativo foi o fato de terem dado continuidade ao desenvolvimento da Fundação Democracia em Rede,⁷⁵ ligada ao partido. Por não se tratar de ano eleitoral nem contar com representantes eleitos, as atividades enquanto partido político não podiam ser o centro das preocupações de seus membros. A fundação, por sua vez, buscou melhorar o sistema, elaborar novas iniciativas e entrar em contato com outros partidos e instituições no nível local e global. A fundação é a instituição efetivamente encarregada de desenvolver e manter o sistema de participação cidadã *DemocracyOS* e de promover e facilitar seu uso em diferentes instâncias institucionais da cidade de Buenos Aires e do mundo.⁷⁶ Como defende um dos membros fundadores do partido e da fundação: “tomamos a decisão fundamental de separar o software do partido político: nosso objetivo, de fato, é que todos os espaços políticos estejam dispostos a incorporar essa ferramenta em suas práticas, não somente o Partido de la Red” (Siri, 2015, p. 75). A fundação é um bom meio para se buscar financiamento para o desenvolvimento do software e é capaz de conseguir apoio de diversos atores. Nesse sentido, o Partido de la Red é simplesmente um dos muitos atores que buscam empregar a ferramenta *DemocracyOS*, com a particularidade de que sua proposta implica que ela seja utilizada de maneira vinculante em relação às decisões da sociedade.⁷⁷ Mas outros partidos políticos começaram a empregar o software para a tomada de decisões enquanto organização. Do mesmo modo, condomínios, comunidades de bairro organizadas e

75 A fundação possui o formato de uma ONG, é financiada por doações e pela remuneração de seus serviços. É dirigida por alguns dos membros fundadores do Partido de la Red e sua presidente é Florencia Polimeni, que foi legisladora da cidade de Buenos Aires.

76 “Podemos implementar o *DemocracyOS* tanto para uso interno quanto para consultar junto a seus eleitores todo tipo de tema. [...] No México, o governo federal implementou o *DemocracyOS* para abrir o debate sobre sua política de dados públicos. E, na Tunísia, a organização I WATCH usou a ferramenta para debater a nova constituição nacional com os tunisianos” (Siri, 2015, p. 218).

77 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

outros atores coletivos tem procurado cada vez mais a ferramenta, com o assessoramento da fundação.⁷⁸

A iniciativa denominada *Demos* foi um projeto da Fundação Democracia em Rede. A partir do software *DemocracyOS*, o Poder Legislativo da cidade de Buenos Aires disponibilizou por algumas semanas durante o mês de novembro de 2014 uma plataforma na qual qualquer usuário podia informar-se sobre os 16 projetos de lei na pauta daquela legislatura, dos quais apenas os três considerados mais relevantes seriam debatidos e prontamente submetidos a votação pela sociedade. A iniciativa se desenvolveu em colaboração com o presidente da casa e dos legisladores de diferentes partidos, que enviaram seus projetos de lei, embora as decisões ali tomadas não fossem vinculantes. No total, 13.289 portenhos entraram na plataforma, que recebeu 26.833 visitas no total, incluindo usuários de outras cidades do mundo. A maioria foram jovens entre 25 e 35 anos e a distribuição entre homens e mulheres foi mais equitativa do que em outros âmbitos de participação da sociedade — 55% e 45%, respectivamente.⁷⁹

O principal meio de disseminação do projeto foi o Twitter: 4.569 tuítes continham a *hashtag* da *Demos*, #YoVoto. Como esse novo ator gerava desconfiança entre as lideranças da política partidária e a intenção era que a *Demos* tivesse uma presença institucional, foi necessário negociar com os diferentes líderes de partido para que incluíssem seus projetos e selecionassem os mais atrativos para serem discutidos na plataforma. Isso não podia ser conseguido de maneira online,⁸⁰ era um “trabalho artesanal”,⁸¹ bater às portas, falar com assessores, convencer legisladores para os quais os membros do Partido de la

78 Diferentemente do Partido de la Red, cuja estrutura organizacional será analisada mais adiante, a fundação possui, sim, uma estrutura hierárquica, composta por presidente, diretoria, direção executiva e grupos de trabalho. No entanto, há uma superposição muito grande entre os membros da fundação e os militantes do Partido de la Red.

79 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

80 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

81 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

Red colocavam em jogo os diversos vínculos políticos existentes de cada um. Um dos primeiros aspectos da *Demos* a demonstrar a importância da articulação entre os mundos online e off-line foi a interação inevitável com os atores políticos e institucionais.

Mas, ainda mais evidente nesse sentido foi o resultado do processo de deliberação e, em particular, de votação. O projeto vencedor, que atraiu maior participação e quantidade de votos, era um projeto para melhorar as condições de trabalho dos enfermeiros e enfermeiras em hospitais públicos, que havia sido apresentado por Marcelo Ramal, legislador da Frente de Esquerda. Esse projeto conquistou a participação de 1.434 pessoas, resultado que foi possível porque as lideranças da Frente de Esquerda instaram seus militantes a votar e se mobilizaram para conscientizar também aqueles afetados diretamente pelo projeto de lei, realizando campanhas de disseminação em hospitais. Nas palavras de um dos membros do Partido de la Red: “houve um coletivo off-line que ocupou a plataforma”.⁸² Isso foi interpretado como uma prova da relevância dos atores organizados off-line e das ações levadas a cabo nesse âmbito, o “correlato físico”⁸³ para o êxito das atividades online.⁸⁴ Essa também era a opinião de alguns dos representantes que fizeram parte da iniciativa como, por exemplo, o legislador do bloco Coalizão Cívica para a Afirmação de uma República Igualitária (CC-ARI) e 3º vice-presidente da casa, cujo projeto encaminhado, que tratava do aumento do orçamento para a Educação, obteve a 2ª colocação em quantidade de votos: “Nem o cibermilitante pode substituir o militante, nem o ciberlegislador substitui o legislador; as redes não podem substituir o território e o cara a cara, apenas complementá-los: a incorporação das novas tecnologias

82 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

83 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

84 A Coalizão Cívica para a Afirmação de uma República Igualitária (CC-ARI) veiculou spots pelas redes sociais divulgando o projeto que estavam defendendo, mas isso implicou priorizar outra estratégia do mundo online.

amplia o espaço público”.⁸⁵

Quanto à deliberação e discussão dos projetos, a dinâmica observada foi similar à que descrevemos anteriormente em relação ao uso da plataforma do Partido de la Red: a deliberação não atingiu o grau de profundidade que se esperava, os diálogos eram difíceis de se estabelecer; apesar de haver um botão de resposta a um comentário, o sistema não gerava notificações, o que produziu um número reduzido de réplicas.⁸⁶ O compromisso assumido pelos legisladores era dar seguimento aos três projetos eleitos pela votação popular após a consulta. O projeto mais votado, que aguardava há seis anos ser aprovado pela comissão parlamentar que tratava do tema, após a experiência da *Demos* voltou a ser obstruído pela legislatura, não conseguindo chegar ao plenário; o projeto que ficou em segundo lugar tampouco conseguiu passar pelas comissões, e o projeto que ficou em terceiro lugar conseguiu ser votado, mas não foi aprovado. No entanto, a iniciativa teve como principal efeito positivo o fato de que a sociedade conseguiu estabelecer uma agenda divergente à dos representantes políticos, dando visibilidade a projetos de blocos partidários pequenos que, de outra maneira, não teria sido possível; mas, como observava um legislador, “a bola regressa à política”;⁸⁷ são os políticos que se veem diante do compromisso e responsabilidade de dar alguma resposta à sociedade diante de seu envolvimento.

O ano de 2015 trouxe um novo cenário para o Partido de la Red: tratava-se de um ano eleitoral, mas o registro que haviam obtido de maneira provisória já não lhes permitia concorrer sem que conseguissem filiações ao partido. Isso exigiu de seus membros implementar simultaneamente duas estratégias: por

85 Entrevista com Maximiliano Ferraro (22 set. 2015).

86 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015). O legislador do bloco CC-ARI, cujo projeto também foi discutido, informou haver participado do debate discutindo artigo por artigo, respondendo a perguntas e críticas, e observou que muitos acompanhavam o projeto de maneira bem fundamentada (entrevista com Maximiliano Ferraro, 22 set. 2015). Um dos resultados interessantes para os representantes que submeteram seus projetos a discussão e votação foi precisamente receber o relatório elaborado pela Fundação Democracia em Rede que reunia os principais argumentos positivos e negativos sobre os mesmos.

87 Entrevista com Maximiliano Ferraro (22 set. 2015).

um lado, tentar atingir o número de 4 mil filiados exigidos pela Justiça Eleitoral da cidade de Buenos Aires e, por outro, quando perceberam que já não seria possível disputar as eleições de 2015, implementar alguma nova iniciativa que lhes permitisse ser um ator visível no cenário eleitoral ainda que não tivessem apresentado candidatos. A primeira estratégia supunha uma mudança no formato do partido e o desenvolvimento de uma dimensão territorial, de que trataremos adiante.

Com o objetivo de estar presentes no processo eleitoral de 2015, mesmo sem apresentar uma lista de candidatos, o Partido de la Red lançou a plataforma *Qué proponen*, na qual era possível conhecer as propostas públicas de cada um dos candidatos para cargos executivos tanto da cidade de Buenos Aires como das eleições nacionais argentinas. As propostas podiam ser filtradas por partido, por candidato ou por tema, sendo possível também visualizar quais assuntos possuíam mais propostas de um candidato ou partido. Também foram disponibilizados links via Twitter para se comunicar com os candidatos. *Qué proponen* recebeu mais de 600 mil visitas, mais de 9 mil compartilhamentos pelo Facebook e 1.200 tuítes com o link para a plataforma no caso das eleições locais de Buenos Aires. O pico de visitas deu-se no mesmo dia das eleições às 11 horas da manhã, indicando que a sociedade fez uso da plataforma para se informar sobre as posições dos candidatos. Esses números também mostram a influência que teve o Partido de la Red no processo eleitoral mesmo sem ter apresentado candidatos.⁸⁸

A partir da *Qué proponen* foi desenvolvido na cidade de Buenos Aires o aplicativo *Tu Media Naranja* (sua cara-metade), no qual os usuários podiam descobrir com quais candidatos tinham mais afinidade a partir da indicação de interesse em propostas sobre cada tema. Essas iniciativas seguem um dos lemas presentes no Partido de la Red desde sua fundação, “debatamos ideias,

88 A iniciativa foi mencionada pela imprensa e também imitada, por exemplo, pelo jornal *La Nación*, que propôs uma ferramenta similar para que seus leitores pudessem medir a afinidade que tinham com os diversos candidatos.

não candidatos”, e se fez presente em uma campanha eleitoral criticada por não debater propostas.⁸⁹ Para disponibilizar essa plataforma, os articuladores começaram a coletar as informações disponíveis nos sites dos candidatos e a organizar o que já aparecia nas plataformas eleitorais; mas, à medida que a *Qué proponen* ia ganhando audiência, vários candidatos começaram a contatá-los (de maneira off-line) para inserir propostas, corrigir ou completar as informações que apareciam vinculadas a eles.⁹⁰

Embora o desafio de conseguir as filiações exigidas para garantir o registro eleitoral do partido pudesse parecer factível em 2015, a facilidade em conseguir “curtidas” e de seguidores nas redes sociais não se transferiu para o mundo off-line. Até o momento, o partido havia reunido entre 800 e 1.200 filiados. O Partido de la Red optou então por seguir o caminho da obtenção do registro com vistas às eleições de 2017, enquanto desenvolvia uma estratégia territorial.

Em relação à sua proposta original, a decisão de realizar assembleias e constituir células territoriais era realmente um marco que teria impacto até mesmo na concepção política do partido. Nesse sentido, o Partido de la Red representa um caso notável: enquanto os partidos políticos tradicionais necessitam incorporar as novas tecnologias em suas formas de atuação e de comunicação, o Partido de la Red caminha na direção oposta, no sentido de ocupação do território e contato cara a cara. O diagnóstico dos membros do partido era que “a atração para o online precisa vir do off-line; é neste que se consolida uma comunidade com maior intensidade”;⁹¹ e que, sem ocupar o território, o partido corre o risco de “perder sensibilidade”, que não é algo que se consegue ter “sentado no sofá de casa”.⁹²

89 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

90 Entrevista com Inti Bonomo (31 ago. 2015).

91 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

92 Entrevista com Inti Bonomo (31 ago. 2015).

Desse modo, começaram a estabelecer células ou nós com base na divisão administrativa nas 15 comunas (distritos) da cidade de Buenos Aires. Até o momento, há nós ativos nas comunas 5, 6, 7, 11, 12, 13 e 14. Nas reuniões desses nós⁹³ os temas podem ser tanto relativos à comuna como a questões que afetem o partido de maneira geral, mas ganham um tom territorial particular. É discutida a colaboração com organizações de bairro e com a sociedade civil, propõe-se caminhadas e mapeamentos da comuna e um levantamento dos problemas locais. Ao dizer que “para saber como podemos viver melhor, é preciso saber como vivemos”, um dos membros do nó das comunas 13 e 14 faz alusão a um partido cujo papel é formular propostas para melhorar a vida dos cidadãos.⁹⁴ De fato, é nos territórios que emerge a articulação com outras organizações da sociedade civil e com organizações políticas com o propósito de encontrar respostas a problemas específicos. Destaquemos, por exemplo, as ações para evitar o fechamento de um hospital no bairro de Villa Urquiza, ou a relação iniciada com uma cooperativa de catadores.⁹⁵

De fato, o desenvolvimento de uma dimensão territorial exigia revisar, matizar ou voltar a pensar a questão da ausência de ideologia do Partido de la Red mencionada anteriormente. Um dos membros, responsável pela estratégia territorial, afirmava que essa concepção estava em transformação e que, entre os membros, existia a ideia de que o partido necessitava de ideias próprias, ainda que se desenvolvessem mediante mecanismos de escrita coletiva online.⁹⁶ Ao entrar em contato com o território, o partido se viu obrigado a tomar posi-

93 Em média, participam 20 pessoas das assembleias territoriais. Ao mesmo tempo, o Partido de la Red realiza assembleias gerais em novembro, das quais geralmente participam cerca de 70 pessoas.

94 Observação participante de uma assembleia territorial nos bairros de Belgrano e Núñez e entrevista com o coordenador, Enrique Elvas (22 ago. 2015).

95 Entrevista com Inti Bonomo (31 ago. 2015).

96 Entrevista com Inti Bonomo (31 ago. 2015).

ções sobre os problemas de cada bairro discutidos nas assembleias.⁹⁷ Ao mesmo tempo, cresceu o posicionamento do partido frente a problemas ou acontecimentos públicos em relação a 2013. O documento de fundação afirma que “o Partido de la Red só tomará posições sobre os temas de conjuntura que afetem as condições mínimas para uma democracia em rede”, mas os posicionamentos do partido nas redes sociais aumentaram tanto em quantidade quanto em número de temas abarcados. Em 2013, na página oficial do partido no Facebook só havia dois posicionamentos, ambos ligados a condições de existência de uma democracia em rede. Em 2014 foram postados sete posicionamentos com relação a questões conjunturais, inclusive algumas mais polêmicas, como a falta de vagas em escolas públicas na cidade de Buenos Aires. Por último, em 2015 foram publicados quatro posicionamentos, entrando em temas ainda mais controversos, como a morte do promotor Alberto Nisman, ou a mobilização #NiUnaMenos. Assim, a definição de posições ideológicas é um dos pontos em discussão dentro do partido. Para um de seus membros, “a sociedade vai exigindo definições ideológicas tradicionais”;⁹⁸ para outro, o Partido de la Red precisará começar a se posicionar ideologicamente, mas não necessariamente em um sentido tradicional, porque sempre estará sujeito a ser referendado pela sociedade;⁹⁹ o fato é que “se você está inserido no sistema político, não

97 Observação participante de uma assembleia territorial nos bairros de Belgrano e Núñez e entrevista com o coordenador, Enrique Elvas (22 ago. 2015).

98 Entrevista com Inti Bonomo (31 ago. 2015).

99 Esse talvez seja um dos aspectos que, segundo a perspectiva de seus membros, mais diferencia o Partido de la Red dos demais partidos surgidos da rede, como os europeus Podemos e Movimento 5 Estrelas: “eles possuem lideranças carismáticas muito claras e agem como partidos tradicionais em alguns aspectos porque estão disputando o poder e possuem perspectiva ideológica” (entrevista com Felipe Muñoz, 21 set. 2015). No entanto, essas experiências são claras referências para sua proposta: a estrutura em círculos do Podemos inspira sua estrutura em nós, por exemplo (entrevista com Inti Bonomo, 31 ago. 2015). Ao mesmo tempo, possuem contato frequente com todas essas experiências por meio da Fundação Democracia em Rede: os partidos procuram a fundação em busca de assessoramento, como fazem os representantes do 5 Estrelas na cidade de Trieste ou, em outros casos, assumem eles mesmos o desenvolvimento do código, por se tratar essencialmente de código aberto (entrevista com Felipe Muñoz, 21 set. 2015).

pode ser um ator que diz sim ou não, mas tem também que ser proativo, ter iniciativa”.¹⁰⁰

Durante 2015, o Partido de la Red também modificou sua estrutura de organização interna. O conselho executivo que funcionava em 2013, composto por 60 a 70 pessoas que tomavam as decisões sobre todos os temas em assembleia, foi substituído por um comitê executivo formado pelos coordenadores de cada um dos 7 nós temáticos, além dos coordenadores dos nós territoriais a partir de junho de 2015.¹⁰¹ De toda forma, o órgão soberano e de prestação de contas é a Assembleia Geral, da qual participam todos os filiados. Os membros do partido estão desenvolvendo uma plataforma online específica para preparar as discussões das assembleias gerais e estabelecer o conjunto de temas, mas alertam que a assembleia geral “não pode ser substituída por uma online; discutir cara a cara oferece outro nível de conexão com as coisas, é diferente, não necessariamente melhor; o ideal é um híbrido, que maximize as vantagens do cara a cara e do online”.¹⁰²

Outra novidade tem sido o surgimento de Partidos de la Red em outras localidades do país: La Rioja, Mar del Plata, Rosário, Córdoba, Tandil, Necochea e Lanús.¹⁰³ Houve uma discussão sobre se existiria uma hierarquia que subordinaria os novos nós ao original da cidade de Buenos Aires, mas optou-se pela

100 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

101 Os nós temáticos ou funcionais existentes atualmente são: Plataforma (coordenado por Agustín Frizzera, que é responsável por pensar, desenvolver e manter os conteúdos das plataformas do partido), Financiamento, Território (coordenado por Inti Bonomo), Partidos em rede (relações com outros Partidos de la Red), Filiações (coordenado por Gonzalo Arguello), Comunicação e Organização (coordenados por Martín Galanternik). Também há nós periféricos, estando ativos os nós Arte, Academia, Desenho, Haiti (corruptela de “IT”, sigla em inglês de tecnologia da informação) e Software.

102 Entrevista com Inti Bonomo (31 ago. 2015).

103 Na cidade de La Rioja o partido possui personalidade jurídica. O nó de Mar del Plata também é bastante ativo e desenvolveu um aplicativo para fiscalizar as eleições, que também foi usado pelo Partido de la Red da cidade de Buenos Aires, que passou então a descentralizar a produção de conteúdo. A maioria das páginas do Facebook repetem as postagens da página original do partido de Buenos Aires e informam sobre reuniões locais. Alguns nós são iniciativas pessoais com cerca de dez seguidores.

horizontalidade, de maneira que, em cada localidade, o Partido de la Red está sendo construído de maneira autônoma e com características específicas a seu contexto.¹⁰⁴

Quem representa ou é incluído pelo Partido de la Red? Por um lado, seus membros observam que a plataforma é uma ferramenta dos fracos frente aos poderosos, no sentido de que o software desenvolvido visa reduzir o custo de participação para todos.¹⁰⁵ Mas, por outro lado, não é possível imaginar um corpo de representantes inteiramente composto por legisladores do Partido de la Red: é necessário que existam outros partidos que representem quem não possui acesso nem familiaridade com as novas tecnologias.¹⁰⁶ Enquanto existir exclusão digital, o Partido de la Red terá um déficit de representação e inclusão. Nesse sentido, a exclusão digital é um limite que o mundo off-line impõe ao mundo online.

Mas, na experiência do Partido de la Red, vimos que esses mundos têm que dialogar em vários sentidos: suas iniciativas implicam estabelecer contato com outras forças políticas; as normas eleitorais impõem que se busque filiações pelo território; o território revela-se necessário para potencializar sua “sensibilidade”; e, por sua vez, obriga-o a assumir posicionamentos em relação a algumas questões e a coordenar ações com atores específicos. Na palavra de seus membros: “online e off-line são universos que se cruzam”.¹⁰⁷ Mas esse é um terreno que podemos chamar de “experimentalismo democrático”. Tanto na forma de conceber sua organização interna quanto no posicionamento diante da sociedade ou no desenvolvimento e melhora constante de aplicativos online que fomentem a participação da sociedade, o que caracteriza o Partido de

104 Entrevista com Inti Bonomo (31 ago. 2015). No entanto, as hierarquias informais persistem; pela capacidade oratória ou pela experiência, os fundadores do partido da capital são sempre referência.

105 Entrevista com Felipe Muñoz (21 set. 2015).

106 Entrevista com Inti Bonomo (31 ago. 2015).

107 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

la Red é o experimentalismo. Dessa forma, a própria democracia é concebida como um experimento, um teste, um processo de tentativa e erro, já que “a tecnologia é passageira, a ferramenta está viva”.¹⁰⁸

Caso 3: Change.org, o grito digital

A Change.org é uma plataforma online de abaixo-assinados em funcionamento na Argentina desde janeiro de 2013 que foi adquirindo relevância rapidamente à medida que temas de grande importância pública começaram a gerar abaixo-assinados na plataforma, como o que pede a regulamentação dos debates presidenciais obrigatórios, a sanção de leis relacionadas ao direito à saúde, ou a exigência de políticas contra a violência de gênero relacionadas à mobilização #NiUnaMenos (entre as mais recentes). Por meio da plataforma conseguiu-se até o momento muitas respostas positivas a abaixo-assinados e mudanças institucionais significativas. A principal ferramenta de disseminação dos abaixo-assinados originados nessa plataforma online são as próprias redes sociais, mas a relevância que ela foi adquirindo fez com que muitos dos temas tratados fossem reproduzidos também pelos meios de comunicação tradicionais. O grande potencial da Change.org para conseguir “vitórias” (resultados positivos no âmbito off-line) deve-se à sua forma de exercer pressão sobre os tomadores de decisão, mas também à apelação a narrativas pessoais, ao predomínio de imagens sobre a argumentação impessoal e às experiências singulares frente a posições de atores organizados.

Em 2007, a Change.org surgiu nos Estados Unidos como um blog sobre temas relacionados a mudanças sociais. O site havia sido criado por Ben Rattray, estudante da Universidade de Stanford. Com o passar do tempo, os abaixo-assinados do site se tornaram mais atrativos (ou seja, atraíam mais tráfego) do que os próprios posts do blog, levando o site a se transformar em uma plataforma

108 Entrevista com Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli (4 ago. 2015).

exclusivamente de abaixo-assinados. Em pouco tempo o site se expandiu para outros países, começando por Inglaterra e Austrália. Na Espanha existia uma plataforma chamada Actuable que acabaria se fundindo à Change.org e, a partir dessa versão no idioma espanhol, o site expandiu-se para a América Latina. A utilização da plataforma global por parte de usuários de determinados países acabou gerando versões locais do site.¹⁰⁹ Em janeiro de 2013, o site entrou em funcionamento na Argentina.¹¹⁰ Um dos primeiros abaixo-assinados criados relacionava-se ao problema das inundações nas cidades de Buenos Aires e La Plata, e exigia do governo nacional a construção de aquedutos e redes de esgoto. Esse abaixo-assinado havia sido criado por uma jornalista espanhola. A ligação com esse país no início da plataforma era forte, já que, até 2013, os usuários argentinos usavam a versão espanhola da Change.org, especialmente em abaixo-assinados ligados aos direitos dos animais.¹¹¹ Existem atualmente 2,5 milhões de usuários ativos na Argentina (2,9 milhões no total) e os temas que concentram o maior número de abaixo-assinados são: justiça econômica (19,1%), direitos dos animais (16,4%), direitos humanos (14,3%), saúde (13,2%) e meio ambiente (13%).¹¹²

A plataforma é definida por seus criadores como uma ferramenta capaz de promover mudança social pela ação individual dos cidadãos. Seu site afirma que “a missão da Change.org é incentivar pessoas em todos os lugares a conquistarem as mudanças que desejam”.¹¹³ Segundo sua responsável na Argenti-

109 Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015).

110 O Change.org é coordenado na América Latina por Susana Fernández Garrido, bacharel em Ciência da Informação que trabalhou anteriormente na Anistia Internacional e, na Argentina, por Gastón Wright, bacharel em Ciência Política pela Universidade de Toronto. O responsável pela plataforma na Argentina é encarregado de selecionar a equipe local, cuja missão principal é promover a disseminação das campanhas.

111 Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015).

112 Relatório produzido por Change.org e publicado pelo jornal *La Nación* em 21 out. 2015. Ver <www.lanacion.com.ar/1838364-changeorg-barometro-sociedad-argentinos-preocupaciones-elecciones>. Em todo o mundo, a plataforma possui mais de 110 milhões de usuários em 196 países.

113 Extraído dos Termos de Uso. Ver <www.change.org/policies/terms-of-service>.

na, a Change.org foi criada para empoderar, dar às pessoas a possibilidade de produzir as mudanças que desejam, mas sem definir *a priori* o tipo de mudança. É uma plataforma dinâmica, que busca influenciar os tomadores de decisão e produzir resultados concretos.¹¹⁴ Ao focar na mudança, não se trata de uma plataforma com abaixo-assinados ligados ao status quo, embora em alguns casos possam surgir pedidos que busquem preservar o estado atual a respeito de um tema diante da ameaça de mudanças.¹¹⁵

Diferentemente de outras plataformas de abaixo-assinados, como a Avaaz, a Change.org não se posiciona institucionalmente sobre os abaixo-assinados e tampouco cria ela mesma novos abaixo-assinados; prefere que sejam os próprios usuários que tomem a iniciativa e a plataforma apenas colabore na disseminação dos abaixo-assinados que conseguem reunir uma grande quantidade de assinaturas, mas “não possui uma agenda específica”.¹¹⁶ Os Termos de Uso da Change.org afirmam: “Não somos responsáveis pelo conteúdo de nossos usuários e não o monitoramos. [...] [Não] apoiamos perspectivas, opiniões, recomendações ou conselhos que possam ser publicados por usuários”.¹¹⁷ A plataforma não toma posição sobre os abaixo-assinados, mas reserva o direito de

114 Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015).

115 Nesse sentido, o caso do Centro Cultural Kirchner é ilustrativo, já que foram criados na plataforma dois abaixo-assinados sobre o assunto: um para mudar o nome do centro cultural, amparando-se em sua falta de representatividade na sociedade argentina e o outro busca reunir apoio para manter o nome, lembrando a tática usada pela ditadura militar argentina de banir as referências ao nome do ex-presidente Juan Domingo Perón como fundamentação.

116 Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015). A plataforma colabora na disseminação de alguns abaixo-assinados por e-mail; dispõe de um *mailing list* de 2,5 milhões de pessoas, embora geralmente realize um *targeting* dos destinatários de acordo com os temas de interesse (definidos em função da assinatura a abaixo-assinados anteriores ou de seu perfil social).

117 Extraído dos Termos de Uso. Ver <www.change.org/policies/terms-of-service>. Outra diferença está no método de financiamento. Enquanto a Avaaz é uma ONG que recebe doações por parte de indivíduos e fundações, a Change.org tem um modelo de “negócio social” que não se financia por meio de doações, possuindo uma estratégia de sustentabilidade por meio da venda de “abaixo-assinados promovidos”. Isso não significa que a Change.org esteja filiada às organizações responsáveis por esses abaixo-assinados nem que seja favorável aos mesmos (entrevista com Gastón Wright, 10 ago. 2015).

excluir algumas delas em casos extremos, como nos quais as mensagens possuíam um claro conteúdo discriminatório.¹¹⁸

O que é preciso para criar ou assinar um abaixo-assinado? O primeiro passo é a criação de uma conta de usuário. O usuário precisa ser maior de 13 anos, atuar em nome próprio e não pode ocultar sua verdadeira identidade. Cada usuário pode iniciar uma “campanha”, ou seja, criar um abaixo-assinado específico na plataforma e promover a mesma nas redes sociais, por e-mail ou outros meios de comunicação. A própria plataforma estimula os usuários a compartilhar seu abaixo-assinado, a “mobilizar” seus amigos, família e comunidade. Uma vez criado, o usuário também é estimulado a manter atualizado o estado do abaixo-assinado, uma forma de “manter os apoiadores informados” sobre os avanços e retrocessos em relação aos objetivos do abaixo-assinado. Por outro lado, além de “autores”, os usuários podem ser “apoiadores” de outros abaixo-assinados. De fato, na plataforma há três papéis diferentes: 1) os autores; 2) os destinatários, aqueles a quem se dirigem formalmente os abaixo-assinados; e 3) os apoiadores. Os autores podem ser tanto cidadãos individuais quanto organizados. Por outro lado, aqueles a quem se dirigem os abaixo-assinados dividem-se entre: a) o setor estatal: representantes de governos, servidores, legisladores dos vários níveis de governo e membros do Judiciário; b) empresas privadas que oferecem serviços públicos; e c) organizações da sociedade civil. Os abaixo-assinados podem se dirigir a vários desses atores. Também há abaixo-assinados de um quarto tipo, que se destinam a grupos mais abstratos, como “os argentinos”. No entanto, grande parte do sucesso dos abaixo-assina-

118 A plataforma estabelece que certos abaixo-assinados podem ser excluídos caso violem os Termos de Uso ou as Diretrizes da Comunidade. Em princípio, todo abaixo-assinado ilegal inclui-se nessa categoria. Um caso é o da proteção dos direitos de autor. Outro caso é o do lucro direto: abaixo-assinados que busquem vender algum produto ou serviço. Um abaixo-assinado também pode ser excluído caso seja difamatório ou desrespeite a privacidade de alguém (ex.: publicando seus dados pessoais). A utilização de um discurso de ódio ou discriminatório que viole direitos humanos, de linguagem obscena ou a publicação de imagens explícitas (ou seja, violentas, sexualmente explícitas ou ofensivas) também pode levar à exclusão do abaixo-assinado (entrevista com Gastón Wright, 10 ago. 2015). Os usuários também podem facilmente denunciar conteúdo inapropriado encontrado em determinado abaixo-assinado.

dos está relacionado à identificação precisa dos responsáveis e tomadores de decisão com competência legal para responder ao pedido.¹¹⁹ Por fim, os apoiadores podem, por sua vez, adicionar comentários justificando o apoio e disseminar o abaixo-assinado.¹²⁰

Com relação ao tipo de abaixo-assinados, há diversas categorias utilizadas pela plataforma, que não necessariamente são excludentes entre si. Por um lado, os abaixo-assinados “encerrados” são aqueles que não recebem mais novas assinaturas. O encerramento do abaixo-assinado acontece quando o usuário assim o decide (podendo ou não justificar publicamente) ou se ficou mais de um ano sem receber visitas.¹²¹ Outros são os abaixo-assinados “em destaque”, que aparecem na página principal da Change.org; são selecionados pela equipe do site, por exemplo, os abaixo-assinados que se encontram na agenda pública.¹²² Lá também são encontrados os abaixo-assinados “populares”, aqueles que estão ativos, recebendo apoios diariamente e que possuem a maior quantidade de tráfego diário — ainda que possa não ter um grande número de apoios.¹²³

119 Entrevista com María Pazo (28 set. 2015). Como observava essa assessora legislativa: “O poder está disseminado e não está claro quem pode responder. Essa plataforma permite organizar a demanda e apontar diretamente quem pode resolver” (entrevista com María Pazo, 28 set. 2015). Por isso, a Change.org frequentemente auxilia os proponentes a mudar os destinatários quando estes não estão bem identificados no abaixo-assinado inicial. As vitórias são mais prováveis caso os abaixo-assinados estejam dirigidos a funcionários do segundo ou terceiro escalão, que são os que de fato se encarregam de um tema. Os abaixo-assinados dirigidos diretamente ao presidente ou ao chefe de governo não costumam ser efetivos. Tampouco o são os abaixo-assinados dirigidos a agrupamentos abstratos (entrevista com Gastón Wright, 23 set. 2015). Em todo caso, “saber quem pode me dar a resposta já é 80% do caminho” (entrevista com María Pazo, 28 set. 2015).

120 Ao constar no banco de dados de usuários da Change.org, a plataforma envia os abaixo-assinados ativos que poderiam ser de seu interesse. A Change.org se comunica periodicamente com seus usuários por e-mail, enviando informes gerais, novidades sobre abaixo-assinados apoia-dos e outros selecionados com base nesses ou em outros acessados anteriormente.

121 Entrevista com Gastón Wright (23 set. 2015).

122 Não são selecionados pela quantidade de apoios, incluindo também abaixo-assinados com poucos apoios, com base em um espírito “contramajoritário” da plataforma (entrevista com Gastón Wright, 23 set. 2015).

123 Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015).

É possível acessar esses abaixo-assinados pela página inicial e, como os abaixo-assinados em destaque, vão mudando constantemente. Tanto os abaixo-assinados em destaque quanto os populares são parte de um universo maior: os abaixo-assinados ativos, ou seja, os que ainda buscam apoio. Também há o universo dos abaixo-assinados vitoriosos, ou “vitórias”, que conseguiram alcançar seu objetivo principal.¹²⁴

A Argentina é o país que possui mais vitórias em relação à sua quantidade de usuários. Em todo o mundo, 38% dos cidadãos ativos foram vitoriosos nos últimos três meses, enquanto que na Argentina a média é de 66%. Há no país um total de 403 vitórias.¹²⁵ A plataforma oferece alguns conselhos importantes para aumentar a possibilidade de vitória: orienta para que os abaixo-assinados sejam dirigidos ao real responsável, com capacidade concreta de solução do problema; recomenda que os abaixo-assinados sejam acompanhados de imagens e que narrem uma história pessoal.¹²⁶ Mas não é apenas a forma de apresentar os abaixo-assinados que aumenta a probabilidade de vitória: um aspecto fundamental é a dinâmica da plataforma para exercer pressão sobre os destinatários. Cada vez que um usuário apoia um abaixo-assinado, uma mensagem é enviada ao endereço de e-mail do governante ou responsável a quem se destina; não apenas o pedido é tornado público, mas também o nome e sobrenome do destinatário, além de seu endereço de e-mail, que passa a ser inundado de mensagens. A pressão aumenta por meio das redes sociais, mediante menções ao responsável

124 Na Argentina, a maior quantidade de vitórias se concentra na área da saúde. Os diretores da Change.org acreditam que o crescimento na quantidade de usuários de um país faz com que os apoios sejam conseguidos mais rapidamente. Mas não existe uma relação direta entre a quantidade de apoios recebidos por um abaixo-assinado e sua vitória. A maior parte das vitórias estão nos abaixo-assinados que obtém entre 15 mil e 70 mil assinaturas (entrevista com Gastón Wright, 23 set. 2015).

125 Entrevista com Gastón Wright (23 set. 2015).

126 O formato recomendado dos abaixo-assinados é o seguinte: inicie-o a partir da narrativa de uma história pessoal do usuário e, a partir daí, explique qual é o problema que o afeta; utilize uma linguagem simples e cotidiana, proponha soluções e enfatize a importância de obter apoios.

ou governante. O Twitter é prolífico e funciona muito bem para esse fim: os autores e apoiadores podem “taguear” os destinatários para massificar a chegada do abaixo-assinado e assegurar que ele o receba, seja diretamente ou através de um assessor. Os destinatários são responsivos devido ao alto custo político da exposição pública do abaixo-assinado; em particular, os governantes podem enxergar os abaixo-assinados como ameaças à sua reputação.¹²⁷ Desse modo, enquanto que para os autores e apoiadores o custo de participar é muito baixo, para os destinatários o custo de não oferecer uma resposta é muito maior.¹²⁸

O crescimento da Change.org na Argentina (em quantidade de usuários e de vitórias) foi vertiginoso desde seu lançamento em 2013,¹²⁹ logo se destacando alguns abaixo-assinados sobre temas presentes na agenda pública: em abril de 2013, um abaixo-assinado contra a reforma judicial que estava sendo debatida no país; em maio, um abaixo-assinado em repúdio ao conteúdo homofóbico dos questionários usados para doação de sangue; em outubro, um abaixo-assinado dirigido à presidente para que interviesse pela libertação de uma ativista argentina do Greenpeace detida na Rússia; em novembro, um abaixo-assinado por uma nova Lei de Diabetes, estabelecendo a obrigatoriedade para seguradoras privadas e de categorias profissionais de oferecer cobertura de tratamento aos pacientes. Esses abaixo-assinados de alto impacto já no ano de 2013 geraram enorme visibilidade para a plataforma e, a partir de 2014, multiplicou a quantidade de abaixo-assinados com repercussão na mídia e cujas temáticas se converteram em debate público.

É importante observar que se constata um maior êxito nos abaixo-assinados iniciados por autores individuais,¹³⁰ mesmo nos casos em que os autores

127 Em particular, no caso dos municípios esse temor pode se agravar, já que os funcionários possuem maiores chances de cruzar na rua com os autores ou apoiadores.

128 O custo é mais alto para os funcionários dos escalões menores (entrevista com Gastón Wright, 23 set. 2015).

129 Houve um crescimento de 401% no primeiro ano.

130 Os autores individuais representam 95%, frente a 5% de autores organizados em associações civis. Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015).

fazem parte de alguma organização e articulem ações com a sociedade civil ou com atores políticos, a tendência que se observa mais exitosa e também a recomendada pela plataforma é a apresentação dos abaixo-assinados ligados a histórias de vida ou experiências singulares.¹³¹ Entre os autores individuais encontram-se vítimas ou pessoas prejudicadas por alguma questão concreta, que assinam individualmente ou por meio de seus familiares; narram sua própria história, mas também buscam ser representativos, com seu exemplo, de um problema mais amplo. Também há casos de pessoas prejudicadas que não se referem especificamente à história de uma só pessoa, mas à de um grupo maior, por exemplo, da comunidade local onde vivem, como no caso de um pai que pedia que não fosse fechado o colégio de seu filho devido à sua proximidade com o estádio do clube de futebol Almirante Brown. Em outros casos, pessoas sensibilizadas por alguma causa coletiva ressonante na agenda pública (como o pedido de proteção da equipe que investigava a morte do promotor Alberto Nisman, a reincorporação do promotor José María Campagnoli, que investigava um caso de corrupção e foi afastado de seu cargo, ou a implementação da urna eletrônica nas eleições), apresentaram o problema sob a perspectiva do “cidadão comum”. De outro lado estão os abaixo-assinados de organizações da sociedade civil, diversas entidades comunitárias ou redes existentes em favor de uma causa, entre os quais se destacam os relacionados aos direitos dos animais e ambientais (como o que busca proibir no país as corridas de cachorros da raça galgo, iniciada pela rede Projeto Galgo Argentina).

Em todo caso, observa-se que a maioria dos abaixo-assinados são de iniciativa individual. Em consonância com o tipo de autoria recomendada, a narrativa do abaixo-assinado predominante e com maior impacto é o *storytelling*,¹³²

131 Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015).

132 Além do *storytelling*, nos abaixo-assinados também se faz alusão a um conjunto amplo e abstrato de valores comuns, como “justiça”, “pluralidade”, “dignidade humana”, “legalidade” etc. Mas, como observava o responsável da Change.org na Argentina: “ao contar a própria história, conta-se a história de outras pessoas que podem enfrentar o mesmo problema, que se sentem refletidas na narrativa. O *storytelling* é efetivo porque produz empatia, sendo a maneira de comunicar escolhida pela mídia tradicional. Uma parte da vida privada é exposta ao redigir o

que pode gerar empatia entre os potenciais apoiadores, diferentemente do registro típico de abaixo-assinados de organizações não governamentais ou da sociedade civil: “Basicamente, consumimos histórias todos os dias”, reconhece o responsável da Change.org.¹³³ Se a empatia é o que mobiliza os apoiadores, e a ameaça à sua reputação, os destinatários, os autores destacam com frequência que é o sentimento de indignação o que os leva a criar um abaixo-assinado.¹³⁴

Ainda que ser um especialista no tema não seja um requisito para criar abaixo-assinados, muitas vezes os saberes profissionais, técnicos, legais etc. adquiridos no âmbito off-line contribuem para seu sucesso. No entanto, não é o objetivo da plataforma transmitir mensagens via textos de especialistas, pelo contrário, em 2015, foram criados dois abaixo-assinados de ampla repercussão ligados à legislação eleitoral, no contexto das eleições gerais. Um deles, que pedia a provação de uma lei obrigando os candidatos a participar de debates presidenciais foi iniciada por um cientista político e professor universitário, Diego Muzio. Para o responsável da Change.org, tratou-se de um exemplo de abaixo-assinado com informação pertinente e muito bem redigido; poderia ter sido um abaixo-assinado de uma organização não governamental como a Poder Ciudadano mas, nesse caso, “teria obtido 500 assinaturas”; o que contribuiu para seu sucesso foi ter sido “escrito por Diego como um cidadão comum que também é cientista político”.¹³⁵ O segundo abaixo-assinado com ampla reper-

abaixo-assinado, então a participação nessa plataforma fica numa ‘zona cinzenta’ entre o íntimo e o público” (entrevista com Gastón Wright, 10 ago. 2015).

133 Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015).

134 María Pazo, autora de uma solicitação de reparo de um bueiro numa esquina de seu bairro, explica que decidiu fazer um abaixo-assinado no momento em que se indignou com o risco que havia se tornado atravessar a rua; molhada pela chuva, entrou em casa e, com sentimento de indignação, redigiu o abaixo-assinado (entrevista com María Pazo, 28 set. 2015). Natalia Luque também descreve que decidiu fazer o abaixo-assinado quando voltou para casa após ter votado, indignada com a confusão gerada pelas “*listas sábanas*” [ver nota 136]. Criou o abaixo-assinado enquanto comia: “foi como um desabafo, não como um objetivo de conseguir 300 mil apoios” (observação participante da reunião entre a autora de abaixo-assinado Natalia Luque e a Change.org para levar as assinaturas ao Congresso e entrevista com a autora, 23 out. 2015).

135 Entrevista com Gastón Wright (23 set. 2015).

cussão, que pedia a substituição do sistema eleitoral vigente pela urna eletrônica, foi iniciado por uma “cidadã comum”, como ela se define, dona de casa, sem experiência profissional no tema, nem militância política nem vínculo prévio com alguma organização.¹³⁶ Em 12 horas, Natalia conseguiu obter mais de 25 mil apoios, canalizando a indignação sobre a chamada “*lista sábana*”,¹³⁷ destaca o responsável da Change.org. A expressão da indignação, a narrativa de uma história e sua criação no momento oportuno são elementos que não podem ser substituídos por saberes técnicos ou linguagem de especialista.¹³⁸

Há casos também em que a própria dinâmica da campanha obriga os atores a se transformar em “especialistas” no tema, do ponto de vista técnico, científico e jurídico, como explicou Germán Montenegro, cidadão comum que criou o abaixo-assinado vitorioso sobre a Lei dos Transplantados.¹³⁹ Diego Muzio ressalta que, embora o saber profissional ou técnico não seja necessário para criar um abaixo-assinado, é um elemento importante na hora de conceder entrevistas à imprensa.¹⁴⁰ O mesmo foi relatado por Germán: embora não fosse especialista no tema, passou a estudar questões ligadas às leis e à medicina porque, argumentou, quando era contatado pela imprensa ou outros atores institucionais “*tinha que saber o saber*”.¹⁴¹

136 Observação participante da reunião entre a autora de abaixo-assinado Natalia Luque e a Change.org para levar as assinaturas ao Congresso e entrevista com a autora (23 out. 2015).

137 Na Argentina chama-se de *lista sábana* a cédula partidária de lista fechada encontrada em grandes distritos plurinominais. Na lista são geralmente incluídos candidatos para os vários níveis de governo, tanto do Executivo quanto do Legislativo, uma das razões pelas quais é muito criticada. A cédula pode chegar a um metro de comprimento.

138 Entrevista com Gastón Wright (10 ago. 2015). O entrevistado sustentava que, pelo contrário: “Há muitos abaixo-assinados cuja substância não deriva do ponto de vista intelectual, mas da história narrada por uma pessoa”.

139 Entrevista com Germán Montenegro (29 set. 2015).

140 Entrevista com Diego Muzio (24 set. 2015).

141 Entrevista com Germán Montenegro (29 set. 2015). O saber que Germán desenvolveu na questão específica que o mobilizava e também sua experiência no empreendimento que iniciou levaram-no a ser convidado a integrar como especialista independente em conselhos na cidade de Corrientes. Outro aspecto relevante que narra o autor do abaixo-assinado é que muitos cidadãos comuns começaram a vê-lo como referência sobre o tema e enviar mensagens pri-

A Change.org é potencializada pela repercussão dos abaixo-assinados, tanto nas redes sociais¹⁴² como nos meios de comunicação tradicionais. Os usuários, autores e apoiadores, costumam disseminar suas campanhas pelas redes sociais. No caso do Facebook, a Change.org permite a associação da conta do usuário na plataforma com sua conta do Facebook, permitindo contatar todos os amigos do usuário e também compartilhar o link do abaixo-assinado naquela rede social. Sem a viralização proporcionada pelas redes sociais, a Change.org não seria capaz de atingir a mesma repercussão, que segue aumentando.

A conexão direta com as redes online faz da Change.org uma plataforma aberta e porosa, em vez de um fórum fechado em si mesmo. Os meios de comunicação tradicionais (jornais, rádio e televisão) dão repercussão a muitas das campanhas iniciadas na Change.org; sem dúvida, isso amplifica seu potencial,¹⁴³ mas é preciso observar que, embora frequentemente os responsáveis da plataforma ou os autores de abaixo-assinados procurem os meios tradicionais para ampliar a visibilidade de suas campanhas, também é comum que a imprensa use a Change.org como fonte de notícias e debates.¹⁴⁴ Cabe destacar que

vadas consultando-o sobre como mudar de prestador de serviço de saúde e alguns médicos começaram a passar seu contato a pacientes para que se informassem sobre aspectos legais de direito de transplantados. Como mencionamos anteriormente, no caso das articuladoras do #NiUnaMenos, a liderança social construída pelas redes sociais levou os atores a assumir responsabilidades inesperadas. Assim, também podem ser desenvolvidos saberes políticos e qualidades representativas no processo das campanhas online e nas atividades off-line relacionadas. No caso de Natalia Luque, sua preocupação de que o abaixo-assinado não fosse visto nem como governista nem como opositor revela o desenvolvimento de uma percepção política. “Não sou a favor nem contra nenhum político, sou a favor das pessoas, do cidadão comum [...] Ha! Estou parecendo um político!”, afirmou (observação participante da reunião entre a autora de abaixo-assinado Natalia Luque e a Change.org para levar as assinaturas ao Congresso e entrevista com a autora, 23 out. 2015).

142 Por exemplo, uma análise do tráfego durante a entrevista com o responsável da Change.org na Argentina mostra que 37% dos usuários vinham do Facebook, 6% do WhatsApp, 4% haviam acessado o link por e-mail e 1,7% vinha do Twitter (entrevista com Gastón Wright, 10 ago. 2015).

143 A imprensa costuma se interessar pelos abaixo-assinados que condizem com sua posição a favor ou contra o governo nacional. Mas se observa que uma maior cobertura pela imprensa não necessariamente se traduz no sucesso de um abaixo-assinado.

144 Entrevista com Gastón Wright (23 set. 2015). As relações off-line com os meios de comunicação tradicionais se aprofundaram sobretudo a partir de 2014.

a Change.org costuma estabelecer uma intensa relação off-line com diversos órgãos da imprensa, seja porque eles buscam informações na plataforma, seja porque a plataforma busca apoiar a disseminação de abaixo-assinados com grande potencial e colabore com os autores para que concedam entrevistas.¹⁴⁵

Um dos aspectos interessantes a destacar sobre a conexão com as redes sociais oferecida pela Change.org, além da disseminação, é a possibilidade de um espaço de deliberação, debate e troca de ideias que a plataforma não oferece. Como afirma o responsável pela plataforma na Argentina: “A Change.org não é um espaço para deliberação. Se isso acontece, é por meio das redes sociais como o Facebook, onde se dá a troca de ideias”.¹⁴⁶ Os comentários na Change.org servem como reforço do argumento original, já que os usuários podem relatar as motivações para seu apoio, mas não há na plataforma a possibilidade de expressar opiniões contrárias, já que quem não apoia o abaixo-assinado também não pode comentar. Por sua vez, os políticos destinatários em geral também não respondem através da plataforma,¹⁴⁷ mas por outras redes sociais como o Twitter ou o Facebook. Os funcionários ou representantes costumam procurar vias menos públicas para contatar os autores dos abaixo-assinados, oferecendo

145 Observação participante da reunião entre a autora de abaixo-assinado Natalia Luque e a Change.org para levar as assinaturas ao Congresso e entrevista com a autora (23 out. 2015).

146 Na página oficial da Change.org no Facebook observa-se que há abaixo-assinados que de fato geram debates, com argumentos a favor e contra, incluindo alguns depreciativos, e que os comentários podem ser respondidos por outros usuários. No entanto, nem todos os abaixo-assinados viram controvérsias, alguns simplesmente são apoiados mediante a multiplicação de “curtidas” ou comentários breves como “apoiado”, “boa sorte”, “compartilhado”, “isso é necessário” etc. Outras pessoas também comentam suas próprias experiências de vida, similares aos casos do abaixo-assinado. É interessante destacar que muitos dos abaixo-assinados bem-sucedidos ligados à reparação de um problema individual, como em temas de saúde, produzem uma enxurrada de abaixo-assinados de outros usuários na mesma situação (entrevista com Gastón Wright, 10 ago. 2015).

147 O único caso de resposta de um destinatário na própria plataforma foi o de Facundo Carrillo, presidente da comuna n. 2 da cidade de Buenos Aires, a quem havia sido dirigido um abaixo-assinado sobre o reparo de um bueiro. O destinatário respondeu imediatamente e deixou seus dados de contato para que os vizinhos pudessem enviar suas reclamações. Facundo Carrillo afirma ter recebido vários abaixo-assinados, que sempre tenta responder, mas em outras ocasiões o fez por outros meios, principalmente pelas redes sociais (entrevista com Facundo Carrillo, 9 out. 2015).

respostas pelos canais tradicionais, ou iniciando dinâmicas de negociação para que o abaixo-assinado seja retirado rapidamente.¹⁴⁸ Mas a plataforma também pode ser “usada estrategicamente” pelos atores políticos que compreendem seu alcance. Nesse sentido, ela “não é intrinsecamente oposicionista”, como refletiu o responsável pela Change.org na Argentina.¹⁴⁹

No caso dos atores políticos, há abaixo-assinados que se dirigem a um conjunto de responsáveis ou representantes, geralmente do Poder Legislativo. Há, por exemplo, o caso já mencionado de Germán Montenegro, autor do bem-sucedido abaixo-assinado sobre a Lei dos Transplantados, dirigido à Câmara de Deputados. Também há abaixo-assinados dirigidos ao Poder Judiciário, tanto no nível nacional quanto local, como foi o caso do abaixo-assinado sobre o promotor Alberto Nisman, dirigido à Suprema Corte. De outro lado, há muitos abaixo-assinados que identificam um único destinatário, geralmente do Poder Executivo.

Para os atores políticos, o fato de os cidadãos usarem a ferramenta encaminhando-lhes abaixo-assinados sobre assuntos sob sua responsabilidade de maneira simples (como o Poder Executivo local, por exemplo) pode agir a seu favor caso saibam como responder a eles. Porém, a plataforma coloca em risco sua reputação, não possibilitando que apresentem justificativa, e tende a atrapalhar o planejamento geral e de conjunto. É como entende Facundo Carrillo, presidente da comuna n. 2 da cidade de Buenos Aires e destinatário de vários abaixo-assinados: mesmo considerando a Change.org uma ferramenta valiosa para a sociedade, resalta que, para os atores políticos, ela se constitui

148 Também acabam entrando em contato com a própria plataforma para solicitar o encerramento de um abaixo-assinado ou que se pare de enviar notificações sobre novos apoios, demonstrando que a Change.org exerce sobre eles uma verdadeira pressão.

149 Entrevista com Gastón Wright (23 set. 2015). Pode-se citar o caso do show de fogos de artifício próximo ao zoológico de Buenos Aires, no qual os funcionários do governo municipal compreenderam ser possível o uso estratégico da plataforma. Diante de um abaixo-assinado criado pelo grupo Direito dos Animais na Argentina, que buscava “conscientizar e informar sobre os avanços dos direitos dos animais no país”, o então chefe de gabinete e atual prefeito da cidade, Horacio Rodríguez Larreta, manifestou-se via Facebook e Twitter a favor do cuidado dos animais e anunciou que o show criticado pelos autores da abaixo-assinados havia sido cancelado.

uma espécie de “linchamento virtual diante da impotência do cidadão frente à falta de resposta do poder público”. E acrescentava: “os funcionários às vezes são forçados, diante da pressão popular, a priorizar algo que não talvez não fosse prioridade”, lembrando que a plataforma não oferece a possibilidade de justificar todas as demandas pendentes e como um funcionamento responsável da máquina pública deve se basear em uma ordem de prioridades. “O buraco mais fundo não é o que aparece na tevê, mas o que se fecha primeiro é o que apareceu na tevê. Os meios de comunicação sempre fizeram isso”. Do ponto de vista de um funcionário público, “é como furar a fila [...]; atrasa os que já estão no processo de solução, desvia recursos”.¹⁵⁰

Mas, se essa é a impressão que podem ter os atores políticos, é também porque os efeitos institucionais off-line gerados pela Change.org são muito significativos. Seu responsável na Argentina destaca que um aspecto importante de sua efetividade reside no fato de que sua ferramenta não pretende mudar a democracia em sua totalidade nem questionar a relação entre representantes e representados: o que busca é que os cidadãos disponham de uma ferramenta a mais para pressionar os tomadores de decisão e produzir as mudanças sociais que desejam.¹⁵¹ Em geral, o que a Change.org faz é “acelerar” os processos institucionais muitas vezes já em curso. Isso fica mais claro quando os abaixo-assinados focam em conseguir a aprovação de uma nova legislação. Muitas vezes, o abaixo-assinado na Change.org surge para coroar uma estratégia maior, que combina canais online e off-line. Como destaca María Pazo, a vantagem de reunir apoios na Change.org é grande porque é grátis, reduzindo muito os custos para os cidadãos, “mas isso só serve se for parte de uma estratégia maior”.¹⁵² Isso também é demonstrado pelo caso de Germán Montenegro, que conseguiu a aprovação da Lei dos Transplantados, mas, antes de obter a vitória pela plata-

150 Entrevista com Facundo Carrillo (9 out. 2015).

151 Entrevista com Gastón Wright (23 set. 2015).

152 Entrevista com María Pazo (28 set. 2015).

forma, havia produzido campanhas via Facebook, se reunido com responsáveis políticos nas províncias, escrito cartas a ministros, procurado os meios de comunicação e convocado manifestações: foi um processo de, pelo menos, dois anos até que o abaixo-assinado da Change.org coroasse a estratégia.¹⁵³

Muitas vezes, uma determinada conjuntura política ou uma articulação com atores políticos pode dar destaque a um abaixo-assinado de uma maneira que não seria possível na ausência desses fatores: Diego Muzio já havia criado anteriormente um abaixo-assinado sobre debates presidenciais que não teve repercussão. Criou outro em 2015, em um contexto que supunha maior presença sobre os atores por se tratar de ano eleitoral e quando já havia na pauta da Câmara dos Deputados um projeto de lei sobre debates eleitorais; quando o abaixo-assinado atingiu rapidamente uma quantidade significativa de apoios, reuniu-se com os responsáveis da plataforma para elaborar uma estratégia de imprensa.¹⁵⁴ As ações na plataforma devem fazer parte de uma estratégia integral que às vezes a precede, outras a sucede. Quando a solução do problema exige ação conjunta de vários atores, os apoios são obtidos pela Change.org, “mas, depois, acaba a parte online e começa a off-line, volta o cara a cara em comissões [...]. O online é muito bom para o empurrão inicial, mas, depois, é tudo off-line”.¹⁵⁵ Quando se trata de demandas pontuais e particulares, a resposta pode ser mais imediata, “mas não quando a solução exige ser consensuada e apoiada por várias partes, como em um Poder Legislativo ou entre distintos atores em uma federação”.¹⁵⁶

A Change.org se insere na rede de vínculos políticos já existentes. Nesse sentido, cabe mencionar que, em alguns casos, os mesmos agentes do Estado também estão interessados em promover apoios concretos para determinadas

153 Entrevista com Germán Montenegro (29 set. 2015).

154 Entrevista com Diego Muzio (24 set. 2015).

155 Entrevista com María Pazo (28 set. 2015).

156 Entrevista com María Pazo (28 set. 2015).

questões junto aos cidadãos; os abaixo-assinados podem buscar, assim, reforçar um processo já iniciado em arenas legislativas. É também por isso que a articulação off-line com atores políticos pode significar um maior potencial para abaixo-assinados iniciados por cidadãos. Uma das ações impulsionadas pela própria plataforma é a entrega das assinaturas aos destinatários, para gerar um acontecimento público que aumente a visibilidade do problema: se o autor do abaixo-assinado concordar, a Change.org se encarrega de contatar os legisladores e a imprensa, de reservar uma sala no Congresso, de preparar os materiais que serão utilizados (ex.: as caixas contendo a impressão das assinaturas) etc.¹⁵⁷

O fato é que o uso da plataforma muitas vezes acelera a mudança pretendida pelo cidadão nos canais institucionais ordinários e, outras vezes, pode simplesmente contorná-los. É o caso dos pedidos mais pontuais, demandas cuja solução requer uma única ação e, em geral, possuem um único destinatário. Como descreveu María Pazo a respeito de seu abaixo-assinado para o reparo de um bueiro: “Poderia ter ido até a administração da comuna? Sim, mas criei o abaixo-assinado em cinco minutos. É muito mais fácil para reclamar e também para receber a resposta”.¹⁵⁸ Frente a outras formas de participação online, os atores destacam que na Change.org a precisão do problema e do destinatário da demanda contribui para resultados institucionais tangíveis, mas a possibilidade de exercer pressão direta sobre os tomadores de decisão, colocando em jogo sua reputação, também exige objetivos muito precisos.

Temos observado que, em vários sentidos, a relação entre o que ocorre online na Change.org e o que ocorre off-line podem ser determinantes: a relação com os meios de comunicação tradicionais, a articulação, tanto da própria

157 Observação participante da reunião entre a autora de abaixo-assinado Natalia Luque e a Change.org para levar as assinaturas ao Congresso e entrevista com a autora (23 out. 2015). As assinaturas feitas na plataforma não possuem valor legal, mas produzem um importante efeito simbólico em um ato no qual os autores do abaixo-assinado entregam caixas contendo uma cópia das assinaturas recebidas (entrevista com Gastón Wright, 23 set. 2015).

158 Entrevista com María Pazo (28 set. 2015). Na opinião da entrevistada, para o destinatário também “é mais fácil ler de seu celular do que em uma pilha de papéis”.

plataforma como dos cidadãos, com atores políticos e institucionais, a relevância de alguns conhecimentos precisos sobre legislação ou sobre aspectos técnicos do abaixo-assinado promovido etc. No entanto, esses universos estão interligados e podem colocar em questão uma separação clara entre um mundo online marcado pela inconstância nos vínculos e um mundo off-line caracterizado pelo compromisso de “colocar o corpo na linha”. Como afirmou o responsável pela plataforma na Argentina: “Na Change.org, assim como você coloca o corpo na linha, também coloca a identidade, a história, a foto”.¹⁵⁹ Mas, sobretudo, a plataforma se revela um canal efetivo para produzir mudanças que o sistema político resiste pelas vias tradicionais: “diante da falta de resposta e do quão insignificante um cidadão pode se sentir, a Change.org é uma ferramenta que o liberta dessa impotência; é como um grito digital”.¹⁶⁰

4. Conclusões: convergências online/off-line

O mundo online constitui um espaço de onde emergem novos atores e formas de participação da sociedade; mas, como vimos ao longo destas páginas, não se trata de um mundo separado de outro que existe fora da rede de maneira paralela, como uma espécie de *second life*, virtual, frente a uma *first life* real. Os cidadãos e políticos contemporâneos transitam por um só mundo, fazendo uso de distintas modalidades de comunicação, de interpelação e de transformação da comunidade. O que é inegável é que os atores apresentam uma nova fisionomia: atores que não existiam de maneira organizada no mundo off-line surgem nas redes e rapidamente percorrem os caminhos exigidos pelo mundo off-line; atores que poderíamos chamar de “tradicionais”, organizados em associações ou em partidos políticos, também veem sua identidade subvertida pelos efeitos do mundo online aos quais precisam de adaptar.

159 Entrevista com Gastón Wright (23 set. 2015).

160 Entrevista com Facundo Carrillo (9 out. 2015).

Nesse sentido, a categoria de “ciberativismo” não chega a captar a profundidade das transformações: atravessando a vida cotidiana de todos, a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação torna cada cidadão um “ciberativista” em potencial; ao mesmo tempo, ao aspirar produzir efeitos no mundo, seu ativismo nunca é apenas “ciber”. Atualmente é difícil distinguir entre ativistas e ciberativistas: os novos atores da participação da sociedade são simultaneamente as duas coisas, ou nenhuma delas.

No entanto, neste trabalho exploramos três casos argentinos nos quais determinados atores são efetivamente mais “ativos” que outros no âmbito online. Deixando os hackers de lado, Sorj (2015) diferencia dois tipos de ciberativismo: (1) os criadores de conteúdo; e (2) grupos com afinidades fora da rede, mas que a utilizam para seus propósitos. De acordo com as experiências exploradas aqui, seria pertinente incorporar ao menos outras duas categorias à classificação. Por um lado, (3) os criadores de plataformas e softwares voltados para a participação cidadã, já que, mais do que criar conteúdo, conseguem criar espaços nos quais outros cidadãos produzem conteúdo, desempenhando um papel “metademocrático”; é o caso do Partido de la Red e suas diversas iniciativas e, em certa medida, também o da Change.org, do ponto de vista dos promotores da plataforma. Por outro lado, nos deparamos com (4) ativistas ocasionais que não fazem parte de grupos com afinidades no âmbito off-line. Grande parte do sucesso da iniciativa #NiUnaMenos é explicada pela existência desse tipo de ciberativistas, bem como outras mobilizações de características similares na Argentina e no mundo. Também são ativistas ocasionais sem vínculos no mundo off-line os cidadãos autores de abaixo-assinados da Change.org. No caso de #NiUnaMenos, no entanto, diferentemente do que ocorre em muitas das mobilizações convocadas pelas redes sociais, é também muito grande o peso do segundo tipo: muitos grupos políticos, sindicais, associações civis, coletivos feministas, personalidades do mundo dos meios de comunicação e das artes se mobilizaram online e off-line, dando visibilidade a organizações e ações já existentes.

Um dos elementos que se mostraram imprescindíveis para entender a transformação das formas de participação social é a possibilidade de abandonar a categoria “movimentos sociais” para descrever essas experiências. Como afirma Sorj (2015), a própria noção de “movimento social” perde contornos claros e suas relações com as organizações formais são mais ambíguas. As mobilizações contemporâneas desassociam a identidade dos atores de sua expressão no espaço público: alguns atores são criados no público e são atores-eventos que existem apenas na esfera pública; outros, que podem possuir uma existência estável e organizada em torno de uma causa pontual, veem sua identidade modificada ao atuar no espaço público. Se os movimentos sociais eram pensados como associações em torno de determinadas causas, cujas ações se desdobravam por um longo período e sua mensagem estava orientada de acordo com a estratégia deliberada de seus membros, os “movimentos cidadãos” dos dias atuais não apenas são mais efêmeros como não surgem enquanto atores organizados e tampouco são — nem pretendem ser — os “organizadores” das ações que empreendem.

A experiência da mobilização #NiUnaMenos lança luz sobre esse aspecto e também aponta seus limites: muitas das jornalistas que participaram do chamamento se conheceram através dessa mobilização e não puderam ser suas “organizadoras” num sentido estrito do termo, não conseguiam controlar as significações atribuídas a ela ou a publicação de *selfies* segurando o cartaz com a *hashtag*; foram suas impulsoras, mas, como enfatizavam, a mobilização rapidamente “ganhou vida própria”. No entanto, a experiência mostrou também que elas tiveram que assumir novas responsabilidades que começavam a surgir: contatar atores políticos, definir os detalhes da manifestação, como questões de segurança, entre outras coisas. Em todo caso, essa e a maioria das mobilizações similares atualmente em curso atribuem sua legitimidade a seu caráter “espontâneo”, centrado na figura dos “autoconvocados”. Pensar essas formas de participação — tanto as que acabam após a manifestação quanto as que perduram, dando sequência a ações relacionadas aos motivos de sua eclo-

são — como “movimentos cidadãos” em vez de movimentos sociais permite lançar luz sobre a fluidez dos atores contemporâneos, na qual seus múltiplos pertencimentos e identidades entrelaçadas fazem a figura do “cidadão” prevalecer sobre a de qualquer grupo reunido pelo “social”.

Mas neste trabalho não abordamos de maneira exclusiva as novas mobilizações surgidas da rede, que são provavelmente as que mais têm chamado a atenção dos pesquisadores por conta de seu forte impacto público. Outras experiências como o Partido de la Red ou a Change.org chamam a atenção para um fato que também precisa ser levado em consideração para interpretar as formas contemporâneas de participação social: o mundo online não permite somente a expressão de vozes de repúdio a situações ou políticas, mas também a experimentação e a entrada em cena de *outra democracia*, ainda sem definição de conteúdo ou direção. Os traços metademocráticos dessas experiências e de outras, incluindo as práticas originais e inovadoras que os cidadãos desenvolvem no espaço público reunidos em assembleias para atuar conjuntamente e tomar decisões (os *Indignados* da Espanha ou os movimentos *Occupy* são bons exemplos), exigem um esforço de precisão e conceituação ainda incompleto.

Apesar de suas especificidades, as mobilizações nascidas *das redes* e plataformas *nas redes* compartilham várias características que podemos sintetizar aqui:

A) *A dissolução da fronteira entre o público e o privado*, que coloca as histórias no primeiro plano. As experiências analisadas mostram a importância das histórias singulares, da narração das experiências individuais e da exposição da intimidade dos atores em suas várias formas. No Twitter é necessária “uma voz pessoal” e não uma organização para mobilizar, como lembrou uma das participantes do #NiUnaMenos. O mesmo se viu em relação aos abaixo-assinados criados na plataforma Change.org, cujo potencial de mobilização era dado pelo relato de uma história com a qual os cidadãos pudessem se identificar de maneira empática. Os atores políticos também postaram *selfies* com

a *hashtag* #NiUnaMenos nas redes, mas o que estava no primeiro plano eram os depoimentos e histórias singulares de sobreviventes e familiares de vítimas. Os nomes das vítimas de feminicídio se transformaram em símbolos de uma problemática social e nos marcos de um processo de elaboração de uma nova lente para compreender tal problemática. No caso do Partido de la Red pôde-se observar outra forma na qual torna-se incerta a fronteira entre o público e o privado: sua proposta de levar a tecnologia para a política busca não banalizar, mas, sim, tornar mais cotidiana a atividade política por parte do cidadão, discutindo um projeto de lei enquanto se compartilha uma foto com amigos ou votando para decidir sobre uma ação coletiva enquanto se realiza uma atividade cotidiana no âmbito privado.

B) A *negatividade (matizada)*. Muitas das mobilizações nascidas a partir da rede e dos “movimentos cidadãos” apresentam um forte viés negativo: não porque sejam indiferentes em relação às transformações desejadas ou porque todas as suas expressões ou motivações sejam negativas, mas porque a heterogeneidade dos atores e demandas faz com que a força aglutinadora seja o repúdio. “Não!” e “Basta!” são as expressões predominantes nessas experiências que, como destaca Sorj (2015), focam mais no que não se deseja do que em uma agenda programática. Na experiência do #NiUnaMenos, embora suas articuladoras tenham buscado orientar o sentido da mobilização e estabelecer uma agenda com cinco demandas de políticas públicas positivas, foi o “chega de feminicídios” que reuniu na Praça dos Congressos aqueles que protestavam contra o fato de as mortes das adolescentes serem vistas apenas como outros tantos casos de violência, entendendo os feminicídios como o último elo possível de uma cadeia de violências contra as mulheres nas quais elas eram vistas como objetos, e cujo repúdio implicava rechaçar o assédio de rua mas também

defender o direito ao aborto e a autonomia sobre o próprio corpo. No entanto, essa foi precisamente uma mobilização excepcional se comparada a outras da atualidade, já que a negatividade não impediu a existência de uma agenda positiva nem tirou o foco das políticas públicas que teriam que ser implementadas. Nesse sentido, é preciso matizar a caracterização centrada na negatividade, como também é o caso das experiências do Partido de la Red (ferramentas como a *Demos* mostram que os cidadãos oferecem sugestões para melhorar os projetos em vez de simplesmente rejeitá-los) e da Change.org (embora a indignação seja o motor por trás da ação, o uso predominante da plataforma não é para impedir, vetar, rejeitar ou eliminar, mas para propor, legislar e reclamar por direitos violados).

C) *A representação como problema*. Nos casos analisados pode-se observar que a representação aparece como um problema. O que se evidencia, como observa Sorj (2015) é o desaparecimento da categoria de líderes no ciberespaço. O Partido de la Red mostra uma de suas possibilidades: a proposta de uma representação totalmente transparente, que é equivalente ao desaparecimento da representação. No caso da Change.org, novamente são os “cidadãos comuns”, e não os representantes políticos ou de organizações sociais, os protagonistas. Os representantes veem sua reputação pública permanentemente colocada em jogo. No caso do #NiUnaMenos, embora possa ser entendido, como outras mobilizações similares, como um movimento “sem líderes”, o fato é que as jornalistas articuladoras viraram uma espécie de liderança social. Os comunicadores sociais, em seus diversos formatos, cumprem na prática um papel de “representação não eleitoral” que vem chamando cada vez mais a atenção de cientistas políticos (Annunziata, 2015). “Representantes não eleitorais” e não formais são, muitas vezes, também os cidadãos que escolhem o caminho da mo-

bilização por diferentes meios para transformar uma realidade que os transcende, como alguns autores de abaixo-assinados da Change.org. Às vezes, possuir algum capital de liderança social pode se traduzir em uma nova liderança online; outras vezes, lideranças nascidas no mundo online recebem rapidamente reconhecimento social. A representação nessas formas de participação é um problema: existe na tensão entre sua expansão e pluralização e o risco que implica a informalidade dos vínculos para sua responsabilização. Também é preciso destacar outro risco. Como alerta Justin Wedes, um dos participantes e porta-vozes do *Occupy Wall Street*: “Negar que existe uma liderança em um grupo é simplesmente se recusar a reconhecer sua existência, e o benefício dessa negação sempre reverte para aqueles que já têm poder na sociedade e não têm que pedir permissão para cedê-lo” (Wedes, 2015, p. 245).

D) *A relevância do conhecimento.* De maneira relacionada ao anterior, pode-se constatar nas experiências observadas o quanto a dimensão cognitiva pesa na aparição de lideranças e no sucesso em relação aos efeitos pretendidos. À primeira vista, o mundo online pode parecer um mundo sem elites, mas os casos que relatamos aqui permitem constatar como o conhecimento — técnico, científico, tecnológico, jurídico ou profissional — faz diferença. O domínio das técnicas de comunicação e publicidade, de elaboração de slogans, de desenho de uma campanha, foi um elemento destacado pelas articuladoras do #NiUnaMenos como fundamental para o sucesso do chamamento. Na Change.org não é necessário possuir conhecimentos técnicos ou jurídicos para criar um abaixo-assinado; mas, caso se torne viral, a plataforma intervém a fim de identificar os responsáveis diretos, as políticas em curso, projetos que aguardam apreciação no legislativo etc. Alguns dos autores de abaixo-assinados, embora não fossem es-

pecialistas no tema quando lançaram a campanha, vão construindo uma expertise ao longo do processo. No Partido de la Red a relevância das lideranças do conhecimento cristaliza-se sobretudo nos vínculos entre seus membros e em seu modo de organização interna. Tudo isso não invalida a importância de outro tipo de saber cujo papel também é fundamental, em sintonia com o papel adquirido pelas histórias singulares, como destacamos anteriormente: o “saber da experiência” e seu caso extremo, o “saber da vítima”. Em todo caso, o conhecimento como capital se revela como um dos fatores do mundo off-line que podem impactar fortemente nas ações online.

E) Os diversos vínculos entre o online e o off-line. Dizíamos que o conhecimento funciona muitas vezes como um capital que pode pesar nos resultados. Mas esse é só um dos múltiplos vínculos que se estabelecem entre o online e o off-line nas experiências analisadas. A necessidade de articulação com atores políticos é outro: aparece no #NiUnaMenos, no Partido de la Red (particularmente a ferramenta *Demos*) e na Change.org. A lista de contatos das jornalistas, por exemplo, permitia que se reunissem com representantes das diversas forças políticas e exigissem um compromisso com a causa. A capacidade de mobilização de um partido de esquerda com baixa representação na legislatura permite colocar em primeiro lugar o projeto que defendem em uma votação online. A articulação com deputados ou senadores que apresentaram projetos de lei aumenta muito mais as chances de vitória de um abaixo-assinado na Change.org. Há muito mais exemplos, mas o que é inegável é que nenhuma iniciativa puramente online — que não estabelece conexões com atores políticos off-line — parece ter chances de prosperar. Outro ator com o qual a interação é inevitável são os meios de comunicação tradicionais: potencializando, parasitando ou obstruindo o que acontece online, sempre intervêm

nos processos de participação cidadã que descrevemos. E não se pode deixar de mencionar um dos fatores off-line que mais condicionam o potencial do mundo off-line para a participação cidadã: a injusta distribuição do acesso às novas tecnologias que, embora não seja a mais grave da região, ainda persiste na Argentina. As políticas públicas para diminuir a exclusão digital e permitir um acesso homogêneo em todo o território e por todos os setores sociais são fundamentais nesse sentido e, embora muitos esforços sejam empreendidos atualmente, ainda não podemos afirmar que as novas tecnologias representem oportunidades iguais para todos os cidadãos de fazer sua voz ser ouvida (Breuer & Welp, 2014). Há aqueles que habitam na intersecção do mundo online com o mundo off-line como se fossem um só mundo, mas também há aqueles que habitam somente um deles. Por isso, concordamos com Matías Bianchi quando recomenda que evitemos “cair na ingenuidade da ciberutopia. O mundo *online* reproduz e até exacerba a distribuição de recursos de poder, culturais e de infraestrutura já existentes no mundo *off-line*” (Bianchi, 2015, p. 118). Mas seria muito simplista, como mostram as experiências analisadas aqui, reduzir o tipo de vínculo que pode existir entre o online e o off-line aos limites impostos por este sobre aquele. Em alguns casos, o off-line é o *limite* do online; em outros, o off-line vai *ao encontro* do online; em outros, o online é capaz de mover o universo off-line e até mesmo derrubar algumas limitações, de modo que aquele se torna uma *reconfiguração* deste; em outros, o online é *fonte* do off-line — de notícias, acontecimentos, atores. E, muitas vezes, quando a participação cidadã é bem-sucedida, o que a explica é o fato de se haver produzido um *potencial mútuo* entre o online e o off-line. Os novos atores da participação cidadã são produto de uma convergência entre ambos os universos. Após um primeiro momento de entusiasmo utópico com o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação,

pôde-se constatar que elas são, por si só, limitadas; mas não é menos óbvio que apenas a ação de atores organizados mais tradicionais seja insuficiente e invisível caso aspire produzir efeitos no mundo contemporâneo, ignorando o mundo online. É na *convergência* que nascem e crescem atualmente os novos atores da participação.

5. Referências

Annunziata, Rocío. "Sobre las formas no electorales de representación". Anais do 12^o Congresso da Sociedade Argentina de Análise Política (SAAP), Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 12-15 ago. 2015.

Annunziata, Rocío. "Una propuesta de clasificación de los dispositivos participativos en Argentina". *POSTData - Revista de Reflexión y Análisis Político*, v. 18, n. 2 (out. 2013), pp. 247-80, 2013.

Bianchi, Matías. "Desigualdades en América Latina en la era digital". In: Bianchi, Matías; Mancini, Pía (Org.). *¿Qué democracia para el Siglo XXI?* Buenos Aires: Democracia en Red; Asuntos del Sur. 2015.

Breuer, Anita; Welp, Yanina (Org.). *Digital Technologies for Democratic Governance in Latin America: Opportunities and Risks*. Abingdon (Reino Unido): Routledge, 2014.

Calvo, Ernesto. *Anatomía política de Twitter en Argentina: Tuiteando #Nisman*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2015.

Corporación Latinobarómetro. *Informe 1995-2015*. Santiago (Chile): Corporación Latino-barómetro, 2015.

Fosk, Alejandro; Christensen, Marcos. *Futuro Digital Argentina 2014: El Repaso del año digital y qué viene para el año que sigue*. Buenos Aires: comScore, 2014.

Frizzera, Agustín. "Por qué votar al Partido de la Red". *Bastión Digital*, 23 out. 2013.

Gómez Vidal, Analía. "#NiUnaMenos: unidas y retuiteadas". *Bastión Digital*, 13 nov. 2015.

Instituto Nacional de Estadística y Censos [INDEC]. *Encuesta Nacional sobre Acceso y Uso de Tecnologías de la Información y la Comunicación (ENTIC): Informe preliminar sobre indicadores básicos de acceso y uso*. Buenos Aires: INDEC, 2015.

Instituto Nacional de Estadística y Censos [INDEC]. *Accesos a internet. Tercer trimestre 2014*. Buenos Aires: INDEC, 16 dez. 2014.

Observatorio de Internet en Argentina [OIA]. "¿Qué hacemos?". Disponível em: <internet.ar/home#!que-hacemos>.

lavaca.org. "Dossier 'Ni Una Menos'". *Revista Mu*, Buenos Aires, v. 9, n. 89, jun. 2015.

Rodríguez, Paula. *#NiUnaMenos*. Buenos Aires: Planeta, 2015.

Siri, Santiago. *Hacktivism*. Buenos Aires: Sudamericana, 2015.

Sorj, Bernardo. "Online/off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública". In: Bernardo Sorj e Sérgio Fausto (Org.). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015.

Wedes, Justin. "Tiranía del antiliderazgo". In: Bianchi, Matías; Mancini, Pía (Org.). *¿Qué democracia para el Siglo XXI?* Buenos Aires: Democracia en Red; Asuntos del Sur. 2015.

Zírpolo, Sebastián. "Partido de la Red: Los hackers de la política". *Revista Brando*, 29 jul. 2013.

Entrevistas realizadas sobre o #NiUnaMenos

Hinde Pomeraniec, jornalista de veículos nacionais, uma das impulsionadoras da mobilização nas redes sociais, 18 ago. 2015

Claudia Acuña, jornalista alternativa, diretora de organização popular e participante ativa da mobilização, 19 ago. 2015

Paula Rodríguez, jornalista alternativa, autora de um livro sobre o #NiUnaMenos, 14 set. 2015

Micaela Libson, acadêmica e jornalista alternativa, uma das impulsionadoras da mobilização, 17 set. 2015

Cecilia Mancuso, diretora da organização feminista de esquerda Pan y Rosas, participante da mobilização, 27 out. 2015

Observação participante na apresentação do livro #NiUnaMenos de Paula Rodríguez, com a participação de jornalistas impulsionadoras e familiares de vítimas de feminicídios, 11 nov. 2015

Entrevistas realizadas sobre o Partido de la Red

Agustín Frizzera e Ana Lis Rodríguez Nardelli, dirigentes do Partido de la Red e da Fundação Democracia em Rede, responsáveis pelos nós "Plataforma" e "Academia", respectivamente, 4 ago. 2015

Observação participante de uma assembleia territorial nos bairros de Belgrano e Núñez e entrevista com o coordenador Enrique Elvas, dirigente territorial do Partido de la Red, 22 ago. 2015

Inti Bonomo, dirigente do Partido de la Red, responsável pelo nó "Território", 31 ago. 2015

Felipe Muñoz, dirigente do Partido de la Red, coordenador das experiências *Demos* e *Qué Proponen*, 21 set. 2015

Maximiliano Ferraro, deputado da cidade de Bueno Aires, 3º vice-presidente da casa, integrante do bloco Coalizão Cívica para a Afirmação de uma República Iguitária (CC-A-RI) e participante da iniciativa *Demos*, 22 set. 2015

Entrevistas realizadas sobre a Change.org

Gastón Wright, diretor da Change.org na Argentina, 10 ago. 2015

Gastón Wright, segunda parte, 23 set. 2015

Diego Muzio, cientista político, autor do abaixo-assinado sobre debates presidenciais, 24 set. 2015

María Pazo, autora de abaixo-assinado solicitando reparo de um bueiro na esquina de sua casa e assessora legislativa no Congresso Nacional, 28 set. 2015

Germán Montenegro, autor de abaixo-assinado sobre a Lei de Transplantados, 29 set. 2015

Facundo Carrillo, presidente da comuna n. 2 da cidade de Buenos Aires e destinatário do abaixo-assinado de María Pazo, único destinatário que respondeu pela própria plataforma, 9 out. 2015

Observação participante da reunião entre Natalia Luque, cidadã comum que criou um abaixo-assinado pela implementação da urna eletrônica nas eleições, e a Change.org para levar as assinaturas ao Congresso e entrevista com a autora, 23 out. 2015

Brasil

Rodrigo Savazoni
Kalinca Copello¹

1. Introdução
2. A Avvaz e as mobilizações on-line
3. Junhos e as massas de mídias: a Mídia Ninja
4. O marco civil da Internet
5. Considerações finais
6. Referências

¹ Rodrigo Savazoni é Coordenador do projeto Tecnologias e Alternativas de Promoção da Inovação cidadã e da Cultura Digital. Kalinca Copello é pesquisadora na área de participação, democracia e tecnologia.

1. Introdução

Em dezembro de 2006, o semanário norte-americano Time estampou em sua tradicional capa dedicada ao personagem do ano, escrita sobre uma tela de computador, a palavra You (você), seguida da legenda: “sim, você. Você controla a Era da Informação. Bem-vindo ao seu mundo”². A iniciativa da revista, uma das mais influentes representantes da mídia de massas global, demonstrava o enorme poder adquirido no início do século XXI pelos cidadãos usuários das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) e denotava uma parcial rendição desses meios tradicionais ao processo de transformações na esfera pública ocasionado pela popularização do computador e da internet. O vaticínio do semanário americano só viria a se aprofundar nos últimos anos, no mundo e também no Brasil, como veremos neste estudo. Partindo do cenário internacional para pensar as especificidades brasileiras, o trabalho se debruça sobre as transformações na sociedade civil e na esfera pública em nosso país enxergadas a partir da modulação on-line/off-line, considerando essas duas dimensões como camadas (*layers*) que se sobrepõem, não em oposição, mas num *continuum* que delimita o ambiente social atual. Um ambiente onde a internet e o digital reorganizam os laços entre os atores públicos e revolvem antigas formas de se manifestar e governar.

Durante a primeira década deste século, as NTIC e o acesso à rede mundial de computadores se massificaram no Brasil. Em 2000, o país tinha cerca de 10 milhões de computadores em uso. Em 2013, esse número passou para 119 milhões, o que configura três micros para cada cinco habitantes brasileiros. Em 2015 esse número atingiu 154 milhões de computadores, ou seja 3 para cada 4 habitantes, sendo que o número de tablets é de 24 milhões, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.³ O ano de 2015 foi o primeiro em que o número

2 Sobre a capa e a reportagem, ver verbete da Wikipedia: [https://en.wikipedia.org/wiki/You_\(Time_Person_of_the_Year\)](https://en.wikipedia.org/wiki/You_(Time_Person_of_the_Year)) Acesso em 15 julho, 2015

3 Fonte: “easp.fgvsp.br/sites/easp.fgvsp.br/files/arquivos/pesqti-gvcia2015noticias.docx” Acesso em 7. ago. 2015

de *smartphones* superou o de computadores no Brasil, ambos com densidade de 75% per capita. A pesquisa também aponta que o número de dispositivos conectáveis à internet no país é de 306 milhões, ou seja, 3 dispositivos para cada 2 habitantes. A previsão é que no biênio 2017/2018 o Brasil atinja a marca de um computador por habitante, o que não significa que a cobertura será universal, uma vez que pessoas podem possuir mais de um computador. No que se refere à conexão à rede mundial de computadores, os dados também são expressivos. O número de cidadãos usuários de internet saiu de 7.5 milhões de usuários residenciais em 2002, saltando para 85,6 milhões de pessoas de 10 anos ou mais em 2013.⁴ Outros levantamentos apontam para o fato de que esse número já pode ter superado a marca de 100 milhões de usuários, o que configura mais da metade da população brasileira conectada.

Se no início dos anos 2000, as redes sociais ainda não faziam parte do cardápio usual dos internautas, atualmente elas são a principal aplicação utilizada pelos usuários. Interessante notar que essa experiência de uso de redes sociais é pioneira no Brasil, e que, a partir de 2004, com a criação e difusão do Orkut pela Google, vivenciou um forte movimento de adesão a esses sites. Apenas cinco anos depois o Orkut seria superado pelo Facebook, chegando a coexistir durante alguns anos como uma espécie de rede da “nova classe trabalhadora” ou da também chamada “classe C” por alguns analistas⁵. Em 2014, a Google encerrou o Orkut, a partir da estratégia de integrar toda sua base de usuários em torno da aplicação Google +.

O fim do Orkut abriu espaço para a consolidação definitiva da hegemonia global do Facebook, que em 2015 chegou à marca de 1,4 bilhão de perfis ativos. No Brasil, a projeção é que o número de perfis seja de 74,8 milhões em 2015, de acordo com o site de dados Statista (www.statista.com). Pode-se dizer, com

4 Fonte: IBGE (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2013/default.shtm>) Acesso em 7. ago. 2015

5 A Classe na Web (<http://midiaboom.com.br/artigos-de-colaboradores/a-classe-c-na-web/>) Acesso em 12. ago. 2015

isso, que o Facebook atinge 3 a cada 4 internautas do país. Não à toa, portanto, grande parte do debate político pela internet passou a ser realizado dentro da plataforma estadunidense, sendo o Facebook intensamente utilizado pelos novos movimentos políticos, seja para a convocação de ações, seja para a disputa de narrativas comunicacionais. Um fenômeno, no entanto, merece comentário adicional: a crescente penetração do Whats App, aplicativo de conversação para smartphones, que de acordo com o Statista se fazia presente em 56% dos aparelhos móveis brasileiros em 2014.

Do ponto de vista da sociedade civil, vale recuperar aqui a formulação do sociólogo Sergio Amadeu da Silveira, da Universidade Federal do ABC. No artigo *Novas Dimensões da Política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada*, Silveira desenvolve uma leitura sobre o ativismo contemporâneo, que surge ou se transforma a partir da popularização da internet. Silveira distingue as lutas “na rede” (1) das lutas “da rede” (2). A primeira forma (1) de disputa política utiliza a rede como arena: espaço de batalha. São as lutas que já ocorriam (como pela reforma agrária ou o feminismo) transpostas para esse novo espaço de luta. As lutas da rede (2), por sua vez, são aquelas que estabelecem batalhas em defesa do arranjo inovador da internet, cujos protocolos de comando e controle, criados pelos hackers, têm na navegação anônima e na liberdade sua essência.

Outro aspecto a ressaltar é que Silveira não faz distinção entre a realidade brasileira e a internacional, uma vez que a internet propiciaria, nos termos propostos por Lins Ribeiro (2000) uma comunidade transnacional imaginada-virtual.

“Mas os membros da comunidade virtual transnacional, como filhos do globalismo e da era da informática, veem a si mesmos gerando um novo mundo, uma situação mediada pela alta tecnologia em que o acesso à rede transforma-se, ao mesmo tempo, em uma espécie de liberação pós-moderna e o experimento de um novo meio democrático que capacita as pessoas a inundar o sistema mundial com informações controladoras dos abusos dos poderosos.” (RIBEIRO, 2000, p. 184)

Essa nova sociedade civil global, com seu braço brasileiro, já desenvolvia ações pioneiras de uso intensivo da internet no início dos anos 2000, inclusive tomando parte no desenvolvimento de ferramentas colaborativas próprias como o site do “Centro de Mídia Independente” (CMI) ou da “Ciranda da Informação Independente”, surgidas no contexto do Fórum Social Mundial e que articulavam diferentes agrupamentos de ativismo digital. Como veremos adiante, há uma forte conexão entre a visão política estruturada nesse período e a ação de movimentos como o Passe Livre, uma das forças motrizes da articulação dos protestos de junho.

Analisando o processo eleitoral, não há registro no Brasil de um fenômeno semelhante ao de Barack Obama nos Estados Unidos. Ainda assim, é preciso destacar o reconhecimento da centralidade da internet por parte das principais lideranças políticas nacionais.

Em artigo publicado em 2011, com o título *O papel da oposição*, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso alertava para a centralidade do cidadão que, mesmo ausente do jogo político-partidário, atuava por meio da internet e dos sites de redes sociais. Chegava a dizer que um programa de oposição deveria dedicar suas mensagens justamente a esses atores, o que, como veremos, demonstrou-se certo considerando a segunda fase dos protestos de junho e os enormes levantes cívicos que marcam o início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff.

A ex-senadora Marina Silva, por sua vez, tentaria, em suas duas candidaturas à presidência, se aproximar de um modelo de mobilização/convocação direcionado ao engajamento desse cidadão interconectado, com algum sucesso. Após a terceira colocação no pleito de 2010, chegando a cerca de 20 milhões de votos, a ex-senadora do Estado do Acre iniciaria o processo de construção de um novo partido chamado REDE Sustentabilidade, incorporando ao seu próprio nome a ideia de conexão entre cidadãos. No caso do ex-presidente Lula, podemos destacar ações desenvolvidas durante seus governos, com destaque para as políticas de promoção da inclusão digital, como os Telecentros e o pro-

grama de barateamento dos computadores (Computador para Todos), que impulsionaram o acesso da população de mais baixa renda, e a forte defesa do uso de softwares livres — aspectos que retroagiram por completo a partir do primeiro governo de Dilma Rousseff. Também vale citar o fomento ao uso criativo e cultural da internet por parte do Ministério da Cultura comandado por Gilberto Gil e Juca Ferreira, que difundiram no país a ideia de cultura digital e desenvolveram importantes políticas públicas voltadas à produção cultural digital, em especial a Ação Cultura Digital nos Pontos de Cultura. Essa foi uma experiência pioneira de relação estado-sociedade no país, em que o objetivo era estimular a autonomia dos agentes envolvidos, dotando organizações culturais sem fins lucrativos de recursos tecnológicos e em dinheiro, mas que sofreu de inúmeras falhas administrativas (muitas ocasionadas pela ausência de legislações adequadas ao fomento desse tipo de ator cultural) e de tentativas de cooptação orquestradas pelos gestores do programa.

Ainda assim, fica do período Lula a contribuição do poder público para a articulação de um campo novo de atores fundamentais em torno do digital, nas experiências como a do Overmundo, do Circuito Fora do Eixo, da rede de Pontos de Cultura, e de cultura digital. Atores esses que estão no foco deste estudo, cuja ênfase é dada a três casos complementares para a compreensão das transformações na esfera pública e na sociedade civil: a plataforma de mobilização on-line Avaaz, os protestos de 2013 com ênfase no papel da Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), e o Marco Civil da Internet.

Para a construção destes estudos de caso sobre fenômenos contemporâneos, todos eles ainda em curso e com desdobramentos na conjuntura atual, foram usados métodos complementares de coleta de dados: levantamento bibliográfico, observação e entrevistas informais e semiestruturadas com membros da Mídia NINJA e da direção da Avaaz.

2. Avaaz e as mobilizações on-line

No dia 2 de agosto de 2015, um e-mail assinado por Ricken Patel, coordenador de campanhas da Avaaz, chegou à caixa de mensagem dos assinantes da plataforma de ativismo. O título da mensagem era diferente dos que nos habituamos a receber, com a evocação de causas tão distintas como a ajuda aos refugiados sírios ou a aprovação de uma determinada legislação em defesa dos direitos humanos. O título era um pedido de ajuda: “Precisamos reconstruir a Avaaz”. Fundada em 2007, a Avaaz se apresenta como uma comunidade de mobilização on-line com o papel de levar a “voz da sociedade civil para a política global”.⁶ Presente em mais de 110 países, e com uma plataforma on-line disponível em mais de 18 idiomas, a comunidade Avaaz cresceu exponencialmente, tendo atualmente mais de 42 milhões de membros (também chamados de Avaazers) em todo o mundo. Entende-se como membro da comunidade Avaaz qualquer pessoa que assine uma petição e aceite receber informações das campanhas.

A ajuda pedida por Patel era justamente para manter essa enorme plataforma ativa, uma vez que, devido ao seu crescimento, sua arquitetura tecnológica começou a rater. “Tenho uma notícia difícil. A tecnologia que permite cada um de nós participar de campanhas de esperança e transformação social – espinha dorsal da nossa comunidade – está instável.” A organização passou, então, a pedir doações dos seus colaboradores para contratar uma nova equipe de engenheiros (além da formada por 17 profissionais que segue se ocupando da ferramenta atual) e reconstruir completamente sua infraestrutura de participação. A meta, segundo o coordenador de campanha, é aproveitar a “oportunidade para desenvolver a melhor tecnologia de ativismo social que o mundo já viu”. Meta ousada, mas não para a Avaaz, que no Brasil se tornou sinônimo de mobilização digital.

Campanhas de coleta de assinaturas para apoiar as mais diversas causas têm uma longa tradição na vida política. Sejam em bancas nas ruas ou indo de

6 Avaaz.org, 2015.

porta em porta, estas campanhas geram uma oportunidade de contato entre os militantes das causas e o público em geral. A Internet facilitou enormemente tanto a divulgação das causas quanto a coleta de assinaturas, e modificou os parâmetros de contato social e intercâmbio de ideias que as campanhas tradicionais permitiam. Na Internet existem vários sites que disponibilizam mecanismos que permitem a quem quiser lançar uma campanha de apoio para uma causa.⁷ Quando a Avaaz surgiu, outros sites de mobilização on-line angariavam redes de alguns milhões de usuários, mas nenhum atingiu o seu tamanho, o que faz dela atualmente a mais importante organização global centrada neste tipo de atuação. Um aspecto importante de se ressaltar é que a Avaaz transformou a realização de campanhas on-line numa identidade institucional, a qual estariam associados milhões de membros.⁸

Seu funcionamento é muito simples. A partir da coleta de assinaturas, na qual o assinante deixa seu e-mail, a Avaaz constrói uma base de dados que na verdade constitui o coração da instituição, pois a partir dela se comunica com seus membros, em geral para informar sobre uma nova petição ou campanha. E assim consegue produzir resultados expressivos, como veremos mais adiante com a descrição de alguns casos. Outro aspecto essencial da Avaaz é seu modelo de financiamento. Ela se assume como uma organização sem fins lucrativos, financiada por doações de membros e não membros, vedando o recebimento de financiamento de governos ou empresas privadas.

7 Existem inúmeros sites similares, a maioria atuando no espaço nacional. No caso brasileiro, por exemplo, <https://www.change.org/> só inclui campanhas relativas a temas locais.

8 Foram encontrados poucos dados e trabalhos acadêmicos que enfoquem a Avaaz. Entre os textos utilizados sobressaem o de Anastasia Kavada, "Collective action and the social web: Comparing the architecture of Avaaz.org and Openesf.net", em *Communicative approaches to politics and ethics in Europe*, editado por Nico Carpentier, Pille Pruulmann-Vengerfeldt, Richard Kilborn, Tobias Olsson, Hannu Nieminen, Ebba Sundin, Kaarle Nordenstrenng, Tartu University Press, 2009. http://homepages.vub.ac.be/~ncarpent/suso/reco_books.pdf#page=130, 2998. Entre os produzidos no Brasil: João Guilherme Bastos dos Santos, "Tecnologias da comunicação, interação e ação política transnacional na Avaaz." Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015 e Aline Jacques de Farias Costa, "O Avaaz como ferramenta de mediação das causas sociais na rede", monografia do curso de Comunicação Social da Universidade de Brasília, 2014.

Parte do dinheiro doado é destinado a financiar a equipe da Avaaz, tanto na sede nos Estados Unidos da América (EUA), como as pequenas equipes locais de ativistas em determinados países.⁹ O orçamento da Avaaz em 2013 atingiu 11,5 milhões de dólares.¹⁰ No site da Avaaz, estão disponíveis pequenos “perfis” sobre alguns dos membros da comunidade Avaaz no mundo, entretanto não existe informação sobre a equipe da Avaaz nos EUA ou outras localidades.

Como indica Anastasia Kavada,¹¹ a Avaaz apresenta um equilíbrio complexo e nem sempre transparente, entre características de uma organização tradicional, onde um núcleo duro controla alguns instrumentos básicos da organização (inclusive recursos financeiros, visuais e dispositivos de seus sites), com uma abertura para a participação de seus membros, que propõem temas para campanhas e postam comentários no perfil da Avaaz no Facebook. A Avaaz também possui uma página no Youtube, na qual compartilha vídeos produzidos por seus mobilizadores¹²

As prioridades anuais da Avaaz são definidas após uma consulta a seus membros.¹³ Até 2012, a equipe da Avaaz era responsável por definir todas as campanhas da comunidade¹⁴, quando em setembro daquele mesmo ano disponibilizou no seu site uma ferramenta que permitia ao público criar suas próprias campanhas (“Petições da Comunidade”). As petições e campanhas sempre

9 Apesar disso, nem todo país onde a Avaaz faz campanha tem uma equipe exclusiva, e financia-da pela organização. A Avaaz também trabalha com voluntários locais.

10 Kavada, op.cit. http://www.avaaz.org/po/avaaz_expenses_and_financial_information/

11 http://homepages.vub.ac.be/~ncarpent/suso/reco_book5.pdf#page=130

12 <https://www.youtube.com/user/AvaazOrg>

13 Do site de Avaaz (maio de 2015) “Todo ano, a Avaaz define as prioridades do movimento por meio de pesquisas entre todos seus membros. As ideias para campanhas são submetidas a pesquisas e testes semanalmente com amostras aleatórias distribuídas a 10.000 membros, e apenas as iniciativas que recebem uma forte reação positiva são implementadas em grande escala.”

14 Algumas delas sugeridas por membros da comunidade ou público em geral.

focam em “entregáveis”, como, por exemplo, entregar uma petição com todas as assinaturas para um membro do congresso. O critério aplicado pela Avaaz para promover ou excluir campanhas propostas por seus membros costuma gerar questionamentos por parte de sua rede. Questionamentos que têm particular relevância quando se analisa a exclusão de algumas campanhas propostas por membros no site da Avaaz. Alguns desses casos ocorreram no âmbito internacional¹⁵. No Brasil, destaca-se o caso da campanha em prol do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Em 2013, um membro da Avaaz criou uma petição propondo mobilizar assinaturas pelo impeachment da presidenta. A direção da organização decidiu retirá-la do ar alegando que, após fazer uma pesquisa com seus membros, a maioria havia decidido pela exclusão.¹⁶ Em 2014, uma nova petição foi criada com a mesma finalidade, e apesar de mal escrita e sem nenhum embasamento legal ou jurídico, teve uma alta adesão e chegou a atingir quase dois milhões de assinantes.¹⁷ A Avaaz, mais uma vez, questionou seus membros quanto à ação a tomar – excluir ou manter a petição – e desta vez o resultado da pesquisa foi diferente do anterior:

“...os resultados preliminares mostram que a maioria dos membros não apoia tal petição, mas também acredita que ela não deve ser retirada do ar. Essa decisão é consistente com o histórico de nossa comunidade de apoiar a discussão de temas controversos e dar espaço para o debate deliberativo” (ABRAMOVAY, 2015, em entrevista a este estudo)

As petições da Avaaz enfocam sobremaneira temas atuais da conjuntura – como, por exemplo, a situação dos refugiados à deriva no mar – com especial destaque para aqueles que podem ser considerados “quentes”, por concen-

15 Como, por exemplo, o posicionamento frente à crise russo/ucraniana em relação à anexação de Crimeia ou em relação à Síria. Ver por exemplo <http://jillianycork.com/2012/05/29/on-avaaz/>

16 Entrevista com Pedro Abramovay em 05 de fevereiro de 2015.

17 https://secure.avaaz.org/po/petition/Impeachment_da_Presidente_Dilma_1/?pv=3428

trarem grande atenção da opinião pública – como é o caso das mobilizações em torno do meio ambiente e das mudanças climáticas.¹⁸ A própria Avaaz reconhece a proximidade de sua pauta com os meios de comunicação, tanto para justificar a escolha de temas, como referir ao leitor a materiais divulgados pela imprensa e finalmente para demonstrar sua ressonância mediática na grande mídia.

Além da coleta de assinaturas para suas petições, a Avaaz faz campanhas de doações de dinheiro (“*crowdfunding*”), como ocorreu no caso do pedido de doação para vítimas do terremoto no Nepal.¹⁹ Este tipo de campanha passou a ser importante na legitimação da Avaaz, preocupada com não ter sua imagem reduzida a um coletor de assinaturas. Em muitas campanhas a Avaaz incentiva a realização de outros tipos de ações, como envio de e-mails ou contatos telefônicos com autoridades em áreas aos quais a petição se refere.

Algumas técnicas e ferramentas são usadas para maximizar a mobilização para assinaturas. Os membros da comunidade Avaaz normalmente chegam até a página da petição após receber um e-mail ou Tweet da organização ou de alguém de sua rede pessoal que repassou a petição.

Importante destacar a relação entre a ferramenta da Avaaz e outros sites de redes sociais. No caso, atualmente, o Facebook é a principal ponte pela qual os usuários acessam uma campanha. Segundo Bastos dos Santos²⁰ em torno de 35% das pessoas que acessaram o site da Avaaz, vieram pelo Facebook. Este tipo de encaminhamento, através de redes pessoais, é um mecanismo importante para expandir o raio de ação da Avaaz, o que reforça um conceito difundido entre gestores de redes sociais que é a força do vínculo pessoal para a difusão e mobilização on-line.²¹ Outro aspecto central da mecânica de mobilização da

18 Ver por exemplo, links: https://secure.avaaz.org/po/mass_grave_at_sea_nd_loc/?slideshow e https://secure.avaaz.org/po/climate_march_reportback/ (ambos acessados em 24/05/2015)

19 Ver https://secure.avaaz.org/po/nepal_earthquake_donate/ - acessado em 23/05/2015

20 João Guilherme Bastos dos Santos, op.cit.

21 Existem alguns estudos disponíveis sobre o potencial motivador das redes pessoais.

Avaaz é o estabelecimento de metas de assinaturas a serem atingidas, estimulando assim a rede de membros da Avaaz a atingir o número proposto. Esse painel de resultados, que mostra em tempo real os apoios conquistados, ocupa um lugar central no visual do site Avaaz e é uma de suas principais formas de legitimação perante a sociedade e também na relação com outras organizações da sociedade civil – uma vez que maximizar o discurso de seus pares é um dos benefícios que a forma de engajamento da Avaaz produz. A tática de mobilização também prevê a inclusão imediata da assinatura numa lista pública, de forma que o participante da petição possa visualizar seu endosso e os novos números atingidos. Esta função é meramente de efeito visual, e até o servidor da Avaaz receber a confirmação via conta de e-mail do assinante (salvo para membros já cadastrados), a assinatura não é computada.²²

A Avaaz faz uso de algoritmos, destinados a prever comportamentos, baseados em preferências anteriores. Algumas campanhas são testadas em até 20 diferentes formatos. O texto da “chamada para ação” (Call for Action) costuma ser composto por frases de efeito imperativas. Esta preparação tem o intuito de gerar um potencial “viralizador” da campanha.²³

Vale lembrar que a vocação da Avaaz é agir em causas internacionais urgentes e muitas de suas campanhas são geradas no exterior (não temos dados sobre quantas delas são geradas pela “central” ou por membros de outros países). Assim, no site da Avaaz em português, no espaço destinado a identificar as principais campanhas em andamento²⁴, apareciam 18 campanhas, das quais somente 7 se referiam a temas relacionados à realidade brasileira.

No enfrentamento inter-redes que marca a luta política no mundo virtual contemporâneo, uma plataforma capaz de chegar a 42 milhões é um im-

22 Abramovay complementa que a duplicidade de assinaturas é checada no final do dia, o que pode gerar – em alguns casos – queda no número de assinaturas inicialmente postadas no site da petição. Entrevista com Pedro Abramovay em 05 de fevereiro de 2015.

23 Entrevista com gerente da Avaaz nos Estados Unidos descrita no artigo de Cadwalladr, 2013.

24 O acesso ao site para essa descrição ocorreu em maio de 2015.

portante ativo. Não à toa, a Avaaz não oferece aos seus membros o acesso à sua enorme rede de e-mails cadastrados. Quando um membro cria uma campanha através da Avaaz, pode apenas divulgá-la através de seus contatos. Corresponde à Avaaz – devido à grande oferta de campanha criadas – identificar aquelas campanhas que serão integradas e divulgadas em sua rede integral. O que comprova a máxima já difundida por inúmeras pesquisadoras de que o controle tecnológico é também uma dimensão da política atual.

Durante o desenvolvimento deste estudo de caso, identificamos que costuma existir colaboração da Avaaz com outros grupos – incluindo organizações da sociedade civil, ativistas independentes e governos – para mobilizações sobre certas causas. Causas históricas, conduzidas por movimentos sociais durante anos, passaram a obter maior atenção e adesão do público após a ação da Avaaz via suas petições online. Nem sempre, no entanto, a relação entre a Avaaz e organizações tradicionais da sociedade civil é positiva. Uma crítica recorrente à atuação da organização é ao fato de ela não se ocupar das “lutas reais”, que ocorrem no território, mas apenas da intermediação discursiva dessas lutas. O que, na avaliação de alguns ativistas, geraria uma excessiva visibilidade à própria Avaaz e não à articulação contínua da luta. Por exemplo, durante o processo de mobilização contra a construção da Usina de Belo Monte, membros da articulação Xingu Vivo para Sempre destacavam que a Avaaz, embora tivesse impulsionado a petição contra a barragem, desconhecias as verdadeiras demandas dos moradores de Altamira e dos indígenas que seriam atingidos pela construção da barragem. Vale destacar essa crítica porque ela é um demonstrativo relevante das tensões que a modulação on-line/off-line produz.

Como indicamos, dentro dos países em que a Avaaz tem atuação, o Brasil é o país que possui o maior número de membros (cerca de 8,7 milhões)²⁵ e atividades on-line dentro da comunidade.²⁶ Por esta razão, o Brasil se tornou

25 Avaaz.org, 2015.

26 Curiosamente, apesar de ser a maior comunidade no mundo, os membros brasileiros possuem

um importante laboratório de petições, com foco na mobilização para assuntos de natureza cívica e política, como na campanha pela aprovação de uma reforma política e da Lei da Ficha limpa, que impede que políticos condenados pela justiça possam assumir cargos públicos. Uma das razões possíveis para o enorme sucesso da Avaaz no Brasil é o intenso uso da internet pelos brasileiros, recordistas na utilização de sites de redes sociais e em tempo de navegação, de acordo com os estudos feitos pela Ibope-Nielsen em vários países. Os brasileiros chegam a passar 60% mais tempo conectados do que os habitantes de outros países.²⁷ Outro fator explicativo possível e complementar é que, no Brasil, o ativismo político é em geral de baixa intensidade, e assinar uma petição exige pouca dedicação. De acordo com os gestores da plataforma no país, é possível identificar um crescimento das atividades de mobilização política on-line partir de 2013, durante e após os protestos de junho. Nesse período, a Avaaz mais que duplicou o número de membros de sua rede no Brasil. Até então, a maior comunidade de avazers era francesa. O crescimento exponencial da comunidade da Avaaz em períodos de convulsão social também foi identificado na Ucrânia e Rússia, após a eclosão da crise de Crimeia. Um aspecto relevante de se destacar para a compreensão desse fenômeno.

O alcance de algumas das campanhas e mobilizações pode ser avaliado por meio da ferramenta estatística Google Trends²⁸, digitando o termo “Avaaz”. Segundo Abramovay, o primeiro pico no gráfico (fevereiro de 2013) apresentado na Figura 1, está relacionado à campanha solicitando o impeachment do então recém-eleito Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o pedido de destituição do pastor Marco Feliciano da Presidência da Comissão de Direitos Humanos

baixo nível de doação para a organização, e o dinheiro arrecado não cobre os custos da equipe dedicada da Avaaz no Brasil, Abramovay, 2015.

27 Para uma apreciação do tempo gasto pelo brasileiro na internet, ver o gráfico simplificado publicado pela TechTudo: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2015/06/brasil-tem-mais-de-650-horas-por-mes-navegando-em-redes-sociais.html>. Acesso em 11 set. 2015

28 Google Trends é uma ferramenta que permite uma busca e análise estatística de termos buscados no Google em determinado período.

da Câmara Federal.²⁹ Já o segundo pico no gráfico (junho de 2013), parece estar diretamente relacionado aos protestos que ocorreram naquele período. O terceiro pico, mais recente, ocorre exatamente durante o período eleitoral de 2014 e, em paralelo, a campanha pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Figura 1: Pesquisa do termo ‘Avaaz’ no Google, no Brasil



Fonte: Google Trends

No Brasil e no exterior a Avaaz costuma ser bastante criticada. Na sequência fazemos um apontamento das críticas mais comuns, bem como dos argumentos de defesa do modelo. Identificamos quatro tipos mais recorrentes de críticas: 1. uma organização de ativismo de sofá; 2. excessiva verticalidade; 3. efeitos limitados das petições; 4. o on-line desmobiliza o off-line.

O ativismo de sofá: a Avaaz é o que alguns autores chamam de organização de “clickativismo” (em inglês “clicktivism”). O termo é usado para descrever os ativistas que usam plataformas digitais, incluindo redes sociais, para organizar protestos e promover campanhas. A definição de iniciativas como a Avaaz se confunde com outros termos como “slacktivism” – que é a junção das pala-

29 Ambas petições disponíveis em: https://secure.avaaz.org/po/petition/Impeachment_do_Presidente_do_Senado_Renan_Calheiros/?pv=658 ; https://secure.avaaz.org/po/petition/Imediata_destituicao_do_Pr_Marco_Feliciano_da_Presidencia_da_Comissao_de_Direitos_Humanos_da_Camara_Federal/ (acesso em 27/05/2015)

vas preguiçoso e ativismo, em inglês – e “ativismo de sofá”. Ambos os termos, usados de forma pejorativa, referem-se ao apoio de causas sociais que fazem os indivíduos sentirem-se bem sem o esforço da militância. Muitas vezes, este tipo de ativismo digital é descrito como tendo pouco efeito real nas causas apoiadas.³⁰ De outra parte, os defensores de plataformas como a Avaaz apontam que esse tipo de ativismo digital surge para incluir no processo político indivíduos e grupos que normalmente não se interessavam ou mobilizavam em torno de causas. Nesse sentido, Abramovay acredita que o papel da Avaaz inclui “fazer pessoas que nunca se importaram com política, se importar com política”.³¹ Uma organizadora de campanhas da Avaaz descreve que “o “clique aqui” pode ser a porta de entrada na militância e no engajamento.”³² Não à toa, o número de “cliques” é o principal instrumento do Avaaz para afirmar sua legitimidade.

Verticalidade: para os críticos, o caráter vertical da organização se revela no fato de que a principal atividade da Avaaz é obter apoio de indivíduos para uma causa por meio de uma petição previamente preparada por seus coordenadores e mobilizadores de campanhas. O único local onde os membros da comunidade efetivamente podem debater suas posições é a página Facebook da Avaaz.³³ E como argumentam inúmeros comentaristas, o Facebook não é um instrumento que favorece um diálogo construtivo e informado em torno de questões complexas. Resta então ao avaazer o clique acrítico ao que foi elaborado nos termos propostos. Assim, a “cultura Avaaz” se filia a uma tendência que parece ser favorecida pela forma contemporânea da política, que é a reclamação com o estado das coisas sem a elaboração (ou até mesmo a preocupação) com a obtenção de soluções e alternativas para a construção de agendas propositivas. A verticalidade da Avaaz resultaria, portanto, na promoção de re-

30 <http://www.theguardian.com/world/2011/jul/20/avaaz-activism-slactivism-clicktivism>

31 Abramovay, 2015.

32 Entrevista descrita em Nasi, 2013.

33 Segundo Abramovay, cerca de 1/3 das pessoas que assinam petições da Avaaz, compartilhavam as mesmas via Facebook.

sultados de mobilização que desenvolvem instrumentos para um debate mais qualificado entre os membros de sua rede. Em defesa do modelo Avaaz, pode-se afirmar que se trata de uma ferramenta que, mesmo vertical, produz engajamento da chamada opinião pública, que é volúvel e movida a induções. Ou seja, ao engajar essa opinião pública, antes silenciosa, por meio de petições e também do estímulo a que esses agentes usem seus próprios canais de expressão nas redes sociais para apresentar suas opiniões, a Avaaz desloca a opinião pública da voz passiva para a voz ativa, constituindo-se como uma interface distinta de ação no contexto da internet.

Efeitos limitados: essa crítica é frequente quando se trata de campanhas que não atingem seu objetivo, como ocorreu na luta contra a eleição de Renan Calheiros para presidente do Senado. A campanha atingiu um milhão e meio de assinaturas, mas não conseguiu impedir o político de assumir o cargo ou forçar o parlamento a abrir um processo de impeachment contra ele. Contratada pela Avaaz, uma pesquisa feita pelo Ibope indicou que 74% dos Brasileiros queriam a renúncia de Renan.³⁴ Segundo o Juiz de Direito Márlon Reis, idealizador da Lei da Ficha Limpa, a petição serviu para arruinar a imagem do Senador, mas não tinha poder legal para derrubá-lo. O Juiz acrescenta que este tipo de petição on-line precisa ser melhor trabalhada “para não passar a ilusão de que tem mais poder do que de fato tem”.³⁵ Ainda assim, embora não tenha promovido seu principal objetivo, que era o de impedir a posse de Calheiros, a petição da Avaaz e as demais ações de mobilização orquestradas pela organização produziram intenso desgaste do presidente do Senado e resultaram em um debate público relevante para a compreensão dos desafios políticos do país, jogando luz sobre um tema que poderia ficar submerso não fosse essa articulação. Por isso o alcance parcial da crítica aos efeitos parciais da ação da Avaaz, pois se boa parte das campanhas não atingem os resultados propostos, ao menos contribuem com a conscientização dos cidadãos.

34 Álvares, 2013.

35 Em conversa informal com o Juiz Marlon Reis, online, no dia 12 de Junho de 2015.

Pode-se notar que os efeitos positivos da Avaaz alcançam resultados mais expressivos quando convergem com outros movimentos na sociedade, como ocorreu na campanha de iniciativa popular pela Lei da Ficha Limpa. A campanha, liderada pelo Juiz Márlon Reis e um grupo de juristas, foi conduzida pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e dezenas de organizações da sociedade civil, inclusive partidos políticos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSol). A proposta de lei propunha tornar inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz), mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos. A coleta de assinaturas se deu off-line, pois a legislação brasileira vigente não permite que ela seja feita virtualmente.³⁶ Foram reunidas mais de 1.8 milhão de assinaturas, que superou o 1% do eleitorado exigido para ser apresentada no Congresso Nacional como uma lei de iniciativa popular, conforme prevê a Constituição Brasileira. A Lei da ficha limpa foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2010 e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em seguida.

A Avaaz teve um papel importante na promoção da campanha, em particular na última fase, quando de sua tramitação no Congresso Nacional, como mais uma ferramenta de apoio à proposta de lei. Entretanto, alguns autores erroneamente atribuem ao Avaaz a condição de responsável pelas assinaturas que levaram à proposta e aprovação da Lei da Ficha Limpa.³⁷ Interessante notar que a própria Avaaz se vale desse “sequestro simbólico” de uma mobilização complexa ao não identificar em seu site que a vitoriosa mobilização on-line foi articulada e precedida por ampla campanha off-line. Em seu site internacional,

36 “As petições no Brasil passam a ter valor legal para a obrigatoriedade de votação e modificação da legislação, apenas quando as assinaturas foram comprovadas eletronicamente e se apresentarem como um número superior a 1% do eleitorado, distribuídos por pelo menos cinco Estados brasileiros com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, de acordo com o artigo 61 da Constituição Federal” Schek (2009) citado em Pinto, 2014.

37 Costa, 2014 e Nassif, 2013.

a Avaaz apenas identifica que a campanha pela aprovação da Lei da Ficha Limpa, por ela orquestrada no ambiente virtual, resultou na maior campanha on-line da história brasileira. Um fato, mas com nuances omitidas.

“Os membros da Avaaz reuniram-se para criar a maior campanha on-line da história brasileira, culminando em uma petição de 2 milhões de assinaturas, mais de 500 mil ações on-line, e dezenas de milhares de chamadas telefônicas.”³⁸
(AVAAZ, on-line)

A importância relativa do Avaaz na coleta das assinaturas omite o fato de que a maior parte das assinaturas foi colhida em paróquias e dioceses, o que indica o papel central da CNBB (Confederação Nacional de bispos do Brasil), uma das mais antigas e poderosas organizações da sociedade civil brasileira, cujo papel foi essencial para o arranjo político que levou à aprovação da lei. Uma análise mais detida desse processo, portanto, aponta para o fato de que a Avaaz foi coadjuvante no processo de mobilização off-line, mas fundamental na disputa pela aprovação da opinião pública, ao difundir a existência do projeto por meio de sua plataforma on-line e nas redes sociais. O que denota que a aliança on-line/off-line, nesse caso, obteve grande sucesso e produziu resultados reais. Errôneo é acreditar, porém, que isso se deve a uma específica da atividade política virtual.

O on-line esvazia o off-line: é comum também que campanhas de mobilização on-line, quando transpostas para o contexto off-line resultem em retumbantes fracassos. Quantas não são as convocações virtuais, com enorme número de navegantes confirmados, que ao serem realizadas em espaços públicos urbanos não conseguem reunir nem sequer centenas de manifestantes. Essa equação de fato ocorre, mas o que a experiência da Avaaz comprova é que

38 Original: “Avaaz members rallied to create the largest online campaign in Brazilian history, culminating in a petition of 2 million signatures, over 500,000 online actions, and tens of thousands of phone calls.” Avaaz.org, 2015.

é possível enxergar a modulação on-line/off-line em perspectiva reversa: as mobilizações off-line aumentam o interesse no mundo on-line. Isso se verifica no fato já citado de que o site da Avaaz teve um pico de acesso durante os protestos de junho de 2013, resultando em problemas técnicos do site (problemas esses que agora a organização trabalha para solucionar). Nesse período, algumas petições já existentes no site atingiram números recordes de assinaturas. Ou seja, a mobilização off-line dos cidadãos aumentou o interesse na política e resultou em mais e melhor ativismo on-line, o que reforça que já não faz sentido pensar a relação on-line/off-line em oposição, mas sim como elementos constituintes de um mesmo “real” Em estudo feito para a Fundação Ford, o ativista e pesquisador do direito à comunicação, João Brant, então porta-voz do Interozes, aponta que o insucesso das petições que pediam a cassação de Renan Calheiros e Marco Feliciano contribuiu para o momento de tensão política que se vivia no Brasil.³⁹ Segundo Brant, estes dois eventos foram dois fatos de grande repercussão e ressentimento, e podem ter contribuído para acelerar os protestos de 2013.⁴⁰

Finalmente gostaríamos de indicar, retomando o início desta seção, que depois de um mês do envio do e-mail por Patel para a rede da Avaaz, a organização registrou um volume de doações suficiente para realizar o seu intento: construir, do zero, uma nova plataforma virtual para a mobilização on-line. De acordo com um de seus mobilizadores de campanha no Brasil, o trabalho de contratação da nova equipe de engenheiros já começou, o que significa que a Avaaz poderá crescer nos próximos anos, com sua infraestrutura de rede ainda mais robusta e potente.

39 João Brant aponta que diferentes fatores que contribuíram para esta mobilização. Dentre estes fatores sugeridos por Brant, alguns são em particular relevância para o contexto deste artigo, como o exemplo mencionado acima, em Brant, 2014.

40 Op. cit.

3. Junhos e as massas de mídias: a mídia ninja

Em um livro produzido pela Fundação Ford, citado anteriormente, o ativista e pesquisador João Brant recupera uma intervenção feita pelo jornalista Renato Rovai, no calor dos acontecimentos, para dizer que Junho, na verdade, são Junhos. Ou seja, os protestos que eclodiram no Brasil no primeiro semestre de 2013 pedem uma leitura no plural e por isso seguem sendo objeto de análise dos principais pesquisadores das ciências políticas e sociais do país. Há inúmeros ângulos de visão sobre os fatos ocorridos, ainda mais quando plotamos na imagem os recentes episódios de 2015, em que outros protestos, especificamente em oposição ao governo Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores, ganharam as ruas. Não é o fito deste estudo de caso discutir amiúde os protestos de junho, mas sim um de seus protagonistas, a Mídia NINJA (acrônimo de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), rede político-midiática que se destacou ao produzir relatos sobre os fatos ocorridos pelo ângulo dos manifestantes. No entanto, sem nos debruçarmos sobre alguns aspectos desse momento não será possível tratar do surgimento e da ação da Mídia NINJA. Para Brant, os protestos de Junho articulam pelo menos doze elementos, sem os quais é impossível compreender sua eclosão. São eles “a conjuntura política brasileira, a crise de representação e de participação política, as inspirações internacionais, o histórico recente da luta pela redução da tarifa (*de ônibus*), a força da pauta do transporte público, o momento da Copa do Mundo de Futebol, a força do modelo de manifestações, a potência das redes sociais e das narrativas independentes, a violência policial contra manifestantes e jornalistas, a demora na reação dos governantes, a ação da mídia tradicional e, finalmente, as múltiplas narrativas e vivências dos atos.”⁴¹

O pesquisador aponta que é possível dividir os protestos em dois momentos, especialmente se tomamos como referência a cidade de São Paulo. Um

41 Para um resumo do livro da Fundação Ford de João Brant, ler o artigo “Um ano depois de Junho”, publicado no *Le Monde Diplomatique*. <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1673>. Acesso em 11.9.2015

deles, com pauta nacional clara, centrado na luta contra o aumento da tarifa do transporte público nas principais cidades do país e contra os grandes eventos internacionais, em especial a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que resultaram em remoções da população de baixa renda de suas casas e em gastos públicos considerados pelos manifestantes como sendo não prioritários e viciados pela corrupção. A partir do dia 17 de junho, no entanto, a pauta dos protestos se estilhaçou em inúmeros cacos discursivos – e aqui, como veremos mais adiante, é importante ressaltar a importância das mobilizações on-line para essa virada - que passavam pelo combate à corrupção, a defesa da educação e da saúde pública, a derrubada da PEC 37, que previa mudanças na regra de atuação do Ministério Público, além de questionamentos às formas políticas existentes, em especial a recusa da forma partido. Foi justamente nesse segundo momento que tivemos o pico nacional de mobilização, para ser mais exato no dia 20 junho quando se estima que mais de 1,4 milhão de pessoas foram às ruas das principais cidades do país, com ocupações de câmaras municipais e estaduais e do Congresso Nacional, em Brasília. A dinâmica desse protesto, marcado por grande heterogeneidade social do público nas ruas, com quase inexistente articulação entre esses agentes e as tradicionais organizações políticas, sejam elas de esquerda ou direita, produziu um tipo singular de manifestação que retornaria ao cenário com os protestos anticorrupção de 2015, em versão mais homogênea e elitista.

A tese dos dois momentos de Junho também é defendida pelos pesquisadores Elena Judensnaider, Luciana Lima, Marcelo Pomar e Pablo Ortellado no livro “Vinte Centavos: a luta contra o aumento”. No relato-narrativa construído para aquele livro, o dia 17 de junho marca a virada da dualidade de Junho, que em sua primeira fase se concentra na luta contra o aumento, conduzida pelo Movimento Passe Livre (MPL), com “profundo sentido de tática e estratégia” (ORTELLADO, 2014, p. 235), e na segunda se caracteriza pela “explosão de manifestações com pautas difusas e sem qualquer orientação a resultados” (ORTELLADO, 2014, p. 236). Do ponto de vista da composição social dos protestos,

o trabalho publicado pelo professor da Universidade de São Paulo, André Singer, na revista *Novos Estudos*, do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise Política e Social), é bastante elucidativo. Singer aponta, com base em uma revisão de literatura, que houve, em geral, “dois pontos de vista sobre a composição social dos acontecimentos de junho”. No primeiro, os protestos seriam preponderantemente promovidos pela classe média (baseado em artigo de Armando Boito). No segundo, destaca-se a forte presença do precariado, conceituado como o grupo de trabalhadores desqualificados e semiqualificados, em sua maioria jovens que acessam o mercado de trabalho cedo e pela porta dos fundos. Em seu artigo, Singer sugere uma outra hipótese.

“Analisando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: **trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.**” (SINGER, 2014)

No que compete a este estudo de caso, é importante a referência à hipótese de Singer, porque esse jovem urbano, integrante do precariado, é intenso usuário das novas tecnologias de informação e comunicação, em especial das mídias móveis⁴². Não à toa, portanto, como veremos mais adiante, o uso de sites de redes sociais explodiu durante esse período, em que os perfis dos internautas passaram a generalizadamente tratar de política, numa espécie de inclusão

42 Sobre esse assunto, ver o estudo “Os novos donos da Internet: Classe C, de Conectados <<<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/research-studies/novos-donos-internet-classe-c-conectados-brasil.html>>> Acesso em 12.9.2015

democrática que ainda precisa ser melhor estudada e compreendida. A imagem síntese dessa “nova geração” é a de um manifestante durante o protesto do dia 17 de junho que carregava em suas mãos um cartaz com os dizeres: “Saímos do Facebook!”⁴³

Várias das análises no calor dos protestos de Junho assumiram um aspecto atemporal, como se essa eclosão dos protestos não estivesse sendo lentamente maturada na caldeira da dinâmica política do país. No artigo “Fragmentos sobre a emergência da política das redes e das ruas”, o pesquisador Rodrigo Savazoni vai na contramão desse tendência, apontando cinco aspectos que compõem a conjuntura que antecede Junho: uma redução (1) do espaço de participação e colaboração na construção de políticas públicas na transição de Lula para Dilma. Sem dúvida, a expressiva inclusão social via consumo de massa ocorrida de 2003 a 2010, engendrou a necessidade de mais e melhores serviços públicos. Não à toa, portanto, muitos dos cartazes abertos pelos manifestantes nas ruas tomadas exigiam justamente melhoria da educação, da saúde, da segurança pública e do transporte; a (2) centralidade adquirida pelos novas tecnologias de informação e comunicação, que se popularizaram no país nos últimos anos, em especial de sites de redes sociais, como o Facebook, uma verdadeira ágora proprietária da política contemporânea; a (3) ascensão de uma nova geração decepcionada com os rumos da política institucional; a (4) influência viral das revoltas em rede, que têm se espalhado pelo planeta a partir da Primavera Árabe, dos indignados espanhóis e do Occupy Wall Street dos EUA, entre outras importantes iniciativas de desenvolvimento do “espaço da autonomia”; e a (5) conformação, nos termos descritos por Castells, de um novo tipo de rede militante, baseada em indivíduos e coletivos interconectados, e também de agrupamentos políticos de coloração anarquista/autonomista que se dedicam ao trabalho de base.

43 Para mais informações, ler o texto do blog Garotas Geeks intitulado “O dia em que nós saímos do Facebook e fomos para as ruas” << <http://www.garotasgeeks.com/o-dia-em-que-nos-sai-mos-do-facebook-e-fomos-para-as-ruas/>>> Acesso em 11.9.2015

Uma visão diferente é elaborada por Sorj⁴⁴, argumentando que durante o transcurso dos governos petistas os movimentos sociais foram desmobilizados pelas políticas de cooptação, enquanto cresceram grupos de esquerda autônomos e aumentava o mal-estar das classes medias - tanto das novas como das tradicionais. Sorj enfatiza igualmente que para os manifestantes a grande novidade, numa sociedade que ficou por um longo tempo em estado de letargia política, a experiência mais marcante foi o sentimento de empoderamento gerado pela presença física e ocupação das ruas. Assim, no contexto político brasileiro, o protesto off-line teria sido, para um importante setor de manifestantes, a grande novidade dos eventos de junho, e não o uso de instrumentos de comunicação virtual, já “naturalizados” pela geração de nativos digitais (SORJ, 2014).

Outro aspecto a se ressaltar sobre as análises de Junho é o fato de muitas das narrativas serem demasiadamente centradas nos episódios ocorridos em São Paulo. Em que pese o fato de que os protestos do Movimento Passe Livre ganharam enorme visibilidade a partir da capital paulista, recuperamos a compreensão de que Junhos foram muitos, e em cada localidade do país assumiu características específicas, como no Rio de Janeiro onde muitos dos protestos contestavam a atuação do governador do Estado, Sérgio Cabral. Feita essa ressalva, faz-se necessário mencionar, quando se busca analisar a emergência da Mídia NINJA durante Junho, alguns episódios ocorridos na capital paulista nos anos precedentes. Em especial o ciclo de ações de tomada das ruas pelas redes de ativismo político-cultural, de diferentes colorações, que ocorreu entre 2011 e 2012. Esse ciclo de ativismo nas redes e ruas, sob forte inspiração das experiências ocorridas durante a Primavera Árabe, o 15M Espanhol e o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, se iniciam com o Churrascão da Gente Diferenciada⁴⁵, passam pelas Marchas da Maconha,

44 *Entre o local e o global*, in Rubens Figueiredo (org), Junho de 2013 – A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus Editorial.

45 O Churrascão da Gente Diferenciada, realizado no dia 14 de maio de 2011, foi convocado pelo Facebook, onde chegou a ter mais de 50 mil confirmações. Se alastrou pelas redes sociais, resultando em matérias produzidas por jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão. No dia marcado, entre 2 a 4 mil pessoas compareceram às ruas do tradicional bairro paulistano, portando instrumentos musicais e churrasqueiras para confraternizar. O protesto/deboche foi marcado

das Vadias e da Liberdade⁴⁶, e desembocam nos atos eleitorais #AmorSIMRussomanoNÃO e #ExisteAmoremSP durante as eleições municipais de 2012⁴⁷. Nesse período, o Circuito Fora do Eixo, organização que, como veremos adiante, dá origem à Mídia NINJA, passa a participar intensamente da mobilização desses eventos e começa a testar um modelo de cobertura on-line que viria a desembocar no formato de cobertura ao vivo que ganharia notoriedade durante os protestos de Junho. Sua chegada à articulação política na capital paulista daria potência às lutas, mas ao mesmo tempo seria recebida com desconfiança e oposição por parte dos agentes previamente organizados.⁴⁸

O papel da mídia tradicional na cobertura dos protestos também mereceu atenção. As primeiras manifestações, entre 6 e 13 de junho, foram cobertas

para contestar os moradores de Higienópolis, em São Paulo, depois que a associação de moradores se mobilizou e passou a distribuir panfletos com mensagens contrárias à construção de uma estação do metrô no bairro sob a alegação de que ela traria “gente diferenciada” ao convívio dos endinheirados.

46 A Marcha da Liberdade de São Paulo foi realizada no dia 28 de maio de 2011. A ação, convocada pela internet, surgiu como uma reação à violenta repressão policial à Marcha da Maconha, realizada uma semana antes, dia 21. Naquela ocasião, os manifestantes foram proibidos pelo Supremo Tribunal Federal de realizar o protesto. A reação dos ativistas foi então criar um movimento pela liberdade de manifestação. O primeiro protesto levou cerca de 5 mil pessoas à Avenida Paulista, em um trajeto que percorreu toda a rua da Consolação, finalizando na Praça da República. Nessa ocasião, o Fora do Eixo testou um equipamento de transmissão ao vivo que realizou a cobertura em tempo real da manifestação, com o jornalista Bruno Torturra e o teórico da contracultura Cláudio Prado como apresentadores. A cobertura teve grande adesão online.

47 Os atos #AmorSIMRussomanoNÃO e #ExisteAmoremSP ocorreram durante a campanha eleitoral de 2012, no primeiro e no segundo turno, e foram convocados pela internet com o intuito de afirmar uma pauta para a cidade, centrada em valores como a retomada das ruas pela cidadania e a diversidade cultural e comportamental, e se contrapor ao discurso conservador, primeiramente de Celso Russomano (PRB), que chegou a liderar as pesquisas de opinião, e o proibicionismo que marcou a gestão de Gilberto Kassab (PSD) na prefeitura. Esses dois protestos podem ser vistos como símbolos da intervenção nas ruas, mas não somente. Foram também um momento em que esse novo ator articulado em rede se dirigiu diretamente à política institucional, exigindo respostas dos candidatos, incidindo na macropolítica. O Fora do Eixo esteve diretamente envolvido na articulação dos dois atos, provendo suas tecnologias de produção cultural, mobilização online e cobertura em tempo real dos protestos.

48 Para uma retomada dos debates políticos que ocorreram por conta da ascensão do Fora do Eixo, ver o livro *Movimentos em Marcha* <<<https://emmarcha.milhalar.org/>>> Acesso em 13.09.2013

pela mídia tradicional – principalmente pelos grandes jornais e emissoras de televisão – de forma negativa, com destaque para as ‘ações violentas dos manifestantes’, muitas vezes rotulados de vândalos.⁴⁹ Entretanto, a partir dos protestos de 13 de junho em São Paulo, quando a Polícia Militar de São Paulo reprimiu fortemente os manifestantes, produzindo inúmeros casos de agressão gratuita a manifestantes e jornalistas, a mídia tradicional aderiu ao movimento de indignação e solidariedade, que ganhou força entre os setores da sociedade que até então não haviam se envolvido com os protestos.⁵⁰ A grande circulação pela internet de imagens da repressão, em especial vídeos e fotos, demonstrando o uso indiscriminado de bombas de efeito moral, gás de pimenta e balas de borracha pela polícia afetaram o movimento da opinião pública.⁵¹ Essa violência policial foi sem dúvida um catalisador que impulsionou o aumento significativo de número de manifestantes no protesto do dia 20 de junho, sendo que apenas em São Paulo mais de 300 mil pessoas foram às ruas, gerando marchas que tomaram as principais avenidas da cidade, como a Faria Lima e a Avenida Paulista.

Com esse crescimento exponencial das manifestações, a mídia tradicional alterou sua linha editorial de cobertura, passando de uma posição crítica ao apoio aberto. Vários pesquisadores apontam que essa nova cobertura pela mídia tradicional foi influenciada e influenciou a transição de orientação na agenda dos protestos e foi determinante para o início do segundo momento de Junho. Nesse movimento, a mídia tradicional passa a destacar principalmente as críticas à corrupção e às políticas do governo, que por sua vez também ocupam o centro das demandas vocalizadas pelos manifestantes. O site Causa

49 Um gráfico gerado de uma pesquisa feita a partir do mapeamento de conteúdo provido por 3 jornais de circulação nacional, e 3 de distribuição local, demonstra claramente o relato dos protestos focava na violência e no embate entre manifestantes e polícia. Disponível em: <http://blog.pageonex.com/2013/08/24/manifestantes-ou-vandalos-como-a-midia-tradicional-abordou-os-protestos-em-junho-de-2013-no-brasil/> (acesso em 20/05/2015).

50 Brant, 2014, Ortellado, 2013.

51 Singer, 2013.

Brasil demonstra esse fenômeno da transição das reivindicações nas redes sociais, em que temas como a corrupção e demandas de políticas sociais em geral assumem o centro do discurso. Segundo a pesquisa do Ibope, na noite de 20 de junho, a insatisfação com a corrupção e a demanda por mudança políticas ficou em primeiro lugar (mencionadas por 65% dos entrevistados), enquanto a questão do transporte público em segundo (com 50%).⁵²

Isso abre caminho para que retomemos o fito deste estudo, em que Junho passa a ser analisado como um exemplo vigoroso da modulação on-line/off-line na política contemporânea. Se nas ruas os protestos ficaram marcados pela diversidade de causas e demandas, o mesmo pode-se dizer das redes, por meio da compilação de estudos sobre o comportamento dos internautas. A pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo, mencionada anteriormente, se concentrou em analisar a hashtag #vempraru, uma das mais difundidas durante os protestos de junho, entre os dias 15 e 17 daquele mês. Utilizando um tipo de metodologia que extrai os dados produzidos por essa plataforma e a analisa com auxílio de softwares específicos, a equipe de pesquisadores do Labic elaborou uma antropologia política do discurso em rede deste momento, marcado por enorme diversidade de ideias e posicionamentos políticos. Interessante notar, a partir desse estudo, o papel central das celebridades na intermediação das informações, principalmente humoristas e jovens atores, com grande popularidade entre o público de menor idade e entre a chamada classe C. Também para o grande volume de compartilhamento de imagens (conteúdos virais como memes) que caracteriza o discurso na redes.

O estudo do Labic aponta que no dia 17 de junho, a hashtag #vempraru chegou a atingir 140 mil mensagens e manteve-se com uma média de 20 mil durante todo o mês. Essa hashtag foi primeiramente proposta pelo Movimento Passe Livre, que nas ruas costumava puxar o cântico “Vem, vem, vem pra rua vem, contra o aumento!”, adornada por sua bateria de escola de samba, buscan-

52 Singer, 201.

servada em outro gráfico produzido pelos pesquisadores do Labic, que compila as principais palavras-chave que ocuparam o Twitter entre os dias 15 e 17 de junho.



Nuvem com as *hashtags* mais utilizadas entre os dias 15 e 17 de junho de 2013

Outro estudo sobre o comportamento das redes sociais que merece nossa análise foi produzido pela empresa Interagentes⁵³, sob coordenação do sociólogo Sergio Amadeu da Silveira. Nesse caso, a análise foi realizada com base em postagens realizadas na rede social Facebook, sem sombra de dúvida a mais utilizada durante a mobilizações de Junho. A equipe de pesquisadores formada por Silveira e Thiago Pimentel realizou buscas dentro do site de rede social para capturar citações públicas às manifestações, entre os dias 5 e 21 de junho de 2013. Também foram analisados os compartilhamentos dessas mensagens, o que garante assim a valoração de sua repercussão entre os internautas. A partir dos dados compilados, foram atribuídos aos atores identificados dois valores: hub e autoridade. O hub é aquele com maior valor de suas ligações (links) e a autoridade o perfil mais compartilhado.

53 Para a leitura completa da pesquisa entrar em <http://interagentes.net/?p=62>. Acesso em 12.9.2015

Essa pesquisa parte do pressuposto, já explorado à exaustão neste trabalho, de que as redes e as ruas, no caso de Junho, conformam um espaço híbrido, com agenciamentos ocorrendo no espaço urbano e também na internet, em especial nas redes sociais. E também demonstra a grande multiplicidade de temas em discussão na arena do Facebook.

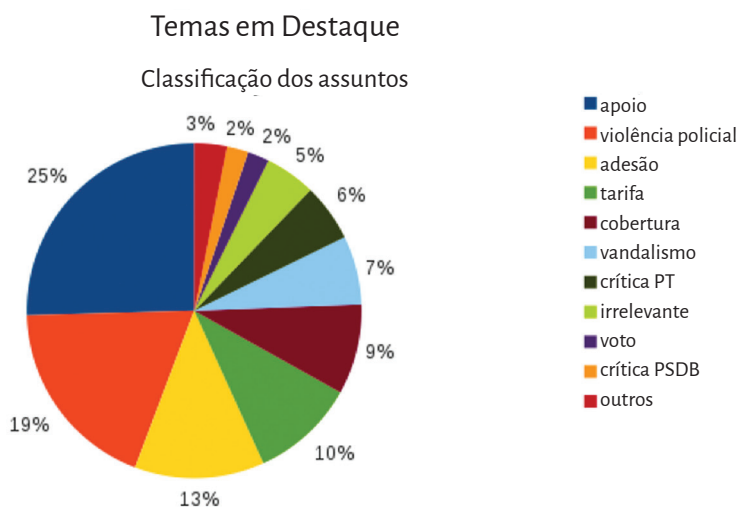


Figura 2: Estudo da Interagentes que cataloga conteúdos colhidos no Facebook durante os protestos de junho de 2013

No dia 6 de junho, data do primeiro ato contra a tarifa em São Paulo, aparece já uma tendência que viria a se confirmar nos dias subsequentes. Entre as cinco principais autoridades, ou seja, emissores de conteúdos compartilhados no Facebook (num universo de 10.500 mensagens compiladas pelos pesquisadores) se encontram um veículo tradicional de mídia, o Estadão (1º) e um veículo alternativo, a Carta Capital (5º), dois grupos políticos, o Movimento Passe Livre (2º) e o Anonymous Brasil (3º) e a Mídia NINJA (4º), já demonstran-

do o papel central que essa nova rede assumiu desde o início dos protestos. A Mídia NINJA, de acordo com o estudo da Interagentes, permaneceria sempre entre uma das dez maiores autoridades dentro do Facebook durante todo o processo de Junho. Como hub, ou seja, valor de ligação, a Mídia NINJA não se destaca, sendo o grande concentrador de atenção nesse processo, num primeiro momento, a rede dos Anonymous Brasil e a partir do quinto ato o Movimento contra a Corrupção, já demonstrando aí a dinâmica de aproximação de outras pautas convocatórias.

A pesquisa apresenta conclusões relevantes para a compreensão da dinâmica on-line/off-line na política contemporânea. Entre as quais, a constatação de que “as conversações nas redes distribuídas foram decisivas para a formação de micro lideranças das mobilizações e para o surgimento de novos grandes nós de autoridade”, como os coletivos Anonymous, o Movimento Contra a Corrupção, A Verdade Nua & Crua, a Mídia NINJA, entre outros. Os pesquisadores destacam ainda que “a ausência de partidos, sindicatos e movimentos sociais consolidados indica um novo padrão de mobilização social sem a presença de estruturas centralizadas.” O que os leva a dizer que as manifestações “descortinam que o poder institucional e o poder das estruturas políticas foram pouco decisivos se comparadas com o poder comunicacional das redes distribuídas.”

A Mídia NINJA, portanto, de acordo com esse estudo, foi uma das maiores referências de Junho, somando-se aos novos movimentos sociais que convocaram e difundiram os atos e aos veículos tradicionais de mídia, que preservam sua relevância mesmo no cenário das redes digitais. Surgida como braço midiático do Circuito Fora do Eixo, agenciando jovens ativistas e realizadores multimídia, a Mídia NINJA procura até hoje, por meio de seu trabalho, dar visibilidade às lutas e causas sociais que estão em curso no país, com ênfase nas lutas promovidas por agrupamentos considerados à esquerda no espectro político-ideológico.

Para compreendê-la, precisamos começar por uma explicação do que é o Circuito Fora do Eixo (FdE). Na versão de seus idealizadores, o Fora do Eixo

surge em 2005, numa articulação matricial de produtores culturais de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR). Seu objetivo era organizar a juventude atuante nas cenas de música em torno de uma rede de produção cultural colaborativa. Nesse contexto, a prioridade era a auto-organização e a influência nas políticas públicas em âmbito local. Duas características originárias dessa experiência já a distinguiam das demais existentes no país. A opção de seus membros por morarem em casas coletivas, ou seja, em comunidades relacionais onde compartilham trabalho e afetos; e a criação de um sistema econômico alternativo, baseado no uso de moedas sociais. Os integrantes da rede são jovens que vivem e trabalham nas casas coletivas gerenciadas por um “caixa coletivo” por meio do qual compartilham todas as suas necessidades materiais.

No livro “Os Novos Bárbaros – A Aventura Política do Fora do Eixo”, Rodrigo Savazoni aponta o ano de 2007, quando da realização do primeiro congresso do Fora do Eixo, como o momento efetivo do nascimento da organização. Ao longo dos últimos oito anos, o FdE se consolidou como uma rede política que atua com cultura e comunicação estruturada fundamentalmente a partir de dois processos internos que se retroalimentam permanentemente: um circuito de distribuição cultural de abrangência nacional e uma organização política de ativismo digital.

Inicialmente circunscrito a uma atuação nas cidades fora do eixo hegemônico da cultura nacional, o Fora do Eixo chega a São Paulo e ao Rio de Janeiro a partir de 2011, com criação de casas coletivas nessas localidades. Esse período marca uma transição da rede para além das questões específicas da cultura, concentrando-se fortemente na comunicação e na articulação com outras agendas políticas. O manejo intensivo da comunicação digital, de forte caráter propagandístico, é uma das principais características do Fora do Eixo, que justamente por isso pode ser enxergado como uma plataforma de mobilização política on-line/off-line a serviço de inúmeras causas. Em *Os Novos Bárbaros*, Savazoni registra que, em 2012, a rede articulava 122 coletivos, cinco

casas e 400 coletivos parceiros. Em agosto de 2013, esse número passou para 18 casas coletivas, 91 coletivos e cerca de 650 coletivos parceiros, o que comprova que durante o período de Junho o Fora do Eixo aproveitou para expandir seu modelo de casas coletivas e assim fortalecer a organização. Seus membros são geralmente jovens de nível universitário ou recém-formados, que atuam com artes, produção cultural e comunicação. Esse contingente de agentes liberados para o envolvimento nos processos de produção cultural e articulação política é um aspecto essencial da força do Fora do Eixo. Há também um enorme número de parceiros e agentes volantes que se articulam à rede do FdE, mesmo não vivendo nas casas. Outro elemento que compõe o seu poder de impacto é a presença nacional, uma vez que existem coletivos associados à rede em todos os estados do país.

Ao longo de sua história, o Fora do Eixo desenvolveu tecnologias de gestão e difusão em redes sociais que o posicionaram como uma plataforma ativista com potencial de gerar efeitos de impacto no cenário político nacional. Justamente por isso, passou a estabelecer parcerias com organizações tradicionais da sociedade civil, movimentos sociais, parlamentares nas três esferas da República e até governos mais vinculados a esses movimentos. Sua estrutura organizacional reúne aspectos de horizontalidade e verticalidade. Dentro dos coletivos e casas, as pessoas convivem em relações não convencionais de afeto e dividem tarefas domésticas e operacionais. No entanto, o regimento interno e a carta de princípios do FdE determinam o funcionamento de instâncias administrativas que devem ser replicadas em cada um desses coletivos. Essas instâncias possuem uma dinâmica vertical de gestão e são dirigidas por colegiados. É assim que funcionam os simulacros, banco, universidade, partido e mídia, e as chamadas frentes gestoras dos projetos.⁵⁴ Os recursos em moeda corrente

54 A ideia de simulacro é central para a compreensão do Fora do Eixo. Savazoni em *Novos Bárbaros* explica que os simulacros são simulações das principais instituições estruturadoras da nossa sociedade (como o banco, o partido, a universidade) redesenhadas com outras características para se adaptarem aos princípios coletivistas que regem o FdE. Com isso o FdE “reinventa” essas instituições da maneira como acredita que elas deveriam ser e as “disputa” socialmente. O simulacro do banco é responsável pela gestão financeira da rede de casas coletivas, adminis-

necessários à manutenção e infraestrutura das casas e coletivos onde vivem os fora do eixo são obtidos por meio de prestação de serviços, além de financiamento público e privado. O principal aspecto contextual da origem do Fora do Eixo é sua associação à experiência de participação social proporcionada pelo governo Lula, não à toa a organização manter fortes vínculos identitários com as gestões dos Partidos dos Trabalhadores (PT).

A Mídia NINJA nasce articulada pelo Fora do Eixo, por meio de uma estratégia que a organização denominou de “pós-marca”. Ou seja, de fomentar iniciativas que resultassem na arquitetura de outras redes dissociadas da marca Fora do Eixo. A Mídia NINJA se constituiu na mais bem sucedida ação midiática coordenada pela organização e passou a ser central na estratégia do FdE de deslocar-se de uma rede de produção cultural para uma plataforma de ação política em rede. É preciso ressaltar que, desde os primórdios, o FdE tem se dedicado ao desenvolvimento de suas próprias mídias, utilizando os recursos disponíveis na internet. No início eram canais no Orkut, listas de discussão, chats no MSN, e blogs no Blogger. Há cerca de três anos, a rede intensificou o trabalho de transmissões ao vivo de suas atividades. Disso, avançou para a criação da Pós-TV, um canal próprio de streaming pela internet, baseado em programas exclusivos – em sua maioria de debates. As ações de mobilização por meio de redes sociais, a produção de conteúdo para blogs e sites, o registro fotográfico de ações políticas, a criação e manutenção de programas de webTV, entre outras iniciativas, são coordenadas pelo supracitado simulacro Mídia, que todo coletivo FdE deve possuir.

Devido ao seu êxito, a Pós-TV passou a ser pensada como um projeto específico, e atraiu a parceria de jornalistas experientes, como o repórter Bruno Torturra, que fora editor-chefe da Revista Trip e que se tornou o ideólogo da Mídia NINJA. A proposta inicial de Torturra era constituir uma rede profissional

trando os recursos obtidos em moedas correntes e também a circulação e emissão das moedas sociais (banco de tempo). O simulacro do partido organiza a atuação política do Fora do Eixo, promovendo articulações em âmbito local, nacional e internacional.

de jornalistas, que utilizariam a inteligência de rede desenvolvida pelo Fora do Eixo para distribuir as informações produzidas. No entanto, como ele relata em um artigo publicado na Revista Piauí, intitulado “Por dentro do Furacão NINJA”, a eclosão dos protestos de junho o jogou, bem como seus parceiros, diretamente nas ruas, munidos de celulares e máquinas fotográficas, para registrar a avalanche de episódios que mudariam a história recente do país e também a vida de seus integrantes.

Do ponto de vista narrativo, a NINJA não foi propriamente uma novidade. Podemos até dizer que esse formato de produção de informação em tempo real, utilizando intensamente as novas tecnologias, a partir do ângulo dos manifestantes, é parte de um *modus operandi* característico dos movimentos sociais do século XXI. É assim desde o final do século XX, na verdade, quando os movimentos antiglobalização criaram o Centro de Mídia Independente (IndyMedia), para produzir narrativas contra-hegemônicas. Os NINJA, no entanto, à sua maneira, obtiveram uma audiência para além dos nichos e por isso viraram objeto generalizado de atenção, com matérias sobre eles produzidas pelos principais jornais do mundo como The New York Times, The Wall Street Journal e The Guardian⁵⁵. A rede foi lançada oficialmente durante o Fórum Mundial de Mídia Livre, na Tunísia, mas começaria a se consagrar durante os protestos de junho, com transmissões ao vivo via Iphone e Twittcasting dos protestos convocados pelo MPL.

Na sequência, reunimos alguns episódios e feitos que marcaram a atuação da Mídia NINJA durante os protestos de Junho, que contribuíram para construção de sua reputação.

- A prisão do estudante Bruno Ferreira Teles: em 22 de julho de 2013, Teles foi preso acusado de lançar coquetéis molotov contra policiais durante o protesto. A equipe da mídia NINJA trabalhou imediatamente em uma edição das suas imagens e de outros vídeos postados

55 <http://www.theguardian.com/world/2013/aug/29/brazil-ninja-reporters-stories-streets>>> Acesso em 13.9.2015

no You Tube e produziu uma narrativa que demonstrava claramente a inocência do ativista. Mais que isso, usando vários ângulos de imagens, a reportagem da NINJA demonstrou que o estudante havia sido vítima de um falso testemunho por parte dos policiais. A revelação feita pelos NINJA foi utilizada pelo Jornal Nacional da Rede Globo, que quando da prisão havia comprado a visão oficial da polícia. A matéria da Rede Globo fazia menção à rede e usava suas imagens⁵⁶.

- No dia 18 de Junho, em São Paulo, a Mídia NINJA realizava a cobertura do ato puxado pelo MPL quando iniciou-se a caça dos ativistas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Com enorme contingente, as forças de repressão perseguiram os manifestantes pelas ruas do centro da capital paulista. Nenhum veículo de mídia acompanhava a caçada, mas pelas redes sociais pipocavam relatos no calor dos acontecimentos. Nesse dia, os NINJA estavam no lugar certo e na hora certa e sua audiência foi aumentada até chegar a picos de 200 mil pessoas ao streaming. Era como se o público, por aquela janela, pudesse ser transportado para dentro do conflito, das ruas diretamente para as redes, sem filtros. Nesse dia os NINJA começaram a ganhar notoriedade.
- # A prisão do repórter Carioca: No mesmo dia 22 de julho, Filipe Peçanha, o Carioca, integrante do Fora do Eixo e um dos repórteres da mídia NINJA, foi preso pela polícia militar do Rio de Janeiro enquanto cobria um dos protestos. Peçanha foi levado para dentro de um camburão e permaneceu preso por algumas horas em uma delegacia do bairro de Laranjeiras. Sua prisão foi transmitida ao vivo,⁵⁷ como se

56 Disponível em: Reportagem da rede Globo sobre o furo da Mídia NINJA. <<http://g1.globo.com/videos/v/estudante-presos-durante-manifestacao-no-rio-nao-portava-explosivos/2713906>>. Acesso em: 11 set. 2015.

57 Em abril de 2014, a Mídia NINJA se sagrou vencedora do Shorty Awards – que os organizadores chamam de “Oscar da Internet” - na categoria Brasil. O prêmio foi dividido com o programa de humor Porta dos Fundos, com milhares de acessos em seu canal no YouTube.

o público pudesse ser transportado para o lugar do ativista, vivendo com ele as agruras do enfrentamento com as forças do Estado. Carioca manteve sua câmera ligada até ser forçado pela polícia a interromper o sinal. Convocados pela internet, outros manifestantes se dirigiram ao distrito policial e realizaram um protesto em que exigiam a libertação do jornalista. Tudo em tempo real, transmitido por outros fluxos de streaming de outros repórteres NINJA. Na mesma noite, Carioca foi liberado, e saiu ovacionado aos gritos de “Ei, Polícia, solta a Mídia NINJA!”. A solidariedade demonstrava que a Mídia NINJA se fez voz da multidão.

Com esses episódios, a Mídia NINJA se tornou referência como canal alternativo de informação jornalística, oferecendo histórias ao vivo, sem cortes, comunicando ao público aquilo que a grande mídia parecia filtrar. Os manifestantes se transformaram em *embedded journalists*, que inseridos nos protestos mostravam flagrantes da ação dos ativistas e também, em particular, das inúmeras cenas de violência policial que marcaram Junho. Sobretudo para os participantes das manifestações se transformou no canal pelo qual podiam transmitir e compartilhar suas experiências nas ruas, tornando os ativistas jornalistas em potencial.

No contexto das manifestações, a Mídia NINJA recebeu muitos novos colaboradores, para além dos membros do Fora do Eixo. Esses cidadãos, atuando como se fossem jornalistas, produziam imagens, criavam conteúdo e integravam a equipe NINJA. Muitas vezes se reuniam nas casas coletivas, fazendo uso da infraestrutura do Fora do Eixo. Durante este período, a rede passou a coordenar uma equipe com dezenas de novos colaboradores e suprir uma demanda sempre urgente de comunicação da rua. O discurso jamais pretendeu a imparcialidade. Como afirmou Pablo Capilé, principal porta-voz do Fora do Eixo e também da Mídia NINJA, em entrevista ao Roda Viva, o momento demonstrava a passagem da era da mídia de massas para a das massas de mídias.

Esse novo momento, no entender de Capilé, constituiria na rede um “mosaico de parcialidades”, que seria mais benéfico para a democracia do que a busca por equilíbrio e distanciamento crítico do jornalismo tradicional.

A Mídia NINJA e o Fora do Eixo, dotados de enorme capacidade narrativa e concentrados em agir politicamente por meio da comunicação, foram objeto de inúmeras críticas, oriundas da mídia tradicional, mas também de outras organizações políticas atuantes nos protestos. Em especial, foram refutados pelo próprio MPL como uma mídia do movimento. Para Pablo Capilé, essa rixa surge por conta da abordagem alegre, colorida e propositiva que caracteriza o Fora do Eixo, o que confrontaria o discurso rígido e sectário do MPL. Para o Passe Livre, Fora do Eixo e Mídia NINJA eram instrumentos cooptados, a serviço do governo e de empresas, e que portanto não tomavam parte da luta real contra o transporte por eles encabeçada.

Ortellado, considerado um dos ideólogos do MPL, analisaria assim a questão:

“[A Mídia NINJA/rede Fora do Eixo] têm um entendimento muito sofisticado da natureza do nosso capitalismo contemporâneo. Eles sabiam que como eles não tinham capacidade de ser um ator relevante, se eles controlassem a comunicação do movimento eles controlariam o movimento, controlariam a imagem de como o movimento é representado.”

Em que pesem as diferenças de orientação ideológica e perfil dos ativistas do MPL e do FdE, a afirmação de Ortellado parece realizar mais uma vez a distinção recorrente entre o que ocorre no plano do real e aquilo que se passa nas redes virtuais e de comunicação, como se fossem elementos dissociados de uma dada luta. É a mesma crítica que já observamos na atuação da Avaaz e que segue como um dos focos de conflito da modulação off-line/on-line, comprovando que no imaginário de muitos dos ativistas essa cisão ainda existe e segue como aspecto a ser explorado.

Durante o evento de Junho, a Mídia NINJA se transformou num sucesso de público. A maioria dos jovens mobilizados pelas manifestações de rua procurava imagens diferentes dos eventos, com as quais pudessem se identificar, em particular aquelas que mostravam os jornalistas amadores utilizando seus celulares para enfrentar as forças policiais. A Mídia NINJA acompanhou os movimentos de rua, e decaiu com eles. Apesar disso, segue atuando como plataforma de comunicação ativista, mantendo um portal de cobertura em parceria com a rede internacional Oximity e articulando um outro movimento denominado #JornalistasLivres, que realizou uma campanha de crowdfunding para se estruturar e conseguiu angariar mais de R\$ 100 mil em doações.

4. O marco civil da internet

As lutas da rede (SILVEIRA, 2009) promoveram no Brasil vigorosos movimentos da sociedade civil organizada, principalmente a partir dos ativistas em defesa do software livre e da liberdade do conhecimento. Essa sociedade civil obteve uma das maiores vitórias que já se teve notícia no que se refere à construção de legislações nacionais em defesa do arranjo aberto, distribuído e inovador da internet: o Marco Civil da Internet. Este estudo de caso pretende narrar como esse grupo da sociedade civil, utilizando-se de uma série de mecanismos de deliberação, convocação e articulação on-line – mas também de muito trabalho off-line – foi capaz de articular-se a governos, parlamento e enfrentar diferentes interesses para conseguir o seu intento. Qual seja, a elaboração de uma legislação avançada de defesa dos direitos do cidadão no ciberespaço.

Essa história começa em 2007. Seguindo uma tendência internacional (Lei Sinde na Espanha, lei Hadopi na França, entre outras legislações na União Europeia), o Congresso Nacional passou a analisar o projeto de lei elaborado pelo Senador Eduardo Azeredo (PSDB) que tipificava penas criminais associadas ao mundo virtual. A questão é que, na avaliação de vários ciberativistas, o

projeto trazia embutido, em sua redação, fortes ameaças ao arranjo aberto da internet, o que gerou imediata reação pública desses atores. Mesmo com os protestos, a “Lei Azeredo”, que fora proposta em 1999, caminhava a passos rápidos para sua aprovação.⁵⁸ O projeto de proposta de lei (PL 84/99) propunha o estabelecimento de uma legislação que para seus opositores criminalizava diversas atividades dos internautas.⁵⁹ Os especialistas críticos do projeto apontavam que a Lei Azeredo pretendia transformar práticas cotidianas, como transferir as músicas de um iPod de volta para o computador, em crime passível de pena de prisão.⁶⁰ Com uma redação altamente restritiva e punitiva, considerava como crime, entre outras condutas, o desbloqueio de celular do proprietário para fins de transferência de uma operadora para outra.⁶¹

A tramitação do PL produziu uma intensa mobilização da sociedade civil, incluindo acadêmicos e advogados. Em alusão ao Ato Institucional nº5 da Ditadura Militar, aprovado em dezembro de 1968 e que restringiu drasticamente os direitos dos cidadãos durante os “anos de chumbo”, o citado PL foi apelidado de “AI-5 digital”. Os ciberativistas então criaram uma petição on-line⁶² (em um período em que a Avaaz ainda não existia) para mobilizar cidadãos em reação ao projeto.⁶³ A petição on-line foi um sucesso e conseguiu angariar mais de 150 mil assinaturas, chamando atenção da opinião pública para o problema e levando vários congressistas a reagir e convocar a primeira audiência pública para debater o AI-5 Digital.

58 Assim batizada por conta do seu relator e mais assíduo defensor, o deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

59 Lemos, 201.

60 Silveira, 2014.

61 Abramovay, 2014. Lemos, 2014.

62 No site www.petitiononline.com, que não está mais ativo.

63 A petição online foi criada por André Lemos, professor de Comunicação na Universidade Federal da Bahia (UFBA); João Caribé, ativista digital; e Sergio Amadeu, sociólogo e defensor do software livre no Brasil {Ferreira, 2014 #893}.

Nesse momento, a rede de ciberativismo se auto-convoca para promover a reação ao projeto. Pipocam análises e textos críticos compartilhados em blogs e nas ferramentas de redes sociais, em especial no Twitter, que ainda era utilizado quase exclusivamente por nerds e geeks em geral. Em 2008 nasce a campanha “Mega Não”⁶⁴, agrupando uma vasta e diversa rede de ativistas. Essa campanha foi responsável por um sem número de ações de mobilização digital, mas também por protestos off-line, como um flashmob (manifestação relâmpago) na Avenida Paulista, em São Paulo, e também forçou a realização de novas audiências públicas em Brasília, como a realizada em novembro de 2008, em que já era possível notar inúmeros setores do governo federal contrários ao projeto de lei e partidários de uma legislação de defesa dos direitos dos internautas.⁶⁵

Em abril de 2009, diferentes grupos da sociedade civil organizada do Rio Grande do Sul, incluindo o Partido dos Trabalhadores (PT), sindicatos e a Associação de Software Livre, responsável pela articulação do Festival Internacional de Software Livre, enviam uma carta ao Ministro da Justiça exigindo a interrupção da tramitação da Lei Azeredo.⁶⁶ Em junho daquele mesmo ano, uma articulação desses ativistas com o gabinete da presidência consegue garantir a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva da 10ª edição do FISL, em Porto Alegre, onde estariam reunidos os principais agentes da sociedade civil para a defesa de uma internet livre. Acompanhado pela então Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do ministro da Justiça, Tarso Genro, Lula discursa sobre o descontentamento da sociedade e reconhece o risco da Lei Azeredo em promover a censura on-line.⁶⁷

Para além da oposição à Lei Azeredo, os ciberativistas também se sentiam da inexistência de um marco legal que amparasse os usuários de in-

64 <https://meganao.wordpress.com/o-mega-nao/>

65 Góes, 2008. Sampaio, 2013.

66 Ferreira, 2014.

67 Abramovay, 2014; Ferreira, 2014 .

ternet no país. A inexistência de um marco legal permitia que cada juiz tratasse casos relativos à rede de forma discricionária, muitas vezes contradizendo a posição assumida em casos similares por outros colegas. Nesse momento, começa a ganhar força entre vários ativistas a ideia de elaboração de um marco legal para a internet, o que o presidente Lula também defende em seu discurso no FISL.

“Essa lei que está aí, essa lei que está aí, não visa corrigir abuso de internet. Ela, na verdade, quer fazer censura. O que nós precisamos, companheiro Tarso Genro, quem sabe seja mudar o Código Civil, quem sabe seja mudar qualquer coisa. O que nós precisamos é responsabilizar as pessoas que trabalham com a questão digital, com a Internet. É responsabilizar, mas não proibir ou condenar.”
(LULA, 2010)

Nesse momento, o Ministério da Justiça é então encarregado de propor um quadro de direitos civis para a regulação da internet no Brasil.⁶⁸ A Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, então sob comando de Pedro Abramovay (que também viria a ser diretor do Avaaz no Brasil entre março de 2012 e julho de 2013), estabelece uma parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para uma consultoria com vistas à elaboração de um novo projeto de lei.⁶⁹ Surge então a ideia do processo colaborativo e de deliberação on-line do Marco Civil da Internet, a ser construído de forma transparente, aberta e em rede, convocando a sociedade civil ciberativista a redigir uma lei em rede.⁷⁰

Em 2009, o Ministério da Cultura havia criado o Fórum da Cultura Digital Brasileira e desenvolvido para sua articulação o primeiro site de rede social voltado à construção de políticas públicas (www.culturadigital.br). Por conta

68 Lemos, 2014.

69 Contou também com o apoio do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério das Relações Exteriores (Steibel, 2014).

70 www.culturadigital.org/marcocivil

desse trabalho, o MinC e seus colaboradores foram convidados a contribuir com a plataforma tecnológica do Marco Civil, a cargo do Ministério da Justiça e com consultoria da Fundação Getúlio Vargas. Essa equipe de técnicos da cultura digital desenvolve então a plataforma e a hospeda no endereço www.cultura-digital.br/marcocivil. Nesse caso, é interessante destacar que a rede CulturaDigital.Br pretendia ser uma nova forma de produção de políticas públicas, com processos de discussão abertos, e era mantida por um arranjo público-privado inovador, que envolvia o Ministério da Cultura, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e a Casa da Cultura Digital. Sem dúvida, um caso importante de inovação cidadã.

O debate e redação da proposta, através da plataforma, ocorreu em duas etapas. No primeiro ciclo de consulta, o debate se concentrou em ouvir os internautas sobre os princípios que deveriam regular a internet no Brasil. Após receber a primeira série de contribuições, as equipes do MJ e da FGV se debruçaram na elaboração de um documento (“*white paper*”) que consistiu em uma anteproposta de lei, que novamente foi posta em discussão, tópico a tópico, na segunda rodada de consulta virtual. O Ministério da Justiça manteve a responsabilidade pela coordenação e elaboração final da proposta do Marco Civil e assim o fez ao término do período estabelecido.

A ideia de utilização de uma plataforma virtual gerou enorme atenção internacional, mas também desconfiança entre alguns setores do ativismo. O objetivo da plataforma criada em colaboração entre os hackers e os advogados era criar um ambiente colaborativo para a formulação de uma proposta pela sociedade. Um modelo que expandisse o processo de deliberação e pusesse fim ao tradicional (e pouco democrático) processo decisório a portas fechadas. A iniciativa foi apoiada por inúmeros grupos progressistas, mas produziu também críticas de setores previamente mobilizados contra a Lei Azeredo. Segundo Steibel, esta resistência está relacionada à proposta da Plataforma, que foi considerada *top-down*, quando a mobilização contra a Lei Azeredo tinha se

inspirado numa ação *bottom-up*.⁷¹ Essa resistência pode ser uma das justificativas para a baixa adesão de participantes na primeira fase da consulta. Além disso, a baixa diversidade e representatividade de grupos no debate sugere que somente especialistas na área e com alto grau de conhecimento realmente se envolveram com a fundamentação do Marco Civil.⁷²

Vale destacar, no entanto, que a ferramenta do Marco Civil é considerada pioneira das tecnologias de participação digital no Brasil. Inspirada no modelo do que se convencionou chamar de web 2.0, era desenvolvida com o software Wordpress (numa variação chamada BuddyPress, para redes sociais), integrando blog, RSS Feed e outras redes sociais, como o Twitter. Em busca de mais e qualificadas contribuições ao processo, a equipe responsável pela consulta fez um mapeamento on-line de contribuições ocorridas em outras plataformas e as incluiu em sua versão final de síntese dessas colaborações, colhidas em perfis do Twitter e blogs de ativismo. Esse material subsidiou a elaboração do *White Paper* novamente posto em discussão na fase 2 do processo.

A segunda fase do processo colaborativo de redação do Marco Civil foi marcada por disputas mais acirradas entre os diferentes agentes interessados. Vale ressaltar aqui que o processo assumiu características de transparência raramente vistas em consultas públicas. Todas as contribuições feitas por todos os participantes eram visualizadas em tempo real. Ainda mais importante, o Ministério da Justiça barrou qualquer possibilidade de grupos de interesse em interferir na discussão através de propostas ‘ocultas’ (ou seja, não trazidas a partir da plataforma on-line). Quando a associação de provedores de internet ou a Polícia Federal tentaram articular propostas “por fora” da rede, em contato direto com o Ministério da Justiça, foram encorajados pelos gestores a encaminharem suas propostas por meio da plataforma,⁷³ sob pena

71 Steibel, 2014

72 Segundo Sampaio et al, foram 130 participantes, sendo que quase um terço das mensagens foram enviadas por apenas dois indivíduos (Sampaio, 2013).

73 Abramovay, 2014.

de não serem consideradas oficialmente. Dessa forma, essa segunda fase da mobilização conseguiu ganhar a confiança de diferentes setores, como parlamentares, acadêmicos, advogados e membros da sociedade civil. Ao final, a plataforma recebeu mais de 2.000 contribuições, que foram processadas, anexadas ao documento final, o qual foi enviado para o Congresso Nacional em 2011.

Começa então a etapa legislativa do Marco Civil, na qual as inovações processuais são postas em segundo plano e submetidas à tramitação pouco transparente que marca o parlamento brasileiro. Em função dos inúmeros interesses contrários à legislação, e mesmo com a sociedade civil mantendo permanente vigilância em prol de sua aprovação, o Marco Civil permaneceu engavetado até junho de 2013, momento em que o ex-funcionário da National Security Agency (NSA), dos Estados Unidos, Edward Snowden, revela ações de espionagem do governo brasileiro, em específico da presidenta da República, o que gera grande repercussão no Brasil.

Naquele momento, como ressaltou Ronaldo Lemos, “a proposta mais séria e completa de reação do Estado brasileiro consistia no Marco Civil da Internet”. A mobilização pela aprovação da legislação é retomada pela sociedade civil, mas a iminente aprovação do projeto leva os grupos de interesse privados a atuar para produzir alterações na proposta. No foco do lobby da indústria de telecomunicações estava a neutralidade de rede. A reação do setor privado produziu uma rara coesão entre os ciberativistas brasileiros, que passaram – mesmo com críticas pontuais ao PL – a defender a redação do Marco Civil encaminhada ao Congresso pelo governo brasileiro.

Começa nessa época uma nova etapa de disputa pública em torno do projeto, com ampla mobilização da opinião pública por meio das redes sociais, em especial do Facebook. Foram criadas diversas campanhas, petições on-line, vídeos e “memes” falando do Marco Civil da Internet. Diversas organizações da sociedade civil, não somente as ciberativistas, se engajaram nesse processo, como a Central Única dos Trabalhadores ou Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC). Grupo novos, que nem existiam no início das mobilizações em 2007, se

somaram à luta, como é o caso do Meu Rio. A rede de ação local colocou seus membros para defender a internet livre por entender que princípios como o da neutralidade da rede eram de fundamental importância para assegurar o direito de seus membros e da sociedade.

A pressão para a aprovação proveniente de diferentes setores sociais certamente favoreceu a aprovação do Marco Civil da Internet naquele mesmo mês (entretanto não sem pequenas alterações na proposta original).⁷⁴ O Marco Civil da Internet, aprovado no Senado e sancionado pela Presidenta do Brasil em abril de 2014, é considerada uma das leis mais avançadas do mundo na garantia dos direitos civis na rede.⁷⁵ A regulamentação da lei encontra-se atualmente aberta para debate público, através do mesmo portal, nos mesmos moldes em que foi construída.⁷⁶

Identificamos na experiência do Marco Civil três momentos distintos de mobilização: (1) *advocacy* para sua criação; (2) deliberação on-line para a formulação da lei; (3) *advocacy* para a aprovação. No primeiro momento, a reação da sociedade civil contra uma proposta de lei que fomentava censura foi fundamental para criar a demanda de um marco que representasse a sociedade. Basta lembrar a petição pública que ainda em 2008 conseguiu mais de 150 mil assinaturas. No segundo momento, de caráter mais técnico, a adesão do público em geral foi mais baixa, concentrando-se no processo de construção do projeto de lei especialistas e grupos de interesse. Se a metodologia orquestrada não conseguiu obter uma resposta representativa do conjunto da sociedade, por outro lado foi exemplar em seu aspecto participativo e colaborativo. No terceiro momento, a sociedade civil, reforçada por inúmeros novos atores, passa a fazer uso intensivo da internet para novamente convocar a opinião pública

74 Para que fosse aprovada na Câmara dos Deputados, o relator Alessandro Molon, teve que incorporar no projeto alguns dispositivos relacionados a privacidade.

75 Silveira, 2014.

76 A consulta encontra-se na sua segunda fase, e está disponível através do portal <http://cultura-digital.br/marcocivil/debate/>

em favor da proposta e impedir que interesses corporativos desvirtuassem a proposta. Quando o projeto de lei do Marco Civil foi votado e aprovado pelo Congresso, estava sendo realizado em São Paulo um evento de governança da internet chamado Arena NET Mundial. Por conta disso, muitos dos ativistas que atuaram fortemente pela construção dessa legislação se encontravam reunidos e puderam comemorar essa importante vitória do ciberativismo.

5. Considerações finais

Ao nos debruçarmos sobre esses três casos, confirmamos a hipótese de que a política contemporânea é marcada pela modulação on-line/off-line de uma forma que já não é possível demarcar onde essas duas dimensões começam e terminam. Atualmente, na modulação entre on-line e off-line, essas duas dimensões da realidade se fundem produzindo um novo contexto sócio-político e cultural, o que aponta para uma profunda transformação da esfera pública e do ativismo. Em específico, vale destacar a transição nas formas de organização tradicional da sociedade civil, que passam a abrir espaço para um modelo de ativismo em rede. As remissões teóricas acima nos ajudam a compreender que a política pede novas expertises, como o domínio das ferramentas de comunicação virtual, a gestão e articulação de redes sociais, e a capacidade de produção de narrativas simbólicas, próprias do meio digital, que produzam engajamento dos cidadãos (organizados ou não). Nesse sentido, tecer redes e desenvolver a autocomunicação de massas é a forma principal de obter poder na esfera pública interconectada, o que os ativistas do digital, sejam eles os articuladores da Avaaz, da Mídia NINJA ou do Marco Civil demonstraram saber muito bem como fazer.

Esses atores, em sua atuação, também deixam uma série de questões em aberto para pensarmos as transformações da esfera pública no contexto digital. Esses questionamentos devem ser entendidos como apontamentos sobre os desafios que temos para o fortalecimento da democracia no Brasil.

Processo x resultado: o que essa nova forma de política, baseada na modulação off-line/on-line produz de resultado? E qual caminho percorre para obtê-los? Tomando a Avaaz por exemplo, temos como refletir sobre os alcances e limites da “participação virtual”, não apenas no que se refere à eficácia relativa dos abaixo assinados, mas principalmente dos desafios que estão colocados para a constituição de um modelo democrático de organização da sociedade civil. Em que medida uma organização como a Avaaz conseguiu criar um modelo de governança que não esteja nas mãos de um núcleo pequeno como ocorre em geral entre as ONGs clássicas? E, nos casos em que ela se abre à participação ampla, como assegurar que seus princípios sejam mantidos, como indica o controverso caso do pedido de impeachment da Dilma, que foi justamente o que atingiu o maior número de apoios numa campanha Avaaz/Brasil? Há aqui a retomada de uma longa questão no campo do ativismo, que é a dicotomia processo-resultado. Algo que ainda segue em aberto, mas que se mostra extremamente relevante quando se constata o nível de desgaste das formas tradicionais de participação política.

Qual agenda: Os protestos de Junho, bem como as manifestações em oposição à presidenta Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores, possuem uma característica marcante: não propõem uma agenda ou alternativa política. Manifestantes, em vez de se mobilizar para demandar mudanças estruturais, parecem recorrer aos protestos para ter o resultado *quick fix* para suas demandas. Krastev descreve este tipo de protesto da seguinte maneira:

“Manifestantes gostam de estar juntos, gostam de lutar juntos, mas eles não têm um projeto coletivo. É uma revolução trazida pela indignação e liderada pela esperança, em que todos se sentem tentados a participar.”⁷⁷

A falta de lideranças e a própria recusa da representação política ou organizacional por parte de muitos dos ativistas podem resultar em falta de ca-

77 Krastev, 2014.

pacidade de colaborar para a obtenção de resultados concretos. Uma pergunta que se coloca é se a farta gama de ferramentas digitais, inclusive redes sociais que foram amplamente usadas na convocação dos manifestantes às ruas, podem ser utilizadas para dar maior unidade ao movimento? Ou ainda, se não seria o caso de buscar, sobretudo, o desenvolvimento de inovação que possa cumprir o papel de fortalecer a produção de articulações mais programáticas, contribuindo assim para o avanço da democracia.

A centralidade e os limites do Facebook: os três estudos de caso comprovam o papel central do Facebook nas ações de mobilização, informação e articulação. Apesar de notarmos que cada um dos agrupamentos analisados fez um uso específico desse site de rede social, pode-se afirmar que o Facebook foi o principal canal para divulgar causas e mobilizar pessoas durante o Marco Civil, os protestos de Junho e segue sendo para as campanhas da Avaaz.

No caso da Mídia NINJA, o Facebook é usado como um dos seus principais canais de difusão das informações produzidas. Por meio do site de redes sociais, os NINJA conseguiram levar seu jornalismo independente a um público diverso. A ferramenta sem dúvida é bastante propícia à viralização, uma vez que concentra grande número de usuários e dispõe de mecanismos muito simples de compartilhamento das informações. No caso da articulação em torno da construção e aprovação do Marco Civil no Senado e nas campanhas da Avaaz, o Facebook foi muito útil para a dinâmica de convocação à participação.

Por outro lado, se tomamos como referência o processo ocorrido durante os protestos de Junho, no qual o uso do Facebook foi intenso, podemos identificar algumas limitações dessa ferramenta. É certo que suas configurações tecnológicas, quando aplicadas a certos contextos, podem exacerbar diferenças e gerar atrito. Um estudo sobre o funcionamento dos algoritmos que controlam o “feed de notícias” dos usuários revelou que as fórmulas usadas tendem a expor “mais notícias que refletem aquilo que pensamos e reduz nossa exposi-

ção àquilo de que discordamos”.⁷⁸ Assim, são criadas barreiras para a aproximação entre indivíduos de “pontos de vista distintos”.

O *filter bubble* do Facebook se fez muito evidente durante as eleições de 2014 no Brasil. Postagens e ‘discussões’ no Facebook parecem ter impedido o desenvolvimento de um debate informado, induzindo ao acirramento dos discursos entre as diferentes partes. Paralelamente, existe forte indicação de que esta dinâmica gerou menos interação social, causando também muito confronto e afastamento entre indivíduos e grupos de discussão.

Durante os protestos de Junho, o Facebook parece não ter contribuído como uma plataforma para deliberação e colaboração na construção de agendas. Tampouco para a articulação de laços mais sólidos em torno de agendas comuns. As diversas pautas e bandeiras levantadas pelos manifestantes se dissiparam em promessas e ações pontuais (muitas delas reversíveis). E as vitórias obtidas, como a revogação do aumento das passagens nas principais cidades do país, não se consolidaram, uma vez que nos anos seguintes o aumento foi realizado sem nova onda de reação.

On-line e off-line na constituição das redes

O caso do Marco Civil guarda peculiaridades. O debate que antecedeu a promulgação da lei em defesa dos direitos dos cidadãos em contexto digital mostra um modelo diferente de ciberativismo, construído a partir da atuação de pessoas e organizações com qualificação específica para intervir de forma informada no debate e incidir sobre a elaboração de uma legislação.

Dessa experiência, extraímos ao menos duas grandes lições: (1) a ação on-line e off-line quando articulada com equilíbrio é verdadeiramente potente. A colaboração entre sociedade civil organizada, um governo aberto ao diálogo e disposto a liderar a agenda e um grupo coeso de especialistas (reunidos em torno da FGV) produziu uma dinâmica virtuosa; (2) quando se trata de elabo-

78 Lemos, 2015.

rar uma proposta bem informada não é o grande número de participantes o elemento decisivo. Trata-se sobretudo de incluir no debate pessoas qualificadas para argumentar. Isso não impede que, através de um debate informado e participativo, leigos possam desenvolver capacidades para apresentar suas contribuições. Os diferentes interesses e posições da população conseguem maior influência decisória se transformados em propostas concretas. Tal processo tem maiores chances de ocorrer se produzido por um núcleo coeso (e por isso pequeno) de pessoas. Não se trata de contrapor esse modelo ao de campanhas de “grandes números”, inclusive porque sendo diferentes também são basicamente sinérgicas (há um momento no Marco Civil que, com a proposta elaborada, o fundamental era ganhar a adesão do maior número de pessoas em sua defesa). No caso do Marco Civil, o mais interessante é que todas as etapas do processo ocorreram em rede, de diferentes maneiras. Na primeira etapa, deu-se em rede a construção de uma proposta de lei, por meio da deliberação on-line. No momento da tramitação do processo legislativo, de igual maneira se exerceu a pressão social sobre o parlamento.

Um longo caminho: o que as experiências analisadas nos indicam é que não existe um único formato de ciberativismo capaz de responder aos vários que se colocam à participação numa sociedade democrática. A criação de uma nova relação entre partidos políticos e o mundo virtual, a educação cívica, a promoção do diálogo entre posições diversas, a reflexão crítica, a participação na elaboração de propostas de governo, entre tantos outros temas, exigirá o desenvolvimento de novos instrumentos, aliando inovação no mundo virtual à articulação off-line. As transformações necessárias precisam incidir do sistema escolar às instituições políticas. Há, no entanto, um movimento necessário de se fazer em favor da manutenção de uma internet livre e aberta, para que as tendências de colonização do ciberespaço por interesses econômicos e anti-democráticos não se realizem. O crescimento exponencial de algumas poucas corporações concentrando atenção dos internautas e as ações de vigilantismo por parte das nações mais desenvolvidas, em especial os Estados Unidos, de-

vem ser objeto de atenção dos defensores da democracia, uma vez que podem impedir que a internet realize seu potencial emancipatório e se torne em um instrumento de controle dos cidadãos. Reconhecendo os limites do mundo on-line para a construção de consensos, certamente a arquitetura das redes sociais proprietárias, como o Facebook, tem exacerbado as dificuldades, criando barreiras para a aproximação entre indivíduos com visões diferentes.

As transformações ocasionadas pela cultura digital passam a exigir capacidade de inovação da sociedade civil organizada, que, salvo raras exceções, até o momento tem se mostrado menos dinâmica que as empresas privadas ou o Estado. Daí a relevância no investimento em iniciativas de inovação cidadã, que fortaleçam a coesão social e auxiliem no enfrentamento aos cerceamentos impostos pelo mercado e ao controle dos cidadãos por Estados antidemocráticos.

6. Referências bibliográficas

Abramovay, P. (2014). O Marco Civil e a política dos netos. *Brasil Post* [Online], 19/02/2014. Available: http://www.brasilpost.com.br/pedro-abramovay/o-marco-civil-e-a-politic_b_4810634.html [Accessed 01/06/2015].

Abramovay, P. (2015). Entrevista pessoal em n 05/02/2015. Rio de Janeiro. [Audio recording in possession of author].

Álvares, D. (2013). 74% dos Brasileiros querem a renuncia de Renan, mostra pesuisa Ibope. *Estadão* [Online], 08/03/2013. Available: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,74-dos-brasileiros-querem-renuncia-de-renan-mostra-pesquisa-ibope,1006121> [Accessed 04/05/2015].

Avaaz.org. (2015a). *Highlights: Brazil: "Ficha Limpa"* [Online]. Available: <http://www.avaaz.org/en/highlights.php> [Accessed 07/06/2015].

Avaaz.org. (2015b). *Quem Somos* [Online]. Available: <http://www.avaaz.org/po/about.php> [Accessed 19/02/2015].

Brant, J. (2014). Política e Comunicação nas Jornadas de Junho: Uma análise sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil e sua relação com as mídias tradicionais e com a Internet. Ford Foundation.

Cadwalladr, C. (2013). Inside Avaaz – can online activism really change the world? *The Guardian* [Online], 17 November 2013. Available: <http://www.theguardian.com/technology/2013/nov/17/avaaz-online-activism-can-it-change-the-world> [Accessed 26/12/2014].

Capilé, P. (2015). Interview with the author on 11/02/2015. Rio de Janeiro. [Audio recording in possession of author].

Costa, A. J. d. F. (2014). *A Avaaz como Ferramenta de Mediação das Causas Sociais na Rede*. Graduação, Universidade de Brasília.

Ferreira, J. N. (2014). Building the Marco Civil: A Brief Review of Brazil's Internet Regulation History. In: BIDDLE, E. R., LEMOS, R. & PRICE, M. (eds.) *Stakes are High: Essays on Brazil and the Future of the Global Internet* Internet Policy Observatory.

G1. (2013). Inquérito diz que manifestante preso no Rio não portava coquetel molotov. *G1* [Online], 24/07/2013. Available: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/inquerito-diz-que-manifestante-presno-no-rio-nao-portava-coquetel-molotov.html> [Accessed 14/03/2015].

Góes, P. (2008). Brasil: Protesto relâmpago contra a Lei Azeredo. *Global Voices* [Online]. Available from: <http://pt.globalvoicesonline.org/2008/11/16/brasil-protesto-relampago-contra-a-lei-azeredo/%5D>.

Kavada, A. (2010). Activism Transforms Digital: The Social Movement Perspective. In: JOYCE, M. (ed.) *Digital Activism Decoded: The New Mechanics of Change*. New York, NY: International Debate Education Association.

Krastev, I. (2014). *Democracy Disrupted: The Politics of Global Protest*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Lemos, R. (2014). O Marco Civil como símbolo do desejo por inovação no Brasil. In: LEITE, G. S. & LEMOS, R. (eds.) *O Marco Civil da Internet*. Rio de Janeiro: Atlas.

Lemos, R. (2015). Precisamos falar dos algoritmos. *Folha de São Paulo* [Online], 19/05/2015. Available: <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/precisamos-falar-dos-algoritmos/> [Accessed 20/05/2015].

Mídia NINJA. *Quem Somos* [Online]. Available: <https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about> [Accessed 05/06/2015 2015].

Movimento Passe Livre (2013). Roda Viva: Entrevista com o Movimento Passe Livre. [audiovisual]. Available: <https://http://www.youtube.com/watch?v=V6T-EavCiRE> [Accessed 17/04/2015].

Nasi, L. (2013). *Ativismo mediado na rede Avaaz: os limites de um modelo informacional*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Nassif, L. (2013). Avaaz, golpe ou verdade? *Luís Nassif Online* [Online]. Available from: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/avaaz-golpe-ou-verdade?> 2015].

Nunes, R. (2013). Juin N'est Pas Fini. *Les Temps Modernes: Brésil 2013 l'année qui ne s'achève pas*, 678. 4-23.

Ortellado, P. (2013a). L'antiparti: Autonomie et stratégie dans le "movimento Passe Livre". *Les Temps Modernes: Brésil 2013 l'année qui ne s'achève pas*, 678. 24-36.

Ortellado, P. (2013b). Pablo Ortellado: experiência do MPL é aprendizado para o movimento autônomo não só no Brasil como no mundo. Available from: <http://coletivodar.org/2013/09/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-como-do-mundo/> 22/02/2015].

Passarinho, N. (2014). ONG entrega 340 mil assinaturas de apoio à votação do Marco Civil. *G1* [Online], 25/03/2014. Available: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/ong-entrega-340-mil-assinaturas-de-apoio-votacao-do-marco-civil.html> [Accessed 13/06/2015].

Pinto, R. A. d. M. (2014). Ciberativismo e a Avaaz: petições públicas online como forma de e-participação, paper presented at Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política, Curitiba, PR, 14, 15 e 16 de maio de 2014.

Sampaio, R. C., Bragatto, R. C. & Nicolás, M. A. (2013). Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase da consulta online sobre o Marco Civil da Internet. *In: V Congresso da Compólitica*, 8 a 10 de maio de 2013 2013 Curitiba, PR.

Savazoni, R. (2014). *Os novos bárbaros: a aventura política do fora do eixo*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.

Segurado, R. (2011). Entre a regulamentação e a censura do ciberespaço. *Ponto-e-virgula*, 9. 52-70.

Silveira, S. A. d. (2014a). Marco civil e a proteção da privacidade. (158) Available: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542014000400008&lng=pt&nrm=iso

Silveira, S. A. d. (2014b). Sérgio Amadeu: Marco Civil corre perigo com Aécio. *Portal Forum* [Online], 13 outubro 2014. Available: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/10/sergio-amadeu-com-aecio-conquistas-marco-civil-estao-em-perigo/> [Accessed 22/05/2015].

Singer, A. (2013a). Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos - CEBRAP*. (97) 23-40.

Singer, A. (2013b). Classes e ideologias cruzadas. *Brasil de Fato* [Online], 10/12/2013. Available: <http://www.brasildefato.com.br/node/26944> [Accessed 24/03/2015].

Sorj, B. (2014). Entre o local e o global. *In: Figueiredo R. (org), Junho de 2013 – A sociedade enfrenta o Estado*. São Paulo: Summus Editorial.

Steibel, F. (2012). Ferramentas web 2.0 e o design de consultas públicas online: o caso do Marco Civil Regulatório. *In: Anais da XXI Compós, Junho 2012 2012 Juiz de Fora*. 1-16.

Steibel, F. (2014). O portal da consulta pública do Marco Civil da Internet. *In*: LEITE, G. S. & LEMOS, R. (eds.) *O Marco Civil da Internet*. Rio de Janeiro: Atlas.

Wikipedia. Centro de Mídia Independente. Available: http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_M%C3%ADia_Independente [Accessed 05/06/2015]

Chile

Rayén Condeza

Marcelo dos Santos

Alonso Lizama

Paz Vásquez¹

1. Introdução
2. Acesso, uso e marco jurídico da Internet no Chile
3. Estudos de caso
 - Caso 1: Estudantes mobilizados pela educação 2011
 - Caso 2: No Alto Maipo
 - Caso 3: O processo constituinte
4. Conclusões
5. Referências

¹ Rayén Condeza (PhD) é professora e pesquisadora da Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC) e diretor do Mestrado em Comunicação Social, com menção à Comunicação e a Educação. Marcelo dos Santos é bolsista de doutorado em Ciências da Comunicação na PUC, pela Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia (Conicyt-Chile). Alonso Lizama, historiador pela PUC, estuda Jornalismo para graduado na mesma instituição. Paz Vásquez, graduada em Artes e Humanidades (PUC) é Mestre em Imprensa escrita pela mesma universidade.

1. Introdução

Neste capítulo serão exploradas as transformações recentes do espaço público no Chile através da análise de dois casos de ação coletiva (as manifestações estudantis de 2011 e o movimento cidadão contra as usinas hidrelétricas de Alto Maipo) e de um caso de participação social no processo para a elaboração de uma nova Constituição para o país, anunciado no ano de 2015, todos protagonizados por diferentes atores da sociedade civil que, em sua ação, articulam os espaços e as lógicas de ação online e off-line, desde uma ação coletiva até uma ação conectiva (Bennet & Segerberg, 2012; Hopke, 2015).

A manifestação estudantil de 2011 simboliza a vontade de enfrentar uma das principais desigualdades vivenciadas direta e cotidianamente por chilenos e chilenas. De fato, não é por acaso que, desde a “Revolução dos Pinguins” de 2006, movimento que demandava qualidade e gratuidade da educação no país, a educação havia estado no centro das demandas de diferentes atores da sociedade civil. Para Puga (2011), a estratificação da educação no Chile é um mecanismo de reprodução da desigualdade social no contexto de um acelerado crescimento econômico. Além disso, a participação social dos estudantes chilenos ocorreu em um contexto de grande descontentamento com os partidos políticos tradicionais vivenciado no Chile e em toda a região (Schuster, 2008), um processo que se manifesta desde 1990, afetando em particular os jovens.

O segundo caso, as manifestações contra o desenvolvimento do projeto de usinas hidrelétricas na região de Alto Maipo, na cordilheira dos Andes, região metropolitana de Santiago, soma-se à problemática anterior da privatização dos serviços básicos de saúde e de um recurso fundamental como a água, que vem afetando o abastecimento para milhões de habitantes de Santiago. Esse projeto se desenrola em um cenário de sobre-exploração desse recurso em grande parte das bacias hidrográficas do país, sobretudo nas regiões norte e central, para realizar atividades extrativistas como a mineração (Mundaca, 2015). A principal organização aqui analisada envolvida na luta contra cons-

trução das hidrelétricas é a Coordenadora Ciudadana Ríos del Maipo (www.riosdelmaipo.cl) que, além de organizar iniciativas off-line e de contar com a plataforma web, faz uso das redes sociais Facebook e Twitter.

Quanto ao terceiro caso, há o anúncio de um processo constituinte em 2015 para uma nova constituição. Vale lembrar que o Chile é regido pela Constituição de 1980, criada sem o congresso durante a ditadura militar e que, após a redemocratização, foram realizadas apenas algumas reformas menores, mas seguem vigentes algumas características autoritárias originais. O espectro político de centro-esquerda e uma parte da centro-direita a consideram legítima. A presidente Michelle Bachelet anunciou, em 13 de outubro de 2015, por meio de cadeia nacional de rádio e televisão em horário de grande audiência, o início do processo constituinte, uma das promessas de campanha e um dos eixos de reformas estruturais de seu programa de governo, que também inclui as reformas da educação, tributária e de saúde. Entre seus principais argumentos para dar início a esse processo, a mandatária argumentou em seu anúncio que “o Chile necessita de uma nova e melhor Constituição, nascida numa democracia e que expresse a vontade popular. Uma Constituição legítima e respeitada por todos, que a transformem em um motor de unidade nacional”. Também afirmou que “o processo de elaboração de uma nova Constituição já está em curso. Teve início no momento em que milhões de chilenos e chilenas manifestaram nas urnas sua vontade de mudança”. O anúncio do processo constituinte pelo governo da coalisão Nova Maioria foi recebido por demonstrações de apoio e de crítica em relação a essa demanda pontual da população e também suscitou iniciativas de diálogo, debate e de educação cívica sobre um novo texto constitucional para o Chile. Diante da proposta surgem diferentes experiências para tratar de seu conteúdo, articulando diferentes práticas de comunicação e de participação off-line e online. Como afirma Sorj (2015):

“Em vez de tratar as redes sociais como um mundo autocentrado, no qual a comunicação adquire um caráter necessariamente democrático, devemos tratar o

universo online e o off-line como subsistemas interconectados, entre os quais, na passagem de um para outro, (re)aparecem os indivíduos e organizações, com seus conflitos e diferentes capacidades de iniciativa, de poder, de valores e de interesses que já estavam presentes, embora geralmente ocultos, no mundo da rede” (p. 15).

2. Acesso, uso e marco jurídico da Internet no Chile

De acordo com o relatório global de tecnologia da informação de 2015 do Fórum Econômico Mundial (WEF, 2015) — cujo índice mede como as economias usam as oportunidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação para aumentar a competitividade e o bem-estar —, o Chile se situa na 38ª posição de um total de 143 países,² após avançar cinco colocações no índice.

As estatísticas da Internet World Stats indicam que em 2014 o Chile foi o terceiro país com maior penetração de internet na América Latina (66,5%, frente à média de 54,7% na região e 70% na Europa). Outros estudos projetam que, em 2018, a Internet atingirá 70% de penetração no Chile,³ embora, de acordo com o Índice País Digital,⁴ isso já tivesse ocorrido em 2015 (70,2% da população do Chile, frente à média de 80% nos países da OCDE). Como se pode ver no gráfico 1, como em outros países da América Latina, o espaço para crescimento do acesso móvel à Internet no Chile continua grande.

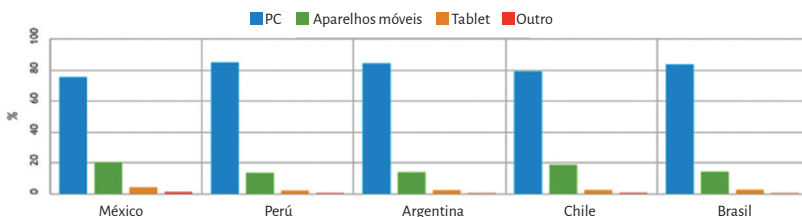
2 World Economic Forum [WEF], *Global Information Technology Report 2015*. Genebra: WEF; IN-SEAD, 2015. Disponível em: <reports.weforum.org/global-information-technology-report-2015/economies/#economy=CHL>.

3 Ver <www.telesemana.com/blog/2015/02/16/estadisticas-internet-en-america-latina-solo-chile-superara-el-70-de-penetracion-en-2018>.

4 IAB Chile, *Tendencias internacionales en mercados móviles 2015*. Santiago (Chile): IAB Chile, 2015.

Gráfico 1: Uso da internet em diferentes dispositivos

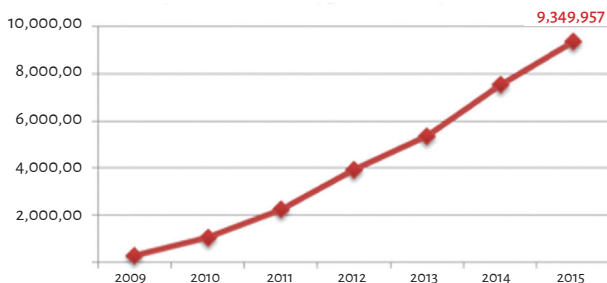
Participação (%) de páginas vistas de diferentes dispositivos em 2014 na América Latina



Fonte: comScore

Algumas projeções da Subsecretaria de Telecomunicações do Chile (Subtel, 2015) indicam que nos próximos anos deve se intensificar o aumento de telefones móveis 3G no país, em constante evolução nos últimos cinco anos (ver gráfico 2). De fato, mais de 30% dos telefones celulares vendidos no natal de 2010 foram smartphones.⁵

Gráfico 2: Evolução das conexões 3G em aparelhos móveis no Chile nos últimos cinco anos

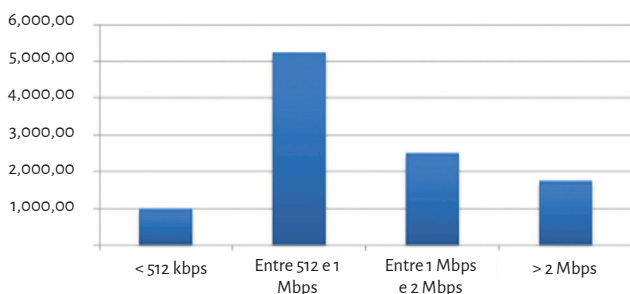


Fonte: Subtel (2015).

5 Ver <diario.latercera.com/2011/01/04/01/contenido/negocios/10-55073-9-smartphones-explian-mas-de-30-de-celulares-vendidos-en-navidad.shtml>.

Da mesma forma, o mercado de telefonia móvel ficou mais competitivo nos últimos cinco anos, com a entrada de novos atores num segmento originalmente dominado por apenas três empresas. Além disso, foi aprovada a lei de portabilidade numérica (lei n. 20.741), permitindo desde janeiro de 2012 mudar de operadora sem perder o número associado. No entanto, em junho de 2015 as três principais operadoras móveis possuíam 95,3% do mercado de internet móvel 3G e 4G. 50% das conexões móveis têm entre 512 kbps e 1 Mbps de velocidade (ver gráfico 3).

Gráfico 3: Velocidade da conexão móvel no Chile



Fonte: Subtel

Outras estatísticas recentes sobre a Internet (Subtel, 2015) apontam as seguintes tendências:

- Em junho de 2015, atingiu-se a marca de 12 milhões de acessos à Internet, um crescimento de 19,4% em relação ao ano anterior, com quase 2 milhões de novos acessos
- A penetração de telefonia fixa e móvel (3G e 4G) passa de 56,9 por 100 habitantes em junho de 2014 a 66,8 por 100 habitantes em junho de 2015 (um crescimento de 9,9 pontos percentuais)

- 78,3% dos acessos à Internet se dão via telefonia móvel, destacando o crescimento da navegação por smartphones e a queda de acesso móvel via modem USB
- Os acessos via tecnologia 4G (acesso móvel de alta velocidade) superaram um milhão de conexões, com um crescimento de 24% no último trimestre de 2015
- No mesmo período, e pela primeira vez, houve cerca de 100 mil acessos a menos via tecnologia 3G (-1% entre março e junho de 2015)
- As conexões via smartphones aumentaram 28,1% nos últimos doze meses
- Em junho de 2015, a penetração da Internet fixa foi de 14,5 conexões por 100 habitantes
- Do total de conexões de Internet fixa, 86,9% corresponde ao segmento residencial e 13,1% ao comercial

Se acrescentarmos ao anterior o número de conexões móveis 3G em junho de 2015 (9.349.957) em comparação a pouco mais de 2 milhões de conexões em 2011 (Subtel, 2015), poder-se-ia pensar que a sociedade chilena está cada vez mais conectada, móvel e online. No entanto, há um importante abismo digital, um reflexo das desigualdades sociais do país, agora no plano das comunicações.

Exclusão digital: fonte de desigualdade

O relatório de 2015 do Ministério da Economia sobre a exclusão digital no Chile revela que ela é três vezes maior nos domicílios mais pobres do que nos de maior renda. Enquanto 82% do maior quintil de renda possui acesso à Internet, no quintil mais pobre a Internet só chega a 20% dos domicílios. No

segundo menor quintil de renda, 42% dos domicílios acessam a Internet, no terceiro 49,6% e, no quarto, 59,2%.⁶ Como destaca a Fundação País Digital (Stager & Núñez, 2015), a exclusão digital por extratos socioeconômicos não apresenta indícios de melhora nos últimos quatro anos, exacerbando diferenças em relação aos decis mais altos, e a dimensão econômica continua sendo uma das principais determinantes da probabilidade de possuir acesso à Internet.

Em relação ao gap de gênero, os homens (59,4%) usam mais a Internet que as mulheres (56,4%). Há mais conexões nas zonas urbanas do que nas rurais (Stager & Núñez, 2015). Há uma diferença de 28,8 pontos percentuais a favor das cidades: 61,6% contra 32,8% no campo. Para os mesmos autores, a exclusão digital entre grupos socioeconômicos tem aumentado nos últimos anos. A falta de habilidades continua sendo um fator determinante e a diferença entre grupos etários é significativa: aos 18 anos, 90% das pessoas usam a Internet, enquanto que aos 70 anos 90% não usam. Também afirmam que o fato de haver no domicílio um estudante aumenta bastante as chances de uso da Internet para o resto do grupo familiar. Nesse caso, há uma diferença de mais de 11 pontos percentuais no uso da Internet pelos demais moradores dos domicílios onde residem estudantes. Outro dado interessante do Ministério da Economia chileno revela que “apenas 5,4% dos empreendedores que possuem somente o Ensino Básico usam a Internet, em comparação com 80% daqueles que possuem o Ensino Superior.⁷ De acordo com o Ministério da Educação do Chile (2013), 46,9% dos estudantes do Ensino Básico possuem conhecimentos básicos do uso de tecnologias da informação e comunicação, 51,3% possuem conhecimentos intermediários e 1,8% conhecimentos avançados. Comparando os resultados por nível socioeconômico (NSE), 71,4% dos estudantes do NSE mais baixo possui conhecimentos básicos, contra 11,6% do NSE mais alto. As

6 Ver <www.latercera.com/noticia/negocios/2015/07/655-637424-9-brecha-digital-se-triplica-entre-hogares-mas-pobres-y-de-mayores-ingresos.shtml>.

7 Seminário “Produtividade digital: oportunidade para as PMEs”. Organizado pela CEPAL e País Digital, Santiago (Chile), 22 abr. 2014. Palavras da Subsecretaria de Economia do Chile.

habilidades no uso dessas tecnologias estão relacionadas a diferenças socioeconômicas. Em termos gerais, os resultados indicam que os estudantes têm conseguido as habilidades necessárias para se comunicar com seus pares e buscar informação em meios digitais. No entanto, as habilidades cognitivas mais complexas, que implicam o processamento e geração de informação, estão presentes em porcentagem muito menor.

Acesso às redes sociais

Segundo a comScore (2013),⁸ o Chile é o décimo país do mundo em termos de horas médias dedicadas às redes sociais, em especial ao Facebook. De acordo com o indicador ISI da Sociedade da Informação da Escola de Administração da Universidade de Navarra, elaborado pela consultoria internacional Everis (ISI, 2012),⁹ o país encabeçaria o índice de penetração do Facebook no mundo (cerca de 497 usuários ativos por mil habitantes), superando os Estados Unidos (493) e Reino Unido (480). No entanto, Socialbakers (2013)¹⁰ acredita que o número seja ainda maior (9,5 milhões de usuários), alcançando uma penetração da ordem de 56,8% da população.

A Facebook Media para a América Latina sustenta que, em 2015, 11 milhões de pessoas acessavam essa rede social no Chile todos os meses. Isso equivale a afirmar que 9 em cada 10 pessoas com Internet no Chile eram usuários do Facebook naquele ano.¹¹ No entanto, a empresa não fornece informação sobre a

8 Ver <www.comscore.com>.

9 Ver <www.everis.com/chile/es-CL/sala-de-prensa/noticias/Paginas/chile-encabeza-penetra-cion-redes-sociales-en-el-mundo.aspx>.

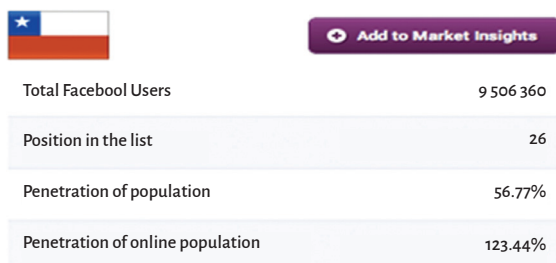
10 Ver <www.socialbakers.com/blog/2068-socialbakers-2013-a-year-in-review>.

11 Joaquín Santelices, "Director de Facebook Media: 'Los chilenos tienen un alto uso de nuestra red y esto les va a ayudar'". *La Tercera*, 1 dez. 2015. Disponível em: <www.latercera.com/noticia/tendencias/2015/12/659-658284-9-director-de-facebook-media-los-chilenos-tienen-un-alto-uso-de-nuestra-red-y-esto.shtml>.

quantidade de perfis que as pessoas possuem no Facebook, o que poderia variar significativamente essa projeção. Embora menor, o Twitter possuía uma penetração entre 13% e 15% entre os internautas chilenos em 2012 (IAB Chile, 2012).¹² Os dados do Fórum Econômico Mundial (WEF, 1015) indicam que a penetração do Twitter no Chile em 2014 girava ao redor de 1,7 milhões de usuários por dia, embora o país não figure entre os mais ativos no continente (México, Argentina, Brasil, Estados Unidos e Canadá). Mesmo que menor que o Facebook, o Twitter teve uma penetração entre 13% e 15% entre os usuários chilenos em 2015.

Outros relatórios com dados da comScore (2013) mostram o acesso a páginas web a partir de diferentes dispositivos no Chile. Com relação à penetração e uso de redes sociais, o Chile é o 10º país com mais horas médias dedicadas às redes sociais: 7,2 horas/mês (a média global é de 5,8 horas/mês), representando mais de um terço do total de horas gastas online (37%).

Figura 1: Penetração do Facebook no Chile



Fonte: Socialbakers (2013).

Igualmente ao que ocorre com os celulares, há mais contas no Facebook do que internautas chilenos, entre 120 e 130%, embora isso inclua perfis corporativos, perfis falsos, contas inativas, entre outros. Estima-se que haja em torno de 7 milhões de contas utilizadas regularmente, representando em torno de

12 IAB Chile, *Cifras de mercado industria móvil*. Santiago (Chile): IAB Chile, 2012.

70% de penetração entre os usuários com acesso à Internet, estimados em 10 milhões de chilenos.

Quanto ao Twitter, pode-se considerá-lo uma rede social “elitista”, de certa forma. Do total de usuários de Internet no Chile — 64,2% de penetração nos domicílios em março de 2015, segundo a Subtel (2015) —, somente 13% (Casen, 2009; Palacios, 2012) ou 30% (SemioCast, 2012; Dawson, 2012) são usuários do Twitter, dependendo da fonte e método utilizado.¹³ Diferentemente do Facebook, o Twitter é uma rede aberta, desde que o usuário não opte explicitamente por tornar seu conteúdo privado. Portanto, tudo o que é publicado ali é compartilhável e pode gerar conversações. Sua limitação quanto ao número de caracteres das mensagens privilegia uma comunicação sintética e pragmática. Permite mencionar outras contas por meio do símbolo “@” seguido do nome do usuário, e usa o símbolo “#” antes de uma expressão para agregar todos os comentários sobre uma determinada temática, como um evento ou uma campanha. Ainda que seu índice de penetração seja muito menor do que o Facebook ou o YouTube, é um instrumento empregado por líderes de opinião e bastante usado por jornalistas, políticos, ativistas, pesquisadores e outros atores relevantes. Assim, ao analisarmos o ranking dos 100 tuiteiros considerados mais influentes no Chile, elaborado por uma empresa de análise de tendências nas redes sociais,¹⁴ observa-se que o ranking é composto de meios de comunicação, jornalistas, políticos, programas de televisão e serviços públicos (defesa civil, metrô de Santiago ou órgãos de defesa do consumidor).

O YouTube é uma plataforma altamente utilizada pelos chilenos. Segundo comScore (2011), os chilenos veem em média 144 vídeos por mês, ou seja, quase cinco vídeos por dia por pessoa. Desses, aproximadamente 60% estão hospedados na plataforma da Google. Os blogs não chegam a tantos usuários,

13 O parâmetro varia se considerar somente as contas ativas (que tenham publicado um tuíte no último ano, por exemplo) ou o total absoluto das contas criadas, além dos critérios para associar uma conta a um país, pois essa informação não é obrigatória para se criar uma conta no Twitter. Isso poderia explicar as diferenças de porcentagem obtidas (13% e 30%).

14 Ver <www.quanticotrends.com/ranking-chile>. Ranking de maio de 2015.

mas possuem um expressivo alcance de 72,3% e uma média de 16,5 minutos por mês. Essa plataforma pode ser de grande utilidade em diferentes contextos e propósitos, entre os quais: campanhas de baixo custo ou sem orçamento; complemento de campanhas off-line; estímulo para que as pessoas ajudem na divulgação; abertura de um espaço de diálogo por meio dos comentários; publicação de depoimentos; emprego como um canal alternativo à televisão.

Marco legal da Internet

A primeira comunicação pela Internet no Chile aconteceu em janeiro de 1992 entre Santiago e Maryland, nos Estados Unidos.¹⁵ As páginas web dos serviços públicos começaram a aparecer em 1998, a partir do trabalho da comissão presidencial de novas tecnologias de informação e comunicação durante o governo de Eduardo Frei (1994-2000). A comissão constitui um dos antecessores do governo eletrônico ou *e-government* no país, que atualmente é parte da Unidade de Modernização e de Governo Digital que fica na Secretaria Geral da Presidência. Quanto ao acesso à Internet nos colégios pelos estudantes, a Subsecretaria de Comunicação do Chile afirmava em 2012 que 92% possuía acesso à rede nos estabelecimentos de ensino.

No Chile, as operadoras de telefonia e serviços de telecomunicações são privadas e a instalação, operação e exploração desses serviços são regulamentados pela lei 18.168/1982 e posteriores alterações. Segundo a ONG Direitos Digitais, a proteção dos cidadãos contra a vigilância e a interceptação de comunicações privadas está explicitamente garantida na Constituição, bem como a proteção de dados pessoais (lei 19.628/1999, que dispõe sobre a proteção da vida privada, e posteriores alterações). A proteção contra a interceptação das comunicações por parte de outros particulares é amparada pela legislação, sobretudo por artigos do Código Penal, que são plenamente aplicáveis às comunicações realizadas através da rede.

15 Ver <www.fayerwayer.com/2012/01/internet-en-chile-20-anos-despues>.

Quanto ao marco legal da Internet no Chile, é interessante notar a existência da lei 20.453, de agosto de 2010, que dispõe sobre a neutralidade da rede.¹⁶ Seus dispositivos preveem que a provisão do serviço de Internet deva se dar em um regime de livre concorrência, e que os serviços, aplicações e conteúdo de Internet devam ser oferecidos sem discriminação nem restrições arbitrárias por parte das operadoras. A lei determina que as concessionárias dos serviços de telecomunicações que prestem serviço aos provedores de acesso à Internet e também estes últimos não poderão arbitrariamente bloquear, interferir, discriminar, dificultar nem restringir o direito de qualquer usuário de Internet para utilizar, enviar, receber ou oferecer qualquer conteúdo, aplicação ou serviço legal através da Internet, bem como qualquer outro tipo de atividade ou uso legal realizado por meio da rede. No entanto, “poderão ser tomadas as medidas ou ações necessárias para a gestão do tráfego e administração da rede, no âmbito exclusivo da atividade que lhes há sido autorizada, sempre que não tiver por objetivo ações que afetem ou possam afetar a livre concorrência. As concessionárias e provedores procurarão preservar a privacidade dos usuários, a proteção contra vírus e a segurança da rede. Da mesma forma, poderão bloquear o acesso a determinados conteúdos, aplicações ou serviços, apenas a pedido expresso e ônus do usuário. Em nenhum caso esse bloqueio poderá afetar de maneira arbitrária os provedores de serviços e aplicações que utilizem a Internet”. A lei também explicita que não se poderá limitar o direito de um usuário de incorporar ou utilizar qualquer classe de instrumentos, dispositivos ou aparelhos na rede, sempre que sejam legais ou não causem dano ou prejuízo à rede ou à qualidade do serviço.

16 Ver <www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1016570&buscar=NEUTRALIDAD+DE+RED>.

3. Estudos de caso

Caso 1: Estudantes mobilizados pela educação 2011

As manifestações pela educação de 2011 correspondem a um processo que se estendeu entre os meses de abril e setembro daquele ano em defesa de uma educação pública gratuita e de qualidade. Diferentemente da chamada “Revolução dos Pinguins” de 2006 (sua antecessora e precursora, protagonizada exclusivamente por estudantes secundaristas), as manifestações de 2011 foram lideradas principalmente por universitários, além de terem recebido o apoio de um conjunto maior da sociedade. As mobilizações de 2006 e 2011 representam, nesse sentido, a reconfiguração dos intercâmbios geracionais e a emergência de novos atores que propiciam a transformação social em democracia a partir de novas lógicas, no contexto de uma sociedade conectada. Além de ser uma geração ativista nascida sob regime democrático, é uma geração permeada por um entorno digital e, portanto, parte ativa do que Quintana (2010) qualifica como as ciberculturas juvenis. Isso implica situar os jovens em um tempo determinado, aqui e agora, com expressões culturais próprias que nascem não somente de uma busca de identidade pessoal e social, mas também diferenciá-los da cultura hegemônica dos adultos a que estão subordinados (Baeza, 2003).

Entre 1988 (ano do plebiscito sobre a continuidade ou não do governo militar) e a eleição presidencial de 2009, a participação dos jovens entre 18 e 29 anos no pleito caiu de 35% para 9% (Injuv, 2012). Apesar desse desinteresse pela política tradicional, o movimento estudantil de 2011 coincidiu e se relacionou com uma série de outras mobilizações sociais de ativismo cidadão, tal como descreve o colonista e historiador Sergio Grez (2011), qualificando tal cenário como um tipo de novo despertar dos movimentos:¹⁷

17 Sergio Grez Toso, “Un nuevo amanecer de los movimientos sociales en Chile”. *The Clinic*, 5 set. 2011. Disponível em: <www.theclinic.cl/2011/09/05/un-nuevo-amanecer-de-los-movimientos-sociales-en-chile>.

“Ao longo deste ano os movimentos sociais no Chile têm agido com incomum velocidade, solidez e persistência. Um breve e incompleto resumo dos acontecimentos teria que mencionar o protesto regional em Magalhães, as mobilizações contra o megaprojeto de HidroAysén, as marchas pelo direito à diversidade sexual, as greves gerais em Calama, os protestos em Arica, as greves dos trabalhadores da indústria do cobre (estatais e privados), as paralisações dos funcionários públicos, sem nos esquecermos da persistente luta dos mapuches pela recuperação de suas terras e a reconquista de sua autonomia e liberdade. Mas, sem dúvida, o mais massivo e de maiores efeitos sociais, culturais e políticos tem sido o movimento pela educação pública cuja coluna vertebral e principal componente são os estudantes”.

De fato, em um levantamento de mobilizações sociais elaborado por Azócar (2011), durante aquele ano houve em todo o país centenas de manifestações de rua dos mais diversos tipos. No dia 12 de maio de 2011 houve a primeira grande marcha pela educação, evento que coincidiu com o dia das marchas contra a central hidrelétrica HidroAysén, pelo povo huilliche, pelo povo mapuche, pela dignidade e em repúdio a outras hidrelétricas em diferentes regiões do Chile.¹⁸ Não é por acaso que em junho de 2011 soube-se por meio da imprensa que o governo de Sebastián Piñera havia decidido monitorar os comentários sobre sua administração no Twitter e nas demais redes sociais. O governo adquiriu esse serviço, oferecido pela empresa Brandmetric, que incluía informações sobre a localização da pessoa no momento da publicação nas plataformas digitais.¹⁹ A ordem dos jornalistas repudiou essa prática e solicitou ao Conselho de Transparência a revisão do tema.

Segundo Alberto Mayol,

18 Ver levantamento elaborado por Azócar (2011). Disponível em: <www.albertomayol.cl>.

19 Ver <www.latercera.com/noticia/politica/2011/06/674-374379-9-polemica-genera-anuncio-de-monitoreo-de-debates-online-por-parte-del-gobierno.shtml>.

“O movimento estudantil de 2011 possui como um de seus pilares o problema das injustiças do modelo educativo, mas também faz um diagnóstico da sociedade e um questionamento de uma estrutura na qual se articularam o público e o privado, sendo essa tensão o pano de fundo, mas também o horizonte do debate público realizado pela sociedade chilena em 2011. Esse questionamento tinha por base ineficiências e desequilíbrios sociais que já estavam presentes há anos, mas que careciam de expressão social como resultado de uma subjetividade política característica do Chile transicional e que servia de obstáculo a uma contestação radical. Essa subjetividade viu-se modificada por uma transformação do cenário no ano de 2011 e é possível prever um aumento da importância do tema e do questionamento da forma específica de articulação entre o público e o privado que o modelo chileno supõe para os próximos anos”²⁰.

Segundo Fernández-Labbé (2013), a mobilização teve uma extensa expressão territorial no país. Foram 52 dias de protestos simultâneos em Santiago e em outras regiões (especialmente nas capitais regionais); 47 dias somente em Santiago e 25 dias somente nas demais regiões. Isso demonstra a importância de entender precisamente e em primeira mão o elo comunicacional capaz de sustentar o movimento ativo e reinventá-lo ao longo do tempo.

A principal demanda do movimento era que a educação fosse reconhecida e assegurada como um direito social e seus slogans eram “educação gratuita”, “fim ao lucro” e “educação de qualidade”, assim como seu movimento predecessor em 2006 (a revolução dos estudantes secundaristas ou “Revolução dos Pinguins”), atraíram o interesse internacional. Em 2006 o Bloco Social pela Educação,²¹ composto pelos porta-vozes dos estudantes universitários, estudantes secundaristas, docentes, ordem dos professores, associações de pais e procuradores sustentava a demanda pela participação social:

20 Citação extraída de sua página pessoal. Disponível em: <www.albertomayol.cl>.

21 Bloque Social pela Educación, *La crisis educativa en Chile: Diagnóstico y Propuestas*. Santiago (Chile): Observatorio Chileno de Políticas Educativas [OPECH], 2006. Disponível em <www.opech.cl/bibliografico/calidad_equidad/Documento_Bloque_Social_Noviembre.pdf>.

“A atual LOCE [Lei Orgânica Constitucional de Ensino], aprovada durante a ditadura e posteriormente apoiada pelos governos da Concertação, não apenas carece de legitimidade deliberativa como também concretizou e validou o desmantelamento da educação pública chilena, instalando uma lógica de livre iniciativa na educação. A reforma educacional em curso desde meados dos anos 1990 também se caracterizou por processos de exclusão da população. Dessa vez, a visão técnica afastou as esperanças e expectativas de participação de diferentes setores da sociedade. Por outro lado, as autoridades políticas não questionaram a legitimidade nem os efeitos perversos da LOCE nem os da Constituição Política aprovada durante a ditadura” (p. 2).

Alguns dos líderes do Bloco Social participariam após a Revolução dos Pinguins do Conselho de Assessoria Presidencial sobre a Qualidade da Educação, constituído naquele mesmo ano pela presidente Michelle Bachelet após o fim das mobilizações lideradas por adolescentes de escolas públicas secundárias. Julgavam que seria necessário eliminar o modelo de livre mercado na educação, imposto pela ditadura a partir de 1981, para recuperá-la enquanto direito social. Democratizar o debate educacional implicava a participação da sociedade “como parte fundamental das soluções à atual crise do sistema educacional”. Essa mesma lógica se projeta no tempo até as mobilizações posteriores pela educação.

Para dar conta das práticas online/off-line de articulação utilizadas durante 2011, o presente estudo se apoia em entrevistas realizadas com líderes do movimento, com o objetivo de compreender sua própria interpretação das estratégias de comunicação e de ação empregadas.²²

22 1) Giorgio Jackson, presidente da Federação dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Chile (2011) e porta-voz da CONFECH, Confederação dos Estudantes do Chile. Engenheiro civil pela PUC. Deputado independente da República pelo distrito 22, Santiago centro (2014-2018). Membro permanente das comissões de segurança pública e de educação, além de fundador do movimento político de esquerda Revolução Democrática, em processo de conversão em partido político desde 2015. Foi eleito nesse mesmo ano pela população como um dos políticos mais promissores. 2) Camilo Ballesteros, diretor nacional da divisão de organizações sociais da Secretaria Geral de Governo (SEGEOB) e ex-presidente da Federação dos Estuda-

Durante as mobilizações, no âmbito da ação comunicativa, os líderes e os porta-vozes estudantis tiveram que atuar de maneira direta (em reuniões) ou indireta (através da imprensa) com autoridades, representantes políticos, jornalistas e até mesmo com suas próprias famílias (todos eles mais acostumados a uma lógica de comunicação política e de mídia tradicional). Nesse sentido, segundo afirmam os entrevistados, os objetivos do movimento estudantil eram mais difíceis, tendo que lidar com uma imagem negativa e com o risco de cair em estereótipos de “moleques”, “crianças”, “subversivos” e “inexperientes” na educação que pretendiam e que demandavam reformar, clichês fáceis de se disseminar e generalizar através da imprensa.

A experiência dos porta-vozes dos secundaristas: necessidade de estar presentes na agenda da mídia tradicional

Para Alfredo Vielma, porta-voz nacional da Assembleia de Coordenação dos Estudantes Secundaristas (ACES), há um desconhecimento do público sobre o papel dos estudantes secundaristas na articulação do movimento. “Já estávamos trabalhando com o tema estudantil há anos. O ano de 2011 foi o resultado de um trabalho que estava sendo gestado há mais tempo. Não sei se as pessoas em geral, os analistas ou sociólogos vão acreditar que esse movimento se articulou de maneira espontânea”, observa. Esse trabalho prévio sobre as mudanças necessárias na educação foi encaminhado por meio de uma proposta

tes da Universidade de Santiago (USACH, 2011). Bacharel em Educação Física e militante do Partido Comunista. 3) Alfredo Vielma, porta-voz nacional da Assembleia de Coordenação dos Estudantes Secundaristas (ACES, 2011). 4) Freddy Fuentes, porta-voz nacional da Coordinadora Nacional dos Estudantes Secundaristas (CONES, 2011). 5) Auska Ovando, jornalista pela PUC do Chile e responsável pelas comunicações da Federação dos Estudantes da PUC em 2011. Não respondeu ao convite oferecido em diversas oportunidades Camila Vallejo, presidente da Federação dos Estudantes da Universidade do Chile em 2011 e deputada pelo Partido Comunista do Chile pelo distrito 26, comuna Florida (2014-2018).

nacional, disponível na Internet.²³ Uma notícia²⁴ publicada sobre as 250 escolas públicas secundárias ocupadas em junho de 2011 destaca que, entre dezembro de 2010 e março de 2011, os alunos secundaristas da região metropolitana haviam se organizado e seus líderes visitaram mais de 200 colégios de Santiago, além de redigir uma petição entregue ao subsecretário de educação da época, em nome da FEMES (Federação Metropolitana de Santiago). Entre as medidas demandadas pela petição estavam o fim de soluções “remendo”, melhora da qualidade das escolas técnicas (que já não atendiam às demandas do mercado de trabalho), carteira nacional de estudante gratuita com validade anual, bem como a desmunicipalização e a reforma da Constituição (mais especificamente, que o gestor das escolas municipais fosse o Ministério da Educação e que o artigo 19 da carta magna fosse modificado para garantir que a educação fosse um dever do Estado). Nesse sentido, é interessante observar algumas semelhanças com as razões e com o contexto de emergência off-line do movimento de 2011 com o dos pinguins de 2006: o início de um novo governo, entrega de documentos a autoridades e reuniões prévias dos adolescentes com representantes do Ministério da Educação sobre a melhora da qualidade da educação que acabaram não se concluindo (Condeza, 2009):

“Desde abril de 2005, durante a administração de Ricardo Lagos, os adolescentes do Ensino Médio público haviam se reunido em assembleias gerais de reflexão e de deliberação, a fim de propor soluções para a qualidade de sua educação. Em novembro desse mesmo ano, apresentaram às autoridades do Ministério da Educação um documento de trabalho de 27 páginas. No texto, os jovens começavam identificando o problema: ‘Em 2003, 58% das matrículas se concentravam em escolas públicas municipais, 72,6% das quais nas localidades mais pobres. Portanto, é correto afirmar que existe uma relação direta entre

23 Disponível em <www.opech.cl/comunicaciones/2012/05/aces_final.pdf>.

24 Christian Palma, “Secundarios se organizaron en verano y dirigentes visitaron más de 200 colegios de Santiago”. *La Tercera*, 19 jun. 2011.

ensino municipal e pobreza'. Na mesma proposta é possível observar como os líderes estudantis se consideram atores legítimos para estabelecer o diálogo com as autoridades e para resolver em conjunto os problemas que os afetam: 'É evidente que, em um tema tão importante como a educação, os estudantes não têm capacidade de tomar grandes decisões sozinhos. Tampouco é óbvio que se deva fazê-lo em pequeno comitê. Isso exige abrir espaços para uma tomada de decisões que leve em conta a visão e a posição de todos os atores envolvidos. Por isso, propomos a realização de uma Assembleia Constituinte, com o objetivo específico de estruturar a LOCE. A seguir apresentamos a posição assumida pelos estudantes em relação ao tema'. As autoridades garantiram que em março de 2006 discutiríamos com eles as propostas em uma mesa de diálogo, o que não ocorreu. A LOCE, ou Lei Orgânica Constitucional de Ensino, foi promulgada pelo governo militar em março de 1990, quando não existia um Congresso, e publicada no dia anterior à entrega da faixa presidencial a Patricio Aylwin, candidato democrático representando a Concertação de partidos pela democracia à época. A LOCE continuou vigente por dezesseis anos, ou seja, durante três governos democráticos, até a mobilização dos estudantes secundaristas" (Condeza, 2009, p. 72).

Na mesma linha, o antigo porta-voz do movimento, Alfredo Vielma, mostrou-se visivelmente irritado quando perguntado sobre os estudos que associam o chamamento para os protestos de 2011 ao emprego de redes sociais como Facebook, a ponto de qualificá-los como uma "porcaria", e afirma:

"Sinceramente, é até falta de respeito. Começamos a trabalhar praticamente em 2009, a articular uma mobilização massiva. No colégio, muito poucos dos que se tornaram líderes se dedicavam a estudar. De fato, trabalhávamos em articulações políticas. Muitos de nós vínhamos de participação política militante, então possuíamos pontos de vista muito particulares. Éramos marxistas e sabíamos que, por fim, ainda que o movimento que queríamos não se tornaria um movimento marxista, ou um movimento revolucionário, acreditávamos que a

agitação social era uma ferramenta importante para recuperar os direitos fundamentais das pessoas. Foi nesse sentido que nós, como secundaristas, assumimos o ano de 2009, com muitas pessoas, com a tarefa de uma construção de organizações estudantis e, mais do que isso, de movimentos de maiorias que pudessem impulsionar reformas ou transformações estruturais dentro do país”.

Sob essa lógica e referência ao contexto da época é que o antigo líder explica a fundação da ACES em nível regional em 2010 e suas réplicas ao longo de 2011 no nível nacional com a ocupação de 20 ou 30 colégios num mesmo dia. “Então soa ilógico que isso possa ser uma ‘revolução Facebook’”, afirma. Quanto aos que associam o protagonismo aos universitários, ele nos faz lembrar que o primeiro chamamento à mobilização foi realizado pela ACES em abril e não em maio desse ano. “Foi um chamamento realizado às 10 horas na Praça dos Heróis, um protesto bastante vago pelo bilhete escolar anual gratuito, uma demanda já atendida, pela reconstrução das escolas (após o terremoto de 2010), que também foi atendida, e o fim da Prova de Seleção Universitária (PSU)”.

Um dos principais problemas enfrentados pelos líderes secundaristas, sob a perspectiva das estratégias de articulação online, foi sua invisibilidade em relação à proeminência e a cobertura da imprensa em relação às ações e opiniões dos universitários na mídia tradicional. Se a “Revolução dos Pinguins” de 2006 projetou os adolescentes da época como atores sociais ativos e relevantes, que destacaram na agenda pública e da imprensa o tema da educação gratuita e de qualidade, durante 2011 a participação coordenada dos líderes universitários das principais universidades chilenas no seio da CONFECH (Confederação dos Estudantes do Chile) e seus argumentos a favor da educação pública e contra o lucro os puseram na dianteira e atraiu o interesse permanente dos profissionais da imprensa. Com maior razão, para os dois principais líderes adolescentes à época (Alfredo Vielma e Freddy Fuentes, porta-vozes nacionais da ACES [Assembleia de Coordenação dos Estudantes Secundaristas] e da CONES [Coordenadoria Nacional dos Estudantes Secundaristas], respectivamente),

estar presente na mídia tradicional se transformou em um objetivo de comunicação crucial para que o país não apenas conhecesse suas demandas, mas também para conferir legitimidade ao movimento.

Em 2011, Alfredo Vielma,²⁵ que declara possuir maior afinidade com a esquerda e que havia sido porta-voz de seu estabelecimento de ensino quando cursava o terceiro ano do Ensino Médio no colégio Miguel Luis Amunátegui, transforma-se no porta-voz nacional da ACES, eleito em assembleia nacional. Ser um porta-voz, relata, significa exercer uma “representação empoderada”. “Eu não liderava ninguém. Eles é que me lideravam”, o que significava que “tudo o que dizia estava previamente respaldado”. Essa representação foi posta à prova exatamente quando se comunicava através da imprensa, processo que aprendeu a dominar com o tempo e para o qual se preparava com antecedência, reconhecendo a responsabilidade de se dirigir a uma audiência nacional:

“Sabíamos que precisávamos sempre estar no controle da entrevista. Por exemplo, sabia que se falavam de pão, eu iria falar de marmelada, eu falava de marmelada mesmo que mencionassem pão [...]. Embora nossa mensagem sempre se dirigisse especificamente aos estudantes, para nós essa ideia de ‘povo do Chile’ era muito importante. Ainda que não nos dirigíssemos a eles o tempo todo, sabíamos a que extrato social estávamos nos dirigindo. Então orientávamos sempre a nossa mensagem em relação a eles. Se a mensagem era importante para os estudantes, também tinha seu valor para as autoridades públicas, para a senhora de idade assistindo”.

Ele lembra os dois pilares da estratégia comunicacional acordados: “uma era evidentemente destacar o trabalho do movimento estudantil e a outra era mostrar a preponderância de nossa organização”. Uma das primeiras decisões dos líderes adolescentes à época foi se organizar em comissões, entre elas: a de imprensa, encarregada de coordenar as coletivas de imprensa, a co-

25 Entrevista realizada por Rayén Condeza, Marco Jaramillo e Alonso Lizama.

municação com os jornalistas, o envio de comunicados a agências de notícia como a UPI, e fazer um monitoramento diário da imprensa.²⁶ Ele comenta que, em 2011, não era possível andar e ler um jornal ou assistir a um canal de tevê ao mesmo tempo como agora, com as conexões móveis de alta velocidade e a capacidade de transmissão em diferentes plataformas.

Posicionar-se na imprensa também tinha a ver com o fato de que outras organizações estudantis também falavam em nome dos estudantes para ganhar representatividade. Mesmo assim, acrescenta Vielma, o próprio governo tentou marcar o movimento secundarista como “um bando de alienados, quando no Chile a palavra de um ministro é praticamente lei”. Suas declarações tentavam, portanto, dar um “golpe midiático”, de maneira a entregar informações inéditas para assegurar a cobertura contínua. Dedicaram especial atenção aos jornais diários em formato impresso e suas edições online, embora tivessem claro que era uma mídia menos consumida, pela seguinte razão:

“O jornal é o termômetro político do Chile, ou seja, expressa o que muitas vezes a televisão não o faz. Além disso, trava debates mais relevantes. Representa diferentes visões políticas. Sabíamos que La Tercera representava a direita liberal e El Mercurio a direita conservadora. Assim, víamos o ponto de vista do poder, da oligarquia e dos diferentes grupos políticos e econômicos que representam esses meios de comunicação frente a nossas ações. Não era tão importante acompanhar os que pertenciam a uma corrente mais popular ou de esquerda, pois sabíamos o que pensavam. Usávamos esses jornais para fazer propaganda, porque permitiam que fizéssemos certos comentários que posteriormente apoiariam algumas campanhas via Internet ou lançariam uma luz mais favorável sobre o movimento”.²⁷

26 Lembram claramente quão relevante foi o rádio, especialmente as estações que sempre cobriram o tema, como ADN, BioBio e Cooperativa, nessa ordem.

27 Também buscavam representação junto a jornais online, “a maior quantidade possível”, tais como *El Dínamo*, *El Mostrador*, *The Clinic* ou *El Ciudadano*.

Ainda assim, criaram o jornal *El Irreverente* para informar sobre as atividades pontuais da ACES em razão da mobilização. Era vendido nas bancas por 300 pesos chilenos. Quanto à exploração das plataformas online, a ACES criou um canal no YouTube, a ACES TV,²⁸ com diferentes propósitos: 1) tornar suas demandas mais conhecidas por meio de vídeos curtos (com dois minutos em média); 2) chamar ou convocar para diferentes protestos, detalhando as ações a serem executadas; e 3) gravar o apoio direto ou indireto de personalidades públicas ou da cultura popular ao movimento. O e-mail foi fundamental, em particular para fazer circular dados que não podiam circular por via oral ou escrita, assim como o Skype: “o e-mail era um meio de comunicação nacional que substituía a convocatória presencial. Éramos uma assembleia sem financiamento. Empreendemos muitos esforços e fazíamos chamamentos nacionais às vezes duas vezes por mês”. Esse papel também foi desempenhado pelo SMS, sobretudo durante as mesas de diálogo convocadas pelo governo. Quanto aos telefones celulares, faz alusão aos smartphones ou “*rocaphones*”, lembrando que eram poucos os líderes adolescentes que o possuíam à época.

Quanto ao Facebook, considera que, em certa medida, essa rede social fez parte da identidade do movimento estudantil, embora mais sob uma perspectiva testemunhal, “porque era onde se dava a difusão de atos de violência policial e de abusos cometidos pelas autoridades do Estado. Para nós era fundamental, pois isso evidentemente não aparecia nas notícias da mídia tradicional. Esse era o principal conteúdo, mas também usávamos a plataforma para fazer chamamento às marchas. As imagens e cartazes eletrônicos elaboradas pelos próprios estudantes viralizaram e também foram importantes nesse caso”, acrescenta, lembrando como exemplo o grupo Facebook Mobilizados 2011, administrado por um amigo seu.

Quando começaram as manifestações, Freddy Fuentes,²⁹ estudante de direito da universidade privada Andrés Bello e que, no momento da entrevista

28 Vídeo produzido pela ACES TV e postado no YouTube convocando uma greve nacional pela educação gratuita entre os dias 18 e 19 de outubro. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=aBgWDWFBQFM>.

29 Entrevista realizada por Rayén Condeza, Marco Jaramillo e Alonso Lizama.

ta, trabalhava na central de comando de uma empresa do Transantiago³⁰ para custear seus estudos, cursava o terceiro ano do Ensino Médio e era presidente do centro acadêmico do Liceo de Aplicación de Santiago. Nesse contexto, foi nomeado o porta-voz nacional da CONES. Uma das primeiras ações off-line que foi encarregado de organizar junto a outros cinco presidentes de centros acadêmicos foi a ocupação dos estabelecimentos. Posteriormente, foi adquirindo naturalmente um papel de organizador de coletivas de imprensa, de chamar os jornalistas, de construir a pauta das coletivas, além de se encarregar da coordenação com as outras lideranças estudantis para organizar ou participar de marchas. Nesse sentido, reconhece uma primeira e importante diferença, na sua concepção, entre os secundaristas e as federações universitárias: a falta de recursos para contar com um profissional encarregado das relações e da comunicação com a imprensa. Na mesma linha, reconhece quão importante foi a ajuda prestada pela assessora de imprensa da FECH (Federação de estudantes da Universidade do Chile) para convocar os jornalistas em ocasiões pontuais.³¹

A administração da militância política tradicional de alguns líderes e estudantes no caso de 2011 foi um aspecto cuidado pelos organizadores do movimento secundarista, já que havia o temor de que os partidos políticos atuassem como intermediários e que comesçassem a influenciar diretamente nas decisões e na forma que o processo de mobilização adquiriria, acrescenta.³² Também lembra de ter participado de conferências articuladas junto à CONFECH e à FEUC (Federação dos Estudantes da Universidade Católica), quando os universitários convocavam os meios de comunicação:

30 Sistema de transporte metropolitano de Santiago.

31 Chama de “emblemáticos” os líderes e porta-vozes de outros colégios da capital, termo que emprega para se referir aos mais coordenados e organizados de uma perspectiva comunicacional: o Instituto Nacional, o Liceo 1 de mulheres, o colégio Carmela Carvajal, o Liceo 7, o Tamar e o INBA.

32 Embora nessa época não militasse em um coletivo político, considera-se uma pessoa de centro-esquerda.

“O principal era destacar a diferença entre a nossa mensagem e a deles. Isso era uma das coisas mais importantes que destacávamos na coletiva de imprensa. O slogan de educação gratuita era algo que todos respeitávamos, era como nosso cavalo de batalha. Mas também tínhamos discussões que ficavam no segundo plano, como a desmunicipalização ou o bilhete do transporte público, um monte de coisas que ficavam invisíveis nas coletivas de imprensa nas quais aparecíamos ao lado dos universitários, e tratávamos de destacar isso na pauta”.

Uma das principais dificuldades da organização dos estudantes secundaristas era manter o ritmo dos chamamentos off-line das assembleias nacionais (no começo se reuniam a cada duas semanas em Santiago) durante o processo de mobilização, que se estendeu por meses. Lentamente tentou-se descentralizar essa prática e ir para as regiões, como faziam os universitários naquele ano, pois, como popularmente se diz em nosso país, no qual mais de 40% da população se concentra na região metropolitana, Santiago é Chile.

Embora a relação com a imprensa fosse cordial, destaca, também se mantinha certa distância, certa ambivalência. Sobretudo no âmbito das assembleias, sua principal prática organizacional e de tomada de decisões, colegiada e por consenso:

“Inicialmente, não deixávamos a imprensa participar da assembleia. Se quisessem alguma declaração, tinham que esperar do lado de fora. Também houve momentos em que precisávamos que a imprensa estivesse lá, porque tínhamos que disseminar uma mensagem que havíamos decidido em assembleia. Era complexo fazer com que eles não se ‘zangassem’ conosco e, se não lhes déssemos uma declaração quando queriam, também não iriam estar por perto quando necessitássemos. Discutimos isso diversas vezes”.

É interessante notar os ritmos opostos do trabalho do jornalista e dos porta-vozes dos estudantes em relação a um mesmo evento — para os profis-

sionais da imprensa, tratava-se de uma notícia que precisava circular rapidamente; para os estudantes, de uma decisão estratégica que os representava e que afetaria o movimento — e como essa tensão torna-os mutuamente necessários no contexto das mobilizações sociais. Freddy Fuentes ilustraria com o exemplo da solicitação dos jornalistas para que comentasse sobre a declaração de um ministro. “Nos diziam: ‘O que vocês acham da resposta do ministro, vão aceitar ou não?’”. Era difícil explicar que, embora porta-voz, não podia dizer nada naquele momento em que acabava de escutar o ministro. Diante de um movimento estudantil tão grande, a informação precisaria ser levada à assembleia nacional. Essa assembleia nacional teria que levar para as regiões. As diversas federações teriam que levar para os centros acadêmicos, e estes teriam que discutir com suas bases”. Outra tensão, explica, foi correr o risco de perder legitimidade diante daqueles que representavam só para que o movimento aparecesse na mídia. O valor da tomada de decisões discutidas com as bases tinha muita importância, diz, para que o movimento se sustentasse ao longo do tempo. No entanto, ao perder intensidade, como, por exemplo, quando se aproximava a Copa América, assim como as férias de inverno adiantadas pelo Ministério da Educação, os líderes decidiram buscar todos os meios para conseguir permanecer em pauta, a ponto de permitir que o canal Chilevisión e seu programa de notícia *En la Mira* participasse das assembleias.

Deixamos que entrassem, mas, evidentemente, enquanto estava sendo gravado não discutimos os temas mais relevantes. Fazíamos palhaçadas para poder sair na mídia. Saímos no programa e também fizeram algumas gravações fora do colégio após a assembleia. Ou seja, tanto eles quando nós ficamos satisfeitos. [...] Sempre nos foi claro que a imprensa é um mal necessário”.

O líder também atribui à dimensão off-line, especificamente a uma reunião convocada pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional da Juventude, no fim de 2010, a semente da articulação da mobilização entre os alunos

secundaristas no ano seguinte. Naquela ocasião, lembra, os diversos líderes regionais e da capital se conheceram, reunidos em Cajón del Maipo a convite do governo. Foi em janeiro de 2011 que decidiram organizar um encontro próprio em nível nacional. Por um lado, tratou-se basicamente de conversas prévias sobre “o que vem por aí”, afirma Fuentes, e, por outro, de fazer uma “análise crítica das conquistas concretas obtidas para melhorar a educação desde a ‘Revolução dos Pinguins’ de 2006”. O diagnóstico comum era que os movimentos estudantis no Chile acontecem em ciclos e, desde o último significativo, haviam se passado cinco anos sem que se tivessem obtido as transformações desejadas e sem a melhora da qualidade da educação. A primeira decisão adotada naquele verão, segundo relata, foi se organizarem nacionalmente para atuar de maneira coletiva. Sua meta era conseguir mobilizar um número de estudantes igual ou maior ao de 2006. Decidiram, então, iniciar a marcha em maio, embora, em seu ponto de vista, sem êxito quanto à cobertura da imprensa. Com base em sua análise e, em grande medida, para atrair o interesse da imprensa e das autoridades, decidiram ocupar os estabelecimentos de ensino, tal como fizeram os pinguins de 2006, para assegurar a cobertura do tema e para que as pessoas comuns conhecessem suas demandas, acrescenta Fuentes.

A presença na mídia tradicional de massa, em particular na televisão aberta e nos noticiários, foi em certa medida empregada como um recurso de apelo direto por parte da coordenação nacional. A televisão lhes permitia dirigir a palavra aos estabelecimentos de ensino regionais, em particular aos das zonas mais extremas do país, como Punta Arenas, legitimados pela própria cobertura midiática frente a seus pares. Para eles, era o meio mais apreciado para que as pessoas, sobretudo os pais e as autoridades, se informassem sobre os acontecimentos.

Entre os principais aprendizados dos porta-vozes, além de adquirir habilidade para convocar manifestações e tornar conhecidas suas demandas, está a especialização em se comunicar nos diferentes meios. O tempo que voa na televisão, o conceito e a prática da preparação de spots de rádio ou de saber res-

ponder rapidamente as perguntas dos jornalistas. Isso sem perder de vista, em nenhum momento, o propósito da entrevista nem a mensagem a ser transmitida. “Aprendíamos e preparávamos um discurso, e aí parecíamos uma gravação”. Entre os elementos comuns a esse discurso aparecem os seguintes:

“Principalmente fazer chegar a mensagem que queríamos transmitir. Explicar por que estávamos fazendo isso, para quê, o que queríamos conseguir e, o principal, creio, era que nós sempre nos preocupamos em entregar uma mensagem de responsabilidade diante de nossas ações. Estávamos conscientes de que não éramos universitários, que éramos estudantes secundaristas, que por trás de nós haviam nossos pais cuja primeira coisa que viam em nós eram garotos que não queriam estudar. Então tentamos sempre transmitir essa mensagem de responsabilidade diante do que fazíamos. Estávamos muito preocupados com o que pensava a dona de casa. Isso era superimportante para nós”.

Como se vê, para Freddy Fuentes as instâncias de comunicação off-line tiveram maior preponderância que as práticas online para a organização e comunicação do movimento, embora reconheça ter usado o Facebook para difundir notícias e para convocar manifestações, motivo pelo qual criaram uma página da CONES que ainda existe.³³ De fato, seu telefone celular, nessa época, “quando muito tirava fotos, era zero tecnologia”. E acrescenta:

“Aprendemos a usar cada tipo de mídia. Sabíamos quando tínhamos que contatar as estações de rádio, quando tínhamos que contatar os canais de tvê, os jornais, e sabíamos quando tínhamos que chamar todo mundo. Creio que os acontecimentos mais importantes, não sei, as tomadas de decisões, declarações públicas dirigidas diretamente às autoridades, as convocatórias, coletivas de imprensa em geral. Se acontecesse algo importante no dia (uma resposta de um ministério, um recado, ou acontecimentos como confrontos com policiais em

33 Ver <www.facebook.com/coneschile>.

uma manifestação express), o mais rápido era contatar os meios de resposta rápida, como o rádio ou a imprensa escrita, que ligavam e colhiam o depoimento por telefone. Em cinco minutos a notícia aparecia na Internet e no dia seguinte podiam publicar no jornal. Então era o mais rápido. O mais difícil de aparecer era a televisão”.

O Twitter, no qual ingressou com sua conta pessoal em outubro de 2010, era usado para comentar ou para desmentir informações pouco precisas ou contraditórias em relação ao movimento, segundo afirma.³⁴

A experiência de articulação online-off-line na voz dos líderes universitários

Giorgio Jackson,³⁵ 28 anos, engenheiro civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Chile com especialização em tecnologias da informação, presidente da FEUC em 2011 pela NAU, o movimento de esquerda Nova Ação Universitária, criado na Universidade Católica em 2008, atualmente é deputado independente na legislatura 2014-2018. Nos recebeu em um escritório de trabalho em sua sede distrital,³⁶ localizada no centro de Santiago, no bairro de Concha y Toro, um lugar que parece ter parado no tempo no início do século XX.

Considera que, se o movimento estudantil de 2011 pode ser analisado a partir da lógica da articulação de práticas de comunicação online-off-line, durante 2009-2010 houve um acúmulo de instâncias off-line que rapidamente migraram para o espaço online, tais como assembleias, discussões de base e produção de documentos em todo o Chile. Isso em dife-

34 Ver <twitter.com/freddyfuentesm>.

35 Entrevista realizada por Rayén Condeza, Paz Vásquez, Alonso Lizama e Marcelo Santos.

36 Ver <www.giorgiojackson.cl/participa/sede-distrital>.

rentes universidades, o que culminou no diagnóstico minucioso da situação da educação.

Quanto à dimensão online do movimento, ele e outros líderes universitários³⁷ decidiram usar as plataformas digitais como uma estratégia de comunicação para massificar esse diagnóstico em todas as direções, de maneira simples e dirigida a todos. Lançou em abril, pensando em preparar o terreno para a primeira mobilização, que seria realizada antes de 21 de maio (dia da prestação de contas da Presidência junto ao Congresso e à nação por cadeia nacional de rádio e televisão). “Nosso objetivo era que as pessoas soubessem por que se mobilizava e canalizar esse descontentamento”, explica. Para isso, trabalharam junto com especialistas em comunicação e em design, jovens que conheciam pela universidade, que traduziram esse diagnóstico em ideias norteadoras, numa perspectiva de marketing.

As ideias norteadoras a se converter em eixos de ação foram as seguintes: frente à educação, havia uma parte que se encontrava em posição de desvantagem, os excluídos do sistema, que sentiam uma espécie de raiva; de outro lado estavam os privilegiados do sistema, acrescenta, que emocionalmente podiam sentir uma espécie de culpa. Assim nasce um dos primeiros eixos da petição e do chamamento para a ação, relacionado com o acesso desigual, a segregação e a diferença de qualidade na educação. O segundo eixo foi o enclivamento, buscando evocar o que sentiam e viviam as famílias, motivo pelo qual a educação pública e gratuita se transformou em outra ideia norteadora. O terceiro eixo se relacionava com a sensação de estar sendo explorado. Já não se tratava apenas da baixa qualidade da educação, mas da obtenção de lucro.

Assim, Jackson lembra que esse grupo de comunicadores e de designers sintetizou as ideias norteadoras e os eixos da petição com uma grande ideia com a qual as pessoas deveriam se identificar, uma ideia central e inclusiva. O que estava em disputa em 2011, argumenta, era “o futuro de cada um e o de

37 Camilo Ballesteros da USACH, Nataly Espinoza da PUC de Valparaíso, Paul Flor da Universidade Técnica Federico Santa María e Pedro Glatz da PUC.

todos”, de um lado, e “não há futuro sem educação”, por outro. O antigo porta-voz da CONFECH acrescenta que, com essa mensagem, a expectativa era que a primeira marcha, de 12 de maio, tivesse ampla participação, sendo esperadas 30 mil pessoas na capital. Na prática, essa meta foi amplamente superada, afirma, se considerar que somente em Santiago 50 mil pessoas saíram às ruas.³⁸ No entanto, para Jackson esse resultado, e os que viriam adiante, não pode ser atribuído unicamente ao êxito dessa estratégia de comunicação planejada previamente, mas à coincidência com outros mal-estares expressados nas redes sociais e materializado nas ruas, como o repúdio coletivo e a marcha contra a central hidrelétrica HidroAysén.

Quanto aos recursos online, esse líder adquiriu o costume de monitorar as redes sociais com a finalidade de sentir o que se dizia a respeito do movimento, em particular no Twitter, mais interessado nos aspectos qualitativos (as críticas ao movimento, os retuítés e os tuiteiros) que no quantitativo, embora também se importasse com o último. Com o tempo, diz, e de acordo com a frequência com a qual aparecia nos jornais e nas diversas mídias, desenvolveu o que chama de “sentido comum midiático”. Isso serviu para aperfeiçoar a produção de spots personalizados para cada mídia: “No início cometíamos erros. O que dizíamos aparecia na imprensa, mas aprendemos a ver a intencionalidade, a tomarmos cuidado”. Outro elemento que favoreceu a presença do movimento na mídia tradicional, de acordo com Jackson, foi a conscientização sobre a importância dos preparativos em relação ao tema da educação, especificamente o trabalho de diagnóstico e estudo realizado previamente. Algumas das ferramentas online utilizadas para articular o ativismo online pelos universitários durante 2011, lembra, foram o Facebook e, em certa medida, o Twitter, embora naquele momento, em sua opinião, o tipo de cobertura na mídia tradicional afetasse muito mais o movimento. A produção de peças de comunicação online foi tão importante quanto os cartazes distribuídos e exibidos nos espaços

³⁸ Para mais detalhes sobre o chamamento para a marcha de 12 de maio de 2011, consultar o site do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade do Chile em <cesocuchile.wordpress.com/especial-movilizaciones/cronologia-de-las-movilizaciones-2011>.

off-line. Estes últimos eram de baixo custo, eram distribuídos tanto nos colégios quanto nas universidades, cumprindo o papel de convocar e de informar *in situ*. Embora se considere que o uso do YouTube tenha sido importante porque, em geral, os recursos audiovisuais estimulam uma dimensão emocional, Jackson não destaca a difusão das várias mobilizações instantâneas ou *flashmobs*, praticadas nos espaços off-line e rapidamente difundidas de maneira viral no mundo online ao longo do ano.

Essas práticas criativas e híbridas foram novidades em relação às do movimento dos pinguins de 2006, talvez devido ao fato de que o repertório de comunicação-ação (Meunier & Condeza, 2013) de então era muito mais limitado em sua dimensão online 2.0 do que o de 2011. Entre outras mobilizações instantâneas ficou famosa a reprodução da coreografia de Michael Jackson *Thriller pela educação* em frente ao palácio presidencial de La Moneda, interpretada por centenas de estudantes que não necessariamente se conheciam, mas que se articularam por meio de chamados no Facebook, cartazes em universidades ou vídeos tutoriais no YouTube para praticá-la e reproduzi-la no dia e hora combinados e em seguida se dispersar. Outro *flashmob*, o *beijaço pela educação*, transformou-se em uma mobilização internacional pela educação chilena, ou seja, foi reproduzido simultaneamente em vários países, em apoio ao movimento estudantil. Também houve outras ações de mobilização social inovadoras, como a corrida ininterrupta de 1.800 horas (75 dias) pela educação em torno do La Moneda, na qual qualquer cidadão disposto que passasse pelo local poderia hastear uma bandeira em um poste humano para simbolizar os milhões de dólares necessários para se ter uma educação gratuita e de qualidade no país.

Giorgio Jackson considera, no entanto, que o trabalho territorial foi e continua sendo muito importante, do mesmo modo que a presença dos estudantes na agenda da imprensa. De acordo com sua própria experiência, o poder da televisão é consideravelmente grande, a ponto de concordar com a hipótese de que o acidente do avião que caiu no arquipélago Juan Fernández em setembro de 2011, que causou a morte do apresentador do programa de variedades

do canal público Felipe Camiroaga e de mais quatro colegas da Televisión Nacional de Chile (TVN) e outras 16 vítimas que participariam da reconstrução pós-tsunami de 2010, afetou a decadência do então já desgastado movimento estudantil iniciado em maio, em parte porque deixou de se falar sobre a mobilização na mídia. De fato, o próprio Camiroaga havia declarado publicamente na televisão, e também nas redes, sua oposição a uma central termoeétrica em uma reserva florestal, o que gerou bastante repercussão pública.

O YouTube desempenhou um papel interessante durante as mobilizações pela educação de 2011. Foram produzidos e publicados vídeos com depoimentos, de *flashmobs* e de entrevistas ou campanhas nacionais e internacionais em apoio aos estudantes. Entre as campanhas do YouTube figura a de #YOAPOYOALOSESTUDIANTES (eu apoio os estudantes), um vídeo de cinco minutos protagonizado por atores chilenos³⁹ que gerou outras variantes, como o de jornalistas chilenas, de comunicadores chilenos e de atrizes chilenas. A mesma campanha teve uma expressão internacional, no vídeo *Vozes globais pela recuperação da educação pública no Chile: apoio internacional ao movimento pela educação chilena*.⁴⁰ Nesse vídeo, com tradução simultânea em espanhol, aparece a opinião de intelectuais e de pesquisadores de diversos países⁴¹ em favor de uma educação pública e em apoio ao movimento estudantil, enquanto apresenta informações relevantes sobre o que ocorria no Chile, como a seguinte: “No Chile, todas as universidades cobram mensalidade e apenas 16% do gasto total com educação superior corresponde a investimento público. Enquanto isso, o gasto público médio nos países da OCDE é de 72% e em muitos deles não se cobram taxas”. Ou ainda “a matrícula em escolas municipais caiu de 75% para 42% entre 1982 e 2009. Somente entre

39 Ver <www.youtube.com/watch?v=AOaAnlw7DjQ>.

40 Ver <www.youtube.com/watch?v=aIPTIILZEkk>.

41 Tais como Stephen Ball, pesquisador sobre políticas educacionais da Universidade de Londres, Antonio Olmedo, da Universidade de Granada, Tristan McCowen, Vincent Carpentier e Esther Leslie, professores de políticas de ensino superior da Universidade de Londres, Daniel Noemi da Universidade de Michigan e Ananda Grinkaurt da UNICAMP, entre outros.

1996 e 2009, foram fechadas 707 escolas municipais e abertas 2.540 escolas privadas subsidiadas”.

Camilo Ballesteros, 28 anos, militante do Partido Comunista do Chile e ex-presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Santiago durante 2011, onde se formou em Educação Física, conversou com a equipe de entrevistadores⁴² no palácio de La Moneda, na qualidade de atual diretor nacional da divisão de organizações sociais da Secretaria Geral de Governo do Chile. Também atribui a articulação inicial do movimento universitário a uma complexa trama entre as discussões que levaram ao diagnóstico da educação chilena, realizado em janeiro de 2001 no âmbito off-line, e sua transposição para a campanha digital já aludida por Giorgio Jackson.⁴³ Essa campanha, acrescenta, tinha um objetivo de sensibilização (tal como haviam feito os adolescentes durante as mobilizações pela educação em 2006) e focava em temas como a culpa e a raiva, expressas em questionamentos como “por que alguns podem estudar e outros não?” ou “por que, se tomo emprestado \$100 para estudar, devo ao final muito mais do que \$100?”. Também faz referência ao importante apoio oferecido pelo Centro de Estudos Nacionais de Desenvolvimento Alternativo (CENDA)⁴⁴ por meio do economista Manuel Riesco, que analisou e disponibilizou dados para a construção de um discurso próprio relacionado ao problema do endividamento com financiamento estudantil, que persiste até hoje.

Quanto ao uso da mídia online para convocar manifestações off-line, lembra sua experiência enquanto líder estudantil em sua universidade, quando construiu uma base de dados durante trabalhos voluntários com informação sobre cerca de cinco mil estudantes, incluindo-os como amigos em uma *fan page*, fazendo as informações chegarem à maior quantidade de estudantes

42 Entrevista realizada por Rayén Condeza, Paz Vásquez e Alonso Lizama.

43 Lembra que esses profissionais rapidamente passaram a trabalhar na Fundação Dialoga (um *think-tank* ligado à ex-presidente Michelle Bachelet, à época nomeada diretora da ONU Mulheres), em particular na escola de lideranças jovens.

44 Ver <www.cendachile.cl>.

possível. Antes de 2011 já se utilizavam canais internos de comunicação, como revistas e jornais da universidade, ou se recorria a estratégias de comunicação específicas em eventos importantes. Dá como exemplo a semana dos calouros da Universidade de Santiago, para a qual foi convidado o grupo de música popular *Los Tres*. Na metade do espetáculo, conforme previamente combinado, o líder foi chamado ao palco pelo vocalista para comunicar sobre as demandas para a educação e fazer o chamamento para a ação.

De acordo com Ballesteros, sua relação com os meios de comunicação significou uma aprendizagem importante e direta sobre como operam os jornais, a rádio e a televisão. Isso o permitiu ser capaz de distinguir e identificar a que público se dirigia, procurando sempre que seu discurso fosse o mais amplo possível. Era importante tomar posições contra a violência, embora na CONFECH houvesse muitos pontos de vista a esse respeito, lembra. Também acredita que algo importante aconteceu em 2011 no que se refere à articulação de práticas ativistas online e off-line, no qual emergiram muitas formas de mobilização, dando oportunidade de participação de grupos de interesse muito diversos e em espaços heterogêneos de ação coletiva, tais como concertos, “beijos” e pannels. O uso das redes sociais, acrescenta, deu lugar a novas formas de comunicação, como o uso de *memes* e de novas expressões, como “trollar”.⁴⁵

Um aspecto relevante do momento atual de Giorgio Jackson e Camilo Ballesteros e que também poderia relacionar-se aos efeitos da articulação online-off-line é que, em menos de cinco anos, deixaram de ser estudantes e líderes universitários e passaram a ocupar cargos públicos relevantes (parlamentar e diretor de divisão em um ministério, respectivamente), tradicionalmente desempenhados por políticos ou por funcionários com maior experiência. Em outras palavras, passaram a fazer parte do sistema. Ambos concordam que, para produzir algumas transformações necessárias, é importante disputar e conquistar posições de maior poder. Nesse sentido, Ballesteros lembra que ten-

45 Vocabulo sobre uma prática popular na Internet que descreve uma pessoa que provoca intencionalmente os usuários ou leitores de um site ou rede social, gerando controvérsias.

tou tornar-se um representante eleito, mas perdeu a eleição (sua candidatura a prefeito da comuna Estación Central em Santiago), e que aceitou o trabalho como diretor da divisão de organizações sociais no atual governo porque possui uma ligação com o trabalho territorial no qual acredita que possa oferecer uma contribuição concreta. Ainda assim, afirma que, colocando o movimento de 2011 pela educação em perspectiva, é provável que, enquanto líderes estudantis, tenham alimentado expectativas demais entre os cidadãos que acabaram não se cumprindo, no sentido de acreditar que um grupo de estudantes e de jovens podia mudar tudo, o que não era verdade, acrescenta.

A entrevista com os dois líderes universitários de 2011 foi complementada com a realizada com Auska Ovando,⁴⁶ jornalista pela PUC do Chile. Parece-nos interessante revisitar as estratégias de comunicação empregadas durante as mobilizações a partir de sua experiência como responsável pela comunicação da federação de estudantes da universidade, a FEUC. Começou a trabalhar lá em junho de 2011, quando era aluna do último ano de jornalismo da Faculdade de Comunicações e quando os diretores da federação se sentiram sobrecarregados sem um cargo específico ligado à imprensa. Naquele momento, o movimento estudantil estava em marcha e os estudantes estavam motivados com a causa, de maneira que não era necessário “mobilizá-los” para saírem às ruas. Lembra que havia então uma consciência coletiva de que 2011 era um ano importante e que ninguém queria ficar de fora. Reconhece que não tinha experiência com comunicação estratégica, porque nunca havia cursado matérias sobre o assunto nem era sua área de especialização. No começo, não tinha claro que funções teria que desempenhar. Já havia a prática de criação e confecção de cartazes, que acreditava terem sido importantes para convocar para as mobilizações, além de chamar a atenção das pessoas. Uma das primeiras ações que empreendeu foi uma visita ao Ministério da Educação para conhecer pessoalmente e *in loco* os jornalistas da mídia tradicional (jornal e rádio) que cobriam o tema.

46 Entrevista realizada por Paz Vásquez via Skype, enquanto Auska Ovando cursa mestrado em Sociologia no Reino Unido com bolsa do governo chileno.

Na federação havia reuniões prévias de articulação antes de cada grande evento (isto é, antes de cada marcha, que naquele momento acontecia semanalmente). Nesses encontros era definida a mensagem a ser transmitida, um tipo de “protocolo de ação”, embora ainda não fosse chamado assim e não houvesse compreensão completa sobre o que estavam fazendo. Tudo foi muito “orgânico”, focado em dia após dia, explica. Além disso, reconhece que, como esses líderes estudantis vinham do âmbito universitário mais acadêmico, o objetivo era traduzir a informação para o público geral, “falar numa linguagem simples e direta, por necessidade e até mesmo por dever”, explica, “para que todo mundo entendesse”. Assim, seu trabalho se focou em conseguir com que esses líderes “compreendessem o propósito de falar para os meios de comunicação”. Também discutia com Giorgio Jackson sobre as mensagens a se tuitar e diariamente na universidade, na hora do almoço, eram organizados debates, rodas de conversa ou fóruns. Lembra que no pátio da Faculdade de Comunicações havia um “microfone aberto” no qual os estudantes podiam expressar sua opinião sobre as demandas do movimento. Ou seja, gerou-se uma discussão “pública” no interior da universidade. O passo seguinte foi sair da universidade para chamar a atenção das pessoas. “Produzir indignação por meio da individualidade”, relatou. Foi criado o site <teestancagando.cl>, descrito como uma “iniciativa de difusão cibernética para o movimento estudantil de 2011” nascido na Universidade do Chile.⁴⁷ Também tentaram traduzir para o senso comum expressões técnicas da educação usadas pelas autoridades (tais como AFI,⁴⁸ transferências básicas etc.). Seu principal objetivo comunicacional era chegar com a mensagem “na hora do chá”.⁴⁹ “Nossa maior vitória foi ver nossos temas sendo

47 Site atualmente disponível em <teestancagando.tumblr.com>, ou no Twitter em <twitter.com/teestancagando>.

48 AFI são transferências fiscais indiretas do Estado para as universidades por aluno aprovado e com base em sua pontuação no vestibular. No momento de preparação deste trabalho o Congresso discutia a redistribuição dessa modalidade de transferência básica às instituições de ensino superior.

49 “La once” é um momento de reunião familiar que ocorre ao final do dia, quando as pessoas tomam um lanche que, em muitos lares, substitui o jantar.

discutidos à mesa nas casas”. A hora do chá implicava um momento de conversação “entre gerações” onde predominam as emoções, afirma.

Os distúrbios ocorridos durante as marchas, amplamente cobertos pela imprensa de maneira desfavorável, são um tema que nunca conseguiram resolver. Foram adotadas diversas estratégias de manifestação off-line, como as usadas em protestos contra a Guerra do Vietnã (ficar sentados no chão, por exemplo) ou cordões de isolamento para separar os manifestantes encapuzados ou violentos), mas nunca foram muito efetivas, disse ela. O discurso pós-marcha que elaboraram ia na linha do “Não perder o foco. Estamos lutando por algo mais importante”, chamando a atenção para as injustiças do sistema. Ovando relata que foram criados slogans destacando essa mensagem. Por fim, conta, Giorgio Jackson adotou a estratégia (certamente mais espontânea) de enfrentar comunicacionalmente os distúrbios descrevendo-os como “a cena final do filme, e não o filme completo”, aproveitando para discutir o sentido do sentimento de raiva. O objetivo era explicar que a raiva acumulada diante desse sistema injusto era extravasada ao final das marchas. Dessa forma, os distúrbios passaram a ser um elemento mais de descontentamento social para apoiar a mensagem dos estudantes. Se a mensagem foi ou não efetiva, não sabem afirmar ao certo. A versatilidade das funções da responsável pelas comunicações era tal que incluía assegurar que os líderes acordassem na hora para participar de entrevistas agendadas para as 7 horas da manhã nos canais de televisão e nas rádios.

Como se pode ver, na análise que fazem os líderes estudantis sobre suas estratégias de comunicação articulam-se a todo momento as lógicas de mobilização online e off-line, embora predomine uma esfera midiática à qual se atribui uma importância primordial. Esse achado contribui para o enriquecimento de estudos anteriores que, a partir de pesquisas realizadas com jovens entre 18 e 29 anos após os protestos de 2011, revelam uma relação positiva entre o uso das redes sociais (Facebook e Twitter) e a participação tanto no movimento estudantil de 2011 quanto no protesto contra a construção de usinas de geração de energia na Patagônia à mesma época, mesmo controlando-se por outras

variáveis relevantes, como interesse na política, ideologia e índice de confiança (Scherman, Arriagada & Valenzuela, 2015).

Caso 2: No Alto Maipo

Nos últimos anos, a América Latina foi um território privilegiado para a exploração e extração de minérios, e o Chile é o país com o melhor clima de investimentos.⁵⁰ O No Alto Maipo é um movimento cidadão cujo principal nó ativo é a organização Ríos del Maipo (www.riosdelmaipo.cl, @NoAltoMaipo no Twitter e *NoAlProyectoAltoMaipo* no Facebook), que representa, desde 2007, a oposição manifesta no espaço público off-line, midiático e online à construção do projeto hidrelétrico Alto Maipo, que deveria entrar em funcionamento em 2017, liderado pela multinacional norte-americana AES Gener e a Antofagasta Minerals, de propriedade do grupo econômico da família Luksic, que em 2015 figurava entre as 100 maiores fortunas do planeta no ranking da *Forbes* e ostenta o primeiro lugar no Chile.

O projeto, ao qual se somou posteriormente a empresa de saneamento Aguas Andinas,⁵¹ consiste na construção de duas centrais hidrelétricas a fio d'água que, para funcionar, necessitam extrair água de três rios localizados na cordilheira dos Andes, região metropolitana de Santiago, a setenta quilômetros da capital. Em 2015, o projeto estava 20% concluído. Os cidadãos organizados contra a construção de Alto Maipo são, em sua maioria, habitantes dessa localidade rural, na comuna de San José de Maipo que, de acordo com o censo de 2002, possuía uma população de cerca de 13 mil habitantes. Em 2001 a comuna foi declarada como zona de interesse turístico nacional pelo Serviço Nacional de Turismo e possui diversos parques nacionais. Foi antecedida pela comuna

50 De acordo com a agência de notícias da América Latina Nodal. Ver <www.nodal.org>.

51 O governo democrático de Eduardo Frei (1994-1999) deu início à privatização de diversas empresas responsáveis pelo fornecimento de água, reservando ao Estado apenas uma pequena parte (Mundaca, 2015).

de Puente Alto que, em anos recentes, assistiu a uma importante expansão na construção de moradias.

A maior parte da energia produzida em Cajón del Maipo será transmitida para a mineradora Los Pelambres, do Grupo Luksic, localizada em outra região do Chile e cujas atividades de exploração já prejudicaram zonas vizinhas. A região metropolitana, onde se localiza o projeto, concentra 40,2% da população do país, de acordo com o último censo (2012), e são precisamente esses corpos d'água e geleiras que os habitantes da região metropolitana usam como fonte de abastecimento doméstico e irrigação agrícola de cerca de 120 mil hectares de terra que dependem do rio Maipo. Seus críticos argumentam que, da forma como foi aprovado o projeto — de modo irregular, segundo demonstraram diante de uma comissão parlamentar de inquérito aberta na Câmara dos Deputados que, em 2009, reconheceu irregularidades e inconsistências —, o ecossistema de todo o Cajón del Maipo será afetado de maneira irreversível. Segundo sua porta-voz Marcela Mella, a CPI abriu denúncia em 2001 e concluiu que o Projeto Hidrelétrico Alto Maipo (PHAM) foi aprovado com múltiplas irregularidades.⁵² De fato, em 2012 a agência de proteção ambiental aplicou multa à empresa por descumprimento da lei. O próprio Conselho de Medicina do Chile⁵³ tem feito pronunciamentos públicos contra o projeto Alto Maipo, após diversas análises realizadas durante 2015 por seu departamento de meio ambiente sobre águas subterrâneas em localidades vizinhas à obra, que despeja sistematicamente altos níveis de arsênico, chumbo, manganês e níquel, substâncias cancerígenas, sem que o Ministério da Saúde se pronuncie a respeito nos meios de comunicação. O projeto canalizará o fluxo extraído das fontes de água ao largo de setenta quilômetros de extensão em um túnel subterrâneo

52 Ver <ciperchile.cl/radar/alto-maipo-autoridad-ambiental-inicio-sanciones-contra-aes-gener-antes-de-supuesta-responsabilidad-por-aluvion-en-cajon-del-maipo> e <www.revistabagal.cl/2015/12/gran-marcha-nacional-por-el-agua-de.html>.

53 Estudo coordenado por Andrei Tchernitchin, presidente do departamento de meio ambiente da entidade. Ver <www.24horas.cl/nacional/estudio-del-colegio-medico-revela-elementos-toxicos-en-agua-del-cajon-del-maipo-1909785>.

de dez metros de diâmetro. Seus defensores argumentam que, por devolver a água rio abaixo, não haverá impacto ambiental, além de garantirem que as normas técnicas e ambientais exigidas estão sendo cumpridas. Trata-se, pois, de duas visões absolutamente opostas sobre um mesmo fato.

Na análise desse caso é relevante considerar que nesse processo de ativismo articula-se um movimento cidadão afetado diretamente pelo problema, incluindo ONGs locais e sedes de ONGs ambientalistas internacionais (Ulianova & Estenssoro, 2012). Nesse sentido, observa-se uma articulação da organização Ríos del Maipo (que, por sua vez, coordena mais de 80 organizações que defendem a água em diferentes localidades do Chile) com organizações internacionais em defesa do meio ambiente. Por exemplo, uma das campanhas mais recentes do Greenpeace, na qual participa o movimento No Alto Maipo, é a da República Glaciar (republicaglaci.cl). Mais precisamente, os habitantes e ativistas contra Alto Maipo reclamam que a construção das centrais a fio d'água estão afetando geleiras e parques nacionais em nome de um mal chamado "desenvolvimento" para abastecer processos extrativistas de caráter privado que exigem um uso intensivo de água, nesse caso, uma mineradora mais ao norte de Santiago, em outra região.

Poder-se-ia afirmar que nesse cenário estão, de um lado, os cidadãos, sobretudo os habitantes de Cajón del Maipo, de diversas idades, de várias áreas: profissionais diversos, empresários de turismo, agricultores, camponeses, estudantes, artistas, donos de terras agrícolas ou de preservação, pastores, artesãos, esportistas que competem internacionalmente (ex.: praticantes de *rafting*), montanhistas, ciclistas, terapeutas alternativos, famílias tradicionais, organizações feministas, comunitárias e sociais. Todos esses grupos, unidos contra o projeto, empreenderam em diferentes ocasiões ações para impedir que os caminhões chegassem ao canteiro de obras na cordilheira. Essa situação chegou a prejudicar trabalhadores cujas famílias se manifestaram contra o projeto.⁵⁴

54 Ver <www.riosdelmaipo.cl/2015/11/19/alto-maipo-toma-represalias-contra-trabajadores-cu-yas-familias-participan-en-protestas-en-contra-de-la-empresa>.

Do outro lado se encontra um grupo de empresas multinacionais e nacionais (AES Gener, Antofagasta Minerals e, mais recentemente, Aguas Andinas, que administra o abastecimento de água potável dos habitantes da capital). Essas empresas afirmam oferecer trabalho e investir no desenvolvimento local e comunitário da região por meio de ações de responsabilidade social empresarial. Além disso, contam com o poder do lobby e de publicidade nos meios de comunicação, como no caso do Grupo Luksic, sócio majoritário de um meio de comunicação (o Canal 13 e empresas associadas). Por fim, a setenta quilômetros rio abaixo encontram-se mais de 7 milhões de pessoas e eventuais turistas que, em sua grande maioria, não sabem que esse projeto existe, que a água que bebem e da qual dispõem diariamente está sendo afetada pela construção do complexo de Alto Maipo. Segundo o Conselho de Medicina do Chile, em 50 anos a água que vem desses rios não poderá mais ser bebida. Nessa luta bem mais complexa que um Davi contra um Golias é preciso também levar em conta os jornalistas e as autoridades públicas. De acordo com os membros do movimento popular, salvo raras exceções, muito pouca importância é dada pela imprensa e pela opinião pública a essa controvérsia.

Quanto à articulação de ações online e off-line, no caso de Alto Maipo nos concentramos em analisar em tempo real tal intercâmbio e superposição, pontualmente durante a marcha nacional das famílias pela defesa da água, convocada para o dia 5 de dezembro de 2015 em Santiago e da qual participaram, segundo os organizadores, mais de 30 mil pessoas (as autoridades estimaram o público em 5 mil pessoas). Mais especificamente, a equipe de pesquisadores se dividiu em diferentes espaços online e off-line ocupados pela marcha: etnografia de rua da marcha, acompanhamento e análise de redes no Twitter e monitoramento da cobertura da mobilização nos meios de comunicação.

Em conversa anterior com os líderes da assembleia popular Ríos del Maipo antes da marcha de dezembro de 2015, no local habitual de sua reunião semanal, no mesmo Cajón del Maipo, os líderes — incluindo a porta-voz do movimento, Marcela Mella — refletiam sobre a importância de que essa mo-

bilização, um acontecimento relevante e muito esperado pela organização, fosse exitosa. Por essa razão, preferiram não conceder entrevistas relacionadas a estratégias de chamamento para a mobilização, já que isso poderia ser usado contra eles, como já lhes havia acontecido em outras ocasiões. Ficou claro que atribuem muita importância à cobertura do movimento, como uma oportunidade de mostrar explicitamente a verdadeira cara do projeto na mídia tradicional que, em sua opinião, atualmente é invisível para a sociedade.⁵⁵ O trabalho jornalístico e a presença na mídia tradicional são para eles espaços de formação de opinião pública, de difusão de informação à sociedade e de suas convocações. Argumentam que, embora os chilenos possuam o direito à informação transparente e confiável sobre o projeto, de fato não possuem acesso a ela, em especial os habitantes de Santiago, ignorantes sobre um projeto que não possui estratégias de compensação nem de mitigação e cujos danos “a nossos filhos e netos”, bem como ao ecossistema, “seriam irreparáveis”. Nesse sentido, recorrem a meios eletrônicos alternativos, a jornais de circulação local, priorizando também o cara a cara e a educação em pequena escala. Manríquez (2015) estudou a cobertura jornalística do tema entre dezembro de 2013 e outubro de 2014. De um total de 143 notícias de 13 meios de comunicação diferentes, 73 falavam diretamente sobre o projeto. A análise destaca que a cobertura da imprensa privilegia o conflito em torno das manifestações contra a hidrelétrica mais do que a informação sobre o projeto em si.

Uma das exceções, que deu ao No Alto Maipo mais tempo no ar em programa de cobertura nacional, foi a reportagem *Águas Turbulentas* do programa *En La Mira* do canal Chilevisión de 24 de junho de 2014, em horário nobre. No mesmo canal, *Tolerancia Cero*, um programa de atualidades sobre política recentemente tirado do ar, mas seguido fielmente durante anos pelos principais formadores de opinião, convidou Marcela Mella em outubro de

55 De fato, como dito anteriormente, o Grupo Luksic possui 67% de participação acionária de um dos três canais de tevê aberta de alcance nacional no Chile, o Canal 13, além do Banco do Chile, um dos principais anunciantes publicitários. A PUC do Chile detém o restante da participação acionária da emissora.

2014. A reportagem do *En La Mira* gerou uma reação da empresa AES Gener contra o canal, ao formalizar uma denúncia diante do Conselho Nacional de Televisão (CNTV). A empresa argumentou que havia sido violado o direito à informação plural das pessoas, pois o programa havia levado ao ar uma “informação tendenciosa e incompleta sobre o projeto hidrelétrico Alto Maipo”. O conselho acatou a denúncia e apresentou acusações contra a Chilevisión, que as contestou, mas não obteve resultado favorável. Os executivos e advogados da emissora decidiram então recorrer à Suprema Corte. A instância máxima da Justiça pronunciou sua sentença um ano depois, em outubro de 2015, decidindo que a sanção aplicada pelo CNTV “não se justifica diante de um direito à informação que, como foi dito, não limita as liberdades de emitir opiniões e de informar”. A decisão destaca ainda que “o Conselho Nacional de Televisão interferiu nessas liberdades constitucionais de um modo que não encontra amparo no Direito”.

Dessa forma, em vista da manifestação de 5 de dezembro de 2015, cujos organizadores esperavam superar a convocatória anterior de 25 mil pessoas (julho de 2015), chegando a 30 mil pessoas (embora também sonhassem com um cenário como o da marcha nacional contra a HidroAysén em 2011, organizada pela Patagonia sin Represas, que conseguiu reunir 150 mil personas em diferentes cidades do Chile), a equipe de comunicações da organização atualizou sua principal plataforma oficial de informação, sua página web, além de contas no Facebook⁵⁶ e Twitter (#PorElAguaDeStgo, @NoAltoMaipo) e um canal no YouTube, com vídeos como o “#RealChile - Episodio Alto Maipo” (sobre as marchas anteriores contra o projeto) ou o “MONTAÑAS v/s CIUDAD - Drone (NO HIDRO-ELECTRICAS) Chile”. Como indica o título, este último aproveita a tecnologia dos *drones* para capturar a paisagem das cordilheiras e contrastá-la com o cinza da cidade e a poluição de Santiago. O RealChile se apresenta como um espaço que narra o despertar do país em temas socioambientais, com um passeio de norte a sul pelos diversos conflitos ambientais e sociais e pela água.

56 Ver <www.facebook.com/NoAlProyectoAltoMaipo>.

A mensagem do chamamento para a mobilização ficou disponível no banner de sua página web (www.riosdelmaipo.cl, *Salvemos el río Maipo*, administrada pela organização Ríos del Maipo) e nas redes sociais (“Vamos todos sair às ruas no dia 5 de dezembro. Pela água de Santiago. Não a Alto Maipo já!”). Também foi disseminado por meio de adesivos colados em automóveis, em sedes comunitárias e até mesmo nas janelas de algumas casas e apartamentos. O encontro estava previsto para as 11 horas, na Praça Itália, ponto central dessa e de outras mobilizações sociais na capital nos últimos anos. O chamado de 5 de dezembro foi seguido por diferentes notícias do tipo denúncia, publicadas no site oficial da organização: “Santiago só tem água garantida até o próximo inverno, disse o presidente da Aguas Andinas” (9 jul. 2015). Em seguida, outra informação: “Intervencionismo eleitoral de Alto Maipo no povoado de Alfalfa” (26 out. 2015). Depois: “Alto Maipo lançando e espalhando brita com arsênico em Alto Aucayes” (27 out. 2015) e “Prefeito de San José de Maipo, Luis Pezoa, paga multa por não realizar licitação de agregados minerais” (13 nov. 2015), e assim sucessivamente. As últimas postagens antes da mobilização de dezembro de 2015 destacam que mais de 80 organizações sociais se somaram à também denominada Grande Caminhada das Famílias pela Água. Também foram produzidos vídeos no YouTube nos quais atores de televisão chamavam as pessoas para marchar nesse dia (usando ao fundo as *hashtags* #DigoNoAltoMaipo e #YoMarchoEl5).

Alguns dos integrantes da Ríos del Maipo são tuiteiros ativos e desempenham um papel de formadores de opinião pública nessa plataforma. É o caso de Nathalie Joignant, professora universitária e pesquisadora-assistente do centro de Economia dos Recursos Naturais da Universidade do Chile, uma liderança com expertise. Começou no Twitter em julho de 2009 e termina a descrição de seu perfil (@Natajoignant) com a *hashtag* #NoAltoMaipo. Em novembro de 2015 possuía 707 seguidores, 464 curtidas e 5.059 tuítes e, depois da marcha de 5 de dezembro, passou a ter 731 seguidores, seguia outros 874 e tinha 5.109 tuítes. De uma perspectiva quantitativa e linear, os números não variam muito,

mas a história é diferente quando se considera o efeito propagador da rede. De fato, cada seguidor é, por sua vez, um nó da rede em potencial, que amplifica e torna mais complexa a rede em torno do tema de Alto Maipo, reverberando em outros espaços online e off-line, o que não aconteceria de outra forma. A rede No Alto Maipo também é amplificada por meio de outras plataformas online, como Veo Verde, Greenpeace Chile ou Avaaz Chile, que fazem eco às ações empreendidas pela Ríos del Maipo ou por outras organizações sociais opostas ao projeto.

Como era de se esperar, a própria empresa geradora opera como fonte de informação institucional por meio do website da empresa (www.gener.cl), cujo lema é “energia confiável”. Nesse mesmo espaço há informações sobre ações de responsabilidade social junto à comunidade, como a oferta de trabalho ou a entrega de recursos por meio de concursos e convênios para projetos de desenvolvimento comunitário, aos quais concorrem associações de bairro, a municipalidade e a própria companhia. A empresa informa que destina para esse fim “130 milhões de pesos por um período de 30 anos para a promoção e desenvolvimento de atividades produtivas ou de serviços que criem empregos locais, o apoio ao esporte em suas diversas disciplinas, à educação e capacitação, além do desenvolvimento social e de infraestrutura de uso comunitário” (2012).

Em notícias mais recentes nota-se a presença da empresa na festa tradicional El Relvo (5 de outubro de 2015), informação corporativa acompanhada de uma fotografia com uma faixa com os dizeres “El Relvo apoia Alto Maipo” e menciona uma assistência massiva, além de stands informativos da empresa. Em outras palavras, a AES Gener apresenta-se associada ao desenvolvimento econômico e cultural local, e até mesmo nacional. Ao mesmo tempo, na web institucional estão disponíveis cartilhas informativas que destacam os benefícios da construção da central e o baixo impacto para o ecossistema que resultará de sua entrada em operação. Outra decisão de comunicação estratégica da

empresa é contar com antigos ministros no conselho da empresa.⁵⁷ Diante dessas informações oferecidas pela empresa, a Ríos del Maipo, por sua vez, além de oferecer um website ativo e renovado, busca ser reconhecida por organizações não governamentais como a International Rivers e no âmbito off-line internacional, por exemplo, com a visita da delegação chilena aos Estados Unidos e sua reunião com representantes do Departamento do Tesouro no final de outubro de 2015 para solicitar ao governo desse país o monitoramento das ações da empresa norte-americana AES Gener domesticamente.

A marcha de 5 de dezembro de 2015

Não há uma única estimativa oficial da quantidade de pessoas que marcharam contra Alto Maipo em 5 de dezembro. Durante a mobilização, os animadores, em um caminhão de som liderado por um grupo de mulheres senadoras da região do Cajón, disseram que foram informados de que havia cerca de 40 mil pessoas. “Ergam as faixas! Enviaremos essa fotografia ao ministro Máximo Pacheco. Escute-nos: ‘não queremos, não nos interessa o Cajón del Maipo cheio de represas’”. Famílias, indivíduos, estudantes secundaristas e universitários, artistas, militantes de organizações sociais, pessoas fantasiadas, ciclistas, simpatizantes, coletivos, membros do sindicato de atores e de artistas do Chile, representantes de comitês de defesa da água ou da zona costeira, vindos de todo o Chile e esportistas repetiam em coro. Posteriormente, a Ríos del Maipo reduziu a estimativa inicial para 30 mil participantes, enquanto o governo contabilizou 5 mil. A marcha foi coberta por canais de televisão de cobertura nacional (há registro de cobertura do Chilevisión, CNN Chile e teleSUR), diários tradicionais e eletrônicos (*La Tercera* e *El Mercurio*, o primeiro com um artigo e o segundo com uma foto com legenda, e o *The Clinic*), rádios de maior audiência

57 Em 2014 o presidente do conselho era Jorge Rodríguez Grossi, economista, que foi decano da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade Jesuíta Alberto Hurtado e ministro de três pastas (Economia, Energia e Mineração) do governo de Ricardo Lagos em 2001. Em 2015 foi nomeado pelo governo presidente do BancoEstado (Banco do Estado do Chile).

(Bío Bío, Cooperativa, Universidade do Chile). No entanto, a informação é concisa. Como era de se esperar, nenhum dos meios cobriu a mobilização inteira, apenas os acontecimentos principais, com exceção de uma equipe de televisão que acompanhou a mobilização do início ao fim, além de um *drone* que sobrevoou a marcha, supostamente ligado à Ríos del Maipo.

Ao todo, dezenas de representantes de organizações sociais de norte a sul do país e que viajaram especialmente à capital tiveram a oportunidade de subir no caminhão de som, explicar as razões de sua presença na marcha e o que ocorria em sua região ou cidade para mostrar a problemática da água como uma questão nacional. Do norte, por exemplo, falava a porta-voz da Coordenadora por la Defensa del Río Loa, sobre-explorado e a ponto de ser esgotado pelas mineradoras. “As águas roubadas serão recuperadas”, as pessoas gritam seguidas vezes. Essa dinâmica de participação de cidadãos provenientes de todo o Chile se repetiu sucessivamente desde a Praça Itália até que a marcha chegasse a poucos metros do La Moneda, quando o evento culminou com o discurso da porta-voz Marcela Mella e é impossível, por razões de espaço, listar cada uma dessas organizações. Também participaram representantes do movimento Marca tu Voto, da Assembleia Constituinte e do Sidarte, o sindicato dos atores e artistas do Chile, além do deputado Daniel Melo do Partido Socialista que, segundo os organizadores, apoiou o movimento desde o começo, e alguns vereadores de Cajón del Maipo “que não baixam os braços, que perceberam o que está acontecendo e que cumprem o papel para o qual foram eleitos”. O representante da Assembleia Constituinte comemora o fato de que “a população apresenta suas demandas, que não é um ator coadjuvante em relação às decisões que afetam seu futuro. Estamos aqui hoje pela defesa da água. Nos encontramos diante de um país depredador de nossos recursos, onde observamos que existe um conluio entre um grupo de conservadores que pretendem manter seus privilégios às custas do presente e do futuro de todos nós que habitamos esse país. Todas as causas convergem num marco constitucional que permite tais abusos. Todas as causas convergem no tipo de país do qual fizemos parte em sua redação.

Por isso queremos dizer hoje, em alto e bom tom, [...] que necessitamos de uma assembleia constituinte, porque é a única maneira de evitar que grupos privilegiados tomem esse país para si. Esse país pertence a todas e todos nós”.

O representante também faz um apelo específico para que a marcha fosse disseminada pelas redes sociais: “é impressionante a quantidade de gente, muito superior à das outras marchas. Como não queremos que isso fique invisível, vamos arrebentar as redes sociais. Todos a tuitar, a usar o Facebook, o que quer que seja, para comentar, para mostrar as fotos, para mostrar depoimentos, para mostrar que Santiago acordou!”. “Alto Maipo, projeto criminoso [criminal], arsênico e chumbo na capital”, cantavam os ativistas. Também era possível escutar palavras de ordem contra o Tratado Transpacífico e referências ao movimento Derecho al Agua.

Mas o que acontece nas redes sociais, em particular no Twitter? Acompanhamos a *hashtag* #NoAltoMaipo, que já existia previamente e não foi criada ad hoc para a manifestação de 5 de dezembro de 2015, como aconteceu no caso da *hashtag* #PorElAguaDeStgo. Além disso, #NoAltoMaipo tem de longe uma frequência de uso muito maior na semana da marcha (2 a 8 de dezembro em relação às demais *hashtags*, com 1.649 usuários e 7.623 conexões, contra 352 e 1.296, respectivamente, da segunda *hashtag* mais usada (#PorElAguaDeStgo). No dia da marcha observou-se um importante pico de atividade durante a tarde (a marcha se iniciou perto do meio-dia), com quase 600 mensagens no horário de maior atividade e dois picos mais moderados, porém significativos: no dia anterior e no posterior. Também acompanhamos indicadores de relações sociais com base em menções (@usuario) ou retuïtes (RT). Observou-se que, dos 10 principais usuários que centralizaram as relações e as mediaram, os principais articuladores (com exceção do organizador principal, o usuário @NoAltoMaipo) são ativistas individuais, ou seja, usuários comuns. Não foram as organizações nem a imprensa. Por outro lado, essa análise permitiu medir o impacto da combinação entre quantidade de seguidores e sua relevância para a conectividade da rede, discutida aqui anteriormente. Por exemplo, é possível

possuir menos seguidores no Twitter mas impactar muito significativamente a conectividade da rede e, portanto, seu poder de amplificação. Nesse caso, isso ocorreu com @Catalina_Valpo, que ajudou a difundir o tema a partir de outro território além de Santiago (no caso, Valparaíso) e com @ginniasa, ativista e formadora de opinião em Aysén (extremo sul do Chile).

A trajetória da marcha de 5 de dezembro de 2015 permite compreender a complexa articulação que se produz entre distintas dinâmicas de comunicação que coexistem em uma mobilização popular como o movimento No Alto Maipo, que tenta marcar presença no espaço público, informar e educar a sociedade diante da baixa cobertura de informações pela mídia tradicional sobre o projeto hidrelétrico Alto Maipo.

Caso 3: O processo constituinte

Em abril de 2015, a presidente Michelle Bachelet (2014-2018) anunciou que naquele mesmo ano se iniciaria um processo constituinte para redigir e aprovar uma nova constituição para o Chile. A carta atual data de 1980, foi criada durante o regime militar e aprovada por um plebiscito, sem vigência do estado de direito nem garantia das liberdades públicas. Apesar das modificações introduzidas durante os governos democráticos, vários setores da sociedade são favoráveis à elaboração de uma nova constituição para o país. Essa foi uma das promessas do programa de governo da campanha presidencial de 2013 da candidata da coalizão de centro-esquerda Nova Maioria para seu segundo governo. Após as eleições, a presidente Bachelet declarou em cadeia nacional de rádio e televisão:⁵⁸

“A demanda por uma nova Carta Fundamental não é um capricho de especialistas nem a obsessão de elites tomadas por ideologia. É um objetivo de longa

58 Ver <www.gob.cl/2015/10/13/discurso-de-la-presidenta-de-la-republica-al-anunciar-el-proceso-constituyente>.

data perseguido por setores democráticos e apoiado atualmente por uma grande quantidade de organizações políticas, sociais, juvenis, regionais, sindicais, de gênero e representativas dos povos indígenas, baseada nos questionamentos anteriormente mencionados”.

Entre as críticas dos setores políticos opositores à medida anunciada está a baixa votação dos chilenos e chilenas nas eleições que reconduziram Bachelet ao poder. Além disso, o anúncio se deu em um clima político e social tenso, no meio de investigações sobre o financiamento ilegal de campanhas políticas que implica deputados e senadores de diferentes setores políticos, bem como suspeitas de corrupção e formação de quadrilha em diferentes âmbitos que, inclusive, afetam diretamente o círculo familiar da presidente. Desde o anúncio à população pela mandatária, o interesse dos jornalistas pelo processo resultou em uma importante cobertura nos meios de comunicação, bem como em um acompanhamento do cronograma do processo.⁵⁹ As ações de comunicação e educação propostas pelo governo, assim como o trabalho do conselho de observadores cidadãos, estão disponibilizados na plataforma digital *Una Constitución para Chile* (www.unaconstitucionparachile.cl) desenvolvida pelo governo e cujo tema é “Por uma Constituição debatida em regime democrático para as novas gerações de cidadãos”. Nela explica-se o mecanismo constituinte por meio de vídeos, bem como os elementos de uma carta fundamental por meio de um “constitucionário” com personagens animais animados. A plataforma possui uma conta no Twitter (@Constitucion_CL).

59 O processo constituinte anunciado contempla 5 fases: 1) Processo de educação cívica e campanha comunicacional junto à população sobre o processo através de vídeos, spots, “constitucionario” (disponível em <constitucionario.cl>) e cartilhas informativas produzidas pelo governo; 2) Constituição de um conselho de observadores cidadãos para assegurar que os diálogos “sejam conduzidos de maneira transparente, livre, sem pressões nem distorções de nenhum tipo” e de modo pluralista; 3) Diálogos públicos em todo o Chile no nível comunal, provincial e regional (entre março e outubro de 2016); 4) Entrega das bases construídas pela sociedade, com as quais a presidente redigirá a proposta de Constituição a ser enviada ao Congresso em 2017; e 5) O Congresso deverá votar a reforma à Carta de 1980 e habilitar a próxima legislatura (2018-2022) a escolher entre 4 alternativas sobre como e quem decidirá sobre a nova Constituição: Congresso, convenção constituinte mista (parlamentares e cidadãos), Assembleia Constituinte composta por cidadãos ou um plebiscito.

O que a sociedade civil e as organizações sociais pensam a esse respeito? Diferentes pesquisas de opinião pública realizadas entre 2013 e 2015 apontam uma preferência clara da população por uma nova constituição e uma tendência majoritária de que o mecanismo seja uma Assembleia Constituinte. De acordo com a pesquisa nacional de valores sociais da Universidade de Santiago (USACH, 2015), 51,1% dos consultados preferem que o Congresso atribua a tarefa a uma Assembleia Constituinte e que o texto seja ratificado em plebiscito, enquanto 17% acham que essa Assembleia deva ser convocada e constituída por organizações sociais. Uma minoria (2,6%) acha que essa missão compete exclusivamente aos legisladores. Em resumo, 68,1% dos entrevistados consideram que o método ideal é por meio de uma Assembleia Constituinte.

Diferentes organizações não governamentais vêm se mobilizando ativamente há anos, muito antes do anúncio presidencial, recorrendo a modalidades de mobilização off-line, online, articuladas e por meio da imprensa. Essa demanda fez parte até mesmo das mobilizações estudantis de 2011 e posteriores. Em 2013 foi realizado no Congresso um encontro aberto que reuniu acadêmicos, constitucionalistas, líderes sociais e representantes de iniciativas de mobilização constituinte de centro-esquerda, com o apoio da Fundação Friedrich Ebert e da Fundação Chile 21. Foram apresentadas comparações entre processos similares na Colômbia, Equador, Espanha e Brasil. O encontro, cujo tema era “Nova república: manifesto plebiscito para uma nova Constituição”, resultou no livro *Plebiscito para una Nueva Constitución*, disponível gratuitamente na Internet.⁶⁰ Ao convidar os leitores a apoiar um abaixo-assinado por um plebiscito, argumentava: “passamos quase um quarto de século de democracia com uma Constituição herdada de uma ditadura. É urgente reparar esse déficit fundamental da transição chilena, que constitui uma dívida para com as futuras gerações”.

Embora não seja o caso do Chile, no âmbito internacional existem experiências específicas de participação da população que se apoiaram na constru-

60 Ver <issuu.com/nuevarepublica/docs/libro_plebiscito_nueva_constituci_>.

ção de plataformas online para reformar a constituição, consideradas em certa medida experiências de ativismo online. É o caso da Islândia em 2011. Por meio de uma plataforma especialmente desenvolvida para esse propósito, os islandeses podiam consultar semanalmente os novos artigos propostos pelo conselho constitucional responsável pelo processo de reforma para sua inclusão na carta magna e comentar sobre os mesmos. No modelo islandês, os textos propostos também eram publicados no Facebook e no Twitter. No YouTube eram postadas periodicamente entrevistas com cada um dos 25 membros do conselho constitucional e no Flickr encontrava-se o registro visual do trabalho dos conselheiros. Além do website do governo chileno já mencionado, após o anúncio de um processo constituinte surgiram diversas experiências de articulação off-line e online, de basicamente dois tipos: cidadãs⁶¹ e aquelas relacionadas com fundações ou centros de estudos. A seguir serão detalhadas as experiências que apresentaram maior atividade off-line-online durante a fase de pesquisa.

Iniciativas cidadãs: Marca AC, Marca tu Voto e Poder Social Constituyente

Marca AC, ou Marca Assembleia Constituinte, é uma iniciativa cidadã de espírito pluralista a favor de uma assembleia constituinte que se tornou ampla-

61 Com diferentes graus de atualização e não detalhadas neste capítulo encontram-se: 1) *Plebiscito Ahora* (plebiscitoahora.cl), uma plataforma online organizada por cerca de 20 organizações sociais para recolher assinaturas e convidar outras organizações sociais a apoiar a realização de um plebiscito e a substituição da carta fundamental; 2) *Asamblea Constituyente* (asambleaconstituyente.cl) se define como uma comunidade informativa virtual. É preciso se registrar para votar, mas teve muita atividade durante 2013; 3) *Constituyente Social* (constituyente.cl) tem como lema “no caminho da sociedade e dos povos até a constituinte social”; 4) *Constituyente Chile* (constituyentechile.cl), do Movimento pela Assembleia Constituinte do Chile dispõe de uma plataforma que informa sobre diferentes mobilizações e ações cidadãs em todo o Chile a favor da assembleia constituinte. Também mantém diferentes espaços de debate sobre o tema em diversas cidades e provê informação sobre congressos internacionais, como o VI Congresso Internacional Poder Constituinte realizado no Panamá em novembro de 2015, com o Chile como expositor junto ao Panamá, Catalunha, Grécia, Equador e Espanha; e 5) *Poder Social Constituyente* (podersocialxac.wordpress.com), que se apresenta como uma “articulação de cidadãos, movimentos e organizações sociais que trabalham de maneira coordenada por uma assembleia constituinte”.

mente conhecida nos meios de comunicação, na Internet e através das redes sociais em 2013, no marco da campanha presidencial e parlamentar daquele ano. As organizações por trás da iniciativa recorreram a vídeos educacionais virais para explicar aos cidadãos de que se trata esse movimento político. Os vídeos mostram ações junto a cidadãos em diferentes partes do país e destacam as necessidades de mudança da carta magna atual, tais como o reconhecimento dos povos originários, o poder dos cidadãos de decidir sobre o uso de recursos naturais, a incorporação do plebiscito e da participação social, entre outros. Seu objetivo foi fazer com que chilenos e chilenas marcassem “AC” em suas cédulas de votação, assegurando que o gesto de escrever essas iniciais na cédula não invalidaria sua escolha e permitiria contabilizar quantos eleitores preferiam essa opção. Em maio daquele ano, personalidades do mundo social, político, acadêmico e cultural lançaram a campanha. Durante os comícios contaram com representantes voluntários em quase todo o Chile. As ações das organizações sociais participantes da *Marca tu Voto* estavam previamente presentes e integradas às mobilizações pela educação de 2011, por exemplo, pois, para seus líderes, o argumento de mudar a constituição era a maneira de garantir educação pública e gratuita ou o direito à saúde. De fato, entre os apoiadores do movimento figuram os principais líderes universitários das mobilizações de 2011 e 2012, além de poetas, atores, comediantes e escritores. A campanha recorreu ao Twitter (@marcatuvoto), Facebook (www.facebook.com/Marcatuvoto) e à web (movimientoporlaconstituyente.cl), cujo site já não está mais ativo. Marca AC aparece inscrita como Asamblea Constituyente no Twitter desde agosto de 2013 (@Marca_AC) e costuma retuitar o movimento espanhol Podemos (@ahorapodemos). Embora a Marca AC mantenha um perfil próprio na Internet, faz parte do movimento Poder Social Constituyente, criado em 2014 e que reúne, por sua vez, mais de 150 organizações não governamentais, movimentos sociais, centros culturais e apoiadores individuais. Assim define a edição chilena do *Le Monde Diplomatique*, que apoia essa modalidade de reforma constitucional:

“É uma nova articulação, diversa e aberta, de organizações, movimentos sociais, estudantis, de trabalhadores, de moradores, de povos originários, ambientalistas, da diversidade sexual, cidadãos e cidadãs que demandam um processo constituinte vinculante e democrático por meio de uma assembleia constituinte. Convoca diversas forças e pessoas que tem se mobilizado por essa demanda — entre elas, Marca AC, Foro Social por la AC, Wiki AC e Constituyente Concepción — e convida todos aqueles que queiram somar esforços para esse sonho de transformação social para alcançarmos a democratização definitiva que o país espera”.

Uma das primeiras ações que marcaram a criação desse movimento social, que também participou da Marcha Nacional pela Assembleia Constituinte de 2014, foi a entrega por parte dos representantes do movimento, no palácio de La Moneda, naquele mesmo ano, do manifesto intitulado “Sem AC não há nova Constituição”, no qual demandavam uma nova Carta. Outra das estratégias de comunicação off-line empreendidas desde sua criação é a realização de diversos encontros cidadãos pelo país. Em vez de um website, mantém um blog no WordPress e uma conta no Facebook (www.facebook.com/podersocialAC). A estratégia utilizada pelos organizadores do movimento, nesse caso, foi que a marcha ocorresse sucessivamente durante quatro dias em todo o Chile, entre os dias 21 e 24 de novembro, para assegurar a disseminação local e permanecer mais tempo no radar dos meios de comunicação de cada cidade.

Fundações e centros de estudo: Tu Constitución e La Lupa de la Constitución

Tu Constitución (tuconstitucion.cl), cujo lema é “teus sonhos, nosso futuro”, é um projeto promovido pela Fundação Democracia y Desarrollo (www.fdd.cl), do ex-presidente Ricardo Lagos (2000-2006), que lançou a plataforma

web durante coletiva de imprensa em 24 de março de 2015, afirmando que “a tecnologia nos permite o que antes não era possível e devemos aproveitar os avanços proporcionados pelo novo século para enriquecer a participação social”. Ao final do processo, previsto para o primeiro semestre de 2016, será entregue à presidente Bachelet um texto constitucional com base nas contribuições recebidas. Analisando as notícias da imprensa disponíveis no site da plataforma, percebe-se uma ampla cobertura do lançamento, embora haja um foco maior em sua associação à figura de Lagos como gestor da iniciativa do que na ideia defendida pelos organizadores, de que se trata de uma iniciativa de participação cidadã transversal. Esse ângulo jornalístico se intensifica ao longo de 2015, como ilustra o título de um artigo publicado em 29 de novembro de 2015, um domingo, um dos dias de maior leitura dos jornais no Chile: “Ex-presidente Lagos marca proposta constitucional para março”. De acordo com o diretor do projeto,⁶² no entanto, Tu Constitución é uma plataforma de participação digital que busca reunir contribuições da sociedade para um novo texto constitucional e aproveitar a oportunidade oferecida pelas tecnologias aos processos democráticos em termos de coordenação da inteligência coletiva. Em entrevista ao jornal chileno *La Nación*, declara:

“Não estamos elaborando uma constituição. Estamos reunindo as opiniões dos cidadãos chilenos e agregando suas ideias para uma nova constituição [...]. O objetivo é que a sociedade possa expor suas próprias ideias, desejos e sonhos em relação à lei fundamental que é a Constituição, e à qual nos referimos pela metáfora ‘a casa de todos’, que é onde nos sentimos protegidos”.

O conceito central, afirmam, é a prática de *crowdsourcing* de ideias aplicada aos processos políticos, que também pode melhorar a democracia, já que, “pela primeira vez na história as tecnologias digitais nos permitem aproveitar o poder e conhecimento disperso na sociedade para colaborar em projetos em

62 Gonzalo Cowley. O projeto recebe financiamento da Fundação Telefônica.

escalas antes inimagináveis”, afirma Luis Santana, diretor de projetos da Fundação. Para participar é preciso inscrever-se na plataforma, que atua como um repositório e não promove a interação aberta entre os cidadãos. A equipe de profissionais divide-se em três áreas: 1) cidadania e redes; 2) comunicações e plataforma digital; e 3) área jurídica e de conteúdo. Ao entrar na plataforma, lê-se o chamado “Envie hoje suas propostas para a nova Carta Fundamental, para que ela seja também a Sua Constituição”. Os conteúdos recebidos são analisados por profissionais da área de história e ciência política, responsáveis por classificar as ideias em 7 temas macro e cerca de 100 subtemas, com base em uma estrutura previamente estabelecida que contém toda carta fundamental (como nacionalidade, cidadania, garantias constitucionais, educação, descentralização, mecanismos de reforma, entre outros). Periodicamente as contribuições dos cidadãos são enviadas a um conselho diretor composto por um grupo de 16 advogados constitucionalistas de diferentes orientações políticas, acadêmicos e pesquisadores de nove universidades e centros de estudos. O conselho é presidido por Ricardo Lagos.⁶³

À primeira vista, Tu Constitución parece existir somente enquanto modalidade online. No entanto, articula-se com a sociedade civil através de oficinas de educação cívica e informação *in situ* sobre o projeto, a cargo dos profissionais da área de cidadania, que trabalham junto a organizações de diversos fins, sobretudo aquelas localizadas na região metropolitana. A plataforma também promove debates temáticos específicos para motivar a sociedade a opinar, bem como pesquisas de opinião pública periódicas sobre diferentes temas. As profissionais dessa área defendem que, embora seja possível, por meio da Internet, atingir diferentes públicos e os cidadãos possam participar em diferentes momentos, de acordo com motivações e opiniões muito distintas, o trabalho presencial é fundamental. Preocupam-se em esclarecer que um dos limites é a ilusão deliberativa, ou seja, o fato de as pessoas acreditarem que sua opinião será traduzida em uma

63 Esse aspecto do projeto não ficou livre de polêmicas. Um dos constitucionalistas convidados, Fernando Atria, renunciou ao conselho por considerar que a perspectiva do trabalho do conselho mudou, distanciando-se do propósito inicial para o qual foram chamados. Sua renúncia foi comentada pelo ex-presidente através da imprensa.

tomada de decisão. Por isso, consideram relevante a análise das ideias, que as pessoas sintam que sua contribuição tenha sido levada em conta.

Para participar da plataforma, compartilhar ideias, realizar consultas online ou debater é necessário inscrever-se no site ou usar a conta de usuário de redes sociais, a não ser que faça parte de alguma das 81 organizações sociais ou instituições que a equipe da área de cidadania tenha como meta contatar para o trabalho em campo (15 centros de estudo, 66 organizações e coletivos). A seleção das organizações obedece a agendas temáticas, em áreas como ciência e tecnologia, descentralização, pessoas portadoras de deficiências, diversidade sexual, educação, infância, laicismo, meio ambiente, direitos dos animais, imigração, movimento constituinte, igualdade de gênero, participação política, cidadania, transparência, pobreza, saúde e voluntariado. Os membros das organizações podem enviar suas contribuições por escrito *in loco*, enviá-las por e-mail ou criar um perfil de usuário na plataforma. As contribuições das organizações podem ser feitas em nome de um coletivo ou de modo individual. Quanto à participação por gênero dos usuários da plataforma, segundo dados fornecidos por Tu Constitución, em novembro de 2015 havia mais homens (60,8%) do que mulheres (39,2%). Embora seja acessível de todo o país (e planeta), 66% das visitas à página vêm da região metropolitana, seguido pelas regiões de Valparaíso, Bio Bio, Maule e Araucanía, o que, sem dúvida, aponta limites para os propósitos delineados pelo próprio projeto, já que a interação online ainda se mantém bastante centralizada. Até novembro de 2015 a plataforma obteve 80 mil visitas e 29 mil interações. A faixa etária de maior participação é a de 25-34 anos (cerca de 25%), seguido da de 35-44 anos (cerca de 18%). Perto de 15% dos usuários pertencem às faixas de 18-24 e 55-64 anos, seguidos de perto pelos da faixa de 45-54 anos. Os usuários menos frequentes são os acima de 65 anos. Perto de 10% das visitas vêm do exterior (Estados Unidos, França, Espanha e Argentina, entre outros). Quanto ao uso das redes sociais, foram registrados, até setembro de 2015, 392 mil impressões de tuítes, 15.455 visitas ao perfil, 1.714.941 impressões de posts do Facebook e 12.807 cliques nos posts.

A página possui diferentes seções: um glossário constitucional de consulta livre, um espaço definido como uma plataforma colaborativa de propostas para uma nova constituição e uma seção “na mídia”, com um clipping de notícias da imprensa e informações de contato para jornalistas. Mais abaixo, a página apresenta diversas opiniões, pesquisas e uma caixa de sonhos. A caixa de sonhos também existe na modalidade off-line. Trata-se de uma caixa de papelão que pode ser levada para o local de trabalho, organização ou comunidade, para receber “sonhos” escritos em papel, posteriormente analisados pelos profissionais do projeto. Outra seção, a linha constitucional, apresenta as diferentes constituições e suas modificações, disponíveis para download. Também há uma seção de notícias, vídeos de participantes, documentos sobre algum tema constitucional e uma seção com material sobre a história constitucional do Chile disponível para download. A plataforma inclui mais de 20 pesquisas rápidas online. Também hospedou durante certo período o projeto *La Constitución que Yo Quiero* (laconstitucionqueyoquiero.cl),⁶⁴ um concurso de ideias voltado a professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio com o patrocínio do Unicef, da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e da Fundação Chile cujo objetivo é promover uma educação cívica em torno do tema do sistema político chileno para as novas gerações.

A plataforma *La Lupa de la Constitución* (lalupadelaconstitucion.cl), com licença Creative Commons, foi criada como uma resposta direta ao anúncio do processo constituinte realizado pela presidente Michelle Bachelet em outubro de 2015. Nesse sentido, entre suas seções figuram os compromissos feitos pela presidente e o estágio atual do processo. O site possui dez seções:

64 O concurso surge em 2013 com 27 escolas participantes, promovido pelo Núcleo Milênio para o Estudo da Estatalidade e da Democracia na América Latina e pela Faculdade de Educação da PUC do Chile e pela Biblioteca do Congresso Nacional. Responsáveis: Juan Pablo Luna e Ana María Farías, ambos cientistas políticos com Ph.D. pela PUC do Chile. Em 2015 competiram 96 propostas em diferentes níveis de ensino, embora a categoria de organizações estudantis tenha tido poucos participantes e quatro ganhadores. Segundo Farías (2015), a plataforma ajudou-os a mais do que triplicar as propostas, a incluir vídeos com o chamamento para o concurso no YouTube, bem como usar o Facebook e o Twitter para disseminar a iniciativa entre crianças, adolescentes e professores.

“início”, “Constituição”, “governo”, “Direito”, “notícias”, “opine”, “vote”, “colunas de opinião”, “nós” e “downloads”. Assim descreve seu objetivo:

Nos últimos anos tornou-se mais valiosa para a sociedade a criação de ferramentas e mecanismos de participação social e isso tem feito com que os cidadãos demandem mais dos governos e que os sistemas políticos sejam mais transparentes e participativos. É por isso que a Universidade do Desenvolvimento criou a Lupa da Constituição, uma plataforma digital de participação social que pretende ser uma contribuição para o debate público em matéria constitucional, e cujo objetivo central é fomentar a participação da sociedade.

Seu objetivo é contribuir para a discussão sobre a criação de uma nova constituição, fomentar a participação social e a educação cívica por meio de infográficos e vídeos curtos. Os usuários podem votar e contribuir com suas ideias e opiniões sobre o que gostariam que fosse incluído em uma nova constituição. A principal inovação dessa plataforma, ligada à Universidade do Desenvolvimento, é a aliança com os meios de comunicação, com o canal de televisão CNN Chile e a Rádio Bío Bío, auxiliando a cobertura sobre o cumprimento dos compromissos anunciados pelo governo em relação à reforma constitucional proposta. Embora seja necessário registrar-se no site para enviar uma ideia, a seção “opine” exhibe algumas das contribuições recebidas e permite que se vote nelas. Um dos exemplos entre as mais votadas é a ideia de um sistema federativo: “gostaria que o Chile fosse um país mais descentralizado, mas em um sentido completamente benéfico para o país [...]. Se o Chile fosse dividido por estados, cada estado poderia estar mais preparado para qualquer situação”. Outra proposta bastante votada é a de que todos os políticos estejam sujeitos às mesmas cláusulas de qualquer trabalhador, que sejam descontados em caso de falta e no caso de ausências não justificadas sejam despedidos. Outra, ainda, sugere que todos os decretos de lei sejam definidos e propostos pela sociedade. Alguns dos participantes colocam sua foto no perfil, permitindo sua identificação. Os

documentos disponíveis para download são artigos especializados recém-publicados em revistas científicas e relacionados ao tema. Na seção “Constituição” está disponível o subtema “outras constituições no mundo”, que inclui um mapa em que se pode clicar nos países que passaram por processos constituintes e conhecer suas particularidades. O mapa interativo foi elaborado através da ferramenta infogr.am, que promove a criação de cartas e infográficos e é usada pela Transparência Internacional, pelo *Huffington Post*, *Euronews* e Universidade de Cambridge, entre outros. As constituições da América Latina estão em uma seção especial, assim como uma comparação entre as constituições. Também é possível assinar uma newsletter. Todos os conteúdos podem ser compartilhados pelo Facebook e pelo YouTube.

4. Conclusões

A análise da articulação das lógicas de comunicação-ação online-off-line, no caso das mobilizações estudantis de 2011, mostra que, embora os jovens adolescentes e universitários tenham feito uso do repertório comunicacional disponível indistintamente em ambos os espaços, tanto para se associar, organizar o movimento, como para se comunicar com a população e convidá-la a participar, tal uso não foi linear (como se o online precedesse ou sucedesse o off-line, ou vice-versa), mas simultâneo e indivisível. Para um jovem ativista conectado, provavelmente a esfera pública não se localiza nem se constrói exclusivamente no off-line, como talvez continue acontecendo nos “tempos e espaços da política tradicional” (Portillo et al., 2012). A política tradicional se concentrava, e em boa medida ainda concentra, sua prática de comunicação e seu tempo prioritariamente nos meios tradicionais, assim como o mundo físico material. Para os jovens, em comparação, a esfera pública é não apenas mista (material-imaterial, off-line-online). Para eles, essa mescla não pode ser desfeita. Para tentar compreender suas estratégias de comunicação-ação, não se pode fazê-lo a partir de um código de leitura sequencial nem cronológico (switch online,

switch off-line, switch misto). Em outras palavras, o espaço público, para eles, está em permanente co-construção, de modo contingente, dependendo da ação que esteja em jogo (convocar, denunciar, debater, negociar, resolver, coexistir com outros movimentos e demandas etc.). Nesse sentido, o acesso diferenciado aos recursos online por parte dos estudantes secundaristas durante 2011 em relação aos universitários (por exemplo, menor acesso dos adolescentes a smartphones, por seu custo elevado), bem como o fato de não contarem com jornalistas contratados pelas associações estudantis (como ocorreu com as federações universitárias da Universidade do Chile, da Universidade Católica e com a CONFECH), além da prioridade dada ao Twitter como nova esfera de comunicação dos formadores de opinião pelos estudantes universitários, poderiam explicar em parte por que os porta-vozes das associações dos estudantes secundaristas da época se sentiram marginalizados pela cobertura jornalística e pela agenda noticiosa.

Contudo, há dois elementos transversais aos quais tanto os líderes secundaristas como os universitários atribuem grande importância para o sucesso do movimento. Primeiro, o trabalho off-line de diagnóstico e de levantamento de propostas, traduzido em uma mensagem inclusiva, com a qual as pessoas convidadas a participar da mobilização se sentissem representadas. Segundo, o papel dos meios de comunicação tradicionais para que a população se informasse, conversasse sobre o movimento e até mesmo o apoiasse (mais importante que a “curtida” ou as assinaturas em uma modalidade de redes sociais), ou seja, seu papel na formação de opinião pública do cidadão comum, que ainda opera principalmente pelo código off-line, o termômetro político, como chamava um dos líderes secundaristas. Isso é particularmente relevante uma vez que esses meios, além de perder a exclusividade da representação da realidade que antes detinham, são articuladores, agora e mais do que nunca, de duas gerações, os estudantes nativos digitais e aquela parte da população ainda majoritária (autoridades, famílias), cujos referenciais simbólicos e de realidade continuam sendo os meios tradicionais.

Por sua vez, No Alto Maipo representa um processo de articulação do online e off-line que, no caso do ativismo ambiental, é muito difícil chamar a atenção dos meios tradicionais, tal como ocorre na maioria dos movimentos ambientalistas em outros países da região. Suas ações, salvo poucas exceções nessa experiência pontual, quando cobertas pela imprensa tradicional, são retratadas de maneira superficial e focada na mobilização em si. Essa situação faz com que, muitas vezes, sejam ignorados pela imprensa nacional e sejam cobertos pela imprensa de outros países ou através de organizações internacionais e, uma vez atraída a atenção internacional, passam a ser considerados também pelos meios de seu território. O que parece estar em jogo aqui em termos comunicacionais é o controle sobre a agenda informativa dos meios para o sucesso desses ativistas cidadãos. Como afirmam Ulianova e Estenssoro (2012) em sua análise sobre a emergência da problemática ambiental no espaço social e político chileno, embora tenhamos assistido a novas formas de associativismo e novos atores políticos nesse tema, ainda é preciso uma grande presença da mídia e de conexões com redes internacionais para se conseguir posicionar suas demandas no nível global.

Quanto à experiência do processo constituinte, cujo início não pode ser reduzido ao anúncio presidencial de outubro de 2015, remontando ao ativismo de dezenas de organizações da sociedade civil ao longo de vários anos, o online aparece como um complemento identitário importante, ao permitir existir materialmente como organizações ativas. No entanto, como vimos, é produzido um certo caos no ciberespaço na tentativa de identificar os diferentes movimentos e seus pontos de vista, desordem que se aprofunda quando o internauta eventualmente interessado em participar percebe que determinado website não foi atualizado, algo difícil de se manter no mundo online. Também se discutiu como esse processo foi acompanhado pela emergência de duas grandes plataformas online, uma de um *think-tank* de um ex-presidente (Tu Constitución) e outra de uma universidade privada (La Lupa de la Constitución), que poderiam ser identificadas editorialmente com a centro-esquerda, no

primeiro caso, e com a centro-direita, no segundo. Ambas se apresentam como espaços de participação social, mas, na prática, o Tu Constitución opera mais como um repositório momentâneo (de um ano de duração) das contribuições dos usuários e dos temas que eles relacionam com a discussão de uma nova constituição para o Chile, o que não é público, para serem sistematizadas em um documento comum, a ser anunciado ao país ao final do processo. Torna-se inevitável, assim, associar tal plataforma à figura de um ex-presidente, como de fato o fez a imprensa. No segundo caso, o La Lupa de la Constitución, há uma opção de compartilhar parte das ideias dos cidadãos sobre uma nova constituição e, sobretudo, uma decisão de se aliar com os meios de comunicação de massa mais representativos e mais confiados pela sociedade em termos de independência, imparcialidade e pluralismo informativo, como o são a CNN Chile (o único país que possui um canal CNN próprio da América Latina) e a Rádio Bío Bío, meio tradicional que se estabeleceu durante o terremoto e maremoto de 2010 como um dos meios com maior credibilidade entre os chilenos e chilenas.

Como se vê, nos três casos selecionados, como afirmam Sorj e Fausto (2015), o impacto da Internet sobre a comunicação e a mobilização social na esfera pública em geral e na sociedade civil em particular, não revoluciona necessariamente as formas de participação política nem consegue recriar as instituições democráticas. Em vez disso, o que se observa é uma complexidade de atores heterogêneos, interconectados e articulados em um devir off-line-online que só pode ser compreendido em superposição (Sorj, 2015). No entanto, na terceira onda dos movimentos sociais descrita por esse autor, ou seja, aquela que aproveita o ciberespaço como um elemento central de sua atuação pública, reconhecemos transversalmente, nos três casos analisados, a importância dos jornalistas e da cobertura informativa nos meios tradicionais, ao menos até agora, para os ativistas envolvidos nessa articulação.

5. Referências

Baeza, Jorge. "Culturas Juveniles: Acercamiento Bibliográfico". *Revista Medellín*, v. 29, n. 113, 2003. pp. 7-39.

Bennet, W. Lance; Segerberg, Alexandra. "The logic of connective action". *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, 2012. pp. 739-768.

Condeza, Rayén. "Las estrategias de comunicación de los adolescentes". *Cuadernos de información*, n. 24, 2009. pp. 69-80.

Fernández-Labbé, Juan. *La Protesta Social en Chile (2006-2011): Conflicto Social y Repertorios de Acción en Torno a los Movimientos Estudiantil, Mapuche y Ambiental*. Working Papers GL-CAPP. Madrid: Instituto Universitario Ortega y Gasset, 2013.

Fernández-Labbé, Juan. "Movimiento estudiantil en Chile 2011: repertorios de acción, marcos de acción colectiva, impactos y desafíos para la política pública". *Circunstancia*, v. 11, n. 31, 2013.

Hopke, Jill. "Occupy is not a place: A cross-case comparison of the 15M and Occupy movements". *Convergence: The International Journal of Research into New media Technologies*, 0-0, 2015. pp. 1-20.

Instituto Nacional de Juventud [INJUV]. *Séptima encuesta nacional de juventud*. Santiago (Chile): INJUV, 2012.

Meunier, Dominique; Condeza, Rayén. "Le mouvement 2.0 des lycéens chiliens de mai 2006: Usages des Tics et action collective". *Terminal, Technologie de l'information, culture Société*, n. 111, 2012. pp. 33-48.

Ministerio de Educación. *SimceTIC: Informe de resultados*. Santiago: Mineduc, 2013.

Moraga, Pilar. "Principio 10 y desarrollo eléctrico: Participación y acceso a la justicia en miras a la implementación de tribunales especializados". *Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso*, n. 39, 2012. pp. 291-317.

Mundaca, Rodrigo. *La Privatización de las Aguas en Chile: Causas y Resistencias*. Santiago: América en movimiento, 2015. Disponível em: <americaenmovimiento.cl/wp-content/uploads/2015/01/agua-03-introduccion1.pdf>.

Portillo, Maricela; Urteaga, Maritza; González, Yanko; Aguilera, Óscar; Feixa, Carles. "De la generación X a la generación @. Trazos transicionales e identidades juveniles en América Latina". Última década, v. 20, n. 37, 2012. pp. 137-174.

Puga, Ismael. "Escuela y estratificación social en Chile: ¿cuál es el rol de la municipalización y la educación particular subvencionada en la reproducción de la desigualdad social?". *Estudios Pedagógicos*, v. 37, n. 2, 2011. pp. 213-232.

Quintana, Antonio. "De la cultura juvenil a la ciber cultura juvenil. Más allá del prefijo de ciber". *Ciber cultura juvenil, Revista IDEP*, n. 18, 2010. pp. 77-93.

Scherman, Andrés; Arriagada, Arturo; Valenzuela, Sebastián. "Student and Environmental Protests in Chile: The Role of Social Media". *Politics*, v. 35, n. 2, 2015. pp. 151-171. DOI: 10.1111/1467-9256.1207.

Schuster, Martín. "La desafección de los chilenos con los partidos políticos: Diferencias entre jóvenes y el resto de la población". *Observatorio electoral*, v. 1, n. 7, 2008.

Sorj, Bernardo. "Online / off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública". In: Bernardo Sorj e Sérgio Fausto (Org.). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015.

Subsecretaría de Telecomunicaciones [Subtel]. *Encuesta Nacional de Acceso y Usos de Internet*. Santiago (Chile): Subtel, 2015. Disponible em: <www.subtel.gob.cl/wpcontent/uploads/2015/04/Presentacion_Final_Sexta_Encuesta_vers_16102015.pdf>.

Stager, Matías; Núñez, Juan Luis. *Uso de Internet en Chile: La Otra Brecha que nos Divide*. Santiago (Chile): Centro de Estudios Digitales/Fundación País Digital, 2015.

Universidad de Santiago de Chile [USACH] (2015). *Estudio de valores sociales. Síntesis de resultados. Medición enero 2015*. Disponible em: <www.fae.usach.cl/fae/docs/estudioDeValores/EstudioValoresSociales01-2015.pdf>.

Colômbia

María Paula Martínez¹

Estefanía Avella Bermúdez²

1. Introdução
2. Panorama do ambiente legal e político no qual opera a sociedade civil, incluindo o ciberespaço
3. Estudos de caso
 - Caso 1: A Paralisação Nacional Agrária (PNA)
 - Caso 2: A Marcha das Vadias
 - Caso 3: A Marcha pela Vida
4. Considerações finais
5. Referências

1 Cientista política e jornalista. Professora do centro de Estudos em Jornalismo da Universidade de Los Andes em Bogotá. Coautora do relatório *Mapping Digital Media* (OSF). Criadora do site *MediosenColombia.com*. Bolsista do programa Chicas Poderosas em 2015. E-mail: mp.martinez132@uniandes.edu.co

2 Antropóloga e cientista política. Jornalista da mídia digital Cerosetenta. E-mail: me.avella1083@uniandes.edu.co

1. Introdução

Desde 1991, a nova constituição da Colômbia³ definiu o país como heterogêneo, multiétnico e plurirreligioso,⁴ como um Estado social de direito e como uma república democrática, participativa e pluralista, que promove as condições de igualdade para favorecer grupos discriminados ou marginalizados. Além disso, essa nova Carta instaurou mecanismos de participação democrática direta (como o referendo, o plebiscito e reuniões locais abertas à comunidade) e legitimou os movimentos sociais como atores políticos. Apesar disso, embora a nova constituição tenha criado e garantido espaços para a mobilização social, não se pode deixar de reconhecer que a conformação da sociedade civil remonta ao início do século 20 com o surgimento das primeiras organizações sociais, especificamente dos sindicatos de trabalhadores que tinham as greves como seu principal meio de protesto. Segundo o pesquisador Francisco Hernández, “os primeiros sindicatos e as primeiras greves envolveram trabalhadores especializados, tais como os ferroviários, vidreiros, operários, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, marceneiros etc.”⁵ Na segunda metade do século, no contexto da implementação da Frente Nacional (a alternância do poder presidencial entre dois partidos políticos opostos),⁶ a sociedade civil, em suas diferentes manifestações, esteve ativa e participou ativamente em momentos específicos. Para o historiador Mauricio Archila, durante as décadas anteriores à Constituição de 1991, a sociedade e as diferentes expressões de conflituosidade

3 Constituição Política da Colômbia, seção I, art. 1º. Disponível em: <www.senado.gov.co/imagenes/stories/Informacion_General/constitucion_politica.pdf>.

4 Até então, a Constituição de 1886 definia a Colômbia como um Estado católico (art. 38).

5 Francisco Hernández, *Sindicalismo en Colombia: Implicaciones Sociales y Políticas*. Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana, 2004. p. 60.

6 Entende-se como Frente Nacional o período compreendido entre 1958 e 1974, durante o qual o Partido Conservador e o Partido Liberal alternaram-se à frente do poder Executivo a cada quatro anos. A alternância pôs fim a um período de violência bipartidária, mas excluiu os demais partidos.

social não ficaram invisíveis frente à percepção de desigualdades e exclusão social; reconhece inclusive que atores como os indígenas e as mulheres — apesar de sua pouca visibilidade — ampliaram o espectro dos conflitos sociais no país.⁷

Os movimentos sociais na Colômbia têm sido determinados, em grande medida, pelas dinâmicas políticas e econômicas do país, o que resulta em um terreno frágil para sua consolidação, mas, sobretudo, para sua permanência no tempo. Sobre isso, Archila afirma: “a desinstitucionalização da ação social e a precária autonomia, ameaçada ainda mais pelas diversas manifestações de violência, são realidades contundentes que mostram a fragilidade de nossos movimentos sociais. Embora a responsabilidade por essa situação não seja exclusiva do Estado, pois diz respeito aos próprios atores sociais e seus aliados, também é verdade que esse é um resultado de sua força seletiva e presença desigual”.⁸ Durante o século 20, sobretudo nos anos anteriores à Constituição de 1991, protestos sociais foram uma constância na Colômbia, mas dificilmente pode-se falar em movimentos sociais consolidados. “As organizações sindicais, apesar de reunir importantes setores da população, não são suficientes para superar a fragilidade dos atores sociais. Não por estarem divididas ou porque não sejam centralizadas e de alcance nacional, [mas] pela baixa representatividade de algumas estruturas organizacionais”,⁹ disse Archila. Mais recentemente, na virada do século e sob nova Constituição, os movimentos sociais e a ação das ONG tornaram-se visíveis diante de sua resistência às mudanças impostas por um contexto de globalização neoliberal. No contexto do Plano Colômbia¹⁰ e a

7 Mauricio Archila, *Idas y Venidas, Vueltas y Revueltas: Protestas sociales en Colombia 1958-1990*. Bogotá: Cinep, 2005. p. 215.

8 *Ibid.*, pp. 373-4.

9 *Ibid.*, pp. 470-1.

10 Durante a administração de Andrés Pastrana (1998-2002) firmou-se o acordo bilateral entre os Estados Unidos e a Colômbia denominado Plano Colômbia. Desde 1999, o governo norte-americano oferece assistência econômica principalmente para intensificar a luta contra as drogas e para expandir e consolidar a presença do governo no território nacional e melhorar as condições de vida dos colombianos mais vulneráveis por meio de oportunidades sociais e econômicas. O Plano continuou durante a presidência de Álvaro Uribe Vélez e completou 15 anos

assinatura de diversos tratados de livre comércio e da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA),¹¹ intensificaram-se os protestos por parte dos movimentos sociais no país e no exterior.¹² Ainda assim, o conflito armado tem influenciado o processo recente de reorganização social no país. A violência produz efeitos negativos em termos de assassinados, deslocamentos e exílio de líderes e ativistas, além do enfraquecimento das mesmas organizações que, em alguns casos, tendem a desaparecer. Mas também é preciso considerar, defende Archila, que a mesma violência provocou “respostas corajosas por parte dos atores sociais. [...] As pessoas continuam a resistir, embora em condições difíceis”.¹³

Na Colômbia, as lutas sociais também têm sido afetadas por um contexto de conflito armado interno — o mais antigo da América Latina. Isso tem sujeitado a política interna e desencadeado lutas e protestos por parte da sociedade civil, que se manifesta contrariamente à violência, aos efeitos negativos das tentativas do governo de mitigar o conflito e às tentativas institucionais de promover um desenvolvimento econômico e social que beneficie investidores estrangeiros em detrimento da indústria nacional.¹⁴ Segundo o Centro de Pesquisa e Educação Popular (Cinep), nos últimos anos vêm surgindo no país novas

no início de 2016. No contexto do processo de paz, a aliança tomou novos rumos e, segundo o acordo entre o presidente Juan Manuel Santos e Barack Obama, celebrado em janeiro de 2016, a partir de 2017 a ajuda do país norte-americano será destinada ao pós-conflito e, em especial, ao processo de retirada de minas terrestres.

11 A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) trata da expansão do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês) para os demais Estados do continente, com exceção de Cuba. A Colômbia ratificou o tratado com os países signatários do NAFTA (Estados Unidos, México e Canadá).

12 Mauricio Archila, “Los movimientos sociales en la encrucijada del siglo XXI”. In: Francisco Leal Buitrago (Org.), *En la encrucijada: Colombia en el siglo XXI*. Bogotá: Grupo editorial Norma, 2006. p. 281.

13 *Ibid.*, p. 276.

14 Segundo o relatório da Associação Nacional de Instituições Financeiras (ANIF), o balanço dos tratados de livre comércio em 2013-2014 foi negativo para o país. Não apenas o valor exportado caiu nos doze meses anteriores a março de 2015, como o impacto no fluxo comercial se deu em setores importantes do país. Ver <www.elnuevosiglo.com.co/articulos/6-2015-exportaciones-v%C3%ADa-tlc-cayeron-en-el-%C3%BAltimo-a%C3%B1o.html>.

modalidades de luta, como as ações de resistência e desobediência civil frente ao conflito armado.¹⁵ Um claro exemplo disso é exatamente a marcha de 4 de fevereiro de 2008, que contou com a participação em massa de doze milhões de colombianos. Fechando avenidas com cartazes nas mãos, camisetas brancas e com um espírito de indignação coletiva, conseguiram se consolidar como a marcha que transformou a mobilização social na Colômbia. Sua originalidade residia não apenas na adesão massiva em todo o país e até mesmo no exterior, mas também no fato de haver surgido no Facebook pelas mãos de um cibernauta comum.

Nesse dia, o maior jornal do país, *El Tiempo*, escreveu:

“A história dirá que a primeira grande marcha realizada em diferentes partes do planeta, de maneira simultânea e convocada por uma rede social (Facebook) foi realizada contra as Farc, um grupo ‘terrorista’ acusado de cometer sequestros e assassinatos na Colômbia e que milhões de pessoas se manifestaram, marchando de maneira pacífica em todos os continentes”.¹⁶

Naquele momento o Facebook havia sido lançado há quatro anos nos Estados Unidos e possuía uma versão em espanhol há apenas um ano. Logo viria a Primavera Árabe em 2010, o *Occupy* em 2011 e outros movimentos e campanhas sociais que começaram a ocupar o ciberespaço, demonstrando a existência de um novo cenário público de encontro das massas. Na Colômbia, a Internet voltaria a mostrar sua força com a campanha presidencial de Antanas Mockus em 2010, ao produzir o fenômeno digital de política 2.0 conhecido como a “onda verde”.

15 Centro de Investigación y Educación Popular [Cinep], *Luchas sociales en Colombia*, 2013. Bogotá: Cinep/Programa por la paz, 2014. p. 558. Disponível em: <comosoc.org/IMG/pdf/informe_especial_cinep_protestas_2013.pdf>.

16 “Marcha contra las Farc, mayor movilización en la historia del país”. *El Tiempo*, 4 fev. 2008. Consultado em 20 out. 2015. Disponível em: <www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-3945957>.

Em um país com um histórico de alto nível de abstenção do voto — cerca de 60% —, a campanha eleitoral do Partido Verde conseguiu uma mobilização digital sem precedentes, atraindo os jovens que, por iniciativa própria, produziram *flashmobs*,¹⁷ peças digitais, vídeos, imagens etc., convertendo as redes sociais em espaços abertos de expressão política. Nelas criou-se um ambiente de comunidade e apoio em torno de um candidato atípico no contexto colombiano, sem família política nem partidos tradicionais que o apoiassem. Mockus, que é um acadêmico de ascendência lituana, ex-reitor da Universidade Nacional da Colômbia e criador da ONG Corpovisionarios,¹⁸ transformou-se em um político “antipolítico”, que emocionou e ainda emociona setores da juventude através das redes sociais.

Mais recentemente, o atual processo de paz que o governo avança com a guerrilha das Farc em Havana, Cuba, tem sido uma parte fundamental da transformação da sociedade civil colombiana. Desde o início dos diálogos, em 2012, estabeleceu-se uma agenda com cinco temas a negociar, um deles o da participação política. Nesse ponto são discutidos precisamente os direitos dos movimentos sociais e as garantias para a mobilização social no país. No “Acordo Geral para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura” reconheceu-se a necessidade de oferecer garantias à oposição política. Além disso, no rascunho conjunto referente a esse ponto da agenda, ratificado em 2013,¹⁹ considera-se que, para a construção e consolidação da paz é preciso uma ampliação democrática que permita o surgimento de novas forças no cenário político e social para tornar mais rico o debate e a deliberação em torno dos

17 *Flashmob* é um conceito novo (2003) usado em referência a atos coletivos relâmpagos. Uma ação ou intervenção no espaço público organizado por um grupo de pessoas que realiza algo incomum ou inesperado e se dispersa rapidamente.

18 Corpovisionarios é uma ONG criada por Antanas Mockus voltada para pesquisas interdisciplinares sobre cultura cidadã. Essa organização foi a responsável pelo desenvolvimento e organização da “Marcha pela Vida” de 2015.

19 Colômbia e Farc-EP, *Participación política: apertura democrática para construir la paz*. Habana, Cuba: Mesa de conversaciones para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera en Colombia, 2013.

problemas nacionais. Isso supõe garantias para que os cidadãos, reunidos em diferentes organizações e movimentos sociais e políticos, desenvolvam suas atividades e contribuam para a expressão de seus interesses por diferentes meios, incluindo o protesto social. Segundo esses acordos prévios, a mobilização e o protesto são considerados formas de ação política legítima que enriquecem a inclusão e a cidadania crítica, da mesma forma que o exercício ativo da liberdade de expressão.²⁰ Embora a Constituição de 1991 prevesse o reconhecimento e a ampliação dos direitos dos cidadãos e, em especial, a proteção daqueles que constituem minorias e grupos marginalizados, a ratificação dos acordos de paz supunha também uma maior promoção tanto do pluralismo político como das organizações, movimentos sociais e seus líderes, o que exige garantias e novos espaços de ação.

Nesse contexto de conformação e transformação da sociedade civil colombiana — que, mais recentemente, tem sido determinado pelos diálogos pela paz —, foram se desenvolvendo movimentos e mobilizações que inauguraram novas formas de protesto e que, para sua materialização, fizeram uso dos avanços tecnológicos e de um panorama de interconexão local, regional e mundial. Esse é o caso das três mobilizações que serão desenvolvidas neste capítulo.

2. Panorama do ambiente legal e político no qual opera a sociedade civil, incluindo o ciberespaço

A Colômbia é um país de 48 milhões de habitantes localizado no norte da América do Sul e que faz fronteira com o Panamá, Equador, Peru, Venezuela e Brasil. Com um PIB de 377,7 milhões de dólares, segundo cálculos do Banco Mundial,²¹ é a terceira economia do cone sul, depois do Brasil e da Argentina,

20 Eleonora Rabinovich, “Protesta, derechos y libertad de expresión”. In: Eleonora Rabinovich, Ana Lucía Magrini e Omar Rincón, *Vamos a portarnos mal: Protesta social y libertad de expresión en América Latina*. Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina/Fundación Friedrich Ebert [C3FES], 2011. p. 17.

21 Banco Mundial, “Datos Colombia”. Consultado em 10 nov. 2015. Disponível em: <datos.banco-mundial.org/pais/Colombia>.

e a segunda com maior crescimento nos últimos anos. A Colômbia possui uma das democracias mais estáveis da região, com um governo eleito com voto popular de forma quase ininterrupta desde o final do século 19. No entanto, é uma democracia em guerra que, há 50 anos, sofre com um conflito armado interno de guerrilhas e é um dos países mais desiguais do mundo, com um coeficiente de Gini de 53,5.²²

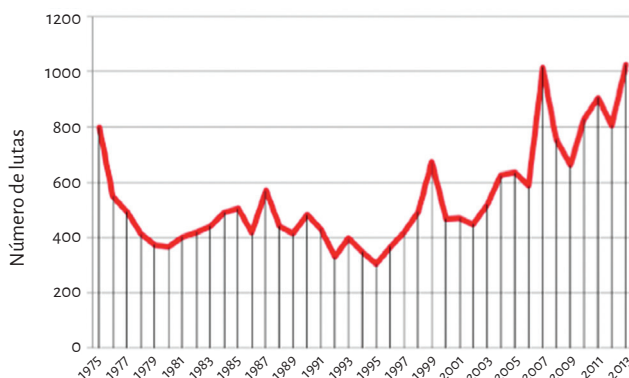
A Constituição de 1991 criou a Corte Constitucional para garantir a integridade e supremacia da carta constitucional e, por meio de suas decisões — que, em sua maioria, defende os princípios da igualdade, da dignidade humana e do livre desenvolvimento da personalidade —, tem demonstrado favorecer a sociedade civil. Segundo o pesquisador Esteban Restrepo, as decisões da Corte tem se valido de um “arsenal linguístico [cotidiano e inclusivo] que permite a formação e o fortalecimento de movimentos sociais [...] mais permanentes, tendentes à contestação e ao desmantelamento das estruturais mais arraigadas de opressão social”.²³ Por isso, desde o momento de sua criação tem se observado uma tendência de aumento do número de lutas sociais anuais na Colômbia que, nos anos mais recentes, atingiram as maiores cifras já registradas desde 1975. De acordo com o relatório do Cinep, durante 2014 foram registrados 1.025 protestos, que mostram um alto nível de mobilização, elevados níveis de participação social e uma notória visibilidade dos atores que fazem parte dessas lutas.²⁴

22 Banco Mundial. “Índice de Gini”. Consultado em 12 nov. 2015. Disponível em: <datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI>.

23 Esteban Restrepo, “Reforma constitucional y progreso social: ‘Constitucionalización de la vida cotidiana’ en Colombia”. In: Sela (*Seminario en Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política*) Papers, n. 14. New Haven, Estados Unidos: Yale Law School, 2002. Consultado em 12 out. 2015. Disponível em: <digitalcommons.lawyale.edu/yls_sela/14>.

24 Cinep, op. cit., p. 555.

Gráfico 1: Trajetória das lutas sociais na Colômbia (1975-2013)



Fonte: Centro de Investigación y Educación Popular [Cinep], *Luchas sociales en Colombia*, 2013. Bogotá: Cinep/Programa por la paz, 2014. p. 556.

Entre as modalidades de mobilização estão as greves de trabalhadores, as greves de fome, invasões, bloqueios de avenidas e estradas, distúrbios civis, ocupação de edifícios, ações de resistência e marchas (estas últimas foram as mais registradas em 2013: 58%). Quanto aos setores da população que lideraram as mobilizações no país, desde os anos 1990 tem havido uma diminuição relativa da visibilidade dos atores camponeses e assalariados, enquanto se observa um aumento de setores como o dos trabalhadores autônomos e habitantes das cidades.²⁵ Assim, entre 1975 e 2010 os assalariados (incluindo os operários e funcionários) e os camponeses (de arrendatários e colonos até donos de médias propriedades) haviam liderado 27% e 16% das lutas, respectivamente, diferentemente dos residentes urbanos (cidadãos comuns à frente das ações), que foram protagonistas em 23% dos protestos nesses anos, e os trabalhadores autônomos em 5%. Os estudantes (tanto os secundaristas quanto os uni-

25 De acordo com Martha Cecilia García, coautora do relatório do Cinep publicado em 2014, ao caracterizar os atores que lideram a luta social na Colômbia é feita referência aos assalariados como trabalhadores com contrato formal, que recebem um salário e estão inscritos no sistema de seguridade social, e aos trabalhadores autônomos.

versitários) mantiveram sua presença em 14%. Em contraste, de acordo com os números mais recentes (2013), os camponeses estiveram por trás de 12% dos protestos, os assalariados, 17%, os trabalhadores autônomos, 11%, e a população urbana, 32%.²⁶

No que se refere ao panorama digital do país, cabe ressaltar que a Internet chegou na Colômbia em maio de 1994. Três anos depois de inaugurada a Constituição Política, ela chegou em um momento no qual a Colômbia enfrentava o auge do narcotráfico, as guerrilhas, grupos paramilitares de extrema direita e a corrupção. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) representavam uma promessa de felicidade; os primeiros cinco anos (1994-1998) transcorreram sem maiores transformações além da proliferação de computadores e a relativa popularização do serviço nas cidades. Em 2000 a Colômbia inaugurou sua primeira linha de transmissão de banda larga por meio de uma conexão por fibra ótica e o celular começou a se massificar. Em 2008, a Internet móvel iniciou sua popularização por meio das operadoras de telefonia celular. Junto com a expansão da telefonia móvel e as novas redes sociais, em 2010 o governo começou a implementar o plano “Viva Digital”, com o propósito de aumentar a conectividade em todo o território colombiano e proporcionar uma série de avanços tecnológicos relacionados com a transparência e a prestação de serviços digitais.

O número de usuários de Internet na Colômbia cresceu de forma significativa nos últimos anos. Segundo o último relatório do Ministério de Tecnologias da Informação e das Comunicações (MinTic) (2015),²⁷ há atualmente na Colômbia 10,7 milhões de assinantes de banda larga, o que representa um aumento de mais de 200% em relação a 2010, quando havia apenas 3 milhões; no entanto, apenas 40% do país estaria conectado dessa forma. Segundo a Co-

26 Cinep, op. cit., p. 556.

27 Comisión de Regulación de Comunicaciones [CRC], *Informe de Industria del Sector TIC septiembre de 2015*. Bogotá: CRC, 2014. p. 30. Disponível em: <colombiatic.mintic.gov.co/602/articulos-13464_archivo_pdf.pdf>.

misión de Regulación de Comunicaciones (CRC) e de acordo com dados do Sistema Unificado de Informação (SIUST), 38,1% das residências colombianas possuem acesso à Internet e, quanto aos indivíduos, há 10,6 assinantes de Internet por 100 habitantes, sendo 56,6 no caso da Internet móvel.²⁸ Além disso, o Banco Mundial afirma que 53 de cada 100 colombianos são “usuários” de Internet.²⁹

A telefonia móvel, por outro lado, possui uma penetração superior a 115%, com mais de 55 milhões de linhas ativas. A tendência de computadores nas residências ainda é relativamente baixa: segundo a CRC, em 2014 apenas 27,5% das residências possuíam um computador de mesa, 24,2% um laptop, e 13,3% um tablet.³⁰

Segundo o site de estatísticas digitais Internet World Stats, em 2015 o número de usuário de Facebook na América Latina era de mais de 290 milhões de pessoas.³¹ Na região, a Colômbia encontra-se em quarto lugar em números absolutos, com 28,5 milhões de pessoas, depois da Argentina, com 34 milhões, do México, com 60 milhões, e do Brasil, com 117 milhões (2015). Isso faz do Facebook a rede mais popular na região (como no resto do mundo) e a que apresenta maior crescimento.³² Segundo a comScore, a Colômbia — de acordo com números de 2014 — possui um total de 11,5 milhões de visitantes únicos por mês ao Facebook, com grande vantagem sobre as demais redes, como LinkedIn, com 3,8 milhões, o Twitter com 2,6 milhões e o Google+ com 2,5 milhões.³³

28 *Ibid.*, p. 6.

29 Banco Mundial, “Datos usuarios de internet”. Consultado em 10 nov. 2015. Disponível em: <datos.bancomundial.org/indicador/IT.NET.USER.P2>.

30 CRC, *op. cit.*, p. 31.

31 Internet World Stats, “Internet users in Latin America November 2015”. Consultado em 10 dez. 2015. Disponível em: <www.internetworldstats.com/stats10.htm>.

32 Internet World Stats, “Internet Users in the Americas by Geographic Regions – November 30, 2015”. Consultado em 10 dez. 2015. Disponível em: <www.internetworldstats.com/stats2.htm>.

33 comScore, Futuro Digital Colombia. Bogotá: comScore, 2014. p. 20. Disponível em: <www.comscore.com/lat/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2014/2014-Digital-Future-in-Focus-Colombia>.

A América Latina é, de acordo com o Global Web Index, a segunda região com maior porcentagem de usuários do Twitter, em relação ao total de usuários de Internet, depois do Oriente Médio e da África. Segundo o MinTic, na Colômbia as redes sociais são a atividade mais popular dos usuários de Internet, com 63,2%, seguido da obtenção de informação com 61,7%, e o correio eletrônico e programas de mensagem instantânea, com 57,6%.³⁴ De acordo com a comScore, a Colômbia ocupa o primeiro lugar em acesso às redes sociais em relação ao total de páginas visitadas, com 55,4%, seguida pelo Brasil, com 53,6%, e o Uruguai, com 50,6%.³⁵ Em janeiro de 2016, o presidente Santos possuía um pouco mais de 4 milhões de seguidores em sua conta do Twitter (@JuanManSantos) e possui mais de 10 mil tuítes publicados. Se uniu à rede em agosto de 2009, antes das eleições de 2010, a qual venceu. Publica cerca de três tuítes por dia. Em 2012, a Colômbia ocupava a 12ª colocação entre os países com maior número de contas no Twitter, segundo estudo realizado por SemioCast.³⁶ Nesse mesmo ano, o presidente Juan Manuel Santos ocupou a 8ª colocação entre os 10 mandatários mais populares no Twitter segundo esse mesmo estudo. Nessa lista havia outros quatro líderes da região: Dilma Rousseff, Cristina Fernández, Enrique Peña Nieto y Hugo Chávez.

A seguir será feita a análise de três mobilizações sociais que se desenvolveram nesse contexto digital: a Paralisação Nacional Agrária (PNA), a Marcha das Vadias e a Marcha pela Vida. Três temas que habitaram o ciberespaço, impuseram-se frente ao poder da mídia e do governo e se transformaram em um fenômeno das ruas. Foram apoiadas por e-cidadãos e por ativistas, pela imprensa e pelos políticos. Tomaram as ruas com cartazes e paixão e a web com *memes*,³⁷ vídeos e muitos tuítes.

34 CRC, op. cit., p. 32.

35 comScore, op. cit., p. 18.

36 CRC, op. cit., p. 32.

37 Os memes são peças digitais, geralmente fotografias ou vídeos de tom satírico e humorístico que são compartilhados de forma massiva pelas redes sociais e pela Internet de maneira geral.

3. Estudos de caso

Caso 1: A Paralisação Nacional Agrária (PNA)

A Paralisação Nacional Agrária (PNA) faz referência a uma série de mobilizações camponesas ocorridas no segundo semestre de 2013 na Colômbia, um ano após as eleições presidenciais e legislativas, enquanto o governo nacional e as Farc discutiam o tema agrário nas negociações em Havana. Durante seu desenvolvimento, foram realizados bloqueios e protestos nas ruas e estradas, em diferentes lugares do país e com a participação de diferentes sindicatos do setor. Pela primeira vez, além dos 200 mil camponeses que marcharam, muitos cidadãos — especialmente os internautas das cidades — se solidarizaram, num primeiro momento pelas redes sociais e depois nas ruas, com uma luta até então invisível e marginalizada do debate público. Como precedente da PNA, em fevereiro de 2013 houve uma primeira paralisação do setor cafeeiro e, meses depois, em 10 de junho de 2013, teve início uma grande mobilização ao norte do país, na região de Catatumbo³⁸ (no departamento Norte de Santander), na qual os camponeses da região saíram às ruas para protestar contra o abandono do governo; nada que já não houvessem passado antes na história do país. A novidade viria depois com o Twitter, Facebook, YouTube e um ciberativismo que conectou a urbe ao campo como nunca antes.

A PNA teve início em 19 de agosto de 2013 nas zonas rurais do país. A intenção de mobilização por parte dos trabalhadores de vários setores agropecuários — num primeiro momento, do movimento pela dignidade cafeeira — havia sido anunciada dois meses antes, e tanto o governo quanto os produtores de batata, arroz, cebola e leite, caminhoneiros, mineiros, entre outros, sabiam que a mobilização não teria volta. O protesto seria contra o que César Jerez, líder camponês de Catatumbo e da PNA, chamou de quebra da economia cam-

38 O Catatumbo é uma zona localizada ao norte do país da qual fazem parte 11 municípios e faz fronteira com a Venezuela. Por suas condições climáticas e sua localização geográfica muito estratégica, com extensos cultivos de coca e com reservas de petróleo, carvão e urânio, é uma zona de disputa entre grupos armados há décadas.

pesina e dos pequenos produtores por conta das políticas macroeconômicas adotadas pelo governo: “a consolidação dessas políticas com o tratado de livre comércio (firmado em 2011 com os Estados Unidos) afetou todos os camponeses e foi a linha central das mobilizações”.³⁹

Como bem menciona a pesquisadora Carolina Cepeda, o movimento camponês, assim como ocorre com todos os movimentos sociais, compartilha a ideia de transformação social frente ao histórico conflito pela terra e o inconformismo que há por parte desse setor da população em relação às políticas macroeconômicas. Por conta disso, Jerez enfatiza que “a paralisação camponesa de Catatumbo e as paralisações agrárias de 2013-2014 são uma paralisação contra o modelo”. São lutas contra o status quo, que demandam mudanças em um determinado setor — nesse caso, no governo — e que buscam promover uma transformação real. Sobre esse tipo de manifestação, acrescenta Cepeda: “não podem ser apoiadas somente por pequenos grupos de discussão nem por ações pontuais de apenas alguns poucos que estão mobilizados. É preciso crescer fazendo com que os simpatizantes se convertam em militantes. Assim é possível percorrer o caminho de um movimento de conflito a um de consenso, o que não quer dizer que haja um consenso com o poder estabelecido, mas com o resto da sociedade”.⁴⁰ Foi precisamente esse o panorama da PNA de 2013.

Embora se tenha anunciado que seria uma marcha pacífica, no segundo dia o Instituto Nacional de Vias (Invias) relatou 15 estradas bloqueadas pela ocupação dos manifestantes e 61 pessoas presas por causar distúrbios;⁴¹ a zona mais complicada foi no departamento de Boyacá, no interior do país. Guillermo Prieto La Rotta, mais conhecido como Pirry, oriundo da região e reconhecido jornalista de televisão, descreveu a PNA da seguinte maneira: “caos policial, atos

39 César Jerez, entrevistado por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 8 out. 2015.

40 Carolina Cepeda, entrevistada por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 31 ago. 2015.

41 “Bloqueadas 15 vías en segundo día de paro”. *El Espectador*, 20 ago. 2013. Consultado em 20 out. 2015. Disponível em: <www.elespectador.com/noticias/nacional/bloqueadas-15-vias-segundo-dia-del-paro-agrario-articulo-441112>.

de vandalismo, cidades sitiadas, estradas desoladas, caminhos bloqueados, mercados desabastecidos, milhões de litros de leite despejados no ralo. A governabilidade de um país colocada em questão em meio a discursos, painéis e confrontos”.⁴²

No quarto dia de protestos, o número de estradas bloqueadas havia aumentado para 30 em todo o país e 15 mil agentes da polícia haviam sido destacados pelo território para controlar os protestos. Os atos de violência e os confrontos entre a força policial e os manifestantes estavam monopolizando a atenção da mídia, que se limitava a transmitir esse tipo de notícia. Nas redes sociais, em contraste, começavam a circular mensagens e abaixo-assinados a favor dos agricultores. Quando a PNA completou uma semana, e por fim começaram as negociações entre os líderes dos camponeses e o governo, surgiu o primeiro “panelaço”, que reuniu entre 40 e 50 mil pessoas na Praça Bolívar na cidade de Tunja. As redes sociais foram o meio escolhido para a convocatória e para a transmissão ao vivo dos protestos por meio de vídeos e comentários, especialmente via Twitter.

A iniciativa logo se replicou em outras cidades do país. Na noite de 26 de agosto se reuniram cerca de 5 mil pessoas na Praça de Bolívar em Bogotá e, a partir daquele momento, as mobilizações na cidade passaram a ser constantes. O mesmo aconteceu em Manizales, Girardot, Medellín, Armenia e Cali nos dias seguintes. Naquele momento, as redes sociais tornaram-se um espaço de união e de cobertura (por parte dos cidadãos e dos meios de comunicação) das mobilizações que tiveram lugar no país.

42 *La rebelión de las ruanas, mentiras y verdades, sonrío el paro campesino*. Direção: Guillermo Prieto La Rotta. Especiales Pirry. Canal RCN. 2013. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=4NBgdrBBEn4>.

Figura 1: Panelaço em Tunja, Boyacá, via Twitter



Em 29 de agosto, várias organizações convocaram a marcha em Bogotá. Os estudantes desempenharam um papel de protagonismo e foi nas universidades que se organizaram os pontos de saída para a manifestação que terminaria na Praça de Bolívar da capital. A mobilização foi marcada por distúrbios no centro da cidade. O clima tenso da mobilização gerou instabilidade no diálogo entre as partes. O governo argumentava que os excessos cometidos por todo o país evidenciavam os fins políticos das demandas dos camponeses, associados ao movimento de esquerda Marcha Patriótica.⁴³ Essas acusações foram nega-

43 O Movimento Político e Social Marcha Patriótica (MAPA) teve origem em 20 de julho de 2010, quando se comemorava o bicentenário da independência da Colômbia. Define-se como um movimento comprometido com a defesa da causa popular e inspirado no legado histórico das lutas do povo colombiano. Entre seus objetivos está o de promover e dinamizar a variedade de formas de organizações e mobilização em qualquer região da Colômbia, independentemente de seu setor, representatividade ou tamanho.

das pelos líderes dos movimentos agrários. No entanto, é importante ressaltar que o campesinato e os problemas relacionados à terra e à agricultura fazem parte da agenda histórica das Farc. É preciso, ainda, situar a mobilização em um contexto político mais amplo, pois as marchas relacionadas com a PNA foram realizadas em meio a uma crise nos diálogos de paz em Havana, nos dias em que se discutiam os temas relacionados com a reforma agrária.⁴⁴

Os movimentos camponeses e de dignidade agrária que participaram das marchas em todo o país não são agrupamentos espontâneos, mas organizações de base que têm demonstrado capacidade organizativa e de mobilização. Os líderes camponeses convocaram e mobilizaram seu sindicato pela via tradicional — longe da Internet —, mas, graças à web, foram capazes de gerar empatia com cidadãos alheios ao conflito e às exigências do setor rural. Além disso, usaram a plataforma digital para denunciar os casos de abuso policial ocorridos durante os bloqueios das estradas. Para a pesquisadora Carolina Cepeda está claro que “os camponeses saíram em marcha porque foi praticamente sua única alternativa para denunciar um conflito, um estado de coisas. Os cidadãos comuns, pelo contrário, solidarizaram-se não com o sofrimento dos camponeses, porque seu sofrimento não é o mesmo deles, mas, sim, foram capazes de entender qual era o conflito e tomar partido a seu favor”.⁴⁵ Por essa razão, as mensagens nas redes sociais e dos chamamentos para a mobilização nas cidades continham sempre frases como “Em solidariedade com nossos camponeses, em agosto soprarão ventos de dignidade e rebeldia!

44 Um dos primeiros temas tratados nos diálogos de Havana foi a Reforma Agrária Integral (RRI na sigla em espanhol), um projeto que, nos acordos prévios a que chegaram o governo e as Farc, é definido como a base para a transformação estrutural do campo “determinante para impulsionar a integração das regiões e o desenvolvimento social e econômico equitativo do país. A RRI deve buscar a transformação da realidade rural colombiana, que integre as regiões, erradique a pobreza, promova a igualdade, assegure o pleno gozo dos direitos da cidadania e, como consequência, garanta a não repetição do conflito e a erradicação da violência”. Rascunho conjunto de 6 jun. 2014. Consulta em 21 jan. 2016. Disponível em: <www.naiz.eus/eu/hemeroteca/gara/editions/2014-09-26/hemeroteca_articles/el-gobierno-y-las-FARC-publican-sus-a-cuerdos-para-mayor-transparencia>.

45 Carolina Cepeda, entrevistada por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 31 ago. 2015.

Vamos nos mobilizar por toda a Colômbia, porque o campo colombiano somos todos nós!”.

As organizações camponesas que participaram são movimentos sociais de base off-line, que mostraram seu inconformismo diante das políticas do governo e exigiam mudança. A novidade era que, pela primeira vez em muitos anos, parecia que sua mensagem ressoava graças à web. Segundo César Jerez, criador da ONG Prensa Rural, nas manifestações de 2013 “pela primeira vez se teve consciência em todo o país de uma metodologia de mobilização que se deu nas cidades por meio das redes sociais”.⁴⁶ Foram mais de 20 dias de protesto nacional que, de acordo com a Mesa Agropecuária e Popular de Interlocução e Acordo (MIA), conseguiu reunir aproximadamente 200 mil camponeses em 17 departamentos e 40 estradas do país. Graças à PNA, afirma Jerez, uma parte da sociedade colombiana e da opinião pública compreendeu, pela primeira vez, qual é o problema estrutural e de fundo em relação à terra associado ao conflito armado. Para Jerez, o desenvolvimento da PNA foi um reflexo dos quatro elementos fundamentais do conflito colombiano que já dura décadas: “um problema de acesso à terra, um problema de formalização da propriedade rural, um problema de desenvolvimento que gera pobreza, desigualdade e exclusão e também um problema de ordenamento territorial”.⁴⁷

Em termos de visibilidade e capacidade de influência, a PNA deixou evidente que os movimentos sociais têm hoje na Internet seu próprio megafone. O papel dos meios de comunicação continua sendo importante, mas já não são o meio exclusivo, já não detêm o monopólio da informação. Agora, os camponeses podiam compartilhar sua mensagem de forma rápida e massiva. Jerez conta que parte de seu trabalho consistia em desconstruir o discurso oficial através das redes sociais: “dedicava duas horas por dia à paralisação dos camponeses no Twitter para reverter a tendência. Era um dos líderes da paralisação e entendia que tinha que agir nas redes sociais para desmontar

46 Cesar Jerez, entrevistado por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 8 out. 2015.

47 Op. cit., p. 37.

a manipulação midiática. Por isso é que os meios de comunicação oficiais tinham que se dirigir a nós”.

Outro exemplo que ilustra o papel das redes sociais aconteceu no início da paralisação, quando o presidente Santos incluiu num pronunciamento uma das frases politicamente mais custosas a seu governo: “a tal paralisação agrária não existe”.⁴⁸ Naquele momento a cidade se solidarizou com o campo como nunca antes, as redes ficaram repletas de imagens de bloqueios e distúrbios e a *hashtag* #ElTalParoSiExiste se transformou em uma tendência não apenas no Twitter como em todo o país.

É preciso enfatizar que as redes não foram determinantes para o desenvolvimento das marchas no meio rural, mas o foram para a solidariedade que se deu nas cidades. Jerez reconhece que as dinâmicas de comunicação da PNA se deram, num primeiro momento, da forma tradicional de camponês a camponês, mediante assembleias e reuniões dos líderes com a comunidade, mas, pouco a pouco, começaram a habitar o ciberespaço: “o mundo rural é uma coisa, e o urbano é outra. No campo não há um sinal para se comunicar, mas nas cidades estão as redes sociais. Nós somos os invisíveis que se tornaram visíveis através das redes sociais”. Uma vez reunidas as mobilizações, a web se transformou em uma ferramenta que facilitou a divulgação da informação e que posteriormente funcionou como um instrumento de coordenação de ações, principalmente dentro das cidades. De acordo com César Pachón, líder dos produtores de batata na PNA, “as redes sociais serviram para reverter o discurso e ‘desmascarar as mentiras’ [...]. Para mim e para nosso movimento agrário [...], uma das forças dos movimentos sociais é que as redes sociais nesse momento estão conseguindo obrigar os meios de comunicação a serem mais neutros”.⁴⁹ As redes sociais foram o meio de comunicação com aqueles que não

48 Em 2013, uma semana após o início da PNA, Juan Manuel Santos pronunciou a seguinte frase: “Essa tal paralisação nacional agrária não existe”. Ver <www.semana.com/nacion/articulo/santos-el-paro-nacional-agrario-no-existe/355264-3>.

49 *El tal campo sí existe: los medios y la protesta social*. Direção: César Pachón. Canal Capital. 2014. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=snNVSuoUd9A>.

militam em nenhuma organização e que compõem a maioria da sociedade colombiana. Foi precisamente através das redes que, uma vez que a população camponesa já estava nas ruas, os movimentos agrários puderam responder ao que, para eles, foi “a desinformação dos meios de comunicação”, que apenas repetiam o discurso oficial do governo.

Na relação entre o universo online e o off-line da PNA, há uma característica exclusiva que não são compartilhadas pelas demais marchas analisadas neste trabalho. Em grande parte do campo, onde aconteceram os bloqueios, o acesso à Internet é muito baixo ou inexistente. As histórias dos camponeses e participantes falam da busca por sinal no alto das montanhas, relembram as condições de acesso precárias e, no geral, a pouca tecnologia. No entanto, isso não foi um obstáculo para o uso da web; os líderes camponeses encontraram a forma de se comunicar com o país, de sua perspectiva e sem intermediários, o que aconteceu durante os 20 dias de protestos. Chegavam tuítes vindos das cordilheiras, os noticiários de televisão exibiam imagens dos bloqueios feitas com celulares, as mensagens abundaram. Foram várias semanas de fluxo de informação até que, pouco a pouco, o tema se instalara na esfera pública. Nas redes sociais começou-se a usar as *hashtags* #ParoPapero (paralisação dos produtores de batata), #ParoAgrario (paralisação agrária), #NoMas970 (não à resolução 970/2010) e #MePongoLaRuana (visto a *ruana*). No Facebook ficaram famosas as fotos de pessoas usando a “*ruana*”, um elemento típico do vestuário dos camponeses colombianos. Em pouco tempo começaram a ser criados eventos no Facebook e chamamentos para marchas de apoio realizadas nas cidades. Em Antioquia (no noroeste do país) foi criado no Facebook o evento “26 de agosto: Grande Panelaço Pacífico Nacional: 7 pm. Medellín”. Confirmaram sua presença 744 pessoas, outras 292 responderam “talvez” e, ao todo, o convite para o evento foi enviado a 18 mil pessoas. Em Manizales, o evento foi marcado para 29 de agosto com o título “Panelaço Nacional. A Paralisação Existe Sim!!!”. Para esse evento foram convidadas 27 mil pessoas, 2 mil das quais confirmaram sua presença e 552 responderam “talvez”. Para esse mesmo dia, na parte da manhã, foi

convocada em Bogotá outra manifestação, com o nome “Grande Mobilização em apoio à Paralisação Nacional Agrária e Popular”, para a qual foram convidadas 10 mil pessoas, 777 das quais confirmaram sua presença e 189 responderam “talvez”.

Figura 2: Evento aberto no Facebook, 29 de agosto de 2013

The image shows a Facebook event page for a national mobilization. The event title is "Gran Movilización Nacional en apoyo al Paro Agrario y Popular". The location is Bogotá, and the date and time are Thursday, August 29, 2013, at 9:00am. The event is hosted by "Coordinadora Estudiantil de Asuntos Rurales". The page shows 777 people who went, 189 who might go, and 10k invited. The event description includes the text: "¡En Solidaridad con Nuestr@s Campesin@s, este Agosto soplan vientos de Dignidad y Rebeldía! ¡Vamos a Movilizarnos en Toda Colombia porque el Campo Colombiano Somos Tod@s!".

Os líderes camponeses começaram a enviar mensagens através de suas contas do Twitter e de seus perfis no Facebook. Por exemplo, César Jerez, líder camponês de Catatumbo, possui 5.935 seguidores em sua conta do Twitter (@CesarJerezM). Por sua vez, César Pachón, um dos representantes dos produtores de batata em Boyacá, possui 36,7 mil seguidores em sua conta do Twitter (@cesarpachonagro) e 61.499 pessoas curtiram sua página do Facebook. Nas montanhas, foram os camponeses e, nas cidades, os estudantes e várias ONGs e sindicatos que se uniram à causa, tais como a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No dia 31 de agosto foi dado início ao desbloqueio de algumas estradas do país com o objetivo de agilizar as negociações. Dessa forma, desde o início

de setembro os protestos começaram a ceder, os acordos entre as partes se tornaram visíveis e iniciou-se a instalação de mesas de negociação entre funcionários do governo e líderes camponeses nos departamentos do país para discutir os temas relacionados ao financiamento e crédito, comércio exterior, insumos agrícolas, associação, temas ambientais e direitos humanos. O levante da PNA foi paulatino e, com isso, o governo anunciou sua disposição a trabalhar na negociação do Pacto Nacional pela Agricultura e o Desenvolvimento Rural, que contemplaria várias das demandas dos camponeses. No dia 10 de setembro, todas as estradas do país estavam desbloqueadas e, dois dias depois, o presidente lançou um pacote de decretos para o setor agropecuário. Os protestos cessaram após 20 dias em meio a denúncias de violência e abuso policial. As mesas de negociação continuaram no mês seguinte, mas os camponeses começaram a mostrar sua inconformidade e ameaçaram retomar os protestos. Em dezembro e durante os primeiros meses de 2014, alguns camponeses saíram às ruas para protestar e exigir do governo o cumprimento do acordo.

Na primeira semana de dezembro de 2013 foi convocada novamente uma mobilização na capital — por parte dos mesmos camponeses — para protestar contra o descumprimento dos acordos entre os movimentos dos agricultores e o presidente Santos. Na ocasião, os que marcharam em Bogotá não foram seus habitantes, mas cerca de dois mil camponeses vindos de diferentes departamentos da Colômbia. No início de 2014 foi anunciado que, até o final de abril, os camponeses fariam nova paralisação, convocados pelas lideranças do setor. Apesar dos esforços do governo em persuadir o setor, em 28 de abril ocorreram manifestações em 10 departamentos do país, a menos de um mês da realização das eleições presidenciais.

Em meio a esse processo, alguns dos líderes e participantes da PNA se aproximaram de partidos políticos e foram incluídos nas listas partidárias das eleições legislativas. O Polo Democrático Alternativo, Partido Verde, Partido Conservador, Partido da U (Partido Social de Unidade Nacional) e União Patriótica incluíram em suas listas alguns dos líderes da PNA que haviam feito parte

das mobilizações de 2013 e 2014. Destaca-se a presença de sete⁵⁰ candidatos na lista para a Câmara dos Deputados e outros sete⁵¹ na lista para o Senado pelo partido Polo Democrático — devido à proximidade ideológica e à construção histórica de sua base eleitoral a partir do trabalho com múltiplas organizações sindicais. Por outro lado, o Partido Verde, que foi ativo e solidário com a PNA, convidou César Pachón a fazer parte de sua lista, que declinou o convite devido à intenção de compor uma lista própria de indignados que, no fim, também não se concretizou. O Partido Conservador e o Partido da U incluíram, cada um, um líder em sua respectiva lista.

Por fim, dos cerca de 25 participantes da PNA que se tornaram candidatos, apenas um foi eleito: Alberto Castilla, líder dos agricultores pelo Polo Democrático Alternativo eleito senador para a legislatura 2014-2018. Isso demonstra uma fraca relação entre os partidos políticos e os movimentos sociais e põe ainda mais em evidência a já conhecida realidade da crise de representação dos partidos políticos na Colômbia, segundo a pesquisadora Catalina Jiménez, “o número tão escasso de votos obtido pelos líderes das manifestações frente à mobilização que haviam conseguido meses antes foi produto da ausência de uma capacidade organizativa capaz de transcender a mobilização e manter o apoio alcançado”.⁵²

Em 2014, Santos foi reeleito em meio a um ambiente de confiança pelos diálogos com as Farc e a PNA saiu da agenda da imprensa. No campo simbólico,

50 Pessoas envolvidas nas mobilizações que foram candidatos nas listas para a Câmara dos Deputados: Óscar Gutierrez, Dignidad Cafetera (Caldas); Rubén Darío Gómez, líder da Conaminercol (Antioquia); Walter Benavides, Dignidad Patera (Boyacá); Alonso Osorio, líder agrário e cafeicultor (Cauca); Germán Suárez, líder mineiro (Boyacá); Omar Acevedo, Dignidad Cacaotera (Santander); e John Fredy Muñoz, líder mineiro (Caldas).

51 Pessoas envolvidas nas mobilizações que foram candidatos nas listas para o Senado: Alberto Castilla, líder agrário; José Isauro Román, líder dos produtores de cacau; Fredy Mosquera, líder dos cafeicultores; Plinio Hernández, líder dos produtores de batata; Luís Alfonso Calderón, líder dos produtores de leite; Iván Rodríguez, líder agrário.

52 Catalina Jiménez, “Movilización social y partidos políticos durante las elecciones 2014: ¿qué relación tienen?”. In: Fredy Barrero e Margarita Batle (Org.), *Elecciones en Colombia 2014, ¿representaciones fragmentadas?*. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2014. p. 282.

essa paralisação trouxe à tona o tema da injustiça e colocou os trabalhadores do campo no imaginário popular, então alheio à sua realidade. Comoveu e gerou um ambiente nacional de indignação. No campo político, por sua vez, produziu um ambiente de solidariedade com o campesinato que se mostrou estratégico diante da possível assinatura do acordo de paz e sua ratificação em 2016. No campo digital, foi uma marcha que soube aproveitar as lógicas da rapidez e baixo custo oferecidas pela web para disseminar sua mensagem e eliminar a dependência dos meios de comunicação tradicionais.

Caso 2: A Marcha das Vadias

“Marcha das Vadias” foi o nome dado à versão colombiana das *Slut-Walks*, uma mobilização que foi replicada em mais de 30 países do mundo. Surgiu originalmente no Canadá em 2011, quando várias mulheres protestaram contra as palavras de um policial que disse “que as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem estupradas”. Em 25 de fevereiro de 2012 foi realizada a primeira Marcha das Vadias na Colômbia. Os meios de comunicação informaram que cerca de 2 mil⁵³ pessoas participaram em nove cidades do país, e que Bogotá teve a maior participação, com 700 pessoas.⁵⁴ Em 2013, com mil participantes em três cidades e, em 2014, com mais de 3,5 mil participantes em Bogotá, a iniciativa se replicou. Os chamamentos para cada uma das marchas foram realizados através do Twitter, Facebook e YouTube.

Na Colômbia, assumiu o papel de porta-voz Marcela (Mar) Candela Castilla, uma mulher que, até então, era ativista de direitos humanos que trabalhava pela justiça social e que abordava temas ligados às mulheres, mas que

53 A líder da mobilização, Mar Candela, garante que na primeira versão da marcha o número total de participantes foi de 5 mil pessoas.

54 Milena Sarralde, “Este es mi cuerpo y se respeta, gritaron mujeres en marcha nacional”. *El Tiempo*, 16 fev. 2012. Consultado em 25 out. 2015. Disponível em: <www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-11219502>.

não era feminista militante. O estopim, segundo conta, foi o assassinato em Bogotá de prostitutas que ela conhecia e em memória de quem decidiu criar um disque-denúncia. “Mulheres que gritam em silêncio”, para a denúncia e apoio a mulheres vítimas de agressões por seu trabalho. Candela disse que “ao ver a recepção que teve a linha telefônica comecei a procurar nas redes o que poderia fazer para realmente enviar uma mensagem pedagógica sobre o tema. Encontrei a marcha das vadias no México e entrei em contato com Eddie Hernández, a advogada da marcha naquele país [...]. Disse-lhe que não era feminista, mas expliquei meus argumentos para querer assumir as bandeiras da marcha na Colômbia”. Até o momento foram realizadas três versões, em 2012, 2013 e 2014, que se transformaram em uma oportunidade online e off-line para falar publicamente sobre o corpo, o papel da mulher, o aborto e muitos estereótipos de gênero.

“As redes sociais são as que vêm tecendo a Marcha das Vadias e o movimento Feminismo Artesanal, as duas bandeiras que venho defendendo há mais de quatro anos no país”, contou Mar Candela. A convocatória da primeira Marcha das Vadias começou em junho de 2011, quando assumiu a liderança e criou o perfil no Facebook: Convocatória oficial da Marcha das Vadias na Colômbia (ver figura 4). O primeiro post é um texto que explica a palavra “vadia” e é assinado por ela, assim como a maioria das reflexões que, com frequência, ela posta no mural do Facebook dos eventos e perfis das marchas que foram se criando nos últimos quatro anos. Esse primeiro post teve 27 curtidas, 11 compartilhamentos e 2 comentários. Em 2015 essa página contava com 507 seguidores. Embora se trate de uma mobilização que se organiza em nível internacional, cada país a adapta a seu contexto e suas condições sociais, políticas e culturais. Assim, embora a marcha em Toronto não tenha surgido com o objetivo de defender os direitos das prostitutas nem como um tema de feminismo, mas como um tema social e político, na maioria dos países ela carrega os ideais feministas e, na Colômbia, a mensagem de que nenhuma mulher deve ser agredida. “O que mais me impactou em relação ao que disse o policial no Canadá foi o discurso por trás dele: ‘toda vadia merece ser estuprada’. Por aqui vadia é qualquer uma

que decide se cobre ou não seu corpo. Assim, meu lema é que todas somos vaidas até se prove o contrário e que a Colômbia é um prostíbulo por excelência”.⁵⁵

Figura 3: Página da comunidade do Facebook, 2011



Esse tipo de declaração provocou o repúdio por parte de algumas organizações feministas colombianas em relação à marcha e o questionamento da liderança de Mar Candela na mobilização. No entanto, a primeira versão seguiu em frente e a divulgação foi feita pelas redes sociais e por alguns meios de comunicação nacionais e internacionais. Mar Candela enfatiza que tentou buscar apoio em nichos e agrupamentos sociais incluindo a direita e a Igreja. Convidou pastores e clérigos e também a comunidade LGBTI e prostitutas, que contatou pessoalmente para contar os objetivos da mobilização e convencê-las a sair às ruas. Para tanto, conta, utilizou uma estratégia que já havia sido utilizada no Peru: fazer um acrônimo a partir da palavra P.U.T.A.: por uma transformação social autêntica.

Dessa maneira, conseguiu convocar “toda essa gente que de outra forma não entenderia por que se usava a palavra ‘puta’ para marchar”. Por fim, em

55 Mar Candela, entrevistada por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 21 set. 2015.

25 de fevereiro de 2012, Mar Candela e outras duas mil pessoas marcharam em Bucaramanga, Barranquilla, San Andrés, Medellín, Manizales, Tunja, Pereira, Villavicencio e Bogotá. “Embora quase a metade das pessoas que saíram às ruas tivessem tambores e batucadas e gritassem ‘quem convocou essa marcha que é uma farsa’, [...] a marcha de 2012 foi um carnaval revolucionário, porque atingiu o objetivo de unir a sociedade para além de qualquer fronteira ideológica”, disse Mar Candela. Assim como nas edições seguintes, essa foi uma marcha performática, na qual as mulheres saíram nuas e os homens vestidos de mulher. Cartazes com imagens e frases de impacto — para alguns, grotescas — convidavam à reflexão e transmitiam uma mensagem muito clara: nenhuma mulher deve ser agredida. Apesar disso, essa mensagem nas ruas gerou e continua gerando questionamentos e reações negativas. “As pessoas sempre gritam para nós ‘vistam-se!’ e ‘apoiaríamos vocês caso estivessem vestidas’, e isso provoca confrontação com as pessoas que estão se mobilizando”, disse Candela.

Em 2013 a participação foi menor. Inicialmente, a marcha foi convocada em seis cidades, mas no final só houve mobilização em três delas. “Nessa marcha lembro que disse que suspeitava que a cada ano haveria menos participação porque cada vez a resistência seria maior, e assim foi”, contou Mar Candela. Estima-se que na segunda edição mil pessoas saíram às ruas em Bogotá. Em Cali e Cartagena não há estimativas. Nessa edição, assim como na de 2014, os grupos sociais que se mobilizaram já não foram nem tantos nem tão diversos como em fevereiro de 2013. “Já não havia padres nem freiras. Todos esses grupos sociais não participaram dessa vez por causa da experiência que tiveram na primeira marcha”, ressalta a porta-voz. Em 2014, a participação foi menor e menos significativa para a agenda midiática. “Percebi que, para a imprensa, a Marcha das Vadias já não era importante, não estava na moda. Aí tive medo”.⁵⁶ Mesmo assim, em colaboração com a organização PARCES ONG (Pares em Ação -Reação Contra a Exclusão Social) e com o apoio da prefeitura de Bogotá, a marcha foi por fim realizada no dia 31 de maio daquele ano. “O único que abriu as

56 Mar Candela, entrevistada por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 21 set. 2015.

portas para mim foi o prefeito (de Bogotá) Gustavo Petro. Financiou tudo, mas não o fez em troca de nenhum compromisso político como disseram naquele momento”, conta. A prefeitura concordou em financiar os cartazes oficiais da marcha com as mensagens que nas versões anteriores haviam caracterizado a mobilização; no entanto, um funcionário da instituição mandou imprimir os cartazes sem a palavra “vadia”, por considerá-la agressiva. Diante do sucesso, Mar Candela, via Twitter, reagiu e protestou até que o impasse fosse solucionado e os cartazes foram reimpressos com a mensagem e as palavras corretas.

A cada ano foram criados diferentes perfis no Twitter e no Facebook nas redes sociais para essas mobilizações. Um fluxo constante de conteúdo por alguns meses e, em seguida, o fim das atividades. Os seguidores estão dispersos em diferentes perfis: no Facebook há três páginas que reúnem mais de 16 mil seguidores e, no Twitter, há várias contas (ex.: @femi_artesanal, @marchaputas_col). Segundo conta Mar Candela, ela é quem está por trás de todas essas contas. As atividades no Twitter começaram em 21 de fevereiro de 2012, quando foi criada a conta @marchadeputas_col e foi postada a primeira mensagem sobre a convocatória, em 104 caracteres: “1.000 mulheres marchamos para dizer que não é não, ninguém nos toca sem permissão. Marcha das Vadias Colômbia 2012”. Desde o dia em que foi criada essa conta até a véspera da mobilização foram postados tuítes que convidavam para as passeatas e que falavam sobre o interesse e os objetivos da mesma: “Não é não”, “Sou putamente livre”, “nuas ou vestidas, somos nós que decidimos sobre nossas vidas”, “Todas somos putas por profissão”, “Não à violência de gênero”. Durante as marchas não houve nenhuma atividade nas redes. Diferentemente do que aconteceu em manifestações como a PNA e a Marcha pela Vida, essa não foi “tuitada”, não houve fotos nem mensagens. O dia da marcha foi um dia off-line, onde as ações aconteceram nas ruas e não no mundo virtual. Dias depois, essa mesma conta foi utilizada para fazer referência ao nascimento da organização Marcha das Vadias na Colômbia no dia 14 de março de 2012, constituída por Mar Candela, que estaria responsável por organizar e coordenar a mobilização no país todo ano. Em um tuíte, essa

organização se define como “uma iniciativa que se constituiu legalmente para trabalhar contra o assédio e a violência”. Após esse acontecimento, a conta só foi reativada dois anos depois, para fazer a convocação para a marcha de 2014. Em fevereiro de 2013, Mar Candela criou um evento no Facebook chamado “Segunda edição Marcha das Vadias na Colômbia 6/04/2013”. Mil pessoas confirmaram sua presença, 449 responderam “talvez” e um total de 8 mil pessoas foram convidadas.

Figura 4: Grupos no Facebook

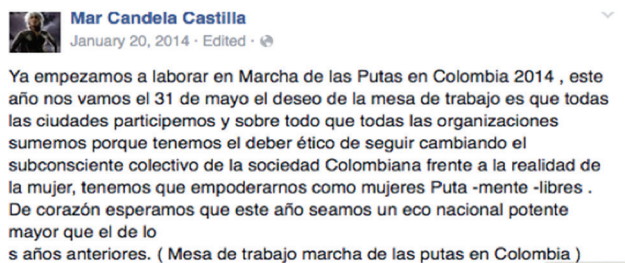
The image shows a screenshot of the Facebook page for the group "Movimiento Internacional Feminismo Artesanal". The page header includes the Facebook logo, the group name, a search icon, and the user profile of "María" with an "Accueil" button. The main cover image features three women in a black and white photograph, with a smaller inset image of a woman in a red dress. The group name "Movimiento Internacional Feminismo Artesanal" and "Communauté" are displayed prominently, along with buttons for "J'aime", "S'abonner", "Contacter", and a menu icon. Below the cover image, navigation tabs for "Journal", "À propos", "Photos", "Mentions J'aime", and "Vidéos" are visible. The left sidebar shows "12 889 personnes aiment ça" (12,889 people like this) by Gabriel Corredor Aristizábal, an option to "Inviter des amis à aimer cette Page", and a section titled "À PROPOS" with two items: "Por una sociedad donde hombres y mujeres vivamos iguales en derechos, opciones, libertades y diferentes en humanidad pero por sobre todas las cosas libres" and "Demander le site web de Movimiento Internacional Feminismo Artesanal". The right sidebar features a "Message sur le mur" section with the text "Exprimez-vous" and a "Publier" button. At the bottom, a post from the group dated "4 octobre, 01:25" is shown, with the text "La escuela del cuerpo de Feminismo Artesanal se esta tejendo con hilos de sudor, lagrimas y esfuerzos extremos. Con puntadas que pinchan el cuerpo y superan obstáculos." and a link to a YouTube video: "https://www.youtube.com/watch?v=o8-5JK0IUSA".



Essa marcha também foi convocada através da conta do Twitter @femi_artesanal. Posteriormente foi dado início à divulgação da terceira edição, dessa vez pelo Facebook, Twitter e YouTube com vídeos curtos que somam cerca de 8 mil visualizações (6.340 de um e 1.188 do outro). Dessa vez, a divulgação no Twitter começou em fevereiro de 2014 através da conta @marchaputas_col. Com um tuíte de 106 caracteres que dizia “Convocatória para o 31 de maio de 2014. Somos a puta que te pariu. Não é não, ninguém nos toca sem permissão”. No Facebook foi criado o grupo “Marcha das Vadias na Colômbia”, que conta com 3.251 membros e foi responsável por divulgar e chamar para a marcha de 2014 (ver figura 6). Para essa mobilização, Mar Candela utilizou sua conta pessoal do Facebook, na qual publicou, em janeiro de 2014, uma primeira mensagem sobre a organização da terceira edição da marcha. Disse Candela: “as redes têm sido a alma disso, sem elas não teria chegado nos meios de comunicação, por exemplo [...]. As redes têm sido fundamentais para a resistência e o ativis-

mo. O trabalho nas ruas sem as redes é invisível; o trabalho nas ruas se torna um grupo na garagem sem as redes sociais”.⁵⁷ Por isso, a ativista destaca que, nos últimos quatro anos, tem passado mais de dez horas diárias nas redes sociais respondendo a perguntas dos seguidores e mandando informação através de suas próprias contas, das contas das marchas e das do Feminismo Artesanal, um movimento que, segundo ela, chega a mais de 100 mil pessoas através das redes sociais e que surgiu como resultado da primeira edição.

Figura 5: Chamamento no Facebook por Mar Candela para a edição de 2014



A Marcha das Vadias na Colômbia não foi uma marcha protagonizada por feministas. Foi uma mobilização que conseguiu, pelo contrário, reunir muitas mulheres não militantes em torno do tema do corpo. Uma pela defesa das prostitutas, outras pela defesa do aborto e algumas contra o machismo generalizado. A única ONG que se somou a uma das edições foi a PARCES ONG, uma organização dedicada a defender os direitos de pessoas e comunidades vulneráveis. Segundo Alejandro Lanz, diretor executivo: “A PARCES queria fazer parte da mobilização, mas com uma aposta diferente. Mar Candela sempre defendeu o lema ‘ser puta é ser livre’, mas não se viu de fato a participação de quem exerce a profissão. Daí, nossa proposta de participar da marcha com aquelas que se identificam como trabalhadoras do sexo para defender seu direito de putear li-

57 Mar Candela, entrevistada por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 21 set. 2015.

vemente”.⁵⁸ Para essa marcha, a ONG defendeu o slogan oficial da mobilização na divulgação que fizeram da mesma através de sua página no Facebook — que conta com 5.890 curtidas — e na conta do Twitter (@PARCESong) — que tem 1.997 seguidores. A organização não apenas quis se unir à marcha para reunir mais diretamente aquelas que exercem o trabalho sexual, como também por uma causa muito clara: recordar a memória e reivindicar a luta de Wanda Fox, uma mulher trans que foi assassinada no bairro de Santafé em Bogotá por defender os direitos das trabalhadoras sexuais. A edição 2014 da Marcha das Vadias não estava tão unificada. Embora PARCES tenha apoiado a organização da mobilização, Mar Candela saiu às ruas com seu discurso tradicional, enquanto essa ONG preferiu apostar numa defesa pelos direitos das trabalhadoras sexuais e o fizeram em ruas e trajetos diferentes. Apesar das diferenças, Mar Candela observa que o acompanhamento da PARCES tornou possível realizar um de seus sonhos: “ter muitas prostitutas na marcha e, o mais importante, que não tivessem vergonha de dizer que eram prostitutas”.

Desde que assumiu a liderança da marcha, Mar Candela se propôs realizá-la por 10 anos consecutivos, mas reconhece que essa não é uma tarefa fácil. Para 2015 havia planejado realizar a marcha em outubro, o que não foi possível por questões logísticas. Para essa quarta edição, a PARCES também tem demonstrado interesse em apoiar a organização, mas seu diretor executivo, Alejandro Lanz, destaca que é fundamental articular muito mais as ideias e os objetivos da mobilização. Ressalta também que se trata de um espaço que não deve se perder pelo fato de ter permitido a participação de um grupo muito importante da sociedade. Por sua vez, Mar Candela assegura que seguirá à frente da iniciativa e fará o possível para continuar a desenvolvê-la porque “a marcha permitiu despertar um novo olhar sobre o feminismo na Colômbia. Trata-se de um feminismo artesanal que convida à resistência a partir da realidade de cada mulher e deixa de lado o tradicional feminismo dogmático. [...] O feminismo artesanal é para aquelas que não se consideram feministas”.

58 Alejandro Lanz, entrevistado por Estefanía Avella. Bogotá, 9 out. 2015.

A Internet foi a base para a criação da cibercomunidade de novas feministas. Candela conseguiu pegar o conceito internacional (via web) e o converteu em uma tendência local. O mundo online cumpriu a função de reduzir custos e tempos de operação. Também foi o melhor meio de divulgação de suas mensagens provocadoras, com peitos à mostra que haviam sido censurados nos meios de comunicação. O ciberativismo foi chave para o desenvolvimento da marcha e para a consolidação da proposta nas ruas. Após a web assistiu-se também ao surgimento de um movimento social e uma “campanha” de visibilidade e legitimidade de seu discurso de feminismo não tradicional. Candela não é uma defensora clássica da luta de gênero, sua mobilização não contou com o apoio de organizações feministas clássicas. O que conseguiu foi criar consciência sobre um sentimento coletivo em um momento no qual novas sexualidades e as discussões sobre o corpo ganham espaço no cenário político e no imaginário cultural colombiano. Essa marcha não foi uma mobilização massiva de rua, mas seu impacto simbólico foi significativo. Sobre isso, afirmou Catalina Jiménez: “em um país que se diz laico, mas que não o é de fato dispor-se a organizar uma mobilização colocando as putas como o elemento mais contrastante é perturbador no melhor sentido”.⁵⁹ É uma mobilização que, por princípio, ocupa as redes e aproveita suas lógicas para publicar fotos de corpos nus e mensagens, para alguns, agressivas, que não possuem muito espaço nos meios de comunicação. Posteriormente, toma as ruas com uma marcha-performance. Jiménez acrescenta que “é uma marcha na qual o corpo se converte na última ferramenta ou no último repertório, porque a nudez no espaço público é, em si mesma, um desafio”.⁶⁰ É uma marcha que aproveitou o espaço virtual e as redes sociais para fortalecer seu discurso, usando uma linguagem de contestação e imagens de peitos à mostra.

Na Colômbia ela pode ser definida como uma marcha irreverente contra as posições da direita católica no país e que, no contexto nacional, coloca em

59 Catalina Jiménez, entrevistada por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 14 ago. 2015.

60 Ibid.

evidência a luta das novas sexualidades que tem avançado no campo jurídico, mas que ainda perde na rua, no imaginário cultural machista e homofóbico.

Caso 3: A Marcha pela Vida

Em 8 de março de 2015, 120 mil pessoas saíram às ruas sob o lema “a vida é sagrada”. O balanço off-line da mobilização afirma que o evento aconteceu simultaneamente em 25 cidades pelo mundo e em 36 municípios colombianos.⁶¹ O balanço online diz que o evento no Facebook teve um histórico de participantes “confirmados” da marcha de 15.041, outros 1.955 usuários responderam “talvez” e 98.973 foram convidados. A conta no Twitter @VidaMarzo8 chegou a 2.817 seguidores e a do Instagram obteve 131. Durante todo o processo de chamamento contabilizaram-se 55.093 tuítes com a *hashtag* #VidaMarzo8; 44.052 com a *hashtag* #YoMarchoPorLaVida e 29.312 com a *hashtag* #MarchaPorLaVida. No YouTube foram publicados 23 vídeos, que obtiveram ao todo 10.668 visualizações. No Facebook, os 15 vídeos publicados tiveram 153.442 visualizações. No SoundCloud, os quatro spots tiveram 4.363 visitas.⁶²

Em 13 de janeiro de 2015, o ex-prefeito e ex-candidato presidencial Antanas Mockus convidou os colombianos a marchar juntos “pela vida” e, para fazê-lo, decidiu convidar, via Twitter, dois políticos, inimigos entre si, representantes de duas correntes opostas de pensamento: o ex-presidente Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) da direita — que no final não aderiu à marcha — e o senador Iván Cepeda Castro do partido de esquerda Polo Democrático Alternativo. Mockus lançou a convocatória para a marcha em um tuíte de 118 caracteres, no qual marcou as contas desses políticos, incluiu um link para um vídeo promocional e estreou a *hashtag* #Vida4F, com a qual outros usuários começaram a expressar suas opiniões. Foi retuitado 155 vezes e marcado como favorito 93 vezes.

61 Jorge Torres, entrevistado por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 18 ago. 2015.

62 Relatório oficial do balanço da marcha realizado por Daniel Romero, que foi entrevistado para esse trabalho em 2 set. 2015 em Bogotá.

Figura 6: Tuíte da convocatória para a marcha



O vídeo indicado no tuíte mostrava Mockus falando sobre o objetivo da marcha:

“Iván Cepeda e o ex-presidente Álvaro Uribe ajudaram, em vários momentos de suas vidas, a proteger a vida dos colombianos. Ambos devem ter suas vidas respeitadas, apreciadas, valorizadas pelo que fizeram e pelo que podem fazer. [...] Convido-os a marchar num dia histórico para a Colômbia, nesse 4 de fevereiro; marchemos pela vida, marchemos porque cada vida de cada colombiano é valiosa”.

O vídeo também foi publicado no perfil do Facebook. Lá, foi curtido por 5.400 pessoas e cerca de 2 mil o compartilharam. Nessa rede social, Antanas Mockus possui 870 mil “amigos”, uma cifra muito parecida com a que possui em sua conta do Twitter (@AntanasMockus), com cerca de 850 mil “seguidores”. Nesse mesmo dia, alguns meios de comunicação difundiram a notícia e Mockus falou publicamente em alguns deles. Nos dias que antecederam o lançamento da marcha, já era evidente que contavam com uma estratégia digital. Foram criados o site <lavidaessagrada.com> e contas nas redes sociais Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e SoundCloud.⁶³ Em alguns casos, foram usadas as contas pessoais de Mockus, que se manteve até o final como o personagem central da mobilização.

63 Em agosto de 2015, a conta da marcha no Twitter atingiu 2.660 seguidores. Somam-se outras 500 pessoas reunidas em duas contas paralelas que foram criadas para marchas fora de Bogotá, uma para a Marcha pela Vida em Cali (@VidaMarzo8Cali) e outra para a Marcha pela Vida na cidade de Nova York (@VidaMarzo8NYC).

Figura 7: Conta oficial do Twitter da marcha



Naquele momento, os diálogos de paz acabavam de ser retomados após uma de suas piores crises, desencadeada pelo sequestro do general do Exército Rubén Darío Alzate.⁶⁴ Não era um período eleitoral. As últimas eleições haviam sido as legislativas, realizadas meses antes. O ano começou com a notícia da retomada das conversas entre as Farc e o governo e, naquele momento, ficava evidente a polarização entre os que apoiavam a saída negociada do conflito e os críticos do processo.

Além do contexto político que Mockus soube aproveitar, havia como precedente a grande mobilização contra as Farc de 4 de fevereiro de 2008, na qual 12 milhões de colombianos saíram às ruas contra a violência cometida pela guerrilha. Por essa razão, Mockus inicialmente marcou a marcha para o dia 4 de fevereiro de 2015. No entanto, não se tratavam de marchas iguais e a ideia de manter a data foi criticada por muitos setores políticos e, assim, foi escolhida uma nova data: 8 de março, Dia Internacional da Mulher. A marcha de 2008 sur-

64 Em novembro de 2014 foram sequestrados pelas Farc, no departamento de Chocó, o general Rubén Darío Alzate, o cabo Jorge Rodríguez Contreras e a advogada Gloria Urrego, assessora de projetos especiais do Exército. O episódio teve como consequência a suspensão dos diálogos de paz por 15 dias, por fim retomado graças à mediação e às declarações dos países intermediadores do processo de paz, Cuba e Noruega.

giu por iniciativa de um jovem indignado de Barranquilla que criou um grupo no Facebook; a segunda foi convocada por um ex-prefeito, ex-candidato à presidência e reconhecido acadêmico. A primeira foi anônima e logo se transformou em midiática e política. A segunda nunca foi anônima e sim *mainstream* desde o princípio. As duas foram politizadas, mas de formas distintas. A de 2008, contra as Farc, foi criticada por setores da esquerda como uma marcha pró-Uribe, que somente condenava as Farc e não todas as formas de violência, incluindo a cometida por paramilitares da extrema direita. Por sua vez, a de 2015 foi sabotada por Uribe, que chamou a marcha de uma campanha de publicidade paga pelo governo de Santos para legitimar o processo de paz. No campo simbólico, uma foi uma marcha contra a violência (indignados) e, a outra, a favor da paz (esperançosos).

Na Marcha pela Vida, as redes sociais ajudaram a convocar as pessoas em torno de um mesmo tema. Conseguiram criar mensagens com um tom pessoal, de Mockus, embora fosse dirigida a todos. Internamente, serviram para coordenar os voluntários e as marchas em várias cidades do país. Como afirmou Jorge Torres, pesquisador da Corpovisionarios e um dos organizadores da marcha: “as redes sociais serviram como ponto de ligação entre as pessoas das várias regiões. Muitas dessas pessoas que foram voluntárias nunca haviam ido a uma prefeitura nem haviam coordenado algo parecido e, através das redes, compartilhávamos as instruções do que tinham que fazer. Tivemos que ensiná-las como falar com a polícia, com os bombeiros, com as secretarias de Saúde. Todo esse processo foi conduzido de maneira digital”.⁶⁵

Mas essa não era a primeira vez que Mockus fazia uso das redes sociais. Em 2010, quando foi candidato à presidência, havia sido mais bem-sucedido na Internet do que os outros candidatos. De maneira similar ao que aconteceu com a campanha de Barack Obama um ano antes, Mockus deu início a uma nova forma de fazer campanhas online no país. Como disse Omar Rincón: “Mockus teve sucesso na rede quase pelas mesmas razões pelas quais fracassou na televisão:

65 Jorge Torres, entrevistado por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 18 ago. 2015.

porque não pensa de maneira linear, oferece 'links' a outros temas relacionados, mas que abrem, mais do que fecham, as ideias; [...] não estabelece fronteiras entre o público e o privado; [...] usa imagens e símbolos, [...] é transparente e [...], mais do que oferecer soluções de cima para baixo, estimula a ação coletiva. Ou seja, porque ele pensa como a Internet".⁶⁶

A "onda verde", como ficou conhecido o fenômeno de cultura política 2.0 mais inovador do país, foi determinante em termos de novos exercícios de cidadania através de mecanismos de participação online e de criação de um sentido de comunidade em torno da mudança, mas, diferentemente do caso norte-americano, não conseguiu se traduzir em uma vitória nas urnas. No entanto, o que aconteceu nesse período ecoou e repercutiu em 2015, em um contexto mais social e menos político, e serviu para impulsionar a Marcha pela Vida. Muitos dos voluntários que participaram desse segundo momento haviam começado a acompanhar Mockus durante as eleições presidenciais. Assim, como observa Jorge Torres, "se há alguém que produziu mobilizações via redes sociais é o Antanas Mockus. Os cidadãos falam pelas redes sociais e esse é o lugar pelo qual o professor conseguiu estabelecer uma conexão com a sociedade".⁶⁷

Sem dúvida, a Marcha pela Vida foi uma mobilização inovadora por fazer uso mais sofisticado das redes sociais na Internet. Utilizou-se o aplicativo do Facebook "Dona tu estatus" [doe seu status], que possibilitava aos organizadores da marcha publicar mensagens na linha do tempo das pessoas que aceitassem a proposta.⁶⁸ Atingiram com essa campanha um total de 1.874 doadores voluntários em menos de vinte dias, foram publicadas dez mensagens, uma a cada dois dias, e os organizadores calculam ter obtido um alcance potencial

66 Omar Rincón, "Mucho ciberactivismo... pocos votos. Antanas Mockus y el partido verde colombiano". *Nueva sociedad: democracia y política en América Latina*, out. 2011. Disponível em: <nuso.org/articulo/mucho-ciberactivismo-pocos-votos-antanas-mockus-y-el-partido-verde-colombiano>.

67 Jorge Torres, entrevistado por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 18 ago. 2015.

68 Consiste em permitir que um algoritmo, de forma aleatória, publique mensagens na linha do tempo dos usuários.

aproximado de um milhão de leitores por mensagem, supondo, talvez de forma otimista, que cada doador tivesse em média 550 amigos no Facebook que leram as mensagens. Além disso, a ONG Corpovisionarios fez um investimento de 800 mil pesos colombianos em publicidade do Facebook, recursos provenientes em grande parte dos fundos da marcha arrecadados por meio de doações.

Figura 8: Exemplo de uma mensagem publicada usando o aplicativo “Dona tu estatus”



Também foram organizados “tuitaços” ou campanhas pontuais que, durante algumas horas, convidavam todos os usuários dessa rede a postar mensagens sobre temas relacionados com a marcha, como, por exemplo, “como seria a Colômbia se a vida fosse sagrada?”. Isso foi feito várias vezes usando a *hashtag* #MiTitularDelFuturo, que virou um *trending topic* na Colômbia com 3.100 tuítes, e #NoQuieroOtroTitularAsí, *trending topic* em Bogotá com 1.700 tuítes. Em 7 de março foi criada a *hashtag* #YoMarchoPorLaVida (44.052 tuítes), que virou um *trending topic* na Colômbia em 8 de março durante todo o dia até o encerramento da marcha. O mesmo aconteceu com #MarchaPorLaVida (44.052 tuítes) e #VidaMarzo8 (55.093 tuítes).

Figura 9: Exemplo de “tuitaços”



Além disso, foi habilitado o aplicativo Twibbon para que as pessoas editassem a imagem de perfil do Facebook e do Twitter, sobrepondo à foto o texto “#VIDAMARZO8”.⁶⁹ As pessoas foram convidadas a colocar uma foto em suas linhas do tempo segurando um cartaz com os dizeres “a vida é sagrada” e a publicar vídeos explicando suas razões. Artistas da televisão e políticos aceitaram o convite, entre eles o ex-presidente do Uruguai Pepe Mujica, que publicou uma foto com sua esposa segurando o cartaz. Também foi criado o site <lavidaessagrada.com>, que apresentava uma contagem regressiva para o dia do evento e oferecia informações gerais sobre o objetivo e a rota da marcha. Todas as publicações nas redes eram programadas com antecedência em uma grade de horário organizada por Daniel Romero, assessor da Corpovisionarios. A meta era publicar entre quatro e cinco postagens diárias no Facebook e entre 10 e 20 no Twitter, embora, por vezes, esse número aumentasse diante de qualquer novidade ou informação de última hora. Como afirmou Romero, “essa aposta foi a estratégia digital inicial: fazer com que parecesse uma marcha cidadã, e assim foi”.⁷⁰

69 Ver <twibbon.com/support/vidamarzo8>.

70 Daniel Romero, entrevistado por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 2 set. 2015.

Figura 10: Site “A vida é sagrada”



Em 8 de março de 2015 foi realizada a marcha em 25 cidades do mundo e 36 municípios colombianos. A marcha recebeu o apoio da imprensa, do governo do presidente Santos e de outros políticos e seus partidos. Também se uniram à mobilização organizações não governamentais, trabalhadores e sindicatos. A cifra oficial do total de participantes nas marchas nas diferentes localidades foi de 120 mil pessoas.⁷¹ No entanto, a contagem não foi rigorosa em todos os lugares e o número pode ter sido maior, segundo os organizadores. A Marcha pela Vida buscou a renovação de um valor que Mockus considera como a base para uma discussão da sociedade pós-conflito. Houve muito ativismo digital e também foi significativa a marcha de rua. Pessoas, ao menos vinte ou trinta, saíram às ruas na Lituânia, Londres e Paris. Mostraram solidariedade via redes sociais, organizaram-se e demonstraram seu apoio nas ruas.

A Marcha pela Vida foi convocada e organizada via redes sociais e esforçou-se para ser vista como uma mobilização popular, mas o protagonismo de Antanas Mockus e o da ONG Corprovisionarios foi determinante. Por um lado, Mockus é uma figura pública com um reconhecimento no mundo off-line que

71 Jorge Torres, entrevistado por María Paula Martínez e Estefanía Avella. Bogotá, 18 ago. 2015.

busca traduzir ao mundo online. Não é um internauta comum tratando de tecer uma cibercomunidade, mas um político que conta com o respaldo de sua ONG e que aproveita uma conjuntura específica. Embora a mobilização online possa ser qualificada como bem-sucedida, não se pode dizer o mesmo da marcha off-line. Comparada à marcha contra as Farc em 2008, poderia ser considerada um fracasso de público: 120 mil contra 12 milhões de pessoas. Mas faz mais sentido dizer que essa diferença está baseada num contexto e nas condições próprias do momentum político pelo qual a Colômbia atravessa e que produz um efeito sobre os motivos pelos quais os cidadãos estão dispostos a sair às ruas. Segundo a especialista em mobilizações sociais Carolina Cepeda, “em 2008, a opinião pública estava alinhada em um mesmo sentido de repúdio às Farc: da segurança democrática de Uribe. A Marcha pela Vida, pelo contrário, aconteceu num contexto de processo de paz, mas a opinião pública está muito dividida. Embora haja uma maioria a favor dos diálogos, creio que continua havendo uma parcela contrária significativa [...]. Além disso, muitos são a favor da paz, mas não necessariamente a favor desse governo nem de como o processo está sendo conduzido. Isso tende a dividir as pessoas e também a minguar a capacidade de mobilização”.⁷²

Sem dúvida, após tantos anos de conflito armado, a paz é um desejo nacional, mas as formas de se mobilizar em torno disso variam. Pode-se considerar a Marcha pela Vida como uma mobilização política, de alguma forma disfarçada de marcha social que fez a sociedade falar sobre a paz nas redes sociais e, por um dia inteiro, nas ruas. Funcionou como um espaço de catarse coletiva com um impacto mais simbólico que real e a acolhida midiática, dado o contexto nacional, foi importante para ajudar a legitimar os acordos de paz. Não obstante, é importante levar em conta que, simbolicamente, é diferente marchar contra ou a favor de algo. Quando a sociedade civil marcha contra o Estado, o faz frente a uma instituição legítima com o fim de pressionar por mudança. Quando é feita a favor de um valor ou uma emoção, a força da marcha também se transforma.

72 Carolina Cepeda, entrevistada por Estefanía Avella. Bogotá, 31 ago. 2015.

A marcha de fevereiro de 2008 e a de março de 2015 possuem diferenças importantes em termos de estrutura, contexto político e motivações de mobilização, mas tiveram, segundo Cepeda, um aspecto em comum: não foram marchas de contestação e não demandavam algo do sistema político nem do governo. Foram marchas que não questionaram o *status quo*, pelo contrário. Estavam alinhadas com o pensamento do governo e serviram para fortalecer um imaginário coletivo: “a marcha contra as Farc repudia os delitos cometidos por esta guerrilha, mas não contesta o poder estabelecido nem aponta seus equívocos. A Marcha pela Vida também não. Essa mobilização reforçou uma ideia que o governo também busca promover”.

A Marcha pela Vida é entendida como uma mobilização social, mas não como um movimento. Cepeda conta que essa diferença pode ser explicada considerando que “uma mobilização pode ser espontânea, de curta duração, convocar pessoas que talvez nunca voltem a falar sobre o assunto nem a se interessar por ele, enquanto que um movimento é um ator coletivo”. Também explica que a Marcha pela Vida é uma mobilização que “busca mostrar seu slogan, que sempre foi a defesa da vida, e isso possui uma boa acolhida, mas fora isso não oferece ferramentas para ir além, para promover um debate ou para ampliar a agenda. É um pouco limitado, sem tirar seu mérito”. Esse tipo de marcha, no final, não se configura em movimento social, não produz laços sociais duradouros nem possui como objetivo mudar o *status quo*; pelo contrário, é mais simbólico, mais relacionado com o imaginário coletivo sobre a violência, a morte, a vida. Essa foi uma marcha que produziu uma cibercomunidade que contribuiu para o debate público sobre a paz e para a legitimação das pretensões do governo nas negociações de paz em Havana.

4. Considerações finais

O mundo atual, posterior à invenção da Internet, é habitado pelo que Manuel Castells chama de “sociedade em rede”, marcado por um sistema de “autocomunicação das massas, baseado em redes horizontais de comunicações interativas e multidirecionais”, e vem transformando os movimentos sociais do século 21. Vêm surgindo novos atores e novas formas de participação social que atuam em uma esfera pública que, permeada pela tecnologia, é mais aberta, mais heterogênea e, em grande medida, mais complexa. A sociedade em rede está em constante transformação e supõe contradições entre o potencial democrático característico da Internet e a desigualdade no acesso à rede pelos cidadãos.

Atualmente na Colômbia, a maior parte da opinião pública tem esperança em relação a um possível fim do conflito armado contra as Farc, enquanto outra parte vê com desconfiança a transição dos guerrilheiros à vida civil. À margem desses polos está o fato de que o país se encontra em transição e, no pós-conflito, surgirão novos movimentos políticos, grupos de oposição se fortalecerão, reformas no sistema agrário serão realizadas e haverá uma maior representação de grupos tradicionalmente marginalizados da agenda: indígenas, afrodescendentes, camponeses, mulheres. O mundo digital seguirá se transformando e configurando um cenário cada vez mais amplo de participação social. Isso implica novas oportunidades, mas também novos riscos. Os direitos digitais, a neutralidade da rede e a governança da Internet são desafios que, atualmente, vem sendo discutidos em nível mundial e que determinarão as ações dos cibercidadãos no futuro. Sobre isso observa Nelson Remolina, do Observatório Ibero-americano de Proteção de Dados: “o ciberespaço não é um lugar imune às autoridades e às regulações locais. No entanto, sua característica transfronteiriça produz desafios às autoridades e obriga a repensar os sistemas jurídicos, cujas normas e autoridades, em alguns casos, circunscrevem-se a um território geograficamente delimitado. O ciberespaço está erodindo e desin-

tegrando esses limites. As autoridades e os reguladores devem repensar seu arcabouço jurídico para operar de maneira eficiente no ciberespaço. O mundo mudou e, por isso, não se pode continuar fazendo mais do mesmo⁷³.

Por fim, à luz da análise das três mobilizações escolhidas para este capítulo, pode-se concluir que:

1) A Internet, enquanto cenário básico do online, não é determinante para a eclosão das marchas. Mais de 20 anos após a invenção da Internet já é possível afirmar que o digital é uma cultura que, como outras, tem a ver com rituais, é intangível e subjacente. A partir da análise das marchas deste capítulo, pode-se inferir que, atualmente, misturam-se constantemente antigas formas de protesto com novas formas de mobilização digital. Há uma convergência entre o online e o off-line, onde a Internet não é um fator determinante para a eclosão dos protestos, mas se transforma em uma arena significativa de desenvolvimento da mesma. A transformação que resulta da criação da web não significa uma mudança na vida política, mas diz respeito à abertura de um novo espaço público e a aparição de uma nova opinião pública com formas de participação mais direta e mais heterogênea.

2) A web é uma caixa de ressonância. Em um país como a Colômbia — no qual os meios de comunicação são escassos e o mercado está concentrado —, a Internet se transforma em uma ferramenta efetiva para dar visibilidade e ampliar a agenda midiática e em uma janela de oportunidade que as marchas sabem aproveitar. Nas mobilizações analisadas, a Internet desempenhou um papel crucial ao disseminar a informação de forma instantânea e de baixo custo. Ajudou na constituição de comunidades digitais locais, nacionais e internacionais que mantiveram um fluxo de informação constante, gerando tamanho impacto que não restou aos meios tradicionais outra opção que

73 Nelson Remolina, entrevistado por Santiago La Rotta, *El Espectador*, 20 ago. 2015. Disponível em: <www.elespectador.com/tecnologia/un-mundo-sin-secretos-digitales-articulo-580297>.

não capturar o que circulava pelas redes sociais e pela web e transformá-lo em notícia *mainstream*.

3) A web e, mais especificamente, as redes sociais, não substituem os meios de comunicação tradicionais. Com sua linguagem simples, sua instantaneidade e sua estrutura de nós (não cêntrica), transformam-se em um complemento útil “para atravessar a blindagem que os poderes simbólicos locais, privados e públicos tentam construir em torno da verdade”. As redes sociais permitem um fluxo constante de informação, no qual o papel dos líderes não determina nem o acesso nem a participação. A Internet e as redes são um sistema de nós que induz à criação de cibercomunidades que se agrupam de forma orgânica e veloz. Assim, o universo online se transformou em uma janela de oportunidade para transformar as dinâmicas da participação. Como reconhece Omar Rincón, “as redes digitais chegaram e têm servido para que os cidadãos possam existir publicamente. Lá se exerce a liberdade de expressão e a gestão dos direitos dos cidadãos, sem a necessidade de autorização ‘legal’ para se manifestar. Antes tínhamos a rua, agora temos a rodovia digital”.

4) Não existe uma única forma de relação online-off-line nos movimentos sociais. Embora em todos os casos analisados esteja claro que ambos os mundos convergem e que a fronteira entre eles não está claramente delimitada, a relação da rua com a web depende de múltiplos fatores e não são constantes as formas como cada um contribui para os debates públicos nem para a forma como cibercomunidades são criadas. No caso da Marcha pela Vida, sua mensagem de esperança ajudou a legitimar o processo de paz do governo em meio a uma crise. Sua estratégia online produziu uma marcha de rua que buscava conferir legitimidade ao discurso do governo. A PNA, pelo contrário, gerou uma crise no governo e produziu um debate sobre a necessidade de mudança social e novas políticas para o campo. Sua dinâmica off-line e tradicional de bloqueios de estradas e painelaços desencadeou uma cibercomunidade que se solidarizou

para além das montanhas. A Marcha das Vadias gerou primeiro uma comunidade digital em torno do tema, que buscou legitimidade em uma marcha de rua e tentou liderar o debate público sobre o aborto e o papel da mulher e, por fim, após três anos consecutivos de edições da marcha, sua líder constituiu um movimento social off-line.

Ao mesmo tempo em que surgiram novos tipos de atores que transitam entre o universo online e off-line, também desapareceram algumas das características tradicionais da mobilização. As antigas hierarquias tornam-se obsoletas, assim como a divisão entre o público e o privado. Não há uma estrutura de poder vertical, mas um terreno horizontal de participação dinâmica, onde predomina o anonimato. A figura dos líderes ainda segue sendo importante, como demonstrou o papel exercido por Antanas Mockus na Marcha pela Vida, mas não é imprescindível para a criação de uma cibercomunidade. Embora o peso do apoio de personagens públicos no universo off-line possa jogar a seu favor no online, na rede surgem novos atores que, embora anônimos, podem competir fortemente com eles. O sentido coletivo é facilmente criado no online, mas segue se legitimando no off-line, no terreno do risco e da confrontação. O universo online é um espaço seguro e confortável para os protestos, que produz laços fracos e efêmeros, que põem à prova o terreno tradicional de presença física na rua e suas dinâmicas variam. Como vimos nas marchas analisadas aqui, a rua e a web se alternam. Na Marcha pela Vida e na Marcha das Vadias, primeiro foi a web, depois a rua, enquanto que na PNA primeiro foi a rua e depois veio a rede. A Colômbia é atualmente um país com grande exclusão digital, mas desenvolve formas desafiantes para combatê-la. A penetração dos telefones celulares é bastante ampla e se transformou na forma mais fácil e popular de se navegar na web. Para os movimentos sociais, a Internet oferece vantagens estratégicas para organizações que não dispõem de muitos recursos. Reduz custos, encurta distâncias e permite atuar de forma rápida. A disseminação das mensagens de maneira rápida e barata produz um impacto tipo “bola de neve” que nenhum outro meio de comunicação tradicional é capaz de conseguir. Na Internet, não

é claro o limite do “local” nem o conceito de “privado”. Um sentimento pessoal pode se transformar em coletivo por meio do clique e, assim, uma marcha local pode se transformar em nacional ou global, como ocorreu com a PNA; ou, de maneira inversa, uma causa internacional pode ser adotada por comunidades locais, como no caso da Marcha das Vadias, que surgiu no Canadá e se replicou em várias cidades do mundo.

5) A participação das ONG ainda é muito importante, mas, talvez, menos visível do que na era pré-Internet. Por trás da PNA há várias ONG que, durante a última década, canalizaram as demandas de diferentes setores; no entanto, seu protagonismo na PNA não foi tão midiático, ou, também pode-se dizer, foi ofuscado pelo protagonismo adquirido pela comunidade de colombianos que se solidarizou com o campesinato. No entanto, a relação de seus participantes com movimentos sociais e ONG não é menor. César Jerez, um dos líderes da paralisação entrevistado para este estudo, é o criador da Prensa Rural, uma ONG que defende os direitos dos camponeses e que reúne outras organizações e sindicatos. No caso da Marcha pela Vida, a ONG Corpovisionarios, criada e dirigida por Antanas Mockus, deu respaldo e legitimidade desde o início. Pelo contrário, no caso da Marcha das Vadias, não há ONG fortes constantemente vinculadas ao processo de mobilização, e talvez esta seja uma das diferenças mais importantes. Enquanto as outras duas contaram com apoios e protagonistas políticos e midiáticos, a Marcha das Vadias foi mais um movimento de opinião internacional que chamou a atenção da sociedade bogotana e se transformou em uma marcha social de rua. Sua líder não possui o peso que têm César Jerez, César Pachón ou Antanas Mockus, nem na web nem nas ruas. Sua idealizadora, Mar Candela, é uma mulher que, a partir do anonimato da web, conseguiu realizar uma mobilização social que já se repetiu três vezes no país.

6) Novos atores, rápidos desertores. No contexto de convergência explicado anteriormente, os cidadãos se transformam em ativistas por meio de

um clique. As redes digitais permitem que os cidadãos se solidarizem com causas diversas de forma esporádica e midiática. Nas três marchas estudadas aqui ocorreu o fenômeno do compartilhamento de fotos segurando cartazes com frases de efeito (“a paralisação existe, sim”, “marcha pela vida” ou “mulher puta, mente livre”). No entanto, essas adesões digitais muitas vezes não se transferem para o mundo off-line, para as ruas. Permanecem no plano online, que permite relações de traços frágeis e efêmeros. Aqueles que saem às ruas sabem que o risco, a confrontação corpo a corpo e a ação coletiva criam laços fortes e um sentimento de comunidade mais duradouros.

5. Referências

ARCHILA, Mauricio. *Idas y Venidas, Vueltas y Revueltas: Protestas Sociales en Colombia 1958-1990*. Bogotá: Cinep, 2005.

_____. “Los movimientos sociales en la encrucijada del siglo XXI”. In: BUITRAGO, Francisco Leal (Org.). *En la Encrucijada: Colombia en el Siglo XXI*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

BANCO MUNDIAL. “Usuarios de Internet (por cada 100 personas)”. Consultado em 10 nov. 2015. Disponível em: <datos.bancomundial.org/indicador/IT.NET.USER.P2>.

“BLOQUEADAS 15 vías en segundo día del paro agrario”. *El Espectador*, 20 ago. 2013. Disponível em: <www.elespectador.com/noticias/nacional/bloqueadas-15-vias-segundo-dia-del-paro-agrario-articulo-441112>.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignación y Esperanza: Los Movimientos Sociales en la Era de Internet*. Madri: Alianza Editorial, 2012. [Ed. bras.: *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de. Janeiro: Zahar, 2013.]

Centro de Investigación y Educación Popular [CINEP]. *Luchas sociales en Colombia*, 2013. Bogotá: Cinep/Programa por la paz, 2014. Disponível em: <comosoc.org/IMG/pdf/informe_especial_cinep_protestas_2013.pdf>.

COMSCORE. *Futuro Digital Colombia 2014*. Bogotá: comScore, 2014. Disponível em: <www.comscore.com/lat/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2014/2014-Digital-Future-in-Focus-Colombia>.

COLÔMBIA. *Constitución Política de Colombia*. Disponível em: <www.senado.gov.co/images/stories/Informacion_General/constitucion_politica.pdf>.

_____. FARC-EP. *Participación política: apertura democrática para construir la paz*. Habana, Cuba: Mesa de conversaciones para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera en Colombia, 2013.

Comisión de Regulación de Comunicaciones [CRC]. *Informe de Industria del Sector TIC septiembre de 2015*. Bogotá: CRC, 2014. Disponível em: <colombiatic.mintic.gov.co/602/articulos-13464_archivo_pdf.pdf>.

EL TAL CAMPO sí existe: los medios y la protesta social. Direção: César Pachón. Canal Capital. 2014. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=snNVSuoUd9A>.

HERNÁNDEZ, Francisco. *Sindicalismo en Colombia: Implicaciones sociales y políticas*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004.

ICARZA, Roberto. "La televisión pública en la era de la argumentación". In: Instituto de Estudios sobre Comunicación RTA (Ord.). *Pensar la Televisión Pública: ¿Qué modelos para América Latina?*. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

JIMÉNEZ, Catalina. "Movilización social y partidos políticos durante las elecciones 2014: ¿qué relación tienen?". In: Fredy Barrero e Margarita Batle (Org.), *Elecciones en Colombia 2014, ¿representaciones fragmentadas?*. Bogotá: Fundação Konrad Adenauer, 2014.

LA REBELIÓN de las ruanas, mentiras y verdades, sonríe el paro campesino. Dirección: Guillermo Prieto La Rotta. Especiales Pirry. Canal RCN. 2013. Disponible em: <www.youtube.com/watch?v=4NBgdrBBEn4>.

LA ROTTA, Santiago. "Un mundo sin secretos digitales". *El Espectador*, 20 ago. 2015. Disponible em: <www.elespectador.com/tecnologia/un-mundo-sin-secretos-digitales-articulo-580297>.

"MÁS de 30 vías bloqueadas por protestas campesinas". *El Espectador*, 22 ago. 2013. Disponible em: <www.elespectador.com/noticias/nacional/mas-de-30-vias-bloqueadas-protestas-campesinas-articulo-441725>.

PEÑARRREDONDA, José Luis. "Chateadores, domingueros, y 'rolos': las cifras de los twitteros en Colombia". *Enter.co*, 14 set. 2012. Disponible em: <www.enter.co/cultura-digital/redes-sociales/cifras-twitter-colombia>.

RABINOVICH, Eleonora. "Protesta, derechos y libertad de expresión". In: RABINOVICH, Eleonora; MAGRINI, Ana Lucía; RINCÓN, Omar. *Vamos a portarnos mal!: Protesta social y libertad de expresión en América Latina*. Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina/Fundação Friedrich Ebert [C3FES], 2011.

RESTREPO, Esteban. "Reforma constitucional y progreso social: 'Constitucionalización de la vida cotidiana' en Colombia". In: *Sela (Seminario en Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política) Papers*, n. 14. New Haven, Estados Unidos: Yale Law School, 2002. Consultado em 12 out. 2015. Disponible em: <digitalcommons.law.yale.edu/yls_sela/14>.

RINCÓN, Omar. "Redes digitales: catarsis colectiva y frustración política". *Razón Pública*, 20 abr. 2015. Consultado em 11 nov. 2015. Disponible em: <www.razonpublica.com/index.php/econom%C3%ADa-y-sociedad/8402-redes-digitales-catarsis-colectiva-y-frustraci%C3%ADon-pol%C3%ADtica.html>.

SARRALDE, Milena. "Este es mi cuerpo y se respeta, gritaron mujeres en marcha nacional". *El Tiempo*, 16 fev. 2012. Consultado em 25 out. 2015. Disponível em: <www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-11219502>.

Equador

Orazio Bellettini

Adriana Arellano¹

1. Introdução
2. Estudos de caso
 - Caso 1: O 30 de Septiembre (30-S)
 - Caso 2: Coletivo “Quito YOmeAPUNTO”
 - Caso 3: YASunidos
3. Algumas reflexões finais
4. Referências

¹ Orazio Bellettini é Diretor Executivo do Grupo Faro e Adriana Arellano é Diretora de Pesquisa do Grupo Faro. Os autores gostariam de agradecer a Hugo Carrión pela elaboração do estudo de caso sobre o 30 de setembro.

1. Introdução

Nos últimos anos, no Equador e em outros países da América Latina, houve uma expansão das funções e do tamanho do Estado. Essa expansão foi legitimada pela ideia de que as sociedades latino-americanas precisam expandir a oferta de bens públicos como parte integral do processo de desenvolvimento, o que supõe uma maior presença estatal.

O crescimento da presença — material e simbólica — do Estado no Equador deu-se de tal forma que, em alguns casos, reduziu a margem de manobra de outros atores da sociedade, entre os quais as organizações da sociedade civil (OSC). Dito de outra forma, a relação Estado–sociedade civil no Equador parece dar lugar a um jogo de soma zero, no qual o fortalecimento do Estado se dá às custas do enfraquecimento de outros setores da sociedade (Bellettini, 2013).

Um exemplo desse cenário é o conjunto de reformas que foram realizadas no Equador no campo das telecomunicações. Em junho de 2013 foi aprovada a Lei de Comunicações que, seguindo os princípios estabelecidos na Constituição equatoriana aprovada em 2008, reconhece a comunicação como um direito humano e busca sua democratização, garantindo a diversidade e pluralidade, fim para o qual estabelece a necessidade de regular os meios de comunicação de forma a alinhá-lo ao interesse público.

No entanto, a Lei de Comunicação também incorpora mecanismos de controle sobre quem pode comunicar e os conteúdos do processo comunicativo. Para tanto, cria um Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Informação e Comunicação como um organismo regulador integrado por um representante do poder Executivo, do Conselho Nacional da Infância e Adolescência (CNNA na sigla em espanhol), dos governos autônomos descentralizados (GAD) e da Defensoria Pública, instituições essas que recebem financiamento estatal. A lei prevê a integração de um conselho consultivo e um conselho cidadão, mas seu papel ainda não está claro, e suas decisões não são vinculantes.

Nos dois anos desde que entrou em vigor a Lei de Comunicação, o órgão

de controle, a Superintendência da Comunicação (SECOM), aplicou sanções a 198 meios de comunicação privados. O órgão abriu 506 processos e publicou 313 resoluções, sendo 185 delas sanções econômicas, que geraram ao Estado mais de 200 mil dólares em arrecadação (Constante, 2015).

Em resumo, a nova Lei de Comunicação se propõe a democratizar o acesso aos canais de comunicação por diferentes setores da sociedade, mas sua aplicação depende quase exclusivamente de apenas um ator, o Estado, colocando em risco sua capacidade real de atingir o objetivo proposto e limitando, na prática, a capacidade de outros atores de disseminar seus pontos de vista sobre os temas discutidos no Equador.

Por outro lado, nos últimos anos, o governo equatoriano aprovou regulações voltadas às organizações da sociedade civil que, embora incluam a criação de um fundo para financiar o trabalho das OSC e a criação de programa de capacitação para fortalecer os integrantes dessas organizações, reduzem sua possibilidade de participação nos debates sobre políticas públicas. Por exemplo, o artigo 30 do Decreto Executivo n. 16 estipula que uma OSC pode ser dissolvida caso participe de “atividades que interfiram em políticas públicas-chave para o Estado equatoriano, bem como realize atividades que perturbem a paz pública”.

Esse marco normativo parece refletir as novas relações de poder entre o Estado e a sociedade civil, caracterizadas pela redução de espaços de participação autônoma na deliberação dos temas debatidos na esfera pública. Portanto, é razoável supor que, no caso do Equador, haja uma expansão no uso dos espaços online como forma de possibilitar a participação em um espaço relativamente mais aberto. No entanto, ao cogitar essa hipótese, é importante levar em conta que, embora o analfabetismo digital no Equador tenha se reduzido de 33,6% em 2009 para 14,3% em 2014 (“46%...”, 2015), mais da metade da população não possui acesso à Internet, o que poderia servir de barreira para que o mundo virtual se torne um espaço de participação.²

2 De acordo com estatísticas oficiais, 46% da população possui acesso à Internet, ou melhor, possui um computador, laptop ou smartphone.

No entanto, há mais de 16 milhões de usuários de serviços de telefonia móvel, embora os números referentes à telefonia fixa tenham estacionado em torno de 2 milhões, 110% e 15% da população, respectivamente (Supertel, 2014). O acesso à telefonia celular, uma das mais altas da América Latina, possibilitou o uso, tanto espontâneo quanto planejado, de estratégias de mobilização e participação online, algumas das quais serão analisadas neste capítulo.

Para entender melhor as interações entre o mundo online e off-line no Equador, serão apresentadas a seguir algumas experiências recentes de participação e organizações da sociedade civil que combinam ambos os tipos de espaços para exercer um papel ativo na esfera pública, participando de processos sociais, econômicos e políticos fundamentais para a democracia e o desenvolvimento do Equador.

As experiências descritas serão analisadas e, por fim, serão tecidas algumas conclusões e recomendações que promovam o que Sorj (2014) chamou de formas virtuosas de relacionamento entre a comunicação online e off-line, que permitem combinar os espaços abertos pelo ciberespaço com a participação nos espaços tradicionais de forma a se enriquecer mutuamente e potencializar a participação da sociedade civil em um momento no qual o aumento da presença do Estado a torna mais necessária do que nunca.

2. Estudos de caso

A seguir serão apresentados três estudos de caso de experiências recentes de participação da sociedade civil no Equador que combinaram estratégias off-line e online como forma de estar presentes na esfera pública e influir em momentos-chave da história recente do país.

Caso 1: O 30 de setembro (30-S)

Introdução

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) configuram uma nova forma de comunicação e geração de informação na sociedade. As TIC permitem que cidadãos acessem e produzam a informação e estabeleçam relações horizontais, desmontando paulatinamente a forma tradicional com que se acessava a informação através dos meios de comunicação.

Tal influência das TIC pode ser observada no dia 30 de setembro de 2010 (30-S), dia em que um protesto policial motivado por reivindicações trabalhistas colocou à prova o sistema e as instituições democráticas no Equador, bem como direitos cidadãos como a liberdade de expressão e o acesso à informação. Infelizmente, episódios de instabilidade têm sido constantes na história do Equador — mobilizações sociais resultaram na queda de presidentes —; no entanto, não havia registro anterior de insubordinação policial, sem dúvida um fato inédito no país.

Os meios de comunicação, como o rádio e a televisão, foram os primeiros a comunicar ao país o que estava acontecendo. Os jornais fizeram circular a informação em suas páginas web. No entanto, os meios tradicionais se viram limitados após serem obrigados a se integrar em cadeia nacional, e os sites dos jornais ficaram sobrecarregados pela quantidade de usuários que procuravam informação. Os meios de comunicação tradicionais e analógicos não dispunham da capacidade de adaptação exigida pela sociedade digital que se configurava. As TIC permitiram a formação de redes nas quais a sociedade interagia, se organizava e produzia informação, constituindo uma alternativa para que os cidadãos pudessem se informar e emitir sua opinião.

Muitas das informações geradas no 30-S podem ser encontradas na Internet, especialmente nas redes sociais, o que permite configurar e construir a memória digital do país. Infelizmente, parte da informação gerada nesse dia

está perdida e não se pode recuperá-la, o que também evidencia a fragilidade dos meios eletrônicos, que um dos pais da Internet, Vint Cerf, denominou de “a era das trevas digital”, na qual as futuras gerações não teriam registro do século 21 (Ghosh, 2015).

Evolução

Cronologia dos acontecimentos

A Assembleia Nacional abre caminho para o veto presidencial com a aprovação, no dia 29 de setembro de 2010, da Lei Orgânica do Serviço Público (LOSEP), que equiparava os salários dos funcionários do Estado e eliminava remunerações adicionais por meio de bônus, gratificações por tempo de serviço ou pelo aniversário institucional do órgão, adicionais de função ou qualquer outro mecanismo, modo ou circunstância.

A aprovação da lei gerou bastante mal-estar entre os membros da Polícia Nacional, embora, segundo declarações do Ministro do Interior à época, Gustavo Jalk, e do Comandante Geral, Freddy Martínez, houvesse sido feita uma ampla campanha de esclarecimento sobre os benefícios da lei dentro da instituição. No dia 30 de setembro de 2010, entre 7 e 8 horas da manhã, cerca de 800 membros do Regimento 1 de Quito³ da Polícia Nacional iniciaram uma paralização das atividades. O motim foi transmitido pelos principais meios de comunicação, especialmente via rádio e televisão. Ficou evidente que a cúpula policial não havia sido capaz de controlar a situação e que a cadeia de comando havia sido rompida.

Desde aproximadamente as 8:30, militares da Base Aérea de Quito ocuparam as instalações do Aeroporto Mariscal Sucre, provocando seu fechamento. Por volta de 150 militares⁴ bloquearam as pistas de pouso. O descontenta-

3 O Regimento 1 de Quito é a principal unidade policial da capital, com cerca de três mil policiais.

4 No dia 8 de abril de 2015, o Primeiro Tribunal Penal de Pichincha declarou culpados por paralisar serviço público 63 membros da Força Aérea Equatoriana (FAE) envolvidos na paralização do aeroporto durante o levante policial do 30-S. A pena variava de 8 a 12 anos.

mento militar se manifestou nas imediações do Ministério da Defesa, na região conhecida como La Recoleta, onde ficou evidente o mal-estar de um setor denominado “La Tropa” [a tropa] — militares de menor hierarquia.

Em declarações para o especial “Testemunhos do 30 de setembro”, exibido pelo canal Teleamazonas, um militar explica o motivo do protesto:

Pergunta da jornalista Cissela Bayona: “Vocês são supostamente obedientes, não deliberantes. O que está acontecendo com essa obediência, essa disciplina?”

Resposta do militar: “Alguma hora a Tropa se cansa. Já faz muito tempo que estão passando por cima da gente. Há três anos vêm nos dizendo que vão equiparar nossos salários, mas não é assim, então chegou a hora de nos levantar, parar e protestar, porque o governo está contra nós.”

Assim como na polícia, nos destacamentos militares foram realizadas campanhas de esclarecimento sobre a lei, segundo declarações do Ministro da Defesa, Javier Ponce, e do General Ernesto González, Comandante das Forças Armadas.

Às 9:15, nesse ambiente de mal-estar e descontentamento, o presidente Rafael Correa chega ao Regimento 1 de Quito. Embora nesse momento não fosse possível dimensionar as consequências, não era raro que o presidente solucionasse conflitos de maneira direta. Na primeira tentativa, a caravana presidencial não conseguiu entrar e retirou-se, temendo uma reação violenta por parte dos manifestantes. No entanto, retornou posteriormente para dialogar com os policiais, mas nem os ânimos nem as posturas foram adequados para se atingir o objetivo. Não havia condições de segurança para garantir a integridade do presidente. González (2014) afirma que “o contra-almirante chefe da Casa Civil alertou sobre o inconveniente daquela visita do ponto de vista da segurança. [O presidente] foi com a finalidade de manter diálogos diretos com os membros da Polícia Nacional, que foram rejeitados por meio de uso de gases e palavras proferidos contra o presidente”.

Não havia condições de diálogo, e o país assistiu pela televisão em tempo real à tentativa de retirada do presidente do regimento, que desencadeou uma onda de violência e agressões que afetaram sua integridade física, obrigando-o a seguir para o hospital da Polícia, localizado ao lado do regimento, para ser atendido e se refugiar dos manifestantes. A partir desse momento, a atenção toda se centraria no estado de saúde do presidente.

Em Guayaquil, os policiais se juntaram para manifestar o mal-estar e apoiar seus companheiros em Quito. Chama a atenção os bordões dos manifestantes: “Viva a paralização” e “Hoje não trabalhamos”. A situação levou à ocorrência de saques a estabelecimentos comerciais.

O mal-estar policial se repetia em várias cidades, o que agravava ainda mais a situação no país. Houve o fechamento de ruas, queima de pneus e ataque a cidadãos por aqueles cujo papel é impedir que isso não aconteça.

A Assembleia Nacional foi tomada por parte da escolta policial, que não permitiu a entrada de congressistas e jornalistas. Os congressistas do partido do governo conseguiram entrar à força e denunciaram a entrada facilitada dos congressistas da oposição. O presidente da Assembleia Nacional, Fernando Cordero, encontrava-se em viagem ao exterior, motivo pelo qual a vice-presidente Irina Cabezas teve que assumir a situação.

Declarações do Coronel Rolando Tapia mostram a situação na Assembleia Nacional:

Devo dizer, senhores, que ainda mantenho a liderança sobre o corpo policial aqui na Assembleia, mas não é menos certo que me uno à atitude dos meus companheiros policiais.
(Teleamazonas, 2011)

Tanto nas instalações do Regimento 1 de Quito quanto na Assembleia Nacional e outros lugares da cidade, as agressões contra os jornalistas que transmitiam os acontecimentos foram escalando, passando de insultos e confisco de suas ferramentas de trabalho a agressões físicas. Tanto os meios de

comunicação privados quanto os públicos disseminavam informações sobre os acontecimentos a despeito das precárias condições de segurança.

Por volta do meio-dia, o presidente concede uma entrevista à Rádio Pública, onde explica a situação por que passavam ele e sua equipe de segurança. Os policiais formam comissões para dialogar com o presidente, exigindo transparência nos diálogos, embora nas imagens captadas se observe certa desconfiança.

Devido ao fechamento do Aeroporto de Quito, o vice-presidente Lenin Moreno não pôde chegar à cidade. Em declarações feitas em Guayaquil, manifestava seu apoio ao presidente. De maneira similar, o presidente da Assembleia Nacional expressou, da Espanha, seu apoio ao presidente, por meio de uma entrevista via Skype.

Às 13:21 é assinado o Decreto Executivo n. 488,⁵ que declara o estado de exceção, obrigando a mobilização das Forças Armadas e estabelecendo uma cadeia nacional de rádio e televisão ininterrupta e por tempo indefinido.⁶

A partir das 14 horas, os meios de comunicação entram em cadeia nacional. Nas ruas de Quito, cidadãos se posicionavam majoritariamente em favor do governo. Simpatizantes do regime se reúnem na Praça da Independência; no Palácio de Carondelet, sede do governo, o Ministro das Relações Exteriores, Ricardo Patino, fez apelos pelo resgate do presidente no hospital da Polícia:

“Companheiros valentes aqui presentes, vamos juntos resgatar o presidente, que se encontra no Hospital da Polícia.” (Teleamazonas, 2011)

Os manifestantes a favor do governo chegaram às imediações do Regimento 1 de Quito e foram reprimidos pelas forças policiais revoltosas. Em outras

5 De acordo com o Sistema de Informação de Decretos Presidenciais, o documento foi assinado eletronicamente no dia 30 de setembro de 2010 às 13:21:43.

6 O artigo 165 da Constituição da República do Equador estabelece, em seu item 4, que o presidente poderá “exercer censura prévia à informação dos meios de comunicação social exclusivamente por motivos de estado de exceção e segurança de Estado”.

regiões de Quito houve enfrentamentos entre partidários de Correa e opositores (Ecuavisa, 2011).

Por volta das 16 horas, os congressistas opositores, mediante coletiva de imprensa, solicitam anistia para todos os policiais envolvidos no levante, tanto os da Polícia Nacional quanto os das Forças Armadas.

Por volta das 18 horas, os soldados que haviam tomado a Base Aérea informam que chegaram a um acordo e permitem a abertura do aeroporto.

Às 19 horas, manifestantes opositores entram à força na sede dos meios de comunicação estatais, exigindo que suas opiniões sejam transmitidas. A sede da cadeia nacional então muda do EcuadorTV para o canal GamaTV, que havia passado para as mãos do Estado em 2008. Essa transmissão persiste até o momento em que os canais privados começam a transmitir por sinal próprio as operações de resgate do presidente Correa. Não há evidências de que a cadeia nacional houvesse sido suspensa.

Às 20 horas, aproximadamente, forças militares chegam à área do hospital da Polícia Nacional e, junto com o Grupo de Intervenção e Resgate (GIR), grupo de elite da Polícia Nacional, um dos poucos que haviam mantido a disciplina dentro da instituição, efetuam o resgate do presidente.

Por fim, às 21:30 o presidente deixa o hospital da Polícia em meio a disparos contra a caravana que fazia seu transporte ao Palácio de Carondelet.

Cadeia nacional de rádio e televisão indefinida e obrigatória

A seguir é feita uma análise da cadeia nacional decretada pelo governo, a mesma que se encerra no momento em que os meios de comunicação privados transmitem por sinal próprio a saída do presidente Correa do hospital da Polícia.

O Secretário de Comunicação, Fernando Alvarado, no documentário *Muchedumbre 30-S* [multidão 30-S], explica as razões pelas quais tomou-se a decisão de ordenar uma cadeia nacional ininterrupta e por tempo indefinido:

“Pude ver na universidade, na papelaria onde nos refugiamos, mensagens sobre saques em Guayaquil, saques em Quevedo, que o vice-presidente da República não podia aterrisar, que o aeroporto estava tomado. Liguei imediatamente para meu subsecretário, que estava em Carondelet, e ordenei que preparasse tudo para uma cadeia nacional ininterrupta e por tempo indefinido, pois pediria autorização ao presidente.” (Muchedumbre 30-S, 2011)

Os meios de comunicação de rádio e televisão que, até aquele momento, haviam transmitido informações sobre os acontecimentos em tempo real de diferentes cidades do país, uniram seus sinais ao do canal público EcuadorTV por ordem do governo.

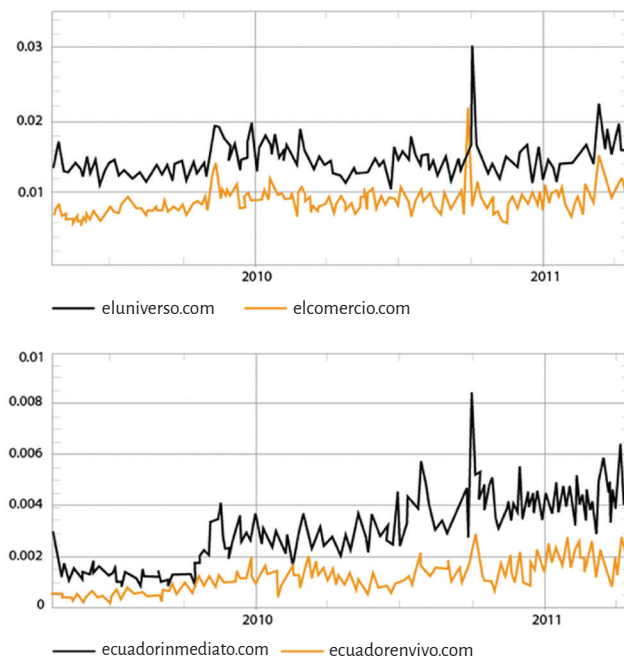
A partir do estabelecimento da cadeia nacional, os meios de comunicação transmitiram de maneira contínua as informações que o governo difundia, limitando aos cidadãos o acesso à informação ampla e plural. Não obstante causar mal-estar e limitar o acesso à informação, enquanto estratégia de comunicação para demonstrar o apoio ao governo, a medida mostrou-se efetiva.

Uso das TIC

Nesse episódio em particular, as TIC contribuíram de maneira determinante para democratizar o acesso à informação e se transformaram em um canal alternativo de comunicação. Os acontecimentos não eram transmitidos apenas pelos meios de comunicação tradicionais, como o rádio e a televisão. A informação também circulava pelas redes sociais, como o Twitter e o Facebook. O tráfego dos principais jornais digitais chegou a derrubar os respectivos sites devido à demanda dos usuários. Um caso particular foi o do jornal digital *EcuadorInmediato* (ecuadorinmediato.com) que, com grande agilidade, conseguiu modificar seu formato e continuou transmitindo informações. Jornais como *El Hoyo* e *El Comercio* transmitiam somente por meio do Twitter, pois seus sites haviam sido derrubados.

Os gráficos seguintes ilustram o tráfego online dos principais sites de notícia do Equador. O pico corresponde ao dia 30 de setembro, quando foram registradas as maiores taxas de acesso à Internet. As estatísticas foram obtidas do site Alexa (alexa.com) e correspondem ao alcance do tráfego diário para as páginas web de quatro veículos: *El Universo* (www.eluniverso.com), *El Comercio* (www.elcomercio.com), *EcuadorInmediato* (ecuadorinmediato.com) e *ecuadorenvivo* (ecuadorenvivo.com). A escala de medição é em porcentagem do tráfego mundial. Pode-se observar, portanto, que o tráfego normal do jornal *El Universo*, de cerca de 0,014% do tráfego mundial, duplicou no dia 30 de setembro, atingindo 0,030%.

Figura 1: Tráfego online dos principais sites de notícia do Equador



Os jornalistas e cidadãos que se encontravam dentro do hospital da Polícia Nacional usaram o Twitter para dar detalhes do que ocorria lá dentro, como foi o caso da jornalista Susana Morán do diário *El Comercio* que, por meio de sua conta pessoal (@susanamorg), transmitiu ao vivo por meio de tuítes e vídeos, chegando a pedir ajuda a tuiteiros próximos para que a deixassem carregar a bateria de seu celular. Um de seus tuítes:⁷



O trabalho jornalístico foi dificultado pela repressão policial. Vários jornalistas e cidadãos foram agredidos e tiveram suas fitas, baterias e memórias de câmera fotográfica e de telefone celular confiscadas.

Os meios de comunicação como o rádio e a televisão transmitiram desde as primeiras horas do dia 30 de setembro a evolução dos acontecimentos. A informação não se limitou às instalações do regimento de Quito: foram transmitidas dos diferentes pontos onde as notícias se desdobravam. Por isso, há hoje uma grande quantidade de vídeos postados em redes sociais como YouTube, onde se pode encontrar testemunhos referentes a esse dia, permitindo aos cidadãos o acesso à informação e, assim, tirar suas próprias conclusões, sem ser objeto de manipulação.

Enquanto esteve retido no hospital, o presidente Rafael Correa conseguiu se comunicar com a população e seus ministros por meio de entrevistas

7 "Estou em um banheiro do hospital, só escuto disparos e mais disparos, muitos companheiros jornalistas ficaram lá embaixo". Disponível em <twitter.com/susanamorg/status/26037749529>.

telefônicas com os meios de comunicação estatais, descrevendo a situação em que se encontrava. Da mesma forma, os ministros e secretários de governo pediam calma à população e passavam a mensagem de que nenhum direito estava sendo violado com a lei aprovada.

Um aspecto importante no curso dos acontecimentos foi a expedição do decreto estabelecendo o estado de exceção. Ele foi assinado (eletronicamente) às 13:21 do dia 30 de setembro, e a notícia correu pelo Twitter a partir das 13:37:⁸



A partir da formação da cadeia nacional, a população passou a ter acesso a apenas uma versão dos acontecimentos, que era favorável ao governo. As imagens de apoio se repetiam junto com o discurso do vice-presidente Lenín Moreno, que apoiava e respaldava o presidente e insistia que Correa governava do local onde se encontrava. O comandante das Forças Armadas também lançava declarações dando respaldo ao governo, mas não sem antes solicitar uma revisão da lei. Durante seis horas, a população observou as manifestações de apoio ao regime, os discursos dos ministros e cartas de apoio de organismos internacionais como a OEA e a Unasul, que se solidarizavam com Correa e convidavam os manifestantes a abandonar os atos de violência.

No âmbito internacional, os acontecimentos eram transmitidos de uma maneira mais plural por meio dos correspondentes das cadeias internacionais.

No entanto, não foi permitida a transmissão de manifestações de apoio de parte dos cidadãos aos policiais, o que só aconteceu após a invasão da sede

8 "Gobierno declara estado de exceção". Disponível em <twitter.com/Presidencia_Ec/status/26004680445>.

dos meios de comunicação estatais, obrigando jornalistas e apresentadores a entrevistá-los. Depois de conseguirem uma entrevista, a transmissão por meio da EcuadorTV foi interrompida e deu lugar ao sinal do canal GamaTV, que havia passado para as mãos do Estado.

Por outro lado, a telefonia móvel permitiu aos cidadãos comunicar-se com seus familiares sobre os acontecimentos e a situação que viviam. De maneira similar, jornalistas puderam relatar os acontecimentos a seus respectivos veículos.

As redes sociais sem dúvida democratizaram o acesso à informação. Jornalistas e cidadãos transmitiam informações, numa verdadeira manifestação de liberdade de expressão e de acesso à informação, graças às redes sociais. O Twitter se transformou em uma das principais fontes de informação e palco de debate.

Twitter: uma alternativa cidadã para acessar informações

A penetração do acesso à Internet em 2010 no Equador não passava dos 20%, cifra que supera hoje os 60%, segundo estatísticas oficiais do Ministério das Telecomunicações e Sociedade da Informação (MINTEL). O uso das redes sociais se difundia com grande aceitação entre os usuários e suas redes de contatos. O Twitter não estava entre as redes mais utilizadas, em comparação com o Facebook, mas os acontecimentos do 30-S mostraram grande eficiência e impacto daquele serviço.

O Twitter possibilitou que aqueles com acesso à Internet pudessem se informar de uma maneira diferente sobre os acontecimentos do 30-S: de diferentes cidades do país chegavam notícias, fotos e vídeos do que acontecia e não era transmitido pelos canais de televisão. A informação era replicada por cidadãos que se converteram em uma rede de verdadeiros repórteres dos acontecimentos.

Também permitiu gerar um debate e emitir opiniões de forma plural, o que não estava acontecendo nos meios tradicionais. Os tuítes foram replicados nos murais do Facebook, outro espaço que permitiu a democratização da informação em nível nacional e internacional.

Um dos fenômenos que mais chama a atenção em relação ao Twitter no 30-S é a rede de cidadãos que se formou diante de um objetivo e interesse comuns. Uma rede autoconvocada e solidária.

Uma das características das redes sociais que se mostra interessante é a reafirmação, por exemplo o compartilhamento pelos amigos do Facebook e os retuítes pelos seguidores do Twitter. Neste último, os tópicos são consolidados em *trending topics*, ou seja, as *hashtags* mais utilizadas minuto a minuto entre os usuários de todo o mundo. Um conteúdo sem resposta ou repercussão é considerado pouco importante. A magnitude do uso de algumas *hashtags* permitiu que estivessem entre as mais usadas no ano de 2010 em nível mundial.

No dia 30 de setembro, o mundo digital das redes sociais dividiu-se entre aqueles que se informavam e os que produziam informação. As mensagens partiam tanto de contas institucionais quanto dos próprios cidadãos.

A informação produzida informava sobre os vários acontecimentos e eram geradas a partir de diferentes lugares:

- **@Pablooski**: “Problemas no Equador!!! Polícias e militares em greve” (*Problemas en Ecuador!!! Los policías y militares en huelga*)
- **@carlosvictorm**: “Estou embarcando no voo da KLM em Quito e o voo não parte! Militares ocupam o aeroporto!” (*Estoy embarcado en el vuelo de KLM en quito y el vuelo no sale! Militares se toman el aeropuerto!*)
- **@menesportatil**: “A motorista, com as mãos tremendo, diz: é o momento de manter a calma” (*La conductora, con las manos temblando, dice: es un momento de mantener la calma.*)
- **@menesportatil**: “Estamos aqui para dizer que não há apenas um

lado, diz a manifestante. Os motoristas: atônitos” (*Estamos aquí para decir que no hay un solo lado, dice la manifestante. Los conductores: helados.*)

- **@susanamorg:** “Caos no hospital. Chegou o GIR. Novamente se fecharam as portas do hospital onde permanece Correa. Há muita tensão” (*Caos en el hospital. Llegó el GIR. Cerraron otra vez las puertas del hospital donde aún sigue Correa. Hay mucha tensión.*)

Cidadãos e políticos opinavam nas redes sociais:

- **@pedritortizjr:** “SENHORES POLICIAIS, APRENDAM COM OS CRIMINOSOS: ELES TRABALHAM 24/7” (*SEÑORES POLICÍAS, APRENDAN DE LOS DELINCUENTES: ELLOS TRABAJAN 24/7*)
- **@CarlosVerareal:** “Bravo, dignos policiais! Bravooo! Não basta remover a cúpula submissa: que lhes garantam o respeito e não sejam punidos por serem dignos!” (¡Bravo policías dignos! ¡¡Bravooo!! *No basta sacar la cúpula sumisa: ¡que les garanticen respeto y no los sancionen por ser dignos!*)
- **@JoseYtur:** “Por que a Teleamazonas saiu da cadeia [nacional]?” (¡¿Por qué *Teleamazonas se salió de la cadena?!)*
- **@Juanleon89:** “Nunca uma partida Espoli - El Nacional [times de futebol de Quito] foi tão interessante” (*Nunca un Espoli - El Nacional fue tan interesante.*)
- **@josemarialeonc:** “Situação de guerra da polícia por benesses do Estado: amanhã, o Equador — aconteça o que acontecer — será um país pior” (*Situación de guerra por prebendas estatales de la policía: Mañana, el Ecuador-pase lo que pase- será un peor país.*)

Durante os acontecimentos do 30-S, a Internet equatoriana se concentrou no Twitter para tentar se informar sobre o que se passava e informar o que

viam ao seu redor. O fenômeno se multiplicou quando o governo do país impôs uma cadeia nacional que durou horas e impediu que qualquer canal de televisão informasse o que acontecia no país.

Entre tanta informação que circulava pelo Twitter, duas ou três *hashtags* eram usadas para identificar as mensagens que narravam e/ou informavam sobre os acontecimentos daquele momento no Equador. Havia uma desordem muito grande, e era necessário um identificador único que reunisse tudo o que estava sendo publicado, que fosse curto e descritivo em si mesmo. Então, Eduardo Arcos (@earcos), administrador do blog Hipertextual (hipertextual.com), publicou o seguinte tuíte:⁹



Segundo relata Eduardo Arcos em seu blog, essa *hashtag* lhe parecia uma boa ideia por ser “uma forma simples” de agrupar todos os tuítes e notícias sobre o que ocorria naquele momento, tal como aconteceu nos acontecimentos históricos internacionais como o 11-S (11 de setembro de 2001) e o 11-M (11 de março de 2004), que recordam os trágicos episódios nos Estados Unidos e Espanha.

Um acontecimento que chama a atenção é que, desde julho de 2012, as expressões “30S”, “30-S” e “Proibido esquecer” são de uso exclusivo do governo, após seu registro junto ao Instituto Equatoriano de Propriedade Intelectual (IEPI), até maio de 2022.

Após a popularização da expressão “30-S”, não estão claros os alcances e implicações legais trazidas pela utilização das frases registradas pelo governo,

9 “Proponho #30S como *hashtag* para identificar o que está acontecendo no Equador”. Disponível em <twitter.com/earcos/status/26001332756>.

pois há meios de comunicação e usuários nas redes sociais que continuam empregando esses termos sem problemas e outros que, por sua vez, preferem não os utilizar, embora se refiram ao tema.

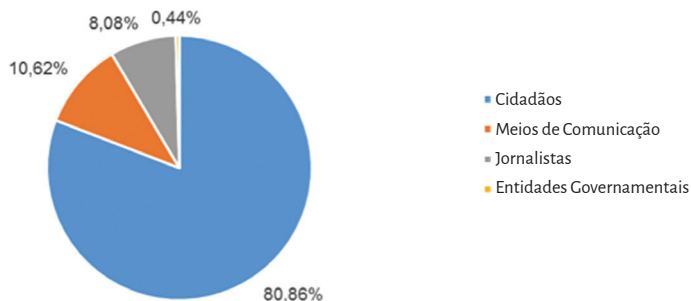
De acordo com um comunicado oficial do IEPI, as expressões patenteadas pelo governo “formam parte do patrimônio do Estado e foram solicitadas para identificar serviços ou campanhas específicas”. Também citam a Lei de Propriedade Intelectual que, em seu artigo 218, dispõe expressamente que “sempre que haja boa-fé e não constitua um uso que viole esse direito, qualquer pessoa pode fazer uso da expressão” (uso de boa-fé é quando não causa confusão, associação ou engano junto ao público consumidor).

No entanto, a produção de informações e opinião continua nas redes sociais, espaço no qual cidadãos, atores políticos, jornalistas, meios de comunicação e toda pessoa com acesso à Internet interagem na comunidade virtual, transmitindo e gerando conteúdos que evidenciam que o 30-S é um acontecimento não superado no Equador e que, para o governo de Correa, ainda é altamente sensível.

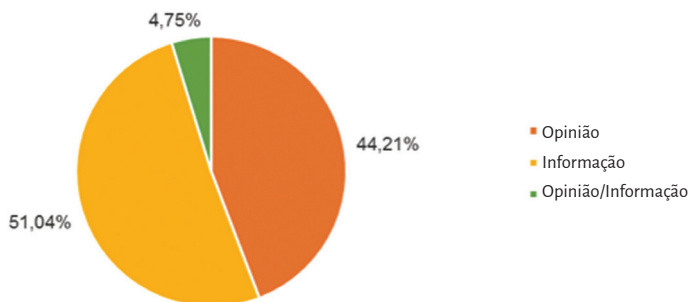
Análise quantitativa sobre a participação no Twitter

De acordo com a análise do universo de tuiteiros do 30-S, a partir da contabilização dos 7.477 tuítes que circularam nas primeiras 48 horas desde o início do motim policial, a plataforma Twitter desponta como a ferramenta empregada pelos cidadãos para se manterem informados, como mostra a figura abaixo (Belén Albornoz & Rosales, 2012).

Mais de 80% da informação e opinião compartilhadas no Twitter foram geradas ou retuitadas por cidadãos. Com relação à procedência desses usuários, constatou-se que 41,3% eram cidadãos vindos do exterior, 8,5% do Equador, e a procedência dos pouco mais de 31% restantes não pode ser determinada. O seguinte gráfico mostra o número de mensagens no Twitter segundo a procedência:

Figura 2: Origem das mensagens do Twitter no 30-S

Segundo o tipo de produção das mensagens, cerca de 70% correspondiam a mensagens de produção própria, e as 30% restantes eram mensagens reenviadas ou retuitadas. Ao categorizar o tipo de mensagem produzida ou reenviada, definiu-se três categorias: mensagens de opinião, mensagens de informação e mensagens mistas (opinião/informação).

Figura 3: Tipo das mensagens do Twitter no 30-S

A realidade off-line e o ciberespaço

De acordo com Zygmunt Bauman, vivemos uma vida dupla: a online e a off-line que, segundo o sociólogo e filósofo polonês, define nossa modernidade. Na linha de Bauman, no âmbito dos acontecimentos do 30-S, é possível imaginar dois caminhos paralelos, complementares, porém distintos. O primeiro aconteceu nas ruas, com os protestos policiais e, posteriormente, dos cidadãos comuns, que desembocaram em atos de violência, com centenas de feridos e vários mortos. Acontecimentos do mundo off-line que, cinco anos depois, ainda aguardam esclarecimento. De outro lado, acontecimentos que se desenrolaram em plataformas virtuais, que comunicavam uma realidade digital, fatos online que permitiram uma vivência diferente do mesmo fenômeno.

Não obstante, há outros pontos de vista, como o de Nathan Jungerson, fundador do blog Cyborgology (thesocietypages.org/cyborgology), que, em um post de 2011, apresentava pela primeira vez o conceito de *dualismo digital*, também entendido como a separação do mundo off-line e online em duas realidades distintas. Analisando o argumento do autor, entretanto, percebemos que o motivo para ter cunhado esse novo termo foi encontrar um nome que definisse o que o autor considera uma “falácia”.¹⁰

Seu argumento se dirige àquelas pessoas que usam com frequência as palavras *online* e *off-line* para descrever suas experiências fora e dentro do mundo digital. Na opinião do autor, a linha que separa os dois mundos é um falso argumento que não encontra justificativa em um mundo dominado pelas novas tecnologias. Em seu lugar, propõe o conceito de “realidade aumentada” para definir sua própria perspectiva de mundos físico e digital fortemente interligados.

De acordo com esse enfoque, o que ocorreu nas redes digitais no 30-S foi uma extensão da rede, a partir da amplificação da realidade. Portanto, não se trataria de fenômenos diferentes, mas de uma realidade aumentada, talvez

¹⁰ “Dualismo digital: el antagonismo entre el mundo offline y online”. *TICbeat*, 14 ago. 2014. Disponível em: <www.ticbeat.com/tecnologias/dualismo-digital-el-antagonismo-entre-el-mundo-offline-online>.

produto da própria dinâmica que produzem os meios eletrônicos e as TIC que, sem dúvida, permitiram estabelecer uma comunicação imediata, interativa e interoperada, ou seja, operada e compartilhada por vários autores.

Para contrastar os episódios ocorridos na realidade off-line com os episódios e informações produzidas no ciberespaço, a seguir é apresentada uma linha do tempo dos principais acontecimentos que marcaram a jornada do 30-S.¹¹

Tabela 1: Cronologia dos acontecimentos off-line e online referentes ao 30-S

Horário	Off-line	Online
07:00 às 09:00	Cerca de 800 policiais se reuniram em torno do Regimento 1 de Quito em repúdio à Lei Orgânica do Serviço Público (LOSEP), aprovada pela Assembleia na noite anterior. Queima de pneus e palavras de ordem contra o regime mostravam a insatisfação dos militares.	
09:00 às 10:00	Na sede da Assembleia Nacional também ocorreram distúrbios. Trinta policiais da escolta legislativa impediram a entrada de congressistas.	Tuiteiros de todo o país informam sobre a situação em Tulcán, Babahoyo, Loja, Yaguachi, Guayaquil, Cuenca, Machala e outras cidades. Muitos ofereciam sua opinião contra e pró-Correa, mas nunca deixaram de informar sobre o que não aparecia na televisão: fechamento de ruas e de agências bancárias, assaltos, saques etc.

¹¹ Episódios off-line extraídos do site da Ecuavisa (www.ecuavisa.com).

Horário	Off-line	Online
10:00 às 12:00	<p>O presidente Rafael Correa vai ao regimento. Afirma que não voltará atrás em relação à nova lei, o que irrita os policiais. Paralelamente, no antigo aeroporto Mariscal Sucre de Quito, cerca de 400 militares da Força Aérea Equatoriana (FAE) se uniram ao protesto e ocuparam a pista.</p> <p>10:20: No regimento, a situação tornou-se caótica. Ao tentar deixar o local, Correa é agredido.</p>	<p>11:40: Susana Morán (@susanamorg): “Panamericana norte, na altura de Carapungo, está bloqueada pela polícia” (<i>Panamericana norte, a la altura de Carapungo, está bloqueada por la #policiaec</i>)</p> <p>As pessoas sem conta no Twitter solicitavam informações aos tuiteiros conectados, que replicavam as informações de seus colegas. Emerge um jornalismo cidadão com o objetivo único de informar.</p>
12:00 às 13:00	<p>O chefe de Estado deixa o regimento em direção ao hospital da Polícia Nacional para receber atenção médica. Horas mais tarde, o mandatário anunciou que se encontrava em cárcere privado naquele estabelecimento de saúde.</p>	<p>12:49: Eduardo Arcos (@earcos) propõe a <i>hashtag</i> #3OS para identificar os acontecimentos daquele dia.</p>
13:21	<p>É declarado estado de exceção, que autoriza a intervenção das Forças Armadas.</p>	<p>O presidente Rafael Correa assina digitalmente o decreto n. 488, que declara o estado de exceção.</p>
13:37		<p>A Presidência da República (@Presidencia_EC) informa via Twitter sobre o estado de exceção, já usando a <i>hashtag</i> #3OS.</p>
13:42	<p>Na área externa do hospital, simpatizantes do presidente enfrentaram-se com a polícia, fazendo a primeira vítima: o jovem universitário Juan Pablo Bolaños.</p>	<p>Websites de vários meios de comunicação ficam congestionados e saem do ar diversas vezes. Redes de TV não transmitiam pela Internet; poucas estações de rádio o fizeram.</p>

Horário	Off-line	Online
14:05	Estações de rádio e televisão são obrigadas a entrar em cadeia nacional ininterrupta e por tempo indefinido.	
17:00 às 20:00	<p>O presidente encontra-se no terceiro andar do edifício, onde é mantido durante todo o tempo sob proteção do Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia</p> <p>O trabalho jornalístico é dificultado pela repressão policial. Vários jornalistas e cidadãos foram agredidos e tiveram seus equipamentos apreendidos.</p>	<p>17:17: Susana Morán (@susanamorg): “Um policial ferido acaba de chegar ao hospital da Polícia. Correa continua no terceiro andar” (<i>Un #policiaec herido acaba de ingresar al Hospital de la Policía. Correa sigue en el tercer piso del hospital</i>)</p> <p>18:41: Susana Morán (@susanamorg): “A polícia está cercando o hospital. Não me deixam tirar fotos” (<i>La #policiaec está acorralada en las afueras del hospital. No me dejan tomar fotos</i>)</p>
20:00 às 23:00	<p>Começa a operação de resgate do presidente, com a participação de aproximadamente 900 militares do grupo de elite do Exército.</p> <p>20:47: os policiais revoltosos resistem à presença militar e começam os primeiros incidentes.</p> <p>21:10: Correa sai do hospital numa cadeira de rodas. Foi quando se intensificou a troca de tiros.</p> <p>23:05: O presidente chega ao Palácio de Carondelet, onde faz um discurso diante de milhares de correligionários.</p>	<p>22:02: Susana Morán (@susanamorg): “Acaba de falecer um policial do GIR, seu corpo é coberto com a bandeira do Equador no hospital da polícia. Segue o tiroteio” (<i>Acaba de fallecer un policía del GIR, lo cubrieron con la bandera del Ecuador en el hospital de la policía. Sigue la balacera.</i>)</p> <p>23:07: Susana Morán (@susanamorg): “Fora do hospital da polícia há pedras, cápsulas de bala, pneus queimados, cacos de vidro. É um cenário desolador” (<i>En los exteriores del hospital de la #policiaec hay piedras, casquillos de bala, llantas quemadas, vidrios. Es un panorama desolador</i>)</p>

Conclusões e algumas reflexões sobre o caso

O 30-S colocou em evidência a capacidade das TIC enquanto ferramentas alternativas e de democratização do acesso à informação. Nas redes sociais, os cidadãos interagem de maneira dinâmica, proporcionando informação sobre os acontecimentos, rompendo a relação vertical com os meios tradicionais de comunicação, na qual são meros espectadores.

Durante o 30-S, as redes sociais permitiram aos cidadãos informar outros cidadãos, e também expressar seus pontos de vista, seja a favor ou contra o que estava ocorrendo. As redes sociais se transformaram em plataformas de opinião cidadã, o que contrastava com a cadeia nacional, que emitia mensagens a favor do governo.

O Twitter, em particular, foi uma ferramenta fundamental de informação e opinião cidadã sobre os acontecimentos do 30-S. Diferente do que era previsto, o Facebook não foi protagonista nessa jornada, embora contasse com maior número de usuários. Possivelmente, o formato mais dinâmico e simples do Twitter permitiu que seu uso fosse maior.

A Internet permitiu que se pudesse saber sobre um acontecimento como o 30-S em tempo real e em nível global. Infelizmente, esse espaço alternativo de comunicação não foi utilizado naquele momento pelos meios de comunicação tradicionais, que não perceberam o potencial da Internet para informar não apenas localmente, mas globalmente. No entanto, cinco anos depois, os meios de comunicação estão trabalhando de uma maneira melhor os potenciais das TIC.

As TIC dão lugar a novas formas de se relacionar nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Os cidadãos interagem de maneira direta com seus representantes. Os cidadãos opinam sobre seus governantes, o que faz com que o governo precise saber lidar com as críticas que recebe no mundo virtual, compreendendo que se trata de uma forma nova e diferente de comunicação entre governo e sociedade. É a construção de um novo tipo de sociedade que exige,

portanto, formas diferentes de organização, comunicação e informação.

É também evidente a fragilidade dos meios eletrônicos, pois parte importante das informações produzidas durante o 30-S não pode mais ser recuperada, considerando que a maior parte de vídeos documentais sobre o evento encontram-se armazenados em plataformas como o YouTube. É importante entender que o conteúdo que se publica nas redes sociais pertence às empresas que gerenciam as plataformas e não aos cidadãos que contribuem armazenando lá a informação.

O repositório de vídeos, áudios e documentos armazenados nas redes sociais, e na Internet de maneira geral, transformou-se em uma memória histórica dos acontecimentos do 30-S. As TIC permitem observar os eventos, realidades e acontecimentos que permitem formular análises sobre esse lamentável dia da história recente do país. No entanto, muitas das informações geradas nesse dia não podem ser encontradas.

Caso 2: Coletivo “Quito, Yo me Apunto”

Introdução

O coletivo cidadão “Quito, Yo me Apunto” [Quito, eu participo] nasceu no mundo virtual em fevereiro de 2011 como uma resposta ao interesse e compromisso dos habitantes de Quito em trabalhar na construção de um processo democrático e participativo de “governança” do território do Distrito Metropolitano de Quito, aproveitando as facilidades trazidas pelas TIC, em particular a rede social Facebook.

Com mais de 4.600 membros, o coletivo inseriu na agenda pública temas ligados ao desenvolvimento urbano, segurança, meios alternativos de transporte, para mencionar alguns dos assuntos tratados.

Evolução e papéis

O coletivo nasceu como um espaço que permite aos cidadãos da cidade de Quito expressar suas opiniões e propostas sobre os desafios existentes na sociedade, bem como sobre as políticas implementadas pela administração local.

Isso ocorre em parte devido “à escassa abertura das autoridades do Município de Quito à participação da sociedade”.¹² Dessa perspectiva, o coletivo começou estabelecendo-se como um espaço onde cidadãos poderiam canalizar seu descontentamento em relação a algumas decisões tomadas pela administração local, bem como com a falta de canais de comunicação entre a prefeitura e seus habitantes.

De acordo com sua fundadora, María Sara Jijón, três semanas após a criação do grupo, as cerca de 300 pessoas que o integravam decidiram que era necessário complementar as trocas virtuais com encontros presenciais e, portanto, convocaram um encontro para definir a missão e princípios do coletivo e os temas que seriam priorizados e a forma para regular os conteúdos trabalhados pelo grupo. Os primeiros encontros presenciais, nos quais participaram alguns de seus fundadores, permitiram que se chegasse a alguns acordos como, por exemplo, os quatro princípios que guiariam o funcionamento do grupo desde o princípio, o que inclui a rejeição a comentários que promovessem interesses econômicos ou comerciais (propagandas de bens ou serviços) e a posturas político-partidárias ou que afetassem a dignidade das pessoas.

Além disso, os encontros presenciais permitiram identificar os temas de maior importância para o coletivo, detalhados a seguir:

- 1. Mobilidade urbana:** O coletivo decidiu tratar de temas como as causas e efeitos do crescimento da frota de automóveis da cidade, cobertura e qualidade do transporte público, o estado das calçadas e outros tipos de infraestrutura utilizada pelos pedestres, para mencionar alguns dos mais importantes.

12 Entrevista com María Sara Jijón, fundadora do coletivo. Quito, 29 maio 2015.

- 2. Meio ambiente:** Desde o início, o coletivo se propunha a ser um espaço que permitisse à cidadania expressar suas opiniões sobre os desafios de um desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e apresentar propostas concretas para atingir esse objetivo como, por exemplo, implantar um sistema de reciclagem de resíduos sólidos, inexistente na cidade, ações de agricultura urbana e conservação de áreas verdes, para citar alguns dos temas.
- 3. Cultura:** De acordo com sua fundadora, nesse tema, como na maioria dos outros, o coletivo começou tratando de queixas e denúncias. Vários de seus integrantes se pronunciaram nesse espaço virtual contra a proposta da administração municipal de mudar o hino da cidade de Quito. Posteriormente, o coletivo, buscando um papel mais propositivo, assumiu como uma de suas atividades visitar os bairros da cidade para recuperar e difundir sua história, como uma estratégia para contribuir com a recuperação da identidade dos quitenhos.
- 4. Segurança:** O espaço virtual criado pelo coletivo permitiu também se informar sobre roubos e outros tipos de atentados à segurança dos cidadãos ocorridos em diferentes partes da cidade. Além disso, o coletivo permitiu a construção de algumas propostas orientadas ao aumento de segurança em Quito.

O coletivo foi criado como um grupo aberto no Facebook, gerido por sete pessoas que, de forma voluntária, dedicavam parte de seu tempo para moderar o conteúdo compartilhado pelos participantes, assegurando o cumprimento das regras com as quais o grupo havia se comprometido. Tanto sua presença online quanto os espaços off-line gerados pelo coletivo foram financiados por meio de contribuições financeiras e não financeiras realizadas por seus integrantes.

Durante as primeiras reuniões, o grupo concordou em manter o coletivo como um espaço informal, que não tentaria adquirir personalidade jurí-

dica e buscando, assim, maior flexibilidade e dinamismo. De acordo com sua fundadora, essa decisão foi conversada novamente entre os integrantes do coletivo durante os anos seguintes, sobretudo quando surgiram oportunidades de financiamento que só poderiam ser canalizadas a organizações legalmente constituídas.

Nesses processos de deliberação ratificou-se a decisão de mantê-lo como um espaço informal que lhes conferia, na opinião de seus integrantes, maior independência, ao mesmo tempo em que reduzia o risco de fechamento pelo governo com base no Decreto n. 16, que regula as organizações da sociedade civil e que estabelece como motivo para dissolução a interferência em políticas públicas-chave para o Estado equatoriano.

Analisando os objetivos de sua fundação e a dinâmica dos processos promovidos em torno da construção de políticas públicas e da promoção da participação cidadã na gestão pública local, é possível identificar os seguintes papéis desempenhados pelo coletivo “Quito, Yo me Apunto”:

- 1. Coleta e difusão de informação:** Um papel exercido desde o início pelo coletivo virtual foi o de coletar e disseminar informações sobre os diferentes temas tratados, incluindo desde queixas sobre a má utilização de veículos oficiais da prefeitura à história de um bairro da cidade.
- 2. Intercâmbio e aprendizagem:** De acordo com a entrevista realizada com a fundadora do coletivo, entre seus integrantes figuram pessoas altamente especializadas nos temas considerados prioritários pelo grupo. Isso permitiu trocas bastante enriquecedoras entre seus membros, especialmente durante a fase inicial, quando tudo o que se publicava em seu mural do Facebook era público. Devido a ataques recebidos de pessoas que acusavam o coletivo de promover interesses partidários contrários à administração municipal, decidiu-se que os comentários passariam por moderação e dependeriam da aprovação dos administradores do grupo antes de se tornarem públicos.

3. Influência em políticas locais: Dado que algumas autoridades da prefeitura da cidade tornaram-se membros do coletivo, algumas das propostas construídas ali têm sido encampadas pela administração local. Esse é o caso da noção de mobilidade sustentável e de ecologia urbana, que permitiram que fossem implementadas rapidamente políticas de promoção de meios alternativos de transporte, como as bicicletas, e de hortas urbanas.

Essas propostas de políticas públicas locais emergiam de espaços off-line organizados na sede de uma fundação que ocupava uma infraestrutura localizada em um dos parques da cidade, cujo uso lhes havia sido cedido em anos anteriores pelo governo local. Os espaços se denominavam “Quito dialoga” e “Quito propõe” e, de acordo com, María Sara Jijón, fundadora do coletivo, esses espaços de encontro off-line eram um complemento perfeito às trocas de ideias e propostas que se realizavam no espaço online, pois possibilitavam um intercâmbio mais profundo, permitindo “destilar” as ideias e transformá-las em propostas concretas que, em muitos casos, foram enviadas para as autoridades locais e difundidas à opinião pública pelos meios de comunicação.

Em 2013, após o que os participantes do grupo consideraram uma série de ataques de “*trolls*” contratados para esse fim, o coletivo tomou decisões que afetaram a dinâmica que estava sendo mantida desde o início.¹³ Em primeiro lugar, o grupo se fechou, de forma que apenas seus membros pudessem publicar conteúdo e comentários.

Além disso e, dado que o município anunciou que começaria a cobrar da fundação que sediava as reuniões presenciais pelo uso do espaço, decidiram deixar de se reunir com a mesma periodicidade. Ambas as medidas afetaram a

13 No jargão da Internet, um troll é uma pessoa que publica mensagens provocadoras, irrelevantes ou fora de contexto em uma comunidade online, como um fórum de discussão, sala de chat ou blog, com a intenção de aborrecer ou provocar uma resposta emocional dos usuários e leitores, com objetivos diversos, como alterar o fluxo normal de conversação sobre um tema em discussão, irritando esses usuários e fazendo com que se enfrentem uns aos outros (Wikipédia, 2015).

capacidade de construir propostas que, como mencionado anteriormente, beneficiava-se da interação off-line, e a tendência de crescimento do número de membros, o que ficou evidente no período entre 2011 e 2013.

Conclusões e algumas reflexões sobre o caso

A experiência do coletivo “Quito, Yo me Apunto” torna evidente a pertinência, tanto nos espaços online quanto nos off-line, da frase “*All politics is local*” [toda política é local], atribuída ao congressista norte-americano Thomas O'Neill.

Diferentemente dos debates sobre temas nacionais, regionais ou globais, mais etéreos, ideológicos e difusos por natureza, a maioria dos temas debatidos nesse coletivo tinha a ver com desafios concretos da gestão da cidade, tais como mobilidade, o estado dos espaços públicos e a segurança. Um elemento que se destaca nos debates gerados no âmbito do coletivo é a presença de propostas concretas sobre como enfrentar os problemas públicos identificados por seus membros. Como alguns de seus integrantes são especialistas em temas de gestão urbana, isso lhes permitiu um diálogo de alto nível técnico que, segundo a opinião de sua fundadora, contribuía para a formação de uma massa crítica de cidadãos com opinião informada sobre dimensões críticas da gestão da cidade.¹⁴

No entanto, o fato de o coletivo ter enxergado a necessidade de criar o espaço “Ecuador, yo me apunto” [Equador, eu participo] para atender aos temas nacionais que emergiam, mostra a importância e vigor desses temas e a dificuldade de isolar o nacional do local, que formam uma dinâmica em que ambos os níveis interagem e se influenciam mutuamente, de forma fluida e permanente.

14 Entrevista com María Sara Jijón, fundadora do coletivo. Quito, 29 maio 2015.

Caso 3: YASunidos

Introdução

Tradicionalmente, o ativismo ambientalista no Equador, como em muitas partes do mundo, é formado majoritariamente por jovens, com pessoas comprometidas com esforços de conservação do meio ambiente, mobilização e protesto nos espaços públicos, por meio da distribuição de folhetos, convites boca-a-boca, manifestações de rua e o uso do grafite como meio de denúncia e propaganda. Nos últimos anos, esses grupos adaptaram seu *modus operandi* tradicional para aproveitar o uso de ferramentas tecnológicas, a Internet e as redes sociais e, por meio delas, realizar atividades de sensibilização, chamamentos, mobilização e protestos.

O uso das redes sociais e da Internet torna-se chave para o ativismo ambientalista, sobretudo considerando que os jovens são o grupo etário que mais utiliza a Internet e as redes sociais. De acordo com estatísticas de 2010 (INEC, 2013), o grupo etário com maior uso da Internet tem entre 16 e 24 anos (64,9%), seguido pelo grupo de 25 a 34 anos (46,2%).

O caso apresentado a seguir analisa a experiência de um coletivo ambientalista no Equador e a relação entre as estratégias online e a mobilização off-line promovida em favor da coleta de assinaturas para a realização de uma consulta popular. De acordo com Earl e Kimport (2011), o ciberativismo é um continuum que vai desde a *cibermobilização*, que consiste no uso de ferramentas de Internet e redes sociais para chamamentos para mobilizações off-line às *cibertáticas*, que incluem componente online e off-line, mas não exigem a presença dos participantes e organizadores e constituem formas de protesto e discordância online (ex.: petições e abaixo-assinados online, envio de cartas a autoridades) e, ainda, aos *cibermovimentos*, nos quais a organização e participação no movimento ocorre inteiramente online. O caso a seguir fará referência a esse continuum, identificando as relações entre o off-line e o online.

Antecedentes

A seguir são apresentados os eventos que antecederam a criação do movimento YASunidos, que compreende:

Campanha “Amazonía por la Vida”

A campanha “Amazonía por la Vida” [Amazônia pela vida] nasce em 1989, com a participação de organizações ambientalistas e de direitos humanos do Equador. A campanha surge em resposta a uma necessidade de espaços de articulação e promoção de iniciativas para enfrentar as atividades extrativistas na Amazônia e defender os territórios e povos que habitam essa região. Os objetivos principais da campanha se concentraram em disseminar informações e sensibilizar sobre a problemática ambiental nos territórios da Amazônia, desenvolver estratégias para impedir a degradação ambiental e as condições de vida dos povos da região e promover a participação dessa população na identificação de soluções aos problemas ambientais no lugar onde vivem.

Desde sua criação, a campanha estabeleceu, por meio de uma organização da sociedade civil, um centro de monitoração da atividade petroleira na Amazônia equatoriana, desenvolveu e divulgou publicações sobre os impactos da atividade extrativista, realizou denúncias, coordenou mobilizações e realizou uma campanha de recolhimento simbólico de assinaturas em outdoors em todo o país em escolas, colégios e universidades em diferentes cidades, tudo em favor da proteção dos territórios amazônicos. A partir de 2007, com o nascimento da iniciativa governamental Yasuní-ITT para a conservação do Parque Nacional Yasuní, a campanha “Amazonía por la Vida” foca seus esforços em transformar-se na voz da sociedade civil para a promoção dessa iniciativa.

Naquele momento, a campanha não tinha facilidade de acesso aos meios tradicionais de comunicação e utilizou unicamente seu site e estratégias de *mailing* com uma base de dados de dez mil contatos para a sensibilização, convocatória e mobilização da população em uma série de atividades off-line,

como: feiras chamadas “utopias”, onde eram exibidas inovações para a geração de energia (energia alternativa por meio de máquinas movidas por bicicletas), agroecologia e alternativas ao uso de combustíveis fósseis; eventos artísticos chamados “cerimônia da lua cheia”, onde se reuniam artistas e se realizavam rituais ancestrais para a conexão com a natureza; entre outras atividades.

Iniciativa Yasuní-ITT para a conservação do Parque Nacional Yasuní

Em 2007, durante a administração Rafael Correa, o governo nacional promove a iniciativa Yasuní-ITT, uma proposta originada na sociedade civil¹⁵ que buscava garantir a não exploração de 846 milhões de barris de petróleo nos campos Ishpingo, Tambococho e Tiputini, localizados na província de Orellana, dentro do Parque Nacional Yasuní. Esse parque, criado em 1979 (através do Acordo Ministerial n. 322) com uma extensão de 982 mil hectares, é o núcleo da Reserva da Biosfera Yasuní (reconhecida pela UNESCO em 1989), catalogada como uma das regiões com maior biodiversidade do planeta (Bass et al., 2010), onde há mais espécies de árvores por hectare do que em toda a América do Norte (MTPF/PNUD, 2012). Além da enorme variedade de flora e fauna que abriga, o Parque Nacional Yasuní também é o território onde habitam as duas últimas comunidades indígenas isoladas (não contatadas) do Equador: os Tagaeri e os Tarmenane. Essas comunidades da Amazônia equatoriana foram afetadas previamente por processos de extração de petróleo e madeira, que aumentaram nas últimas décadas na selva amazônica (Izko, 2012).

A iniciativa Yasuní-ITT buscava combater a mudança climática, proteger a alta biodiversidade da região e o isolamento voluntário dos povos indígenas não contatados e posicionar uma estratégia que propunha um novo modelo de desenvolvimento equitativo e sustentável no país. O governo equatoriano pediu como compensação para a não extração de petróleo (20% do total das

15 Não é fácil buscar as origens da iniciativa. No entanto, sabe-se que ela se desenvolveu a partir de propostas realizadas desde os anos 1980 por organizações não governamentais, academia e sociedade civil (El Universo, 2010).

reservas de petróleo no Equador) o montante de 3,6 bilhões de dólares, estimado como a metade do valor presente que o Equador receberia caso explorasse aquela reserva. E propunha que o dinheiro fosse utilizado para a transição do país para uma economia pós-petróleo, através do desenvolvimento de fontes renováveis de energia, da proteção dos ecossistemas e das áreas de preservação, do reflorestamento de áreas degradadas e da promoção do desenvolvimento social e do emprego em áreas ligadas à sustentabilidade.

À época, a iniciativa do governo era a proposta de conservação ambiental mais inovadora do mundo, já que pretendia preservar a biodiversidade e os povos isolados e apoiar o sequestro de carbono e a mitigação da emissão de gases de efeito estufa, e gerou interesse e debate, sobretudo em alguns países europeus. No entanto, após cinco anos de divulgação da iniciativa e de execução dos esforços de arrecadação de fundos, no dia 15 de agosto de 2012 o presidente Rafael Correa anunciou a decisão de encerrar a iniciativa Yasuní-ITT e explorar as reservas de petróleo existentes nesse parque nacional. Em termos gerais, a decisão se justificou devido ao baixo montante arrecadado, de apenas 13,3 milhões de dólares (0,37% do esperado).

O presidente da República solicitou então à Assembleia Nacional que declarasse como prioridade a exploração dos blocos 31 e 43 do Parque Nacional Yasuní. Por sua vez, a Assembleia Nacional emitiu, no dia 4 de outubro de 2013, uma resolução que:

1. Declara de interesse nacional a exploração desses blocos, em uma extensão não maior do que um milésimo da área total do parque, sujeita a monitoração, fiscalização, administração estatal e investimento na gestão do Parque, processamento e industrialização do óleo bruto, garantia dos direitos das comunidades e relatórios periódicos.
2. Exclui da extração petrolífera a área onde habitam os Tagaeri-Taromenane.

3. Exige a garantia de que os recursos obtidos pela exploração dos blocos 31 e 43 sejam destinados à transformação da matriz produtiva e da matriz energética, construção da sociedade do conhecimento, atenção prioritária à Amazônia, conservação, redução de emissões e proteção do patrimônio floresta, reservas e áreas protegidas, mitigação da poluição dos rios e revolução agrária.
4. Urge ao Poder Executivo apresentar o projeto de lei sobre o regime especial para a Amazônia.
5. Acolhe a proposta de realizar o processamento final do óleo bruto extraído fora da área do Parque Nacional Yasuní e dentro dos mais altos padrões ambientais.
6. Urge ao Poder Executivo promover uma política regional direcionada à proteção dos povos indígenas isolados e em contato inicial.

O coletivo “YASunidos”

Com a decisão presidencial de encerrar a iniciativa Yasuní-ITT, as pessoas e organizações que faziam parte da campanha “Amazonía por la Vida” decidem formar o coletivo YASunidos como uma expressão social não partidária e autônoma, acolhendo grupos com ideais diversos que, no entanto, compartilham do interesse em garantir que o petróleo permaneça enterrado.

O coletivo, constituído por diversas organizações de ambientalistas, artistas, ciclistas urbanos, entre outros, bem como por jovens que haviam participado individualmente da campanha “Amazonía por la Vida”, estabeleceu como meta coletar 583.324 assinaturas (5% dos eleitores registrados) até abril de 2014 para a realização de uma consulta popular sobre a exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní. É importante mencionar que, em paralelo, um agrupamento chamado “Frente de Defesa da Amazônia” também deu início a esforços de coleta de assinaturas para a realização de uma consulta popular, embora

sua pergunta à população era se estaria de acordo com declarar o Equador livre de toda atividade extrativista e de projetos que afetem a *Pacha Mama* [a “Mãe Terra” na mitologia inca] e o patrimônio ambiental, tais como projetos de exploração de petróleo e gás e de mineração, entre outros. Posteriormente, surgiu uma terceira iniciativa, “Yasuní Sí” [Yasuní sim], do coletivo “Amazonía Vive” [a Amazônia vive], que apoiava a exploração de petróleo e utilizava uma cédula muito parecida embora, tecnicamente, não fosse exigida uma consulta popular para dar prosseguimento à exploração.

Se o YASunidos conseguisse coletar o número de assinaturas exigidas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), a consulta deveria se realizar entre abril e maio de 2014.

Evolução

Atividades online e off-line do YASunidos

O YASunidos inicia seus esforços dando muita importância ao aspecto comunicacional. Diferente da campanha “Amazonía por la Vida”, o YASunidos não utiliza somente a página web e o mailing que, no momento de configuração do coletivo, havia chegado a trinta mil nomes,¹⁶ como também possui facilidade de acesso aos meios de comunicação, que mostram interesse pelas atividades, avanços e dificuldades enfrentadas pelo coletivo no ambiente político. Além disso, cientes do grupo etário que compõe o coletivo — jovens de 17 a 30 anos —, o YASunidos dá muita importância ao trabalho nas redes sociais (Facebook e Twitter) para atingir os jovens equatorianos.

Em 15 de outubro de 2013, o coletivo YASunidos dá início a ações que lhe permitam coletar as 583.324 assinaturas exigidas no prazo de 180 dias. Emprende esforços de cibermobilização e cibertáticas. No âmbito das primeiras,

¹⁶ A título de comparação, o jornal de maior circulação no Equador, o *El Comercio*, possui uma tiragem de 55 mil exemplares nos dias de semana, 80 mil aos sábados e 150 mil exemplares aos domingos.

cria campanhas visuais de sensibilização da sociedade, de recolhimento de assinaturas para a consulta popular, de participação em grandes eventos sobre o tema e de denúncia de irregularidades, que são disseminadas principalmente via Facebook e Twitter, sendo o Facebook a rede social que conta com mais seguidores (mais de 26 mil atualmente, contra pouco mais de 13 mil no Twitter). As cibertáticas se concentram nos protestos dos cidadãos por meio da disseminação de posts, tuítes e, sobretudo, vídeos, nos quais o coletivo denuncia a oposição enfrentada em seus esforços de coleta das assinaturas. É importante mencionar que, além disso, o coletivo também fez uso de publicidade paga no Facebook, segmentando as campanhas para o público-alvo desejado.

Todas essas atividades online possuíam ligação com a mobilização da sociedade no off-line, concretamente com as assinaturas individuais e o apoio na coleta por meio da circulação dos formulários de assinaturas. Os esforços de coleta de assinaturas se realizaram de maneira tanto individual quanto coletiva. Líderes do coletivo distribuíram formulários aos jovens para que os circulassem entre colegas de trabalho e familiares e também realizaram eventos em espaços públicos (como estádios, centros comerciais, shows de música e em parques públicos) para coletar novas assinaturas.

Ao longo do processo, alguns grupos utilizavam os logotipos da iniciativa para confundir as pessoas e coletar assinaturas para a pergunta oposta. Diante desse tipo de caso, e de episódios em que o grupo foi retirado de espaços públicos de maneira violenta, os membros do coletivo passaram a fazer uso do celular para filmar as ocorrências e imediatamente postar nas redes sociais. De acordo com os membros do coletivo entrevistados, os posts mais virais, ou seja, aqueles mais vistos e compartilhados, foram justamente aqueles que denunciavam episódios de violência ou falsa identidade por parte de outros grupos.

Por fim, em 12 de abril de 2014, o coletivo YASunidos entrega 757.623 assinaturas ao CNE. As atividades online e off-line continuam enquanto corre o processo de verificação as assinaturas. Durante esse período, o YASunidos realiza campanhas de alerta sobre possíveis irregularidades e continua mobilizan-

do a sociedade para o tema por meio de denúncias de irregularidades e realiza coletivas de imprensa e protestos presenciais.

Em maio de 2014, o CNE finalmente anuncia que rejeitou cerca de 200 mil assinaturas, e outras 30 mil foram identificadas como repetidas (algumas mais de uma vez), aceitando como válidas apenas 359.761 delas, número insuficiente para que fosse realizada a consulta popular. O coletivo prossegue com atividades online e off-line para sensibilização, denúncia e mobilização. De um lado, segue com apelações e denúncias em instâncias nacionais e internacionais e, de outro, estabelece uma agenda ampla de luta pela conservação ambiental, alinhada às prioridades dos grupos e membros que compõem o coletivo: proteção dos povos isolados do Parque Nacional Yasuní, luta contra a exploração de minérios e petróleo nos territórios e monitoração das atividades extrativistas no país.

Análise

A tabela a seguir resume os principais acontecimentos no processo de coleta de assinaturas por parte do YASunidos e os dados sobre a evolução do número de seguidores de sua conta no Twitter:

Tabela 2: Cronologia dos acontecimentos relacionados à coleta de assinaturas do coletivo YASunidos

Data	Acontecimento	# seguidores Twitter
14 de agosto de 2013	Criação de uma página no Facebook chamada “No toquen el Yasuní” [Não toquem em Yasuní]	
15 de agosto de 2013	Por meio do Decreto n. 74, a Presidência da República dá por encerrada a iniciativa Yasuní-ITT e propõe a exploração de 1% da superfície do Parque Nacional Yasuní.	

15 de agosto de 2013	A página “Não toquem em Yasuní” apoia a decisão de exploração em Yasuní	
17 de agosto de 2013	Por meio do Decreto do Executivo n. 84, o decreto anterior é corrigido, indicando a exploração de um milésimo da área do parque	
18 de agosto de 2013	Nasce o coletivo YASunidos	
22 de agosto de 2013	A YASunidos apresenta à Corte Constitucional a pergunta para a qual pedirá consulta popular mediante coleta de assinaturas	
23 de agosto de 2013	O presidente Rafael Correa pede que a exploração de petróleo dos blocos 31 e 43 do parque seja considerada de interesse nacional (conforme art. 407 da Constituição)	
23 de agosto	O presidente declara via Twitter: “Há grupos que estão politizando o Yasuní-ITT (...) e manipulam os jovens”	
27 de agosto de 2013	Manifestações em defesa de Yasuní (e denúncias de repressão policial)	
28 de agosto de 2013	O secretário de assuntos jurídicos da Presidência propõe uma regulação das redes sociais para casos de injúria ou calúnia.	
29 de agosto de 2013	Criação da conta da YASunidos no Twitter	
13 de setembro de 2013	33 prefeitos da região amazônica formam a “Frente de Defesa Total da Amazônia” (FDTA) e pleiteiam junto à Corte Constitucional uma consulta popular com uma pergunta sobre a exploração em Yasuní	314
17 de setembro de 2013	A Assembleia Nacional revisa o relatório para o primeiro debate sobre a declaração da exploração do ITT como de interesse nacional	442
20 de setembro de 2013	A Assembleia Nacional inicia o segundo debate sobre a declaração da exploração do ITT como de interesse nacional	
25 de setembro de 2013	Diante do silêncio da burocracia, o coletivo solicita à Corte Constitucional os formulários para coleta de assinaturas	
3 de outubro de 2013	Com 108 votos a favor, a Assembleia Nacional declara como de interesse nacional a exploração do Parque Nacional Yasuní nos campos Ishpingo, Tiputini e Tambococha, com 18 recomendações para o Executivo sobre a exploração	1.041

8 de outubro de 2013	O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) autoriza a entrega de formulários à FDTA	1.218
14 de outubro de 2013	O CNE realiza a capacitação de 50 membros do YASunidos	
15 outubro de 2013	O CNE entrega ao YASunidos os formulários e começa o prazo de 180 dias para a coleta de assinaturas.	1.353
30 de novembro de 2013	Durante seu pronunciamento semanal em rádio e TV (<i>Enlace Ciudadano</i>), o presidente menciona os membros do coletivo YASunidos por terem participado na marcha de mulheres amazônicas e apoiado seu protesto. Anuncia o fechamento da Fundação Pachamama*	1.957
4 de dezembro 2013	O jornal <i>El Telégrafo</i> publica uma série de artigos alegando atos de violência cometidos pelos membros do coletivo	
5 de março de 2014	O coletivo convoca uma coletiva de imprensa, na qual apresenta 60 mil formulários com cerca de 480 mil assinaturas	3.037
8 de março de 2014	O formulário do YASunidos é publicado no jornal <i>El Comercio</i>	
12 de março de 2014	Outros coletivos começam a utilizar os logotipos e identidade visual do YASunidos para coletar assinaturas a favor da exploração do parque	
13 de março de 2014	O coletivo convoca uma coletiva de imprensa para denunciar assédio e perseguição a seus membros	
12 de abril de 2014	O coletivo entrega 757.623 assinaturas ao CNE.	5.308
16 de abril de 2014	O YASunidos denuncia que o CNE não realizou a abertura das caixas com os formulários com as assinaturas na presença de membros do coletivo	
17 de abril de 2014	Inicia o processo de validação das assinaturas em um recinto militar, sem a presença dos membros do coletivo	

* No fim de 2013, o Ministério do Meio Ambiente do Equador dissolve, por meio do Acordo Ministerial n. 125, de 4 de dezembro de 2013, a Fundação Pachamama, com base no Decreto Executivo n. 16, que faculta a dissolução de organizações da sociedade civil que cometam ações que intervenham em políticas públicas ou atentem contra a segurança interna do Estado e a paz pública, em resposta a um protesto realizado na XI Rodada do Petróleo do Sudeste, no qual são denunciados atos de violência

21 de abril de 2014	Reunião entre os membros do YASunidos e o CNE para superar as dificuldades e chegar a um acordo	
30 de abril de 2014	O coletivo denuncia irregularidades e informa que não endossará o processo, por considerá-lo fraudulento	6.666
1º de maio de 2014	Começa a verificação das assinaturas; os lacres são rompidos sem a aprovação ou supervisão de membros do coletivo	6.727
3 de maio de 2014	O CNE publica uma nota à imprensa informando que há dúvidas em relação a 50 mil assinaturas, que passariam por uma verificação por grafólogo	
6 de maio de 2014	Em coletiva de imprensa, o CNE anuncia que, dos 599.103 registros de assinatura que passaram para a fase de verificação, 230 mil foram rejeitados.	
9 de maio de 2014	O YASunidos denuncia suspeita de fraude em coletiva de imprensa	
14 de maio de 2014	O YASunidos entrega a apelação ao CNE	
29 de maio de 2014	Acadêmicos da Escola Politécnica Nacional e da Universidade Andina Simón Bolívar apresentam uma análise estatística que indicaria que o coletivo teria as assinaturas necessárias	
13 de junho de 2014	O CNE contesta a apelação, aceitando 10 mil das quase 500 mil assinaturas impugnadas	
18 de junho de 2014	O coletivo realiza uma coletiva de imprensa, na qual denuncia tentativa de fraude por parte do CNE em relação aos prazos de apelação, e apela ao Tribunal Eleitoral	
27 de junho de 2014	O Tribunal Eleitoral nega a apelação do coletivo, por estar fora do prazo	
9 de julho de 2014	O coletivo anuncia que pedirá ajuda a instâncias internacionais e não apelará à Corte Constitucional, por falta de independência	

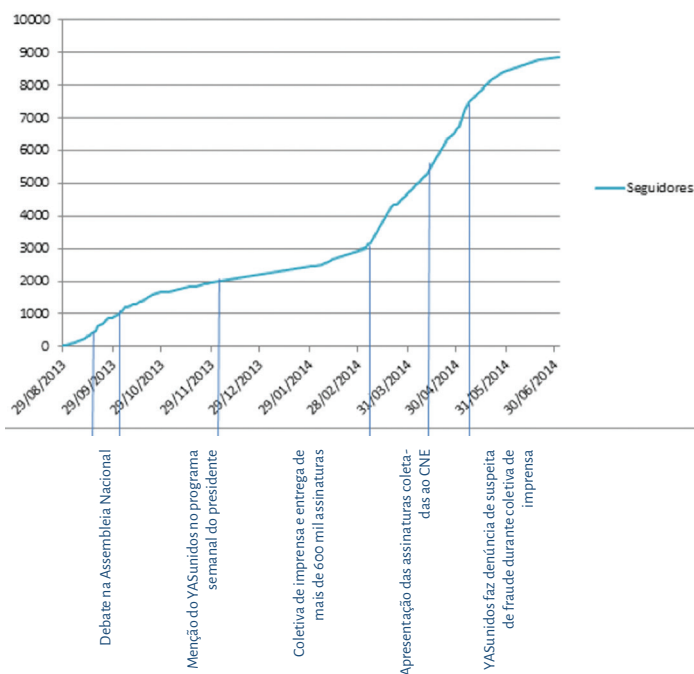
Nota: Elaboração própria, com dados de YASunidos, Twitter Counter e Colectivo de Investigación y Acción Psicosocial (2015).

Ao dar seguimento ao processo de coleta de assinaturas e cruzar o on-line — o crescimento no número de seguidores no Twitter — com os acontecimentos off-line, é possível perceber momentos-chave em que esse influencia aquele (ver gráfico a seguir). No entanto, também é possível perceber que o

processo de coleta de assinaturas avança com relativamente poucos seguidores no mundo online (três mil no momento da coletiva de imprensa em que são apresentadas 600 mil assinaturas coletadas). Apesar disso, nas últimas semanas de coleta de assinaturas, em paralelo à coletiva de imprensa e à publicação do formulário em um jornal de renome, os seguidores do Twitter crescem de maneira consistente.¹⁷

Também é importante notar que, durante o processo de qualificação das assinaturas e as posteriores denúncias do YASunidos sobre irregularidades no processo, através das redes sociais e dos meios de comunicação tradicionais, a quantidade de seguidores continua crescendo.

Figura 4: Evolução de @Yasunidos no Twitter

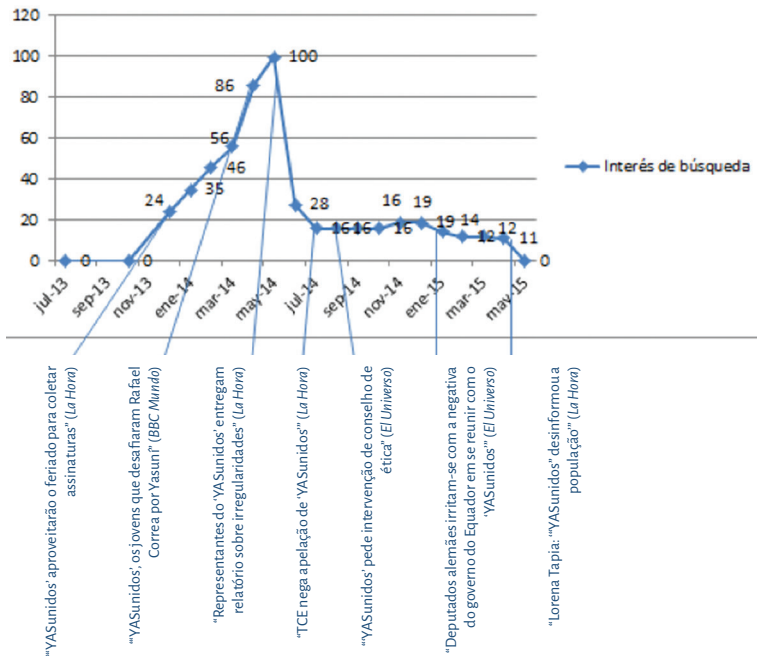


Nota: Elaboração própria, com dados de YASunidos e Twitter Counter.

17 Só foi possível acessar os dados analíticos de seguidores no Twitter, e não no Facebook.

Ao cruzar as buscas no Google com as notícias em destaque no sistema de busca, vê-se que o maior volume de busca por “YASunidos” se deu após a notícia da publicação pelo coletivo de um relatório sobre irregularidades no processo de qualificação das assinaturas. Esses dados confirmam o que foi relatado por membros do coletivo: o maior interesse e disseminação de informações se dava nos momentos em que o YASunidos relatava irregularidades e utilizava as redes sociais para fazer denúncias.

Figura 5: Volume de busca no Google por “YASunidos”



Notas:

1. Elaboração própria, com dados do Google Trends.
2. Os números representam o volume de buscas relativos ao ponto mais alto do gráfico, que recebe o valor 100. Os dados estão normalizados, não são números absolutos. Quando não há dados suficientes, o ponto do gráfico recebe o valor 0.

Conclusões

No caso do YASunidos e seus esforços de coleta de assinaturas para a aprovação de uma consulta popular, o ciberativismo envolveu cibermobilização e ciber-táticas, mas não um cibermovimento. Isso se deve sobretudo ao fato de que a coleta de assinaturas deve ser física, não permitindo um movimento inteiramente online — é possível que outros países aceitem algum tipo de assinatura digital. No entanto, não se pode desconsiderar o valor simbólico representado pelo ato de assinar fisicamente uma petição em relação a um “clique” de apoio ou uma assinatura em uma petição online, na qual não existe uma interação cara-a-cara entre duas ou mais pessoas, e na qual a pessoa se sente distanciada e desconectada de quem lidera a petição.

Figura 6: Ciberativismo do YASunidos



Nota: Elaboração própria.

Por outro lado, é difícil atribuir unicamente às atividades online o sucesso na coleta de assinaturas conseguido pelo YASunidos. Esse é um coletivo que dispunha de um capital social acumulado, nascido a partir da campanha “Amazonía por la Vida”, iniciando suas atividades com uma base de contatos de 30 mil pessoas, o que implica um alcance de pouco mais da metade da ti-

ragem do jornal de maior circulação no Equador (considerando sua tiragem nos dias de semana). A iniciativa se construiu a partir do trabalho prévio realizado pela campanha "Amazonía por la Vida", que realizou atividades relacionadas com a proteção do Parque Nacional Yasuní e a difusão da iniciativa Yasuní-ITT, do próprio governo nacional. Para a YASunidos não foi necessário, portanto, realizar um posicionamento inicial sobre a importância da conservação do Parque Nacional.

Por isso, e de acordo com a análise do crescimento do número de seguidores no Twitter e com reflexões dos membros do coletivo, as redes sociais foram um apoio para a divulgação de suas iniciativas, chamamento para eventos de coleta de assinaturas, mas, sobretudo, foram espaços para a denúncia de irregularidades tanto no processo de coleta de assinaturas quanto no de verificação das mesmas por parte da autoridade eleitoral competente. As mais de 700 mil assinaturas coletadas foram conseguidas por meio de importantes esforços off-line que, por sua vez, dependeram da mobilização online, mas também de um contexto político no qual vários setores da sociedade demonstravam descontentamento em relação ao governo nacional e encontraram na assinatura da petição uma forma de expressá-lo.

É importante destacar a capacidade do coletivo YASunidos em romper com um distanciamento recorrente entre as organizações e movimentos sociais, de um lado, e a tecnologia e a publicidade, do outro. Na experiência analisada, o coletivo não apenas priorizou o uso das redes sociais, como também aproveitou os espaços de publicidade paga das mesmas, moldando-se à dinâmica desse meio e relatando rapidamente os diferentes acontecimentos, especialmente as denúncias de irregularidades. Além disso, o YASunidos entendeu rapidamente a dinâmica do uso das redes sociais no Equador, onde o Facebook lidera com 91,1% do total de acessos, contra 4,6% do Twitter (StatCounter), e concentrou seus esforços online na primeira.

Por outro lado, a iniciativa do YASunidos também se destaca por ser uma experiência de mobilização online e off-line que se integrou aos processos democráticos ao interagir com a autoridade eleitoral para pleitear a realização

de uma consulta popular. Diferentemente de mobilizações passadas, que surgiram com o objetivo de tirar um governo do poder.

Além disso, é interessante mencionar que, no caso do YASunidos, vem à luz também uma mobilização online e off-line por parte das autoridades do governo nacional e de outros atores para enfrentar os esforços do coletivo. Foram observadas, no online e no off-line, as seguintes atividades:

- A aparição da página “Não toquem em Yasuní” um dia antes do anúncio presidencial sobre a decisão de explorar as reservas de petróleo existentes no Parque Nacional. Essa estratégia é conhecida como *astroturfing* (Quaglia, 2014) — referência a uma técnica de propaganda ou publicidade que se faz passar por uma expressão de massa e espontânea, ocultando o emissor original —, e usou uma estratégia online para manipular uma tendência social.
- Tuítes do presidente da República e de funcionários do governo nacional contra grupos que “politizaram” a decisão de exploração do petróleo.
- A proposta do secretário de assuntos jurídicos de regular as redes sociais em relação à prática de injúria ou calúnia.
- A aparição de grupos a favor da exploração do petróleo, que iniciam esforços de coleta de assinaturas para a realização de uma consulta popular com uma pergunta completamente oposta à proposta pelo YASunidos, mas que incorporam imagens do coletivo nos formulários, gerando confusão entre a população.
- A denúncia da existência de *Troll Centers* do governo nacional, ou seja, equipes pagas para se contrapor e emitir opiniões inflamatórias e contrárias ao coletivo nas redes sociais e postar repetidamente usando determinadas *hashtags* para posicionar uma discussão entre os *trending topics* do Twitter (“Los trolls...”, 2014; “El supuesto...”, 2012).

Por fim, membros do YASunidos relatam uma série de lições em torno da experiência do coletivo:

- A iniciativa Yasuní-ITT poderia ter tido maior respaldo internacional caso tivessem sido empreendidos esforços de cibertáticas para a captação de recursos de pessoas e instituições em vez de apelar a repasses de governos. É provável que não se atingisse o valor pretendido, mas teria gerado um apoio que blindaria parcialmente a iniciativa.
- Da mesma forma, uma petição online para coletar assinaturas em nível mundial, em paralelo à coleta de assinaturas físicas de cidadãos equatorianos, poderia ter atraído intenção internacional e respaldado os esforços do coletivo.
- Com relação à gestão das redes sociais, uma agenda mais ampla de prioridades permitiria ao coletivo alcançar novas audiências.
- O êxito na coleta de assinaturas deveu-se, em grande medida, às ações off-line mais do que às online. O online serviu de respaldo às atividades realizadas pelos membros do coletivo e permitiu a constituição de um espaço para a publicação de denúncias de irregularidades, permitindo chamar a atenção de cidadãos e meios de comunicação tradicionais.
- A iniciativa de coleta de assinaturas contou com uma conjuntura favorável, incluindo a abertura e interesse dos meios de comunicação em cobrir notícias relacionadas aos esforços do YASunidos. Em outros momentos, iniciativas similares enfrentam grandes dificuldades para acessar os meios de comunicação tradicionais e tornar seus esforços conhecidos.

3. Algumas reflexões finais

Com base nas análises dos estudos de caso, são apresentadas algumas reflexões sobre a relação entre os espaços online e off-line na realidade equatoriana que servirão de base para as conclusões preliminares e recomendações apresentadas a seguir.

1. A autocomunicação das massas

O recente relatório do Barômetro de Confiança 2014, que, para a América Latina, incluiu uma amostra de Argentina, Brasil e México, revela que em 80% desses países a sociedade confia menos nos meios de comunicação do que o faziam em 2013. Os dados mostram uma diminuição em torno de oito pontos percentuais no índice de confiança, destaca a Agência Pública de Notícias do Equador e América do Sul (Andes).¹⁸ O estudo mostra que, em nível de confiança, os meios de comunicação encontram-se abaixo das empresas e organizações não governamentais (ONG). Em comparação, os níveis de confiança nos meios de comunicação digitais aumentaram.

Além disso, o relatório revelou que a sociedade confia mais nos meios digitais e redes sociais do que na imprensa escrita, rádio e televisão, tendência que se manifesta desde 2006. Também de acordo com o relatório, 60% da população dos países da América Latina que participaram do estudo confia nas redes sociais: “Pelas redes sociais pode-se, por exemplo, responsabilizar um político, um governo. A possibilidade de um ativismo digital confere ao cidadão um poder para reclamar, exigir das empresas, dos serviços públicos”

O caso do Equador não é diferente. De acordo com pesquisa realizada pela Escola de Jornalismo da Universidade dos Hemisférios, em média, menos da metade dos entrevistados considera que as informações oferecidas pelos

¹⁸ <http://www.andes.info.ec/es/noticias/medios-comunicacion-digital-tienen-mas-confianza-tradicionales-segun-estudio.htm>

meios de comunicação são sempre ou quase sempre claras, verdadeiras, confiáveis e imparciais (Vásconez Dávalos, 2010).

A disseminação do uso de novas TIC permitiu a emergência do que Castells (2010) chamou de “autocomunicação das massas”, processo no qual se eliminam os intermediários tradicionais, os meios de comunicação de massa, que são substituídos pelos usuários ou receptores que, por sua vez, se transformam em emissores graças ao poderoso sistema de troca de informação possibilitado pela rede.

Esse fenômeno torna-se particularmente relevante em um país como o Equador, onde existe baixa credibilidade por parte dos meios de comunicação de massa, o que incentiva a busca de fontes de informação não tradicionais. A autocomunicação das massas torna realidade o prognóstico feito por Toffler na década de 1970, quanto previu que as tecnologias permitiriam que os consumidores se transformassem também em produtores, ou “prosumers”, como os definiu Toffler (1980).

O fenômeno da autocomunicação das massas ficou evidente de forma tangível no caso do dia 30 de setembro quando, após o estabelecimento da cadeia nacional de rádio e televisão por tempo indefinido — que, na prática, significava o fim dos meios de comunicação como fonte de informações que não as provenientes do governo —, a população optou por transformar-se também em emissora dos eventos que aconteciam naquele dia.

Castells tem razão quando argumenta que as massas são um conceito que devemos entender no plural e não no singular, o que também fica evidente no caso do 30-S: houve a organização de vários grupos, clusters de cidadãos ideologicamente próximos, que se alimentam a si mesmos, com muito pouca evidência de “polinização cruzada” entre os diferentes grupos, o que se reflete numa fragmentação existente na esfera pública “real”.

É importante destacar também que, apesar do potencial de democratização e eliminação de intermediários oferecido pelos espaços virtuais, nem toda a população tem condições de participar, seja devido ao importante abismo digital existente no Equador em relação ao acesso à infraestrutura

(computador ou smartphone) seja quanto ao canal de comunicação, devido aos custos ainda elevados de acesso à Internet no país.

Por isso, torna-se chave aproveitar um aspecto positivo da nova lei de comunicação do Equador, que institucionalizou o objetivo de que os meios de comunicação comunitários representem pelo menos um terço do total. Essa poderia ser uma estratégia concreta para possibilitar uma autocomunicação das massas, com mais ferramentas para que esse objetivo seja alcançado de forma mais potente e democrática. Dessa forma, poderia haver uma ação mais organizada e permanente de experiências jornalísticas e comunicacionais no campo da sociedade civil, que trabalhem de maneira independente e autônoma para ocupar as redes sociais com conteúdo mais cidadão.

2. O Leviatã digital

No entanto, nem todos os atores que participam da esfera pública possuem o mesmo poder na hora de participar do processo de tomada de decisão. Entre janeiro de 2005 e março de 2006, o Estado equatoriano, por meio do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos, divulgou um índice de inflação que não correspondia com o real por conta de uma falha num sistema recentemente adotado pelo órgão para realizar os cálculos. Carrillo e Shahe Emran (2009) estudaram esse “experimento natural” analisando o efeito que essa informação teve nos domicílios, influenciando nas decisões de consumo, poupança e investimento das famílias, considerando a inconsistência entre a informação que receberam do Estado e a evolução de preços que era possível evidenciar no seu dia a dia. Os autores do estudo constataram uma significativa capacidade do Estado de moldar os imaginários, modificar as preferências e guiar os comportamentos da sociedade.

Essa capacidade para moldar a realidade torna-se ainda mais poderosa na era digital. O governo equatoriano estabeleceu uma estratégia de comuni-

cação tanto através dos meios de comunicação estatais quando das redes sociais, muito mais intensamente do que acontecia no passado.

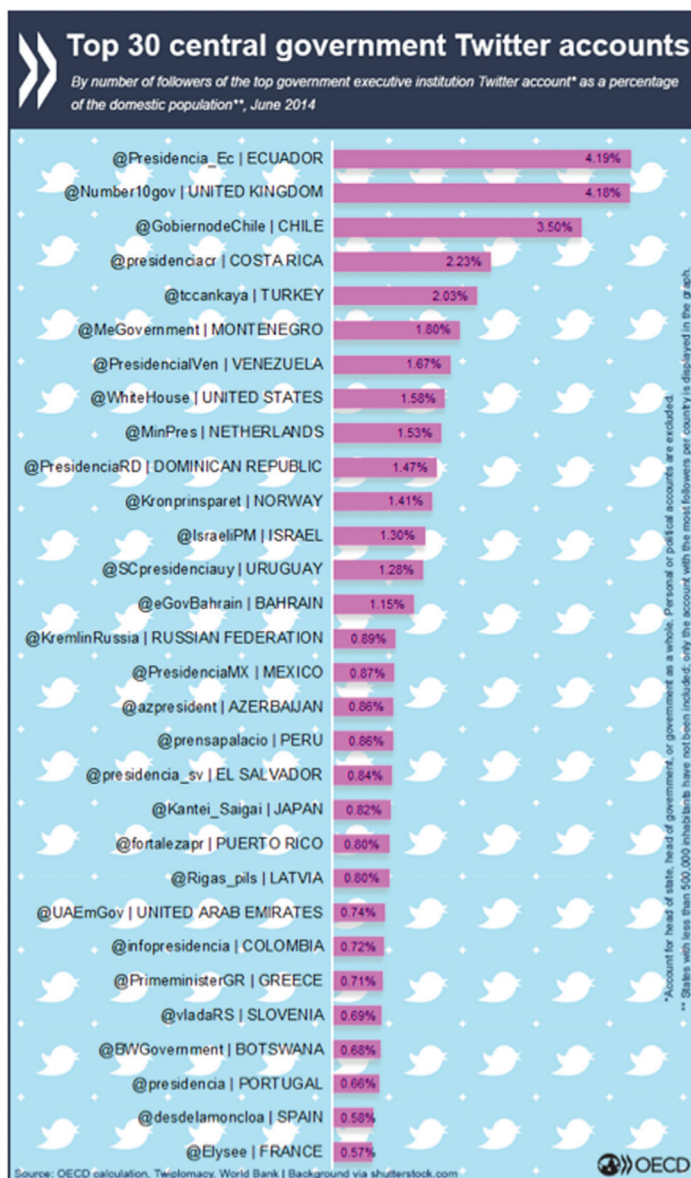
Os três casos evidenciam a importante presença do Estado na esfera pública virtual. Pôde-se verificar uma expressão tangível do nível de utilização dessas ferramentas no caso do 30-S, quando o presidente assinou eletronicamente o Decreto Executivo n. 488, que estabeleceu o estado de exceção no país. Essa decisão, divulgada pelas redes sociais, outorgou à Secretaria de Comunicação o poder para extinguir, por algumas horas, a presença dos meios de comunicação e assumir uma espécie de monopólio da comunicação em um momento tão sensível para a democracia equatoriana.

No caso do coletivo “Quito, Yo me Apunto”, o Estado participou por meio de alguns funcionários públicos, tanto do governo central quanto da cidade de Quito, que publicavam opiniões sobre os temas debatidos, e também — supostamente — por meio de *trolls* que, de acordo com a opinião de alguns integrantes do coletivo, apareciam quando eram debatidos temas sensíveis para a administração municipal, com o objetivo de dificultar o diálogo.

Isso evidencia que os governos estão sendo testemunhas do poder das redes sociais para potencializar a capacidade de indivíduos e grupos para influenciar a agenda pública e o processo de formulação de políticas públicas e, por fim, como meio de organização da ação coletiva.

Um estudo da OCDE analisa o uso das redes sociais de órgãos públicos de 34 países, entre eles o Equador, as estratégias mais utilizadas e os resultados mais visíveis da sua presença no mundo virtual (Mickoleit, 2014). O estudo constata o crescimento do uso da Internet e das redes sociais pelo governo do Equador. Tal como mostra a figura 7, a conta do Twitter da Presidência da República do Equador (@Presidencia_EC) possuía, em 2014, 659.099 seguidores, representando 4,2% da população do país, a quarta conta mais seguida entre os 34 países que participaram do estudo. Segundo pesquisa realizada pelo autor, a Presidência envia em média 18,2 tuítes por dia, mais do que a média dos países analisados.

Figura 7: Comparação do número de seguidores dos órgãos públicos com maior presença nas redes sociais



Fonte: Mickoleit (2014).

É importante destacar que, no Equador, assim como em vários outros países da amostra, as autoridades possuem mais seguidores do que as instituições que representam. Dessa forma, a conta do presidente da República no Twitter (@MashiRafael) possui em números de seguidores o equivalente a 10,1% da população equatoriana, mais do que o dobro dos seguidores da conta da Presidência.

Aparentemente, os governos, suas instituições e autoridades buscam a desintermediação comunicacional que analisávamos na seção anterior, estabelecendo uma conexão mais direta com a população. Embora não tenha sido possível encontrar estatísticas sobre os tuítes enviados pela população à Presidência da República, é possível constatar que pedidos, reclamações e propostas são canalizadas por esse meio, o que poderia refletir uma democracia intermediada pelas instituições tradicionalmente responsáveis por tais funções, como os partidos políticos, os próprios órgãos públicos e as ONG.

O governo também participa do mundo virtual através de portais eletrônicos. Dessa forma, o portal da Presidência da República (www.presidencia.gob.ec) está repleto de conteúdo multimídia, bem como links para outros portais associados, como os dos meios de comunicação estatais, bem como para o vídeo do programa semanal do presidente, no qual informa a população sobre sua administração.

No entanto, esse não é o único portal promovido pela Presidência. Há também o portal Somos+ (somosmas.ec), que se define como uma “comunidade de apoio à Revolução Cidadã”, o movimento político fundado pelo presidente. Esse portal tem servido para receber alertas sobre mensagens críticas ao governo nacional e para promover uma ação coletiva de defesa tanto da administração Correa quanto do partido do governo.

O governo nacional manifestou várias vezes seu direito a se defender contra supostas difamações que desinformam e poderiam afetar a reputação e a honra de autoridades e funcionários públicos. Reconhecendo a importância da garantia ao direito de toda pessoa à honra, também é importante ressaltar

que nem todos os atores possuem o mesmo peso relativo na esfera pública, já que as autoridades, por seu nível de exposição pública, devem ter maior abertura à crítica que um cidadão que não exerce tais funções.

O poder dentro de um regime democrático deve ser gerido com responsabilidade. E agora que o poder parece ter se expandido ao entrar em contato com o mundo virtual, é preciso ainda mais prudência por parte das autoridades do Estado que, por contar com mais recursos políticos, econômicos e simbólicos, possuem maior exposição e presença na esfera pública.

3. A nova ágora é digital?

A crescente complexidade da vida moderna torna cada vez mais difícil para os cidadãos contar com o tempo e outros recursos que lhes permitam participar de estratégias off-line para influenciar a agenda pública. Desse ponto de vista, as novas tecnologias de comunicação vêm com a promessa de abrir um espaço que possibilite a participação online nos temas de interesse público.

Um dos fundadores do coletivo “Quito, Yo me Apunto” lembrava que um dos fatores explicativos do sucesso do espaço virtual como gerador de participação e posicionamento em relação a temas da agenda pública está ligado à possibilidade de que as pessoas possam seguir com sua vida cotidiana, ou seja, trabalho e família e, ao fim do dia, usar seu computador e uma pequena parte do seu tempo para compartilhar com outras pessoas opiniões sobre o problema da cidade, bem como possíveis soluções.¹⁹

Destacam-se experiências como a da Avaaz (www.avaaz.org), uma comunidade de mais de 40 milhões de pessoas que tem mobilizado apoio a causas tão diversas como salvar a Amazônia, eliminar a corrupção na FIFA ou diminuir a quantidade de lição de casa dada às crianças, por meio de petições online coletando assinaturas numa velocidade e diversidade que seriam praticamente impossíveis utilizando-se estratégias off-line.

19 Entrevista com Mauricio Alvarado Dávila, historiador quitenho e ciberativista.

Isso indicaria uma virtualidade que se expande em resposta às limitações da especialização do trabalho e a proporção do tempo que a modernidade exige para se dedicar às atividades valorizadas pelo mercado. Nessa linha, poderíamos lançar a hipótese de que a nova “ágora” — uma referência aos espaços onde cidadãos da Grécia Antiga se reuniam para debater e decidir sobre os assuntos da *polis* — será, cada vez mais, virtual.

Ainda assim, tanto no caso do YASunidos como do coletivo “Quito, Yo me Apunto” ficou evidente que o online não é suficiente para conseguir posicionar temas na agenda pública, nem para reunir massa crítica suficiente de cidadãos que concordem com essa agenda e, menos ainda, para que ela se transforme em políticas públicas com a qual se comprometam os governos para resolver os desafios identificados pela sociedade.

No caso do YASunidos, os espaços off-line foram de grande utilidade para disseminar informações sobre os impactos das decisões governamentais sobre os povos indígenas e a biodiversidade existente naquela reserva natural e, portanto, gerar apoio à proposta de consulta popular para impedir a atividade de extração do petróleo existente naquela área. No entanto, o sucesso do processo de coleta das mais de 600 mil assinaturas de cidadãos de diversas províncias do Equador não teria ocorrido sem os espaços off-line organizados em parques e praças públicas, que conferiram textura à virtualidade, produzindo assim os resultados obtidos.

No caso do coletivo “Quito, Yo me Apunto” ocorreu algo similar. Tal como descrito no estudo de caso, seus integrantes decidiram, em poucas semanas, convocar reuniões presenciais para “gerar a confiança que só é possível ao se conhecer pessoalmente”. Dentro dessa perspectiva, poder-se-ia propor como conclusão preliminar que, embora uma parte importante da ágora ocorra nos meios virtuais, essa não pode prescindir das esferas presenciais, onde se faz possível o intercâmbio não apenas de ideias, mas também de ações exigidas para se mudar a realidade. Os estudos de caso parecem sugerir a existência de uma complementaridade online–off-line, que tem permitido a emergência

de uma nova ágora, enriquecida pelas múltiplas possibilidades geradas pela combinação digital-presencial, onde os cidadãos podem combinar ambas as dimensões para enriquecer o processo de deliberação pública e, em última análise, construir uma esfera pública mais dinâmica, plural e vibrante, onde mais atores têm a possibilidade de contribuir para a construção da coisa pública, de uma forma mais participativa e democrática.

No entanto, a evidência trazida por esse estudo permite lançar uma hipótese alternativa. As evidências dos casos analisados também sugerem não apenas que os espaços de participação online requerem espaços off-line, como também algo ainda mais radical: a expansão dos espaços virtuais como possibilidade de participação poderia estar reduzindo, em vez de ampliando, o tamanho e o dinamismo da ágora. As duas pessoas vinculadas ao coletivo “Quito, Yo me Apunto” entrevistadas concordavam que muitos cidadãos que participavam de mobilizações ocorridas à época em que os espaços online estavam menos presentes hoje já não fazem parte dessas expressões off-line da vida cívica pois, ao compartilhar uma opinião ou proposta através do mural do Facebook ou do Twitter, entendem que já participaram.

No caso do 30-S se observa que o chamado do governo para as pessoas saírem às ruas e defender o regime não produziu presença física, mas nos espaços virtuais, onde circularam milhares de opiniões que não se refletiram nos espaços off-line, permitindo maiores níveis de deliberação sobre a complexa crise política que o Equador viveu nesses dias.

Isso não parece ser um fenômeno exclusivo do Equador. O estudo “The Structure of Online Activism”, que analisou a campanha virtual “Save Darfur” [salvem Darfur], constatou que menos de 1% dos cerca de 1,2 milhões de pessoas que assinaram a petição online realizou alguma ação adicional que refletisse um compromisso real com a causa (doações ou comunicação com tomadores de decisão, para mencionar alguns dos exemplos citados pelos pesquisadores). A conclusão dos autores é que o ativismo digital “cria a ilusão de participação, inibindo, no lugar de facilitar, a participação relevante para realizar transformações concretas” (Lewis, Gray & Meierhenrich, 2014).

Na mesma linha, como mostrou o caso do 30-S, Bauman (2012) lembra que a Internet também produz um efeito “saturação” na esfera pública por meio de comentários múltiplos, porém superficiais, que reduzem as chances de um debate com maior profundidade, empobrecendo, assim, a qualidade e pluralidade da deliberação pública. Além disso, diferentemente dos espaços off-line, onde é mais difícil filtrar as opiniões dos outros, a rede nos permite a possibilidade de escolher com quem dialogamos e, portanto, poderia reduzir nossa exposição a opiniões diferentes da nossa.

Assim, este autor argumenta que a Internet e a virtualidade deterioram nossa capacidade de escutar e a faculdade de compreender, levando ao empobrecimento da capacidade de dialogar, de navegar pela diversidade, de conhecer argumentos distintos e de permitir que influam sobre os nossos para, assim, construirmos sociedades não apenas mais democráticas, como também mais capazes de depurar as verdades que as governam.

A virtualidade contribui ou prejudica, portanto, a pluralidade e a intensidade da participação e a qualidade da deliberação pública? Os casos analisados no Equador mostram que a virtualidade é um — poderoso — meio para disseminar informações e estimular o interesse em participar de uma causa. A evidência mostra que as estratégias online conseguem chegar a grupos mais jovens da população e com maior renda, contribuindo, assim, para o aumento da participação de determinados grupos, mas não de toda a sociedade.

Seu impacto sobre a qualidade da deliberação pública é mais incerto. Experiências como as do coletivo “Quito, Yo me Apunto” mostram o impacto de um espaço virtual para a troca de ideias e construção de propostas orientadas ao desenvolvimento da cidade. Nas iniciativas YASunidos e 30-S, as redes sociais e, de maneira mais geral, a virtualidade, facilitaram a disseminação de informações, mas não há evidências de que houve algum processo de debate nem de análise de ideias que tenha permitido contribuir com a geração de inteligência coletiva. O que fica claro nos três casos é que o online atuou algumas vezes de forma planejada e, em outras, de forma imprevisível com o off-line,

produzindo efeitos combinados que nenhuma das duas dimensões seria capaz de produzir sozinha.

Como reflexão final, a evidência trazida por este estudo nos permite concluir que talvez devamos analisar o online–off-line não como dois mundos separados, mas como espaços que se interconectam de forma contínua e complexa. Reconhecer que o poder está tanto nas redes como nas ruas e praças, embora se expresse de forma distinta em cada uma delas.

O desafio, quiçá, seja aceitar que tanto o online quanto o off-line modificam a estrutura e as relações sociais, cada uma com dinâmicas que são, ao mesmo tempo, autônomas e interconectadas. A análise do caso do Equador nos sugere que, quando os espaços off-line se reduzem, expande-se o online e vice-versa, formando interações que se complementam de maneira sinérgica.

Uma visão mais integral do off-line e online nos permitirá entender que emerge uma esfera pública onde a sociedade conta com novos espaços, estratégias e mecanismos para participar na construção de seu presente e de seu futuro.

4. Referências

“46% de la población tiene acceso a internet”. *El Universo*, 20 maio 2015. Disponível em: <www.eluniverso.com/noticias/2015/05/20/nota/4892016/46-poblacion-tiene-acceso-internet>.

BASS, Margot S. et al. Importancia de la Conservación Global del Parque Nacional Yasuní. *PLoS ONE*, v. 5, n. 1, 2010.

BELÉN ALBORNOZ, María; ROSALES, Ricardo. “Periodismo Ciudadano y Twitter: El caso del 30-S ecuatoriano”. *Versión Estudios de Comunicación y Política*, n. 30 (out. 2012), pp. 91-101, 2012.

BELLETTINI, O. *Sociedad civil y bienes públicos*. Documentos de Trabajo n. 3. Quito: Grupo FARO, 2013.

CARRILLO, Paul E.; SHAHE EMRAN, M. “Public Information and Household Expectations in Developing Countries: Evidence from a Natural Experiment”. *SSRN*, 24 abr. 2009. DOI: 10.2139/ssrn.1394500.

CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Madri: Alianza Editorial, 2010.

CASTELLS, Manuel. *La Sociedad Red: Una Visión Global*. Madri: Alianza Editorial, 2006.

CERVANTES, Byron. “Trece años del golpe de Estado y caída de Mahuad”. *PP El Verdadero*, Quito, 21 jan. 2013. Disponível em: <www.ppelverdadero.com.ec/pp-al-dia/item/trece-años-del-golpe-de-estado-y-caída-de-mahuad.html>.

COLECTIVO DE INVESTIGACIÓN Y ACCIÓN PSICOSOCIAL. *Estrategias de represión y control social del Estado ecuatoriano: Informe psicosocial en el caso YASunidos*. Quito, 2015. Disponível em: <<https://accionpsicosocial.files.wordpress.com/2015/01/informe-psicosocial-en-el-caso-yasunidos.pdf>>.

CONSTANTE, Soraya. “Ecuador ha sancionado casi 200 medios en dos años”. *El País*, 25 jun. 2015. Disponível em: <internacional.elpais.com/internacional/2015/06/24/actualidad/1435177369_550550.html>.

CORONEL SALAS, Gabriela M.; MIER SANMARTÍN, Aura C. “Impacto de Twitter en Ecuador, Caso 30S”. In: X Conferencia Iberoamericana en Sistemas, Cibernética e Informática – CICI 2011. Orlando, Flórida (EUA): IIIS, 2011.

EARL, Jennifer; KIMPORT, Katrina. *Digitally Enabled Social Change: Activism in the Internet Age*. Cambridge, MA (EUA): MIT Press, 2011.

ECUAVISA. 30S *Programa La Televisión* [vídeo]. [Quito]: Ecuavisa, 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=27jAj3bH8Yo>.

ECUAVISA. *La Batalla de Abril* [vídeo]. [Quito]: Ecuavisa, 2005. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=ZR_yrjoBo9E>.

“EL SUPUESTO ‘troll center’ tuvo en su mira a EL COMERCIO”. *El Comercio*, 1 mar. 2012. Disponível em: <www.elcomercio.com/actualidad/politica/supuesto-troll-center-tuvo-mira.html>.

ENJOLRAS, Bernard; STEEN-JOHNSEN, Kari; WOLLEBÆK, Dag. “How do social media change the conditions for civic and political mobilization?”. In: III International Conference on Democracy as Idea and Practice. Oslo: Universidade de Oslo, 2012.

EQUADOR. Acuerdo Ministerial n. 322. Registro Oficial n. 69. Quito, 20 nov. 1979.

EQUADOR. Acuerdo Ministerial n. 350. Quito, 4 dez. 2013. Disponível em: <www.ministeriointerior.gob.ec/wpcontent/uploads/2013/12/acuerdo_ministerio_ambiente.pdf>.

EQUADOR. Ley Orgánica de Servicio Público (LOSEP). Registro Oficial 294. Quito: 6 out. 2010.

“ES VANIDOSO arrogarse la idea del Yasuni?, Falconi”. *El Universo*, 4 fev. 2010. Disponível em: <www.eluniverso.com/2010/02/04/1/1355/es-vanidoso-arrogarse-idea-yasuni-falconi.html>.

GHOSH, Pallab. “El padre de internet predice una ‘era oscura digital’”. *BBC*, 13 fev. 2015. Disponível em: <www.bbc.com/mundo/noticias/2015/02/150213_tecnologia_era_oscura_digital_lv>.

GONZÁLEZ, Ernesto. *Testimonio de un Comandante*. [S.l.: s.n.], 2014.

Instituto Nacional de Estadística y Censos [INEC]. *Ecuador en Cifras: Tecnologías de la Información y Comunicaciones (TIC'S) 2013*. Quito: INEC, 2013. Disponível em: <www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Estadisticas_Sociales/TIC/Resultados_principales_140515.Tic.pdf>.

Izko, Xavier. *La frontera invisible: procesos extractivos, infraestructura y ambiente en la Amazonía ecuatoriana (2010-2030)*. Quito: Iniciativa para la Conservación de la Amazonía Andina [ICAA], 2012. Disponível em: <www.scribd.com/doc/93835695/Informe-Amazonia-Ecuatoriana-Xavier-Izko>.

LEWIS, Kevin; GRAY, Kurt; MEIERHENRICH, Jens. “The Structure of Online Activism”. *Sociological Science*, v. 1, n. 1 (fev. 2014), pp. 1-9, 2014. DOI: 10.15195/v1.n1.a1.

“LOS TROLLS generan la autocensura”. *La Hora*, p. B-4, 13 abr. 2014.

MICKOLEIT, Arthur. *Social Media Use by Governments: A Policy Primer to Discuss Trends, Identify Policy Opportunities and Guide Decision Makers*. OECD Working Papers on Public Governance n. 26. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2014.

MUCHEDUMBRE 30-S. Direção: Rodolfo Muñoz. Produção: Rodolfo Muñoz Comunicadores Asociados. [Quito]: Rodolfo Muñoz Comunicadores Asociados, 2011. 1 DVD (90 min), widescreen, color. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=AoWRIDUjxwg&list=PLE-DE292C19684D569>.

Multi-Partner Trust Fund/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [MPTF/PNUD]. *Informe Anual 2012 del Fondo Fiduciario Yasuní ITT*. Nova York, 2012. Disponível em: <mptf.undp.org/document/download/11427>.

NTN24. *Ecuador recuerda el 30-S como uno de los días más negros de su historia* [vídeo]. [Bogotá]: NTN24, 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=zHyjcpZ5hgQ>.

PAZ Y MIÑO, Juan. *Insubordinación o Golpe*. Quito: Abya Yala, 2011.

PEIXOTO, Tiago. “e-Participatory Budgeting: e-Democracy from theory to success?”. SSRN, 25 set. 2008. DOI: 10.2139/ssrn.1273554.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova York: Simon & Schuster, 2000.

QUAGLIA, Juan. “El astroturfing, una nueva forma de mentir”. *Huffington Post*, 13 jan. 2014. Disponível em: <www.huffingtonpost.es/juan-quaglia/el-astroturfing-una-nueva-forma-de-mentir_b_4560165.html>.

“SEIS HORAS en las que el país recibió solo la versión oficial”. *El Universo*, 17 out. 2010. Disponível em: <www.eluniverso.com/2010/10/17/1/1355/seis-horas-pais-recibio-solo-version-oficial.html>. Acesso em março de 2015.

SHULMAN, Stuart W. “The Case Against Mass E-mails: Perverse Incentives and Low Quality Public Participation in U.S. Federal Rulemaking”. *Policy & Internet*, v. 1, n. 1, pp. 23-53, 2009. DOI: 10.2202/1944-2866.1010.

SIERRA, Natalia et al. 30S “*Fuego a Discreción*”. Quito: Artes Gráficas Silva, 2011.

Teleamazonas. *ESPECIAL 30S* [vídeo]. [Quito]: Teleamazonas, 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Tbc4r5zj2M&index=3&list=PL5ED477E61D447007>.

TOFFLER, Alvin. *The third wave*. Nova York: Morrow, 1980. [Ed. bras.: *A terceira onda*. São Paulo: Record, 2001.]

VÁSCONEZ DÁVALOS, Irene. "La credibilidad de los medios de comunicación en el Ecuador: Reflejo de un periodismo de calidad". *Revista ComHumanitas*, Quito, v. 1, n. 1, pp. 173-182, 2010.

Páginas, redes sociais e recursos web consultados

Conta do YASunidos no Twitter. Disponível em: <twitter.com/Yasunidos>.

Google Trends. Disponível em: <<https://www.google.com/trends/explore#q=yasunidos>>.

Página “YASunidos” no Facebook. Disponível em: <www.facebook.com/YASunidos>.

Página “No Toquen el Yasuni” no Facebook. Disponível em: <www.facebook.com/notoquenelyasuni>.

StatCounter. *Top 7 Desktop, Tablet & Console Social Media Sites in Ecuador from May 2014 to May 2015*. Disponível em: <gs.statcounter.com/#social_media-EC-monthly-201405-201505-bar>.

Twitter Counter. Disponível em <twittercounter.com>.

YASunidos. Disponível em <www.yasunidos.org>.

Venezuela

Francine Jácome¹

1. Introdução

2. Estudos de caso

Caso 1: Ciclo de protestos de fevereiro a junho de 2014

Caso 2: #SOSVenezuela: Denúncia e alerta à comunidade internacional

Caso 3: Jornalismo alternativo: Efeito Cocuyo e Crónica Uno

3. Conclusão

4. Referências

¹ Diretora Executiva do Instituto Venezuelano de Estudos Sociais e Políticos.

1. Introdução

No caso venezuelano, as relações entre organizações da sociedade civil (OSC), partidos políticos e Estado se transformaram significativamente. Os componentes do ciberespaço, em especial, desempenham um papel cada vez mais importante na polarização política que vive o país. Como resultado, o ciberespaço também exhibe tal polarização.

Nosso olhar se dá a partir da ótica das organizações da sociedade civil após dezesseis anos de um regime dominado por apenas um partido, no qual se deterioraram as instituições democráticas, bem como a independência dos poderes do Estado. Nesse sentido, o foco principal são os conflitos políticos e sociais de 2014 e o papel das mídias alternativas. De acordo com a proposição de Sorj (2015), a relação entre as iniciativas online e off-line.

Para tanto, o trabalho divide-se em duas seções. Na primeira parte, apresentamos uma breve análise dos últimos dezesseis anos do regime venezuelano, incluindo uma síntese dos debates sobre democracia, as relações entre sociedade civil e Estado e os partidos políticos. Por último, os marcos regulatórios existentes sobre meios de comunicação e participação de organizações da sociedade civil.

A segunda parte inclui três estudos de caso, escolhidos para apresentar a problemática dos protestos e a crescente necessidade de desenvolver canais alternativos de informação e comunicação. O primeiro caso fala da onda de protestos ocorrida no país ao longo do primeiro semestre de 2014 e a relação entre a utilização das redes sociais e as diferentes atividades off-line.

O segundo caso mostra como o #SOSVenezuela deu lugar a uma série de iniciativas nas redes sociais e, em alguns casos, como mobilizaram protestos e manifestações. É interessante notar, nesse caso, a importância do enfoque internacional. As diferentes iniciativas, especialmente durante a onda de protestos do primeiro semestre de 2014, buscaram dar visibilidade internacional ao caso venezuelano.

O terceiro caso identifica os novos meios de comunicação digitais que estão se desenvolvendo através da Internet, especialmente pelas redes sociais, fazendo uma comparação entre o periódico alternativo *Efecto Cocuyo* e a *Crónica Uno*, iniciativa da OSC Espacio Público.

Por último, são feitas reflexões finais abordando os desafios das redes sociais para as OSC, os novos marcos regulatórios que poderiam, no curto prazo, limitar a utilização das redes sociais, bem como propostas alternativas para se recuperar a institucionalidade.

I. O regime venezuelano, dezesseis anos depois

Debates sobre democracia

A Venezuela é o caso mais importante de deterioração da democracia na América do Sul, com tendências que, durante os mandatos do falecido presidente Chávez, foram classificadas como personalistas e autoritárias. Em pouco mais de dois anos do mandato do presidente Maduro (abril de 2013 a agosto de 2015), assistiu-se a uma deterioração ainda maior da democracia, com o aprofundamento do militarismo e da repressão. Denunciado tanto por lideranças nacionais quanto estrangeiras como um governo de fachada democrática, mas com práticas ditatoriais e até mesmo totalitárias, o modelo bolivariano provocou um debate sobre o significado da democracia não apenas na Venezuela como em toda a região.

O chamado bolivarianismo introduziu uma falsa dicotomia entre democracia representativa (liberal) e democracia participativa. Os marcos constitucionais e legais construídos a partir de 1999 na Venezuela e, posteriormente, em outros países, produziram uma ampliação de mecanismos como os referendos. No caso venezuelano, contemplam três tipos: deliberativo (por exemplo, o da Constituição de 1999, realizado no mesmo ano), consultivo (como o da reforma constitucional, realizado em 2009 para permitir a reeleição ilimitada) e a revogação popular de mandatos eletivos (o referendo revogatório presiden-

cial de 2004). Até meados de 2015, todos foram utilizados no nível nacional por meio de convocatórias eleitorais especiais. Embora fossem autoproclamados participativos — quem pode promover sua convocatória são os cidadãos, o que, por vezes, levou a uma inclusão importante —, na prática, muitas vezes foram promovidos e controlados de cima, inclusive limitando a autonomia dos cidadãos e comunidades.

Após dezesseis anos de “revolução”, como se avalia o estado da democracia no país? Em termos gerais, Vivas (2015) destacou que estamos diante de uma nova forma de regime autocrático, que busca conservar uma aparência de legitimidade democrática. Nesse sentido, foi classificado como regime semiautoritário, democracia não liberal ou autoritarismo competitivo. Para o presente trabalho, considera-se a definição elaborada por Corrales (2015), como sendo um regime híbrido ou autoritarismo competitivo.

Sua principal característica é que o partido governante compete em eleições nas quais geralmente vence. Diferente dos regimes autoritários tradicionais, produto de golpes de Estado, o presidente da república vai adquirindo uma série de poderes que lhe permitem governar sem freios e contrapesos nem transparência. No caso dos últimos dezesseis anos, é emblemática a utilização das Leis Habilitantes, que permitem que os mandatários governem e legislem por decreto. Em 14 anos, o presidente Chávez teve quatro leis habilitantes outorgadas pela Assembleia Nacional, e o atual presidente contou com duas durante seus dois anos de governo.

Corrales ressalta que, no caso venezuelano, o crescente autoritarismo valeu-se crescentemente da perda da independência dos poderes, especialmente do Judiciário. Nesse sentido, existe o uso, o abuso e o não cumprimento do estado de direito. O Judiciário está a serviço do Executivo, o que lhe permitiu desenvolver um arcabouço legal propício à dominação dos outros dois poderes e intervenção no setor privado. Esta situação levou a uma situação que o próprio governo chama de “hegemonia comunicacional”, que consiste em seu domínio cada vez maior sobre os meios de comunicação.

De maneira similar, Corrales (2015) considera a perda da capacidade de controle sobre os resultados eleitorais por parte do governo, especialmente após 2012, outro fator importante do crescente autoritarismo. Se, por um lado, o governo do falecido presidente Chávez conservava uma cômoda diferença de 20% sobre a oposição, isso mudou de maneira dramática na campanha presidencial de abril de 2013, quando essa diferença foi reduzida para 1,4%.²

Um terceiro elemento que, segundo Corrales (2015), também permitiu um crescente autoritarismo do regime venezuelano, especialmente após a chegada do atual mandatário ao poder, é a ausência de pressões governamentais vindas de outros países, especialmente os da América Latina. Na maior parte das vezes, os governos latino-americanos, embora pudessem manifestar “preocupação” com a situação na Venezuela, não assumiram posições de defesa da democracia e dos direitos humanos. De certa maneira, acabam assumindo um apoio tácito ao regime, como demonstraram as declarações recentes no âmbito da cúpula em Bruxelas da União Europeia (EU) com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e o encontro em Brasília, em 12 de junho de 2015, entre a presidente do Brasil e o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, que também foi recebido pelo ex-presidente Lula.

Relação Estado-sociedade civil

Atualmente, a principal forma de participação incentivada pelo projeto político governista é por meio dos conselhos comunais e o estabelecimento do poder comunal. São organizações dirigidas “de cima”, que dependem e canalizam recursos do governo para suas comunidades. Desenvolvem-se no âmbito de um modelo que pretende eliminar atores de intermediação não governistas, como partidos políticos, sindicatos e grupos profissionais e empresariais,

2 Nesse contexto, cabe destacar que, nas últimas eleições parlamentares, realizadas no dia 6 de dezembro de 2015, a oposição obteve uma vitória histórica, conquistando 109 cadeiras, contra 55 do partido do governo.

estabelecendo, assim, uma relação direta entre o poder Executivo (com um alto componente presidencialista) e as comunidades de base.

Quanto à participação das OSC na definição e execução das políticas públicas, pode-se destacar a adoção de um discurso governamental de participação na definição de políticas a partir dos conselhos comunais, que definem projetos para suas comunidades que, por sua vez, recebem financiamento do governo e são implementados de forma conjunta.

A maior parte dos críticos alegam que tais projetos são impostos pelo governo, não são transparentes e visam, basicamente, angariar apoios políticos. As denúncias de corrupção nessas instâncias têm sido numerosas nos últimos anos (Tablante e Tarre, 2013; transparencia.org.ve). No Índice de Percepção da Corrupção de 2014 da Transparência Internacional, a Venezuela ficou na 161ª posição entre 175 países avaliados (<http://www.transparency.org/country#VEN>).

A estratégia de promover novas estruturas e organizações com a finalidade de alcançar uma hegemonia no poder foi acompanhada por uma série de decisões e normas legais que têm como finalidade limitar a participação de organizações e movimentos sociais autônomos. Entre as principais normas sancionadas para limitar os direitos de associação e manifestação (Cómez, 2015; Provea, 2015; van Berkel e Jácome, 2009) estão:

- Anteprojeto de Lei de Cooperação Internacional (2005): foi a primeira iniciativa para restringir a participação das OSC. Entre seus objetivos centrais estavam: (1) Criar um registro de OSC que recebiam financiamento do exterior; (2) Criar um fundo comum para toda a cooperação internacional, que seria administrado pelo governo, que se encarregaria de eleger os projetos que receberiam os fundos de acordo com as prioridades estabelecidas pelo governo em seu Plano Nacional.
- Houve uma mobilização das OSC e redes, principalmente com representantes da comunidade internacional, para estabelecer um diálogo com o governo. O lobby teve um efeito positivo, e a Assembleia Nacional, na-

quele momento controlada totalmente pelo governo, não encaminhou a proposta para uma segunda apreciação e aprovação definitiva. Apesar disso, o governo ainda pode retomar o processo de aprovação dessa lei. A partir de 2010, foram aprovadas normas que, na prática, podem ser utilizadas para restringir e, até mesmo, criminalizar as atividades das OSC e o direito de associação.

- Lei de Defesa da Soberania Política e Autodeterminação Nacional (dezembro de 2010): contém dez artigos e, segundo o governo, tem por objetivo proteger o exercício da soberania política e a autodeterminação nacional contra a interferência estrangeira. No entanto, proíbe o financiamento internacional de “organizações com fins políticos, organizações de defesa dos direitos políticos ou indivíduos que realizem atividades políticas, bem como a participação de cidadãos estrangeiros que, por meio do financiamento dessas organizações, possam atentar contra a estabilidade e funcionamento das instituições da República”.
- Leis de participação popular e comunas: identificam como as únicas interlocutoras as organizações estabelecidas pelo governo central. E dele dependem. O objetivo é a cooptação das organizações sociais. São elas: Lei Orgânica do Poder Popular (2010), Lei Orgânica do Planejamento Público e Popular (2010), Lei Orgânica da Controladoria Social (2010); e Lei Orgânica das Comunas (2010).
- Lei de Combate ao Crime Organizado e ao Financiamento do Terrorismo (1º de fevereiro de 2012): a definição de terrorismo é ambígua: depende do que assim seja considerado pelo governo. Permite interceptar comunicações pessoais, mensagens eletrônicas e movimentação bancária.
- Reforma do código processual penal (2012): proíbe que as OSC de defesa dos direitos humanos participem de defesa jurídica em casos de violação de direitos humanos.

- Eliminação da isenção de pagamento de imposto de renda de cooperativas, associações civis e fundações (2014).
- Corte Constitucional do TSJ (24 de abril de 2014): determina a suspensão das garantias do direito a se manifestar pacificamente, consagrado na Constituição de 1999. Decretou a necessidade de uma autorização prévia por parte das autoridades responsáveis.
- Decreto 1.471 (janeiro de 2015): coloca em prática o Sistema de Proteção para a Paz (SP3). Estimula a população civil a participar do serviço de inteligência.
- Resolução 008610 do Ministério da Defesa (janeiro de 2015): autoriza agentes do Estado a empregar armas letais em manifestações. Também permite a atuação de funcionários de todos os órgãos das forças armadas no controle da ordem pública.

A essas leis e normas oficiais é preciso acrescentar uma série de organismos não institucionais promovidos com a finalidade de “defender a Revolução”. Destacam-se durante o ano de 2014:

- Comandos populares antigolpe
- Milícias estudantis e camponesas
- Brigada especial contra as atuações dos grupos geradores de violência (BEGV, junho de 2014)

No âmbito institucional, destacam-se duas instâncias adicionais, criadas entre 2013 e 2014:

- O Centro Estratégico para a Segurança e Proteção da Pátria (Cesppa), ligado diretamente à Presidência da República e comandado por um general.

- A Tropa de Choque das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), criada exclusivamente para enfrentar manifestações e protestos que atentem contra a estabilidade do país.

Citam-se somente três exemplos, entre muitos outros, da utilização desse marco legal-institucional para limitar os direitos de associação e participação garantidos na Constituição de 1999. Num primeiro momento, a reforma de 2012 do código processual penal impediu que advogados das OSC de defesa dos direitos humanos pudessem exercer a defesa legal das pessoas presas durante os protestos do primeiro semestre de 2014. De maneira similar, durante esse período, a Lei de Combate ao Crime Organizado e ao Financiamento do Terrorismo permitiu a interceptação das comunicações.

Em terceiro lugar, a decisão da Corte Constitucional de 24 de abril de 2014 foi utilizada reiteradas vezes durante mais de um ano para limitar o direito de protestar pacificamente. Autoridades locais governistas negaram-se a dar permissão para a realização de manifestações e marchas em suas jurisdições. Em Caracas, o caso emblemático foi o da prefeitura do município Libertador, que negou entre abril de 2014 e agosto de 2015 todas as solicitações da coalizão de oposição Mesa da Unidade Democrática (MUD) para realizar concentrações ou marchas.

A essas normas legais-institucionais formais acrescenta-se uma figura extrajudicial: os “patriotas cooperantes”. Com fins judiciais, foi criada essa figura, aceita pelos tribunais, através da qual se realizam denúncias anônimas, que têm sido aceitas como “testemunhas sem rosto”.

Esse marco legal e institucional tem como um de seus principais focos as organizações de defesa dos direitos humanos, pois têm sido as mais ativas, especialmente no âmbito internacional, focando-se principalmente na Organização dos Estados Americanos (OEA), mas também levando suas perspectivas e propostas, por exemplo, à Unasul (União das Nações Sul-Americanas). Merece menção especial a saída parcial do país, em 2012, do Sistema Interamericano de

Direitos Humanos. Merecem menção especial as atividades dessas OSC e seus relatórios independentes em várias instâncias da ONU em 2015, que têm atraído tentativas de se desprestigiar essas organizações.

Essas novas estruturas, promovidas com o objetivo de conquistar uma hegemonia de poder, bem como os marcos legais que limitam os direitos de associação e participação, sofreram reação de setores da sociedade civil, além da conformação de novas organizações e formas emergentes de protesto. Portanto, hoje na Venezuela o amplo e plural espaço que se pode chamar de sociedade civil não foi capaz de escapar da polarização política que vive o país.

A situação dos meios tradicionais e das redes sociais

Uma das estratégias fundamentais do governo nos últimos dezesseis anos tem sido construir uma “hegemonia comunicacional”. Vem denunciando constantes ataques, desinformação e participação da imprensa privada em conspirações contra seu projeto político. Em resposta, foram utilizados diferentes mecanismos legais e restritivos para ampliar consideravelmente a penetração de canais oficiais tanto nos meios de comunicação tradicionais como nas redes sociais.

A restrição cada vez maior dos meios tradicionais foi posta em prática por meio de ações legais, limitações à importação de papel-jornal, ausência de anúncios publicitários do governo (principal motor da economia), compra de órgãos de imprensa para que mudem sua linha editorial, proibição de cobertura de ações do governo por parte dos órgãos privados da imprensa etc. Em resumo, os mecanismos utilizados têm sido: (1) limitar as licenças de emissoras de rádio e televisão; (2) restringir o fornecimento de papel-jornal; (3) eliminar os anúncios de órgãos públicos; (4) multas a órgãos da imprensa; (5) promoção de compra de empresas de comunicação por grupos próximos ao governo (The Economist, 2015).

O arcabouço legal que tem permitido um controle cada vez maior sobre os meios de comunicação inclui (Corrales, 2015; IPYS, 2015):

- A Lei Orgânica das Telecomunicações (2000), que autorizou a revogação ou suspensão de concessões de rádio e televisão de acordo com “interesse nacional”.
- A Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão (2004), conhecida como Lei Resorte, que proíbe a disseminação de informação que “promova ou incite” o ódio ou a violência. As definições desses termos acabam dando espaço para a discricionariedade das autoridades. Em 2010, foi ampliada para abarcar a Internet.
- A reforma do Código Penal (2005), que ampliou a definição de desacato para tornar ilegal o “desrespeito” a funcionários públicos, definição que também dá margem à discricionariedade por parte das autoridades. Por esse instrumento também se limitou a possibilidade do uso de espaços públicos para a realização de manifestações.
- A decisão da Corte Político-Administrativa do TSJ (agosto de 2014), estabelecendo que o acesso à informação pública “não pode ser abusivo” — as solicitações de informação não podem obstruir o funcionamento da administração pública.
- A decisão do TSJ (dezembro de 2014) de que a informação relacionada às telecomunicações é um segredo de Estado. A disseminação de alguma informação poderia atentar contra a “segurança da nação”.
- A resolução 009723 do Ministério da Defesa (7 de maio de 2015) que cria a Direção Conjunta de Ciberdefesa.

No caso dos principais canais abertos de televisão, isto levou à autocensura, incluindo a decisão de não cobrir eventos políticos, a ausência de progra-

mação dedicada à análise da realidade política, econômica e social do país, bem como a inexistência de entrevistas com atores políticos e sociais de oposição ao governo.

Em seu estudo, Corrales (2015) mostra que, em 2014, houve uma redução de aproximadamente 50% no número de veículos independentes de jornal e televisão. Portanto, grandes setores da população estão recebendo informação por meio de canais cada vez mais controlados ou pelo governo ou pelo seu principal partido político, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

O diretor do instituto de pesquisa Datanálisis, Luis Vicente León, apresentou no dia 3 de julho de 2015 os resultados do “Estudo de penetração e consumo de notícias” (no 5º Encontro Web 2.0 da Espacio Público). Em relação à censura, 40% acreditam haver censura na imprensa, em especial na televisão e, em menor grau, na Internet. Desses, aproximadamente 70% acham que a censura tem origem no governo, seguido pela autocensura. Isso traz repercussões para a questão do acesso a notícias, já que outra conclusão é que os principais meios pelos quais a população se mantém informada são a tevê aberta, seguida pela tevê por assinatura e a rede social Facebook.

O governo não apenas exerce a “hegemonia comunicacional”, limitando consideravelmente a liberdade de expressão, mas também se autocensura ao não disponibilizar informação, especialmente no âmbito econômico e em relação aos serviços e indicadores de desempenho na área da saúde. Não há dados atualizados da PDVSA (estatal venezuelana de petróleo), do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) ou do Banco Central da Venezuela (BCV). Um exemplo importante é o fato de o BCV não haver publicado, desde o fim de 2014, os dados sobre inflação, escassez e desabastecimento a que está obrigado por lei a informar mensalmente. Esconde informação sobre a grave crise econômica e social. Na área da saúde, por exemplo, não apresenta estatísticas em relação às doenças infectocontagiosas, vacinação e outras informações de interesse público.

Em relação ao acesso à Internet, o Relatório Final 2014 da Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel) (www.conatel.gob.ve/estadisticas-a-

nuales-y-trimestrales) conclui que existem no país 15.960.691 usuários, uma penetração de 60,33%. O órgão destaca que, a partir do terceiro trimestre de 2014, mudou sua metodologia de medição para incluir todos os usuários que possuem um plano de dados em seus telefones móveis. Oficialmente, os assinantes de serviços de Internet totalizam 3.693.310. Os dados não diferenciam por setor social, mas o acesso se concentra principalmente nas zonas urbanas dos estados mais populosos de Miranda e Zulia, bem como na capital Caracas. O acesso é bem menor no interior do país, especialmente nas zonas rurais.

Nos últimos anos houve uma migração importante para as redes sociais que, no caso da Venezuela, não está relacionada unicamente ao acesso a novas tecnologias, mas também à tentativa de contornar as barreiras de controle governamental sobre a informação. Luis Vicente León (Encontro Web 2.0) destacou que, na busca de informação na Internet, “o Facebook é o mais importante”. Segundo levantamento, 52% se informam por essa rede, e 22,6% pelo Twitter. Os chamados “nativos digitais” (jovens) identificam-se muito menos com os meios impressos e com o rádio. Também destaca que 66% utilizam a Internet — “a mídia dos impacientes” — diariamente.

Esse estudo da Datanálisis concluiu que as redes sociais, além do aspecto de modismo, possuem uma ampla aceitação porque são percebidas como um espaço para se opinar e participar. Diante da situação econômica, política e social, León explica que o Twitter se transformou na mídia mais importante para aqueles que se sentem censurados, especialmente os dirigentes políticos que não possuem acesso aos meios tradicionais. De acordo com Szichman (2015), o líder da oposição Henrique Capriles possui 5,1 milhões de seguidores no Twitter, contra 2,3 milhões do presidente Maduro.

Segundo a analista Iria Puyosa (2015), o governo venezuelano ampliou sua presença nas redes sociais com conteúdo político-partidário. Um exemplo é a Red Patria [rede pátria] (redpatria.org.ve), que inclui entre seus serviços o Mochuelo (coruja), que permite relatar situações que violam os direitos do povo e monitoram denúncias em uma “sala situacional” (Puyosa, 2015, p. 16). Dessa

forma, está se criando um instrumento que facilita a vigilância governamental sobre os usuários. Também destaca que a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel) começou a enviar informações sobre as atividades de cidadãos na web ao Serviço Bolivariano de Inteligência (SEBIN), uma polícia política. Além disso, uma análise das contas de diferentes instituições governamentais mostra que, mais do que fomentar o governo eletrônico, elas são utilizadas para fins partidários.

Apesar do controle sobre os meios audiovisuais, as redes sociais e a imprensa nacionais, o governo venezuelano tem possibilitado a criação de redes de influência regional. Nos meios tradicionais, o mais importante é o canal televisivo TeleSur, que possui formalmente como sócios outros governos da região, mas que, na prática, é dirigido pelo governo venezuelano. De maneira similar, foram desenvolvidas plataformas digitais internacionais financiadas pelo governo. Nesse sentido, Sorj (2015) destaca a importância das leis de transparência sobre o uso de recursos públicos para o financiamento dos meios de comunicação, e que também deveriam se aplicar ao apoio direto e indireto dos governos a seus simpatizantes na Internet.

Além disso, como se verá adiante, no Twitter as notícias disseminadas pelo governo são três vezes mais frequentes do que as dos opositores, graças ao uso de *bots*.³ Similarmente, entre março e abril de 2015 o governo encabeçou a campanha #ObamaRepealTheExecutiveOrder, para levantar sanções a sete funcionários venezuelanos por violações de direitos humanos e corrupção (Szichman, 2015). No entanto, não foi feita a entrega off-line das assinaturas do abaixo-assinado durante a VII Cúpula das Américas no Panamá.

Quanto à relação entre os meios tradicionais e as redes sociais, um importante achado do estudo da Datanálisis é que a rádio e a imprensa escrita

3 Contas criadas e operadas de maneira automatizada, sem intervenção humana. São robôs, usuários fantasmas que, no caso do Twitter, retuíam as notícias automaticamente (von Bergen, 2015). Utilizam mecanismos para criar artificialmente *trending topics* ("assuntos quentes"). No caso venezuelano, isso é feito pelo Sistema Bolivariano de Comunicação e Informação (Si-BCI) e pela "máquina governista". Está centralizado num aparato burocrático de propaganda e não possui relação com os ativistas de base das redes (Puyosa, 2015).

geram muitos conteúdos para as mídias de Internet. Desempenham um papel importante no estabelecimento de agendas informativas de mídias virtuais como o *Noticias 24* (www.noticias24.com) e o *La Patilla* (www.lapatilla.com), que são líderes entre os portais de notícias. No caso deste último, há uma orientação política de oposição ao governo.

Esta situação tem levado a Venezuela a se tornar um dos países da América Latina e Caribe com mais obstáculos para o acesso à informação pública e com espaços cada vez mais reduzidos para a liberdade de expressão. Além disso, há um aprofundamento e ampliação da criminalização dos protestos e manifestações de setores sociais. São cada vez mais tensas as relações entre o Estado e a sociedade civil, na medida em que cresce a repressão ao dissenso.

Nesse contexto, as redes sociais passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante, com suas vantagens e limitações. Transformaram-se em meios alternativos de informação, mas também de desinformação. Ao mesmo tempo, sua utilização está sujeita a uma crescente repressão por parte do Estado.

A partir de 2014, a crise econômica, política e social no país se agravou, gerou situações de conflitos e violência, evidenciados em protestos e manifestações dos diferentes setores (off-line), bem como nas redes sociais (online). No contexto do autoritarismo competitivo, este trabalho focará em dois indicadores principais: as restrições ao direito de associação e participação e à liberdade de expressão e acesso à informação pública. Para isso, serão apresentados três estudos de caso.

2. Estudos de caso

Caso 1: Ciclo de protestos de fevereiro a junho de 2014

Antecedentes

Os antecedentes das mobilizações políticas e sociais do ano de 2014 possuem duas origens fundamentais. Em primeiro lugar estão as eleições presidenciais de abril de 2014, convocadas após o falecimento do ex-presidente Chávez. A diferença entre o candidato governista e o da oposição foi de 1,4%, suscitando acusações de fraude eleitoral. As possíveis mobilizações em favor do esclarecimento dessa situação foram evitadas diante do temor de represões violentas. Em segundo lugar estão os comícios municipais em dezembro desse mesmo ano. Do ponto de vista quantitativo, a oposição não teve êxito, pois foram poucos os municípios em que eles ocorreram. Qualitativamente, no entanto, foi exitosa na maioria das prefeituras dos centros urbanos mais populosos do país.

Entre janeiro e junho de 2014, a Venezuela foi palco de um ciclo importante de protestos. Alguns entrevistados (Gómez, 2015; van Berkel, 2015) destacaram que a alta conflituosidade de 2014, sobretudo nos primeiros seis meses, teve uma importante motivação política. No entanto, não se pode negar que a crescente crise social também teve influência nas manifestações.

Nesse sentido, o Relatório 2014 do Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos (Provea, 2015) indica que foi um ciclo atípico, com uma combinação de protestos políticos e de reivindicações sociais e econômicas. O documento destaca que em 2014 se agravou a crise econômica e social que levou a retrocessos das conquistas sociais de anos anteriores. No final do ano, a inflação atingia 68,5%, chegando a 102,2% no segmento de alimentos, levando a importantes retrocessos em relação à diminuição da pobreza. O estudo “Condiciones de Vida de la Población Venezolana 2014” [condições de vida da população venezuelana 2014], que envolveu diversas universidades, esti-

mou que 48,4% dos domicílios venezuelanos vivem abaixo da linha da pobreza. Mantendo-se essa tendência, estima-se que ao final de 2015 haverá a mesma quantidade de pobres que havia no ano 2000.

Para entender a dinâmica política dos eventos de 2014, também é preciso lembrar que em janeiro de 2008 foi criada a Mesa de Unidade Democrática (MUD), uma coalizão envolvendo os principais partidos de oposição, após a crise da anterior Coordenadora Democrática (CD). As respostas aos resultados eleitorais de 2012 e 2013 geraram reações diferentes, que se cristalizaram mais claramente a partir de 2014.

Por um lado, um setor composto por vários partidos e dirigentes da MUD, que insistia num caminho eleitoral para a solução à crescente conflituosidade do país. Por outro, uma liderança centrada em três líderes políticos (Leopoldo López, do Vontade Popular, Antonio Ledezma, da Aliança ao Bravo Povo e María Corina Machado, do Vente Venezuela), que decidiu lançar o que denominaram “La Salida” [a saída]. Essa estratégia centrou-se na análise de que havia uma ditadura no país e que era preciso gerar uma solução imediata. Foram muito ativos no uso das redes sociais como ferramenta para a coordenação de atores e mobilização para os protestos, usando a *hashtag* #lasalida. Do mesmo modo, ampliaram sua agenda para incluir não apenas a proposta da saída do presidente Maduro, como também os problemas econômicos centrados no desabastecimento, escassez e insegurança.

Evolução

O ciclo de protestos do primeiro semestre de 2014 foi inicialmente motivado por problemas de violência urbana. Os protestos tiveram início na Universidade de Táchira após uma tentativa de estupro e logo se espalharam para outras universidades. Com a prisão de vários líderes estudantis, alguns dos quais foram enviados a prisões de segurança máxima, ao tema da violência urbana foi adicionado

nado o da liberação dos estudantes detidos. Em uma manifestação estudantil em Caracas no dia 12 de fevereiro, celebrando o Dia do Estudante, aconteceram as três primeiras mortes. Isso gerou uma intensificação dos protestos.

A agenda dos protestos foi ampliada e diversificou-se, passando a incluir a renúncia do presidente Maduro, a liberação dos estudantes detidos, o fim à repressão, bem como manifestações por temas pontuais, como o desabastecimento, problemas nos serviços públicos (água e energia) e a violência.

Cronologia dos protestos de fevereiro a junho de 2014⁴:

Data	Eventos	Online
4 a 11-fev	Protestos em universidades de Táchira, Caracas, Mérida, Zulia e Coro. Prisão de estudantes	
12-fev a 1º-jun	Marchas e protestos em 38 cidades	
12-fev	Marchas pelo Dia da Juventude. Em Caracas, marchas pró-governo e de oposição. Primeiras mortes (3). Distúrbios e atos de violência. Tribunal ordena a prisão do líder político do partido Vontade Popular (VP), Leopoldo López, pelos crimes de terrorismo, incitação ao crime, danos à propriedade e homicídio, entre outros	Conatel ordena a suspensão da transmissão do canal colombiano NTN24 por sua cobertura dos distúrbios, sob o argumento de fomentar a violência
13-fev	Continuam os protestos para exigir a liberação dos estudantes presos; em vários pontos do país, o tráfego de várias ruas é bloqueado. Também são organizados protestos e manifestações em apoio ao governo	
14-fev		Twitter anuncia o bloqueio do governo ao serviço. A empresa estatal de telefonia, CANTV, negou responsabilidade pela falha na rede. Troca de acusações entre o governo e a mídia sobre contas do Twitter hackeadas (ex.: @NTN24ve, @PartidoPSUV)

4 Fonte: <es.wikipedia.org/wiki/Anexo:Cronolog%C3%ADa_de_las_manifestaciones_en_Venezuela_de_2014>.

Data	Eventos	Online
18-fev	Manifestações e entrega do líder do VP Leopoldo López às autoridades militares	
22-fev	Manifestações “pela paz” tanto da oposição (organizada pela Mesa de Unidade Democrática) quanto pró-governo	
26-fev	“Marcha silenciosa” convocada pela esposa do líder do VP, Leopoldo López; no campo pró-governo, mobilização de camponeses e indígenas em Caracas	Esposa de Leopoldo López convoca via Twitter manifestações em diversas partes do país
27-fev	Governo estabelece a Conferência Nacional de Paz	
28-fev	2ª reunião da Conferência Nacional de Paz; participação de diversos setores empresariais	
12-mar	Marcha estudantil pró-governo para a instauração da Conferência de Paz estudantil	
13-mar	Decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ): prefeitos devem garantir o livre trânsito e evitar a colocação de barricadas em vias públicas. Tal decisão será utilizada para prender, processar e destituir do cargo dois prefeitos da oposição (San Cristóbal, em Táchira, e San Diego, em Carabobo)	
14-abr	Reunião televisionada do início do diálogo entre funcionários do governo e representantes da MUD. Patrocinada por três chanceleres da Unasul (Brasil, Colômbia e Equador) e o núncio apostólico. Objetivo: parar a violência. Foi a única reunião de diálogo público	
15-abr	Primeira sessão de trabalho com o vice-presidente para continuar o diálogo	
18-abr	Reunião privada da MUD com três chanceleres da Unasul e o núncio apostólico. Objetivo: explicar as razões para a suspensão do diálogo com o governo	
Abril a maio	Estabelecimento de “acampamentos pela liberdade” em várias partes do país. Em Caracas, os mais emblemáticos: em frente ao escritório do PNUD, na Praça Alfredo Sadel e na Praça Bolívar de Chacao	
24-abr	Decisão do TSJ: qualquer concentração, manifestação ou protesto pacífico deve obter autorização prévia das autoridades (prefeitos ou governadores)	

Data	Eventos	Online
8-mai	Operação da Guarda Nacional Bolivariana e da Polícia Nacional Bolivariana para dismantelar os acampamentos de estudantes. Prisões em massa	
12-mai	Mobilizações em todo o país para comemorar os três meses de protestos (12-fev a 12-mai)	
19-mai	Ministério de Interior, Justiça e Paz cria uma brigada especial contra grupos violentos	
22-mai	18 universidades públicas e privadas começam uma greve de 24 horas para exigir a libertação de estudantes presos	
30-mai		Movimento estudantil convoca via Twitter uma manifestação para o dia 1º de junho em repúdio à prisão de jovens em protestos
1º-jun	“Marcha dos valentes”	

De acordo com o relatório anual de 2014 da Provea (2015), 93% das manifestações foram pacíficas. Ocorreram em pelo menos dezesseis estados, e calcula-se que tenha tido a participação de cerca de 800 mil pessoas em todo o país. Algumas das convocatórias online foram virais, outras, ignoradas. Entre as formas mais importantes de protesto estavam: marchas, concentrações, vigílias, assembleias e acampamentos. Embora minoritárias, as “barricadas” (*guarimbas*)⁵ conseguiram maior cobertura por parte da mídia, embora a Provea estime que somente 2,5% dos manifestantes (por volta de 20 mil) tenham utilizado esse mecanismo para impedir o livre trânsito.

De acordo com a Procuradoria Geral da República, durante esse ciclo de protestos, 43 pessoas foram mortas, além de mais de uma centena de feridos e mais de três mil prisões. De acordo com a ONG Foro Penal, permanecem ainda detidas cerca de 75 pessoas. Nesse contexto, uma experiência interessante e inédita no país foi a utilização das redes sociais, em especial o Twitter, para

5 Fechamento de ruas para impedir o trânsito.

se informar sobre o lugar de detenção das pessoas presas pela Guarda Nacional Bolivariana e a Polícia Nacional Bolivariana durante os diversos protestos e manifestações. Foram especialmente ativas as contas @CDH_UCAB (Centro de Direitos Humanos da Universidade Católica Andrés Bello), @_Provea (Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos), @PorHumanidad (Foro Penal Venezuelano, uma ONG de defesa dos direitos humanos) e @espaciopublico (ONG defensora da liberdade de expressão e acesso à informação).

Conclusão

Esse ciclo de protestos e manifestações, com seus componentes tanto off-line como online, caracterizou-se pela descentralização e improviso, com poucas possibilidades de se sustentar por um longo período. Muitos dos protestos aconteceram de maneira improvisada por grupos de vizinhos, estudantes e jovens, não por OSC consolidadas. E, como ressalta Luis Gómez (2015), “foi pouca a contribuição de ‘novas’ organizações”.

As redes sociais foram importantes para a chamada aos diferentes protestos ao longo de 2014. O relatório anual de 2014 da Provea (2015) destaca a produção de um “feito modelo”, que permitiu a difusão de mecanismos de protestos que foram replicados em outras partes do país.

É importante a constatação do relatório da Provea de que foram observadas novas características nos protestos de 2014. Foram “descentralizados, diversificados, convocados por meio das redes sociais e, em sua maioria, pacíficos” (p. 319). Também destaca que o governo deu continuidade à tendência de anos anteriores de não respeitar a liberdade de associação e reunião consagradas na Constituição de 1999, bem como a discriminação por razões políticas.

A maioria dos especialistas que entrevistamos ressaltam que o ciclo de protestos de 2014 girou em torno de dois eixos fundamentais. Em primeiro lugar, esteve fortemente relacionado à proposta de um setor político da oposição: La Salida. Deborah van Berkel (2015) destacou que, em vez de uma nova dinâ-

mica, refletiu uma “dinâmica política conduzida por um segmento das forças opositoras tradicionais”.

Em segundo lugar, ocorreram protestos espontâneos de diferentes setores, alguns articulados por organizações de base como associações de transportadores, organizações de bairro, em torno de questões pontuais como violência urbana, ausência de serviços públicos e problemas de desabastecimento (Gómez, 2015).

Com relação à cooptação desses movimentos por parte de outros atores, como o governo ou os partidos da oposição, foram três as principais interpretações por parte dos entrevistados. Em primeiro lugar, as OSC de longa trajetória mantiveram sua autonomia, pois possuíam objetivos e estratégias bem definidos. A maior parte das OSC e das redes de longa trajetória não participaram dessas convocatórias.

Em segundo lugar, nesse ciclo, muitos dos líderes, especialmente no âmbito do movimento estudantil, possuíam filiações políticas com o partido Vontade Popular e o movimento Vente Venezuela, de maneira que não representavam um setor autônomo do movimento. Em terceiro lugar, movimentos como o das “vítimas das barricadas [*guarimbas*]⁶ foram criados e mantêm até hoje uma relação próxima com o governo (Gómez, 2015), refletindo uma ausência de independência.

No entanto, diante desses indicadores de cooptação, também se destacou que as manifestações poderiam sinalizar o começo da abertura de um espaço que promova a superação da polarização política através de diálogos entre setores que não se identificam com o governo nem com a oposição (Uzcátegui, 2015; Torrealba, 2015). Perspectiva essa de médio prazo, já que os protestos e manifestações ainda são vistas sob a lente do “chavismo vs. antichavismo” (Uzcátegui, 2015). Uzcátegui (2015) destacou que o falecimento do ex-presidente Chávez abriu espaço para o surgimento de outras formas de participação e mo-

6 Tradicionalmente, em um idioma indígena, *guarimba* significa “território”. Foi a partir de um jogo infantil que passou a denominar um refúgio, lugar onde se proteger para não ser capturado. Durante os protestos, há muitos anos, o termo é usado para denominar as barricadas que fecham as ruas e impedem o trânsito.

bilização não vinculadas aos dois polos que predominaram durante os últimos dezesseis anos, refletidas em mobilizações cidadãs descentralizadas, como as vistas nos protestos de 2014, durante as quais nem o governo nem a oposição souberam como responder adequadamente. Nessa era pós-Chávez, Uzcátegui (2015) defende a importância dos chamados “nem-nem” (nem chavistas, nem antichavistas) e um possível renascimento dos movimentos sociais autônomos.

No entanto, Pedro Pablo Peñaloza (2015) argumenta que a ausência de institucionalização e a polarização tornam difícil a construção, no curto prazo, de um espaço autônomo. Esse espaço autônomo também é dificultado por limitações administrativas, legais e fiscais impostas pelo governo (Torrealba, 2015).

As respostas dos especialistas entrevistados apontam para três tipos fundamentais distintos de mecanismos utilizados para responder à crescente conflituosidade política e social do primeiro semestre de 2014.

Repressão

- Vigilância e hostilização de cidadãos que não compartilham do projeto governista
- Provocação e agravamento do confronto
- Promoção de violência política
- Intimidação simbólica e física; punições exemplares (Uzcátegui, 2015)
- Militarização e instalação de um Estado policial (Uzcátegui, 2015)

Provea (2015) ressalta que 2014 foi um ano de crescente conflituosidade social e política, que recebeu respostas não democráticas e, em especial, uma crescente militarização, bem como a desqualificação do trabalho das ONG. Um elemento fundamental foi a delegação de funções de manutenção da segurança e da ordem pública a grupos civis próximos ao governo. Foram notórios os casos em que grupos paramilitares e civis armados foram usados para controlar os protestos e reestabelecer o controle territorial. Segundo a Provea, está se ins-

taurando um “Estado policial” por meio da cooptação de organizações sociais para desempenhar funções de segurança.

Para a Provea e vários entrevistados, é grave o crescente uso da figura do “inimigo interno” para justificar a repressão contra manifestantes, opositores ou cidadãos em geral que se mostram em desacordo com as políticas do governo.

Além disso, o relatório da Provea constatou o uso excessivo da força durante o ciclo de protestos. A maior parte das denúncias recaem sobre a Guarda Nacional Bolivariana, um componente das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), e incluem a utilização de armas de fogo e substâncias tóxicas, tortura e tratamento cruel e desumano expressamente proibidos pela Constituição de 1999.

A Provea também relata que, em 2014, houve 2.015 vítimas de violações de integridade pessoal, representando um aumento de 480,9% em relação ao ano anterior. As denúncias de torturas aumentaram 137%, com 185 vítimas em 2014. Com relação ao tratamento cruel e desumano, o aumento em relação a 2013 foi de 147%, e o aumento do número de feridos foi de 284,9% em relação ao ano anterior. A maior parte desses casos denunciados ocorreram durante as manifestações de 2014.

A Provea (2015) afirma que recebeu denúncias de 3.459 casos de violação da liberdade individual durante as manifestações e greves de trabalhadores, representando 96,2% do total de violações da liberdade individual durante 2014 e um aumento de 974% das prisões durante manifestações em comparação com 2013.

Judicial

- Criminalização da dissidência e dos protestos
- Perseguição judicial
- Utilização da justiça civil e militar; utilização de figuras como “traição da pátria”, “terrorismo” e “desestabilização da ordem”

- Tentativas de limitar as fontes de financiamento das OSC e de criminalizar as que fazem uso de cooperação internacional

Em relação aos protestos entre fevereiro e maio de 2014, o relatório anual de 2014 da Provea (2015) destaca que 3.459 pessoas foram processadas criminalmente por participar das manifestações. Foram efetuadas mais prisões em 2014 do que durante todos os protestos ocorridos nos 25 anos anteriores. A Provea considera haver, em 2014, seis casos e dez vítimas de prisão ou privação de liberdade por razões políticas, um aumento de 1.000% em relação a 2013.

No entanto, o relatório anual de 2014 da Provea (2015) destaca que a mídia e as redes sociais produziram um superdimensionamento da violência nos protestos. Isso forneceu ao governo uma justificativa para a repressão violenta, que demonstrou “a ausência de uma cultura democrática para gerar as condições que permitam o exercício pleno do direito à manifestação pública” (p. 25).

Comunicacional

- Desqualificação das OSC autônomas
- “Silenciar”, ignorando demandas e denúncias

Um fator importante destacado por vários especialistas é a “invisibilidade” dos protestos e dos setores opositores, sobretudo por meio do controle cada vez mais amplo do governo sobre os meios de comunicação.

A resposta majoritária por parte dos setores políticos integrados à MUD foi focada nas eleições parlamentares, que foram posteriormente anunciadas pelo CNE para o dia 6 de dezembro de 2015. Luis Gómez (2015) argumentou que vários partidos da MUD manifestaram sua preocupação com as abordagens da estratégia La Salida, especialmente pela possibilidade de agentes infiltrados incitarem a violência em protestos pacíficos, o que de fato aconteceu em diversas ocasiões. Gómez destacou que os partidos que promoviam esses protestos dispunham de pouca capacidade para orientar os diferentes grupos, devido ao

caráter espontâneo e pouco organizado. Isso logo levaria à frustração e terminaria em passividade. A proposta de um Congresso de Cidadãos e a coleta de assinaturas para iniciar a constituição de uma Assembleia Constituinte não obtiveram êxito.

Entre os entrevistados houve um consenso de que o ciclo de protestos do primeiro semestre de 2014 esteve associado principalmente à estratégia *La Salida* e de que a maioria das OSC e partidos políticos não participaram. Não se espera que tenham um maior impacto na futura dinâmica política do país (Gómez, 2015), mas, sim, que tenham aberto o caminho para que o governo conseguisse estigmatizar as OSC, especialmente aquelas dedicadas à defesa dos direitos humanos. De maneira similar, os especialistas entrevistados concordaram que os movimentos espontâneos possuem pouca possibilidade de se converter em atores organizados e influentes no curto prazo. Veem como factível que, frente aos múltiplos obstáculos institucionais e jurídicos e à hostilização governamental, as OSC de longa trajetória continuem desenvolvendo seu trabalho.

Rafael Uzcátegui (2015) destacou que, atualmente, qualquer mobilização ou protesto é visto pelo governo como uma ameaça, o que é negativo para o desenvolvimento de novos atores sociais, uma vez que promovem estratégias mais de confronto que de proposição. A principal tarefa das OSC e dos novos atores é desenvolver massa crítica para gerar as condições para uma transição democrática, o que constitui atualmente o melhor cenário diante da crise econômica, política e social. É necessária uma mudança de “pensamento organizacional”, que faz parte de uma futura reconstrução de movimentos autônomos. É preciso que as OSC se fortaleçam internamente, que definam seus objetivos para poderem desenvolver suas estratégias de atuação frente ao Estado (Peñaloza, 2015).

O movimento estudantil desempenhou um papel importante nas mobilizações de 2014. Um estudo de Corrales (2014) observa que o governo construiu uma narrativa segundo a qual as mobilizações eram lideradas por estudantes de classe média. No entanto, observou Corrales, foram diversos os setores so-

ciais envolvidos. Ainda mais importante, ao contrário do ocorrido durante os três governos do falecido presidente Chávez, o presidente Maduro não foi capaz de mobilizar os setores populares em sua defesa. Apesar das forças do Estado, especialmente da Guarda Nacional Bolivariana, teve que recorrer a grupos paramilitares (os chamados “coletivos”).

Nesse sentido, é importante levar em consideração o papel desses grupos civis armados e seu uso na repressão às manifestações. Foram registrados até mesmo casos de execução de jovens de classes mais pobres devido a sua participação em movimentos estudantis de oposição ao governo. Nas classes populares assistiu-se a um controle político por parte de grupos paramilitares para desarticular mobilizações e protestos sociais.

De acordo com os últimos resultados da pesquisa do Centro de Estudos Políticos da UCAB, entre as instituições que recebem mais de 50% de aprovação se encontram, nessa ordem, o movimento estudantil, as universidades e as igrejas. Outras instituições, como o governo nacional e os governos locais, os meios de comunicação, partidos políticos e a Força Armada Nacional recebem menos de 50%.

Nesse período de conflitos, cabe destacar dois acontecimentos que, esperava-se, poderiam contribuir para superar a polarização e confrontação e iniciar um caminho de diálogo. O primeiro, a mediação da Unasul junto à Igreja Católica, que teve curta duração. Após o fracasso dessa, os olhos se voltaram para a renovação política da Assembleia Nacional em dezembro de 2014. Similamente, a necessidade de preencher as vagas do Tribunal Supremo de Justiça e renovar os quadros da Procuradoria Geral da República, da Controladoria Geral da República e da Defensoria Pública, oferecia a oportunidade de um espaço de diálogo, de conseguir consensos e iniciar um processo de autonomia dos poderes do Estado.

No entanto, ambas as oportunidades foram frustradas pelo governo. Após uma primeira reunião televisionada entre representantes do governo e da oposição, foram poucos os avanços para se estabelecer um diálogo. Apesar das

várias visitas posteriores tanto do secretário-geral da Unasul quanto da *troika* de chanceleres (Brasil, Colômbia e Equador), as conversações não foram retomadas, ainda no contexto da crise econômica e social enfrentada pelo país.

No segundo caso, o governo não propiciou um diálogo e, muito menos, a busca de um consenso. Como em ocasiões anteriores, com sua maioria parlamentar e o domínio sobre o TSJ, impuseram seus candidatos para todos os cargos. Uma política *gattopardiana*, onde se realizam mudanças para que tudo permaneça igual.

Caso 2: #SOSVenezuela: Denúncia e alerta à comunidade internacional

Antecedentes

Uma pesquisa na Internet mostra que a primeira menção é de um venezuelano em Barcelona, na Espanha, que cria o S.O.S Venezuela no dia 7 de junho de 2009. Observa que é um novo movimento e anuncia a publicação de seu blog. Teve poucas visitas, e nada indica que tenha relação com o que se transformaria, em 2014, em um importante símbolo do ciclo de protestos na Venezuela.

Tudo parece indicar que começou com uma *hashtag* criada para seguir os protestos iniciados em fevereiro e a repressão por parte das forças do Estado. Assim nasceu o #SOSVenezuela. É um caso interessante por duas características fundamentais. Em primeiro lugar, foi adotado livremente por diferentes grupos, indivíduos e até mesmo pelo partido político Vontade Popular. Em alguns casos, foi utilizado para convocar protestos e manifestações pelas redes sociais. Assim, sob o guarda-chuva S.O.S Venezuela foram desenvolvidas diversas iniciativas não relacionadas entre si.

Em segundo lugar, trata-se, em grande medida, de um alerta à comunidade internacional. É interessante observar seu uso para a realização de denúncias e obtenção de apoios no exterior, bem como para a convocação de protestos de

venezuelanos em diferentes países. O S.O.S é um código internacional que passa uma mensagem de emergência e da necessidade de ajuda urgente. A mensagem era, portanto, que a Venezuela necessitava de assistência urgente, dada a crise econômica, política e social e a crescente repressão pelas forças do Estado.

Evolução

Como se observou, foi um código adotado por diferentes atores durante os protestos iniciados em fevereiro de 2014. Foi utilizado em diferentes redes sociais como *hashtag* — no Twitter, em páginas do Facebook e até mesmo em vídeos do YouTube —, que faziam referência ao S.O.S Venezuela. A maior atividade dessas iniciativas se concentrou entre fevereiro e junho de 2014, mas algumas delas ainda seguem ativas.

A seguir veremos que, em alguns casos, as redes sociais foram utilizadas para convocar e informar sobre atividades de protestos e manifestações⁷ e, em outros, mais como canais de denúncias online sobre a situação do país. As redes sociais mais importantes utilizadas durante esse período foram as páginas web, o Facebook, o Twitter e o YouTube. Entre seus principais expoentes:

Páginas web:

sosvenezuela.info

É uma página de informação sobre os acontecimentos na Venezuela, especialmente durante o ciclo de protestos do primeiro semestre de 2014. É um portal em espanhol e em inglês. Foi criado em 2014 e, com base na seção “classificados” de sua versão em espanhol, podemos inferir que foi criado

7 O S.O.S foi usado especialmente entre fevereiro e abril. Um vídeo do YouTube de 21 de abril mostra a resposta do presidente Maduro, embora não esteja claro se foi falta de informação sua ou uma brincadeira sua. Parecia confundir o S.O.S com o verbo “ser” em espanhol argentino: “SOS Venezuela. Quê? Eu diria, fascista: vocês não são Venezuela, vocês são gringos”.

por membros da comunidade venezuelana do estado da Flórida nos Estados Unidos, onde há uma comunidade venezuelana importante.

As duas seções mais importantes são as de opinião e de notícias, todas assinadas, mas que são difíceis de se diferenciar pois, mais do que notícias, são também textos que refletem as opiniões de seus autores sobre algum acontecimento na Venezuela. Cabe destacar que a versão em inglês não recebe atualização há mais de um ano. A última atualização do conteúdo em espanhol, até a data de conclusão deste texto, era do dia 31 de agosto de 2015.

www.sosvenezuela.com

Seu único conteúdo é a mensagem do dirigente preso do partido Vontade Popular, Leopoldo López. É um vídeo gravado e amplamente difundido em março, antes de iniciar uma greve de fome.

www.sosvenezuela.net

Conteúdo de 2013. Não tem sido atualizado.

Facebook:

www.facebook.com/sosvenezuela2014



É a iniciativa mais ativa que faz parte do que parece ser um movimento global. Em sua página se observa que:

A SOS Worldwide é uma organização independente e sem fins lucrativos que aumenta a visibilidade e o debate público em torno dos abusos aos direitos humanos em todo o mundo por meio do uso de estratégias inovadoras de mídia social, utilizando redes de analistas, especialistas em tecnologia, jornalistas e advogados para reduzir as limitações de recurso, tempo e dinheiro que impediriam essas vozes de serem ouvidas.

Destaca-se que o S.O.S Venezuela é o primeiro projeto dessa iniciativa global e que obteve um grande êxito. A maior parte de suas publicações são artigos de diferentes fontes sobre os acontecimentos na Venezuela. Até a data de conclusão deste texto, a última publicação se referia ao problema da escassez de produtos no interior do país, e a página possuía quase 220 mil curtidas.

www.facebook.com/sosvenezuelaamerica (SOS Venezuela of America)

Foi criada em 24 de fevereiro de 2014 para apoiar e difundir o movimento #SOSVenezuela entre venezuelanos residentes em diferentes cidades dos Estados Unidos. Diversas pessoas com presença na Internet foram convidadas a contribuir com seu conteúdo. Até a data de conclusão deste texto, sua última publicação era de 1º de maio (Dia do Trabalho), quando mudou seu perfil. Antes disso, era de 24 de julho de 2014, com uma mensagem que resenhava um artigo do *Wall Street Journal* sobre o início do julgamento do líder preso do Vontade Popular, Leopoldo López.

Sua maior atividade foi durante os meses de protesto entre fevereiro e junho. Suas convocatórias online mais importantes para atividades presenciais de protesto foram:

Data	Manifestação/protesto
24 de junho	Marcha convocada em Caracas pelo partido Vontade Popular
24 de maio	Marcha pelos 100 dias de protestos realizada em todo o país
16 de abril	Calendário de atividades de protestos durante a Semana Santa
22 de março	Manifestação do Vontade Popular

Seus principais conteúdos podem ser classificados em três grandes categorias. Em primeiro lugar, vídeos de diferentes enfrentamentos entre manifestantes e forças do Estado. Em segundo lugar, materiais tanto visuais quanto comentários sobre atividades do líder do Vontade Popular Leopoldo López e, em menor medida, sobre a líder do Vente Venezuela, María Corina Machado. Em terceiro, vídeos fazendo alusão a situações individuais (ex.: “Trip to Freedom Miami-Washington, D.C. In Venezuela. May 9, #SOS Venezuela”), bem como reproduções de diferentes notícias dos meios de comunicação.

Nessa conta de Facebook, chama a atenção a baixa quantidade de comentários e baixo número de compartilhamentos do conteúdo.

Twitter:

#SOSVENEZUELA

Desangra Venezuela (@SOSvenezuela). Possui pouco mais de sete mil seguidores e continua sendo atualizada regularmente.

Nesse caso, é interessante destacar que o S.O.S Venezuela é assumido de forma individual por diferentes pessoas. Destacam-se @orlansoco (SOS VENEZUELA) com mais de 6 mil seguidores e @jeanhirzel (SOS Venezuela) com cerca de 200 seguidores.

Também se utilizou a ferramenta Zello para a formação de um grupo de chat online: @ZelloVzlaSOS, que se autodenomina o canal Venezuela SOS.

YouTube:

SOS Venezuela

GabrielaMonteroTV

24 de febrero de 2014

Conclusão

Como observou Sorj (2015), esse é um bom exemplo do aspecto conjuntural de alguns desses movimentos online que atingem seu auge em um período de conflitos e são utilizados para promover atividades off-line, mas que depois praticamente desaparecem. Como se pode ver, sua atividade mais permanente é via Twitter. Como argumenta Sorj, as campanhas puramente online não parecem produzir efeitos diretos importantes sobre a esfera política, embora seja mais efetiva a utilização de meios virtuais para organizar e mobilizar manifestações de rua. Nesse sentido, a revisão dos diferentes espaços online mostra uma diminuição em sua atividade após o fim do ciclo de protestos do primeiro semestre de 2014. É importante notar como o S.O.S Venezuela esteve intimamente associado aos protestos políticos contra o governo. Embora os protestos sociais, também descentralizados e atomizados, tenham aumentado nos primeiros oito meses de 2015 (www.observatoriodeconflictos.org.ve), a maior parte das redes sociais que utilizam o #SOSVenezuela não participou de sua difusão.

Caso 3: Jornalismo alternativo: *Efecto Cocuyo* e *Crónica Uno*

Antecedentes

Em reportagem, Arocha (2015) observa que, desde 2009, foram fechados 63 órgãos de imprensa devido a pressões governamentais e, no caso dos

meios impressos, pela falta de papel. Essas medidas foram tomadas sobretudo nos estados onde a oposição possui mais força. Nos últimos cinco anos, 25 veículos mudaram de dono. Em muitos casos, não se sabe quem são os novos proprietários, mas mudanças na linha editorial apontam para uma proximidade com o governo.

Essa tendência tem levado à diminuição cada vez maior do número de órgãos independentes de imprensa. Segundo o relatório de 2014 do escritório venezuelano do Instituto Prensa y Sociedad (IPYS) (2015), houve no país um “apagão informativo”. O poder público foi responsável pela maior parte dos casos de violação da liberdade de expressão, sendo o poder Executivo o responsável em 85,8% desses casos.

O IPYS observa que em vários órgãos de imprensa houve censura interna por parte da direção. De maneira similar, durante os protestos do primeiro semestre de 2014 houve um *blackout* na Internet, pois as comunicações foram parcialmente bloqueadas, especialmente as do Twitter. O IPYS relata o bloqueio de pelo menos 454 páginas web na Venezuela.

Somam-se a isso as campanhas de difamação promovidas pela mídia oficial e pelo governo e uma criminalização da imprensa estrangeira. Durante o ciclo de manifestações, impediu-se a cobertura e houve prisão de jornalistas e suas equipes. A maioria dos meios de imprensa afetados foram os órgãos privados, seguidos pelos estrangeiros. Quanto ao formato, as políticas governamentais focaram na restrição à informação de meios impressos, seguidos pelos televisivos.

Diante desse crescente “cerco informativo”, houve um pico na utilização do ciberespaço. A informação online transformou-se no principal instrumento de comunicação alternativa. Nesse sentido, os principais espaços virtuais foram se especializando. Alguns são agregadores de notícias, como o *La Patilla* (www.lapatilla.com), outros disponibilizam análises, como o caso do *Prodavinci* (prodavinci.com). Surgiram também portais com foco em jornalismo investigativo, como o *Poderopedia* (www.poderopedia.org), o *Armando* (www.armando.info) e o *Efecto Cocuyo* (www.efectococuyo.corm).

A polarização política também está presente nas redes sociais. O governo do presidente Maduro desenvolveu uma série de portais, tanto nacionais quanto internacionais. No âmbito nacional, atualmente conta com o *Contrapunto* (contrapunto.com) e o *Misión Verdad* (misionverdad.com). Cabe destacar que o que foi, até cerca de seis meses atrás, o portal mais importante do governo, *Aporrea* (www.aporrea.org), reflete atualmente a dissidência interna dentro do chavismo. O IPYS observa que essa transição da mídia impressa para a digital tem sido mais uma resposta à situação do país do que o produto de uma estratégia comercial.

Evolução

A seguir são apresentados os casos de mídia alternativa que começaram suas atividades nos primeiros meses de 2015. Um é o *Efecto Cocuyo*, mais orientado a um público intelectual de classe média, e o outro, a *Crónica Uno*, iniciativa da OSC Espacio Público, mais orientada às classes populares. Ambos se apresentam como formatos que permitem desenvolver e difundir o jornalismo na web.

Efecto Cocuyo (www.efectococuyo.com, @efectococuyo)

Diante do que tem sido chamado de “hegemonia comunicacional” do governo que, como se observou anteriormente, inclui a censura, a autocensura e a aquisição de meios de comunicação supostamente ligados ao governo, surge esse projeto, que busca desenvolver um jornalismo independente em mídia digital. Diante do apagão de informações no país, seu slogan é “jornalismo que ilumina”.

Inicia suas atividades em janeiro de 2015, e se define como um modelo de empreendimento feito por jornalistas. Suas duas fundadoras são jornalistas com ampla trajetória na mídia impressa do país, ambas com reconhecimento importante nos meios de comunicação e prêmios nacionais de jornalismo. Laura Weffer, cuja ampla experiência inclui os meios impressos *El Nacional* e *Tal-*

Cual, teve que deixar o Últimas Noticias, o diário de maior circulação nacional, após uma reportagem investigativa sobre os protestos de fevereiro de 2014. Um de seus trabalhos sofreu censura por parte do diretor do jornal, momento em que decide pedir demissão. Luz Mely Reyes foi diretora do *Diario 2001* e também deixou esse meio nos primeiros meses de 2014, quando foi instaurado um processo judicial contra ela por conta de uma matéria sobre problemas no fornecimento de gasolina.

O *Efecto Cocuyo* começou no Twitter no dia 8 de janeiro de 2015. Um ano depois, conta com mais de 76 mil seguidores. No dia 22 de janeiro do mesmo ano lançaram seu portal (www.efectococuyo.com). Atualmente, também possuem presença no Facebook, Instagram, WhatsApp e correio eletrônico.

O objetivo central desse projeto é realizar um jornalismo independente, centrado na investigação, na análise e na explicação dos fatos. Suas editoras conferem um lugar especial à recuperação da ética jornalística. Buscam incorporar jornalistas jovens. Até março de 2015, contavam com mais de 8 repórteres, que compartilham conhecimento e aprendizagem com comunicadores sociais de trajetória mais longa.

Não é um agregador de notícias. Todos os seus conteúdos são reportagens, resenhas, investigações, análises e artigos de opinião feitos por membros de sua equipe. Algumas de suas notas são assinadas coletivamente por @efectococuyo, outras possuem autoria individual.

Conta com seis seções principais. Como reflexo da situação do país, as três mais importantes são:

- 1. Efecto Cocuyo:** é a seção central, onde ficam as notícias diárias, bem como reportagens especiais e notas de investigação, que posteriormente são incluídas nas seções especializadas.
- 2. Politikom:** como seu nome indica, é responsável por difundir e analisar as notícias políticas, tanto nacionais como internacionais. Um dos principais temas abordados é a liberdade de expressão.

3. La Cartera: inclui notícias sobre diferentes aspectos econômicos, tanto nacionais como internacionais, especialmente aqueles que repercutem sobre a dinâmica nacional. Apresenta dados e estatísticas sobre organizações multilaterais e o sistema financeiro internacional.

As demais são:

4. La Humanidad: oferece notícias sobre aspectos sociais (educação, saúde, segurança, entre outros), atividades comunitárias e depoimentos pessoais sobre diferentes acontecimentos. Essa seção deu ampla cobertura aos protestos do período entre fevereiro e junho de 2014.

5. La Peña: inclui artigos de opinião e análise, bem como entrevistas com especialistas de diferentes temas.

6. Cocuyo Electoral 6D: orientado para disseminar informação sobre o processo de eleições parlamentares do dia 6 de dezembro de 2015.

O portal está localizado na Venezuela. O financiamento desse projeto se mostrou uma experiência nova no país. Com o intuito de manter seu objetivo de independência jornalística, não se buscou o financiamento de grupos econômicos nacionais ou estrangeiros. Para garantir sua sustentabilidade, defende-se a necessidade de microfinanciamento. Operam uma campanha #apoyoeffectococuyo (apoio o *Efecto Cocuyo*) para a busca de recursos tanto no âmbito nacional quanto internacional. Uma de suas diretoras observou que haviam sido arrecadados fundos suficientes para continuar operando durante todo o ano de 2015.

Desenvolveram uma campanha inovadora em nível nacional para buscar recursos financeiros entre as classes populares de Caracas.⁸ Mais do que contribuições para o portal, foram realizadas atividades presenciais que buscavam disseminar o projeto e seu perfil nas redes sociais.

8 www.youtube.com/watch?v=ELgr5uEBJ8k

Essa recente iniciativa também concebeu uma série de projetos com a finalidade de promover atividades nas seguintes áreas:⁹

- Criação de um centro de treinamento para jornalistas. Consideraram como central a inclusão de profissionais do interior. Em 2015 promoveram uma escola de verão em parceria com a Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), focado no jornalismo com uso de celular.¹⁰
- Estabelecimento de parcerias com outros órgãos de imprensa para a cobertura das eleições parlamentares de 6 de dezembro de 2015.
- Venda de produtos como *podcasts* e outros, bem como a realização de conferências e palestras.

Como se pode ver, é uma iniciativa orientada ao jornalismo investigativo e a um público que considera que os meios tradicionais, especialmente por conta da censura do governo e da autocensura, já não proveem informação sobre a realidade do país.

Crónica Uno (www.cronica.uno, @CronicaUno)

Com o objetivo de refletir com maior profundidade o que ocorre nas classes populares, surge o *Crónica Uno*, cujo lema é “os fatos como são”. Também é um projeto de um grupo de jornalistas que se inicia em 2015, sob a coordenação da OSC Espacio Público. Em sua conta no Twitter, que até a data de conclusão deste texto contava com quase 25 mil seguidores, afirmam que estão “em-

9 Weiss, Jessica, “New site *Efecto Cocuyo* takes on independent reporting in Venezuela”, *International Journalists’ Network*, 18 de março de 2015. Disponível em: <ijnet.org/en/blog/new-site-efecto-cocuyo-takes-independent-reporting-venezuela>.

10 www.efectococuyo.com/apoyoalperiodismo/efecto-cocuyo-y-la-ucab-te-invitan-a-postularte-al-taller-periodismo-con-telefono-movil

penhados em informar, com veracidade, os fatos sobre as comunidades, sem censura ou pressão”.

Sua página web está dividida em cinco sessões:

- 1. Acontecimientos:** está dividida em três subseções — *Así lo vivieron* [assim aconteceu], *Hay que saberlo* [você tem que saber] e *Ojo Pelao* [fique de olho]. Em vez de repórteres policiais e de outros acontecimentos, como na imprensa tradicional, foca em testemunhos sobre situações de insegurança e informações que ajudem a prevenir a violência e identificar regiões e mecanismos utilizados por grupos criminosos.
- 2. Comunidad:** foca em testemunhos de pessoas de diferentes comunidades em relação aos seguintes temas: *Nuestro Barrio* [nosso bairro], *Emprendedores*, *En Clases* [nas salas de aula], *Vida y Salud* [vida e saúde] e *Zona Pública* [áreas públicas]. Com essa seção, cumpre um de seus principais objetivos, que é dar voz aos protagonistas, enfatizando os sucessos e aspectos positivos dos integrantes das diferentes comunidades.
- 3. Economía:** visa fornecer explicações sobre a situação econômica do país, como isso afeta as classes populares e faz recomendações sobre como enfrentar a situação. Está dividida em três subseções: *Mi Monedero* [meu bolso], *Grandes Cuentas* [macroeconomia] e *En Gotas* [entenda].
- 4. Política:** fornece informações e debates em torno de cinco temas: *Parlamentarias 2015* [eleições parlamentares de 2015], *Nacionales* [questões nacionais], *Justicia* [justiça], *Debate Democrático* e *Yo Participo* [participação popular].
- 5. Deportes:** centrada em notícias sobre beisebol e futebol.

Também possui presença no Facebook, YouTube, Instagram e Flickr.

Conclusão

A nova mídia alternativa se desenvolveu frente não apenas ao domínio cada vez maior do governo sobre os canais informativos tradicionais, mas também à expansão de sua presença nas redes sociais por meio do uso de recursos financeiros, tecnológicos e humanos. É difícil prever seu futuro, que depende das circunstâncias políticas do país, além do enfrentamento de obstáculos como a limitação de recursos, que gera dúvidas sobre sua sustentabilidade.

3. Reflexões finais

Os desafios das redes sociais no contexto do autoritarismo competitivo

Com relação à utilização das redes sociais por parte das OSC, há duas perspectivas. Em primeiro lugar, é inquestionável a importância que têm entre os novos atores, especialmente no movimento estudantil e entre os jovens. Entretanto, Rafael Uzcátegui (2015) observou que surgiram novas organizações com um uso importante das redes sociais, mas que enfrentam limitações na produção de conteúdo.

Em segundo lugar, sua utilização por parte das OSC e redes mais tradicionais ainda é “tímida e incipiente”, pois geralmente se limita aos momentos cruciais de denúncia ou de campanhas de solidariedade, de forma não sistemática (van Berkel, 2015). As OSC precisam aperfeiçoar o uso que fazem das redes para transmitir sua mensagem pois, nas circunstâncias atuais, é o único meio com que contam para fazê-la chegar à população e aos tomadores de decisão (Peñaloza, 2015).

Nesse contexto, vários autores (Uzcátegui, 2015; Gómez, 2015; Torrealba, 2015) destacam a importância de se levar em consideração que o governo exerce um monopólio quase completo sobre o acesso à Internet, que não é universal, o que é especialmente verdade nas zonas rurais, onde não há infraestrut-

tura. Além disso, a Venezuela possui “uma das conexões com velocidade mais baixa do continente (menos de 2 Mbps)” (Torrealba, 2015). Em termos mais gerais, há problemas com a qualidade da conexão do serviço de banda larga prestado pela estatal CANTV, que atende cerca de 80% dos usuários do país.

O governo também construiu duas estratégias para limitar a influência das redes sociais e das OSC. A primeira é promover “a opacidade e falta de autonomia do ciberespaço” (Gómez, 2015) fundamentalmente por meio de três mecanismos:

- Perseguição judicial e encarceramento de pessoas pela manifestação de opinião no Twitter.
- Controle do acesso à Internet. Na prática, bloquearam o acesso a diferentes páginas web, como por exemplo sites de notícia (ex.: NTN24) ou os que informam a cotação de moedas estrangeiras no mercado paralelo (ex.: DolarToday).
- Ampliação da Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão (RESORTE) para incluir os meios eletrônicos. Um exemplo é a ação aberta contra os diretores do *La Patilla* pela reprodução de notícias provenientes de órgãos estrangeiros.

A segunda é a rápida expansão da presença do governo nas redes sociais. Von Bergen (2015) cita a utilização da *hashtag* #tropa por um grupo que promove mensagens do governo via Twitter, bem como o *La Iguana TV* (laiguana.tv), um dos mais visitados portais de notícias com vínculos com o governo. Observa também que “usam mecanismos pouco transparentes, como os *bots* e contas gerenciadas por uma tropa de militantes cibernéticos”. Por meio desses mecanismos, conseguem posicionar seus *hashtags* como os mais importantes na área política: 71,4% são promovidos pelo governo, e apenas 28,6% por setores opositores.

Dessa forma, o governo mantém uma estratégia aparentemente importante para manter seguidores virtuais, mas que, segundo pesquisas, não se traduz em um impacto real sobre a população e, de acordo com algumas estimativas, seus portais possuem baixa audiência. É um importante exemplo da diferença entre influência off-line e online.

Como se observou anteriormente, não há dúvidas de que a polarização política esteja presente nas redes sociais. No campo da oposição, alguns dos setores mais radicais são bastante ativos, e pode se dizer que fazem política online. Gómez (2015) cita o exemplo do grupo ResistenciaVenezuela (@ResistenciaV58), que conta com mais de 92 mil seguidores, enquanto a Provea possui mais de 120 mil, o Centro de Direitos Humanos da UCAB conta com 37,5 mil, e a COFAVIC, ONG de proteção e promoção dos direitos humanos, pouco menos de 27 mil.

Outro fator determinante é a crescente possibilidade de censura na Internet. Enquanto em muitos países a promoção de legislação que proteja as liberdades dos cidadãos e da infraestrutura da Internet é considerada importante, a Venezuela vai na contracorrente, buscando regular as redes sociais com vistas a controlar e reprimir (Díaz, 2015).

Já faz algum tempo que tanto a Procuradoria Geral da República quanto o presidente venezuelano vêm fazendo declarações sobre a necessidade de se regular o uso das redes sociais diante do que denominaram ser mensagens de uma “guerra suja”, que produzem “angústia” e difamam o governo nacional.

Há o perigo de que as restrições legais que já existem e que limitam a liberdade de expressão e de acesso à informação pública passem a incorporar também as redes sociais. Nesse sentido, Díaz (2015) destaca a possibilidade de que o regime estenda para as redes sociais as normas existentes de “crimes de opinião”, que incluem injúria, difamação e desacato quando se considera atentar contra a “honra” de funcionários públicos ou do governo, bem como contra a “paz pública”.

Soma-se a isso a nova figura dos “crimes digitais”. Das oito pessoas presas por mensagens no Twitter entre agosto e outubro de 2014 (Nederr, 2015; von Bergen, 2015), cinco ainda continuam detidas no Serviço Bolivariano de

Inteligência (Sebin). As acusações contra elas são o que o regime considera ser mensagens de ódio, conspiração, injúria e acesso indevido a contas de terceiros (*hacking*). Há, portanto, uma utilização política da lei para reprimir opositores.

Outros indicadores que parecem indicar futuras regulações por parte do Estado (IPYS, 2015; von Bergen, 2015) são:

- No dia 26 de março de 2015, a Procuradoria Geral da República declarou que as redes sociais deveriam ser reguladas. Observou que a “Internet não pode ser um território sem lei: todas as atividades que ocorrem no território nacional devem estar submetidas a uma regulação legal” (von Bergen, 2015).
- No dia 8 de abril de 2015, o Ministério do Poder Popular para Comunicação e Informação (MinCI) realizou um treinamento de agentes de segurança para o monitoramento de redes sociais.
- No dia 22 de junho de 2015, a presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) afirmou que as redes sociais produzem “desinformação e mentiras que criam neurose na sociedade. Geram alienação e desunião”.

Aprendizados do caso venezuelano

Em relação à utilização da mídia alternativa, há dois aprendizados fundamentais. O primeiro é que, diante do fechamento das vias democráticas de expressão, surgem novos espaços online com um papel central para difundir as propostas e ideias de oposição ao governo. Em segundo lugar, um processo mais recente, é que o crescente cerco informativo está levando à criação de parcerias entre mídia alternativas. Um exemplo é que, em função das eleições parlamentares de 2015, estabeleceu-se uma integração entre canais da mídia digital para a difusão de informação e análises em diferentes plataformas: *Tal-Cual*, *El Pitazo*, *Runrun.es* e *Crónica Uno*.

Em segundo lugar, em relação à utilização das redes sociais, o relatório anual de 2014 da Provea (2015) alerta que a cobertura dos protestos violentos foi ampliada, o que permitiu que fosse utilizada pelo governo para difundir a ideia de que as manifestações eram violentas. Segundo o mesmo documento, esse foi o caso de apenas 7% delas. Com isso, observa a ONG, promoveu-se um “enfrentamento do povo contra o povo, potencializando as possibilidades de violência política” (p. 331). Na medida em que o governo fecha os espaços para manifestações pacíficas, incita os protestos violentos e as possibilidades de violação dos direitos humanos.

Propostas para o caso venezuelano

As recomendações que se apresentam a seguir foram compiladas fundamentalmente nas entrevistas realizadas com jornalistas, especialistas e representantes de OSC.

Marco legal

- Eliminar os marcos regulatórios da Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel) e de outras instâncias que buscam controlar as telecomunicações
- Aprovar a Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública
- Estabelecer normas que protejam os direitos dos usuários
- Desmontar mecanismos de censura
- Reformar leis que limitem o direito à participação e à realização de manifestações pacíficas, bem como a liberdade de expressão
- Criar marcos normativos alinhados à Constituição de 1999 e a padrões internacionais de direitos humanos

Desenvolvimento da comunicação online

- Promover iniciativas que desenvolvam projetos de comunicação baseados no uso da Internet
- Exigir apoio institucional para garantir acesso universal à Internet
- Por fim ao monopólio estatal do acesso ao ciberespaço
- Estabelecer mecanismos de dados abertos e governo eletrônico que permitam um efetivo controle social e acesso à informação pública online
- Desenvolver infraestrutura adequada
- Criar programas de alfabetização digital, envolvendo também as OSC

Direito à participação e a manifestações pacíficas

- Oferecer espaços públicos seguros, onde novas formas organizacionais com base em redes sociais possam interagir e “amadurecer politicamente”
- Garantir um clima de confiança para poder exercer livremente o direito à manifestação pacífica, à liberdade de associação e de reunião
- Reconstruir a institucionalidade democrática formal
- Desenvolver o poder cidadão
- Estabelecer canais de diálogo para a reconciliação nacional e anistia para libertar líderes políticos e sociais

4. Referências

Documentos

Arocha, Juan Pablo. "De la hegemonía a la dictadura comunicacional", *TalCual*, 26 jun. 2015.

Corrales, Javier. "Autocratic Legalism in Venezuela". *Journal of Democracy*, v. 26, n. 2 (abr. 2015).

Corrales, Javier. "Venezuela's Middle Ground". *Foreign Policy*, 22 abr. 2014. Disponível em: <foreignpolicy.com/2014/04/22/Venezuelas-middle-ground>.

Díaz Hernández, Marianne. "#Venezuela // ¿Es necesario regular las redes sociales?". *Pro-davinci*, 6 abr. 2015. Disponível em: <prodavinci.com/blogs/es-necesario-regular-las-redes-sociales-por-marianne-diaz-hernandez>.

"The Economist: El gobierno de Maduro acosa a la prensa y se censura a sí mismo". *La Patilla*, 1º abr. 2015. Disponível em: <www.lapatilla.com/site/2015/04/01/the-economist-el-gobierno-de-maduro-acosa-a-la-prensa-y-se-censura-a-si-mismo>.

Instituto Prensa y Sociedad [IPYS]. *Informe Anual IPYS Venezuela 2014: La desinformación y la opacidad condicionan al periodismo*, fev. 2015. Disponível em: <ipysvenezuela.org/2015/02/27/reporte-anual-ipys-venezuela-2014-la-desinformacion-y-la-opacidad-condicionan-al-periodismo>.

"Maduro se lanzará a la calle si la oposición gana en la AN". *El Nacional*, 22 jun. 2015. Disponível em: <www.el-nacional.com/politica/Maduro-lanzara-calle-oposicion-AN_o_651535042.html>.

Nederr, Sofía. "Opinar por Twitter se convirtió en delito". *El Nacional*, 15 fev. 2015. Disponível em: <www.el-nacional.com/politica/Opinar-Twitter-convirtio-delito_o_574742635.html>.

Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos [Provea]. *Situación de los Derechos Humanos en Venezuela: Informe Anual enero-diciembre 2014*. Caracas: Provea, 2015. Disponível em: <www.derechos.org/ve/informe-anual-2014>.

Puyosa, Iria. "La presencia del gobierno en la web social ha sido política y partidista". In: Jesús Alberto Yajure e Mariengracia Chirinos. *Reportes IPYS: El ejército calibre 2.0*. Caracas: IPYS, jun. 2015. Disponível em: <<https://readymag.com/u44850477/215773/81>>.

Szichman, Mario. "Salvados por Twitter". *The Financial Times*, 31 mar. 2015. Disponível em: <www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?Id=114721&tipo=REP>.

Sorj, Bernardo. "Online / off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública". In: Bernardo Sorj e Sérgio Fausto (Org.). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015.

Tablante, Carlos e Tarre, Marcos. "Estado delincuente: cómo actúa la delincuencia organizada en Venezuela". *La Hoja del Norte*, 2013.

Van Berkel, Deborah e Jácome, Francine. "Gobernabilidad Democrática y Sociedad Civil en Venezuela". Caracas: INVESP/Sinergia, 2009.

Von Bergen, Franz. "Maduro lucha por ser *trending topic*". *El Nacional*, 28 jun. 2015.

Entrevistas

Luis Gómez, professor da Universidade Central da Venezuela, jun. 2015.

Pedro Pablo Peñaloza, jornalista, jun. 2015.

Luisa Torrealba, jornalista e professora da Universidade Central da Venezuela, jun. 2015.

Rafael Uzcátegui, coordenador da Provea, jun. 2015.

Deborah van Berkel, presidente executiva da Sinergia, jun. 2015.

